

PAULO SERGIO BARBARO DEL NEGRO

**O MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE SOROCABA E A ARQUITETURA
BENEDITINA DO LITORAL BRASILEIRO E DO PLANALTO PAULISTA NOS
SÉCULOS XVII, XVIII E XIX**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Sociais da
Universidade Estadual de Campinas sob a
orientação do Prof. Dr. Pedro Paulo
Abreu Funari

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
/ /2000

BANCA

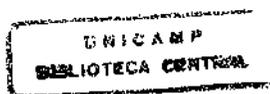
Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari (livre docente)

Prof. Dr. Leandro Karnal

Profa. Dra. Marly Rodrigues

Prof. Dr. Jorge Coli (livre docente)

JANEIRO/2000



UNIDADE BC
N.º CHAMADA: T/UNICAMP
D 382 m
V. 1
FOLHAS: 41194
CDD: 275.00
C D
FREQU. RH 11.00
DATA 28-06-00
N.º CPD

CM-00142350-7

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Del Negro, Paulo Sergio Barbaro
D 382 m **O mosteiro de São Bento de Sorocaba e a arquitetura beneditina do litoral brasileiro e do planalto paulista nos séculos XVII, XVIII e XIX / Paulo Sergio Barbaro Del Negro.**
-- Campinas, SP : [s.n.], 2000.

Orientador: Pedro Paulo Abreu Funari.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Arquitetura religiosa. 2. Ordens monásticas e religiosas.
3. Mosteiros - História. 4. Mosteiros - Brasil. 5. Mosteiro de São Bento (Sorocaba, SP). I. Funari, Pedro Paulo Abreu.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

A meus pais
A Bia e a Bruna

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer, inicialmente, o nosso orientador, prof. Pedro Paulo Funari. Por meio dos atendimentos, dos textos que escreveu e dos cursos que ministrou tivemos o privilégio de conviver com sua erudição e com seu rigor científico. Esse convívio foi fundamental para abrir nossos horizontes e nos fez perceber o quanto é importante travar um diálogo com outras áreas do conhecimento. Devemos inteiramente a ele esta qualidade que, dentro de nossos limites, a dissertação possa apresentar. Lembraremos sempre da dignidade de sua postura em nosso exame de qualificação.

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, a bolsa que, por meio da Secretaria de pós graduação do IFCH - UNICAMP, obtivemos por um período de 30 meses.

Agradecemos a acolhida da comunidade beneditina da Abadia de Nossa Senhora da Assunção de São Paulo que colocou à nossa disposição a sua biblioteca e as cópias dos “Estados” dos mosteiros paulistas. Agradecemos, em particular, ao Reverendíssimo Dom Abade Isidoro de Oliveira Preto, ao arquivista Dom Martinho Johnson (in memoriam), ao ex Abade Dom Joaquim Arruda Zamith e ao arquiteto Affonso Risi Junior, responsável pela parte arquitetônica do mosteiro. Ao Irmão Cássio e a Paulo, do mosteiro de São Bento de Sorocaba, agradecemos a ambos pelo auxílio no levantamento métrico arquitetônico.

Em Sorocaba, contamos ainda com a valiosa colaboração do ex diretor do Museu Histórico Sorocabano, o historiador Adolfo Frioli, que colocou à nossa disposição o material iconográfico, pertencente ao acervo do museu, referente ao mosteiro sorocabano, além de sempre se prontificar a nos prestar os esclarecimentos solicitados. Contamos também com a colaboração de Salvador Capuá no levantamento métrico arquitetônico do mosteiro.

No exame de qualificação, contamos com a participação do prof. Jorge Coli a quem queremos agradecer pelas proposições e críticas levantadas acerca do nosso trabalho, e com a participação da profa. Marly Rodrigues cujas valiosas sugestões e cujo convívio e estímulo, como colega do Serviço Técnico do CONDEPHAAT, nos incentivaram no prosseguimento da nossa dissertação.

Agradecemos ainda aos demais professores do curso de História da Arte e da Cultura da Unicamp, prof. Luciano Migliaccio, prof. Luiz Marques e prof. Nelson Aguilar e aos colegas do curso, Ana Maria Hoffmann, Emerson Dionísio Gomes, Jardel Dias Cavalcanti, Maria Alice Faria Pedroso, Nancy Ridel Kaplan e Renato Palumbo, pela convivência e pelo estímulo durante as disciplinas ali ministradas. A Solange Vital de Souza, chefe do Setor de Referência da Biblioteca do IFCH/Unicamp, que se prontificou sempre a atender às nossas solicitações.

Agradecemos ao CONDEPHAAT que nos possibilitou o contato com o edifício do mosteiro de São Bento de Sorocaba. Agradecemos aos amigos do protocolo, Rosana Gagliardi e Silvana Gagliardi, do Centro de Documentação, Myrna M. Almeida e Norma Rocha Souza, e da Assessoria da Presidência, José Eduardo Neiva Lima e Elisabeth Mitiko Watanabe dos Santos, que sempre manifestaram interesse pelo nosso trabalho. Aos amigos do Serviço Técnico de Conservação e Restauro - STCR, somos gratos pelo convívio e estímulo que recebemos de todos ao longo do nosso trabalho. Em particular, queremos agradecer a Edna Kamide que com paciência sempre nos escutou e nos

estimulou; a Flávio Moraes pelo impulso e incentivo iniciais na escolha do curso da Unicamp onde ele também fez seu mestrado; a Sheila Schvarzman a cuja orientação sempre recorremos nos momentos de impasse; a Silvia Wolff e a Vitor Campos com quem discutíamos para sanar as dúvidas que sempre surgem ao longo de um trabalho dessa natureza. Finalmente, um agradecimento todo especial a Tereza Cristina Epitácio Pereira que tem generosamente compartilhado e nos auxiliado muito com os seus conhecimentos de informática. A ela devemos a digitalização e montagem de toda a parte iconográfica de nosso trabalho. Manifestaram-se com frequência ainda, Ana Luiza Martins, Celina Kuniyoshi, Diana Danon, Lucilena Bastos, Márcia Tancler, Marco Lança, Roberto Leme Ferreira, Silvana Bahia, Solange Herczfeld, Sonia Manski e Walter Fragoni. Ao Monsenhor Jamil Adid, ex-conselheiro do CONDEPHAAT, pelo interesse que demonstrou durante o nosso trabalho e por colocar à nossa disposição sua valorosa coleção de cartões postais.

Aos arquitetos do IPHAN, Marcos Carrilho, Mauro Bondi, Vitor Hugo Mori e a ex-diretora Cecília Rodrigues dos Santos, somos gratos pela cordialidade com que sempre nos receberam, pelas sugestões e por colocar à nossa disposição a documentação dos arquivos ali existentes. A Eduardo Melo pela reprodução das fotografias do arquivo.

Agradecemos à diretora do INEPAC, Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro, Diana Lerner, pelo envio do material referente às fazendas beneditinas daquele Estado.

Agradecemos, finalmente, à Beatriz Blay, minha mulher, que leu, revisou e fez sugestões valiosas à redação do trabalho e que, junto com nossa filha Bruna, muitas vezes se sacrificou para suprir a nossa ausência.

Resumo

Com o objetivo de contribuir para a formação de uma historiografia sobre a arquitetura monástica no Brasil, nosso trabalho propõe uma análise histórico-arquitetônica do mosteiro de São Bento de Sorocaba, no Estado de São Paulo, nos séculos XVII, XVIII e XIX. Para tanto, fizemos uso de farta documentação arquivística, iconográfica e do levantamento métrico arquitetônico do edifício. O trabalho procurou, ainda, estabelecer relações com os demais mosteiros beneditinos do planalto paulista e do litoral brasileiro.

Abstract

This work is aimed at contributing to study of the monastic architecture's storiography in Brazil, offering a storic and architectonic analys of the Sorocaba Saint Benedict monastery, in the State of São Paulo, during the seventeenth, eighteenth and nineteenth centuries. We use thus a large archivistic and iconographic documentation and we carried out also an architectonic survey of the building. We still aim at estabilishing relations with others Benedictine monasteries of the *Paulista* plateau and the Brazilian coast.

Índice

Introdução.....	11
I. A gênese da arquitetura monástica na Alta Idade Média e a sua evolução.....	17
II. A ordem beneditina na colonização portuguesa do Brasil	
II.1. Os mosteiros do litoral.....	43
II.2. Os mosteiros do planalto paulista.....	73
III. O mosteiro de São Bento de Sorocaba: da fundação à restauração (1660-1910).....	87
Conclusão.....	141
Figuras do capítulo I.....	145
Figuras do capítulo II.....	165
Figuras do capítulo III.....	211
Fonte das Figuras.....	281
Arquivos, bibliotecas e acervos consultados.....	295
Referências Bibliográficas.....	297
Levantamento métrico arquitetônico.....	307

Introdução

O nosso primeiro contato com o mosteiro de São Bento de Sorocaba deu-se por intermédio do CONDEPHAAT, Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, onde atuamos como arquiteto desde 1982. Ali realizamos, em 1986, o projeto e o acompanhamento da obra de restauração da torre campanária da igreja. Imaginávamos que essa fosse apenas a primeira fase dos serviços de conservação de todo o edifício, que logo prosseguiria, a partir de um convênio do órgão com a prefeitura local e com o mosteiro de São Bento de São Paulo. Para tanto, iniciamos, na ocasião, o levantamento métrico arquitetônico do conjunto monástico, que foi posteriormente interrompido quando, finalizadas as obras da primeira fase, o convênio não teve continuidade e, até hoje, o mosteiro aguarda a retomada das obras.

Foi nessa ocasião que travamos um profícuo relacionamento com o então abade do mosteiro de São Bento de São Paulo, D. Joaquim Arruda Zamith. Além de nos presentear com um exemplar da primeira edição do livro de Taunay sobre a abadia paulistana, tomamos conhecimento, por seu intermédio, da existência dos "Estados", relatórios trienais de gestão do superior de um mosteiro, oriundos do arquivo da abadia-mãe de Tibães em Portugal, uma parte dos quais está relacionada com os mosteiros beneditinos do Brasil no período colonial. Quando, dez anos depois, resolvemos retomar o tema dos mosteiros paulistas, agora como título da dissertação de mestrado da Unicamp, fomos, novamente, aconselhar-nos com D. Joaquim que não faltou com o seu incentivo apesar de, infelizmente, não ocupar mais o posto de abade do mosteiro de São Paulo. De todo modo, queremos deixar-lhe aqui registrado o nosso débito e gratidão.

O nosso plano de trabalho, inicialmente, consistia em analisar a arquitetura dos quatro mosteiros beneditinos do planalto paulista: São Paulo, Santana de Parnaíba, Sorocaba e Jundiá. Mas, o espaço que afinal dedicamos ao antigo mosteiro de São Bento de São Paulo e de Santana de Parnaíba, pareceu-nos suficiente para manter a referência a esse conjunto de edifícios no título da dissertação. Pareceu-nos, também, mais que justificado, transformar este trabalho numa monografia acerca do mosteiro de São Bento de Sorocaba. Afinal de contas, ele é o único remanescente íntegro do período colonial daquele conjunto e, portanto, aquele que possibilita um confronto direto da análise da documentação, em particular dos "Estados", com o levantamento métrico arquitetônico que elaboramos do edifício, impossível de se efetivar para os demais casos.

A necessidade da realização de monografias tem sido a tônica da opinião de alguns historiadores. Por exemplo, segundo Sousa Araújo e Malheiro da Silva:

*"Sente-se a falta de um trabalho de conjunto relacionado com as diversas facetas do congregacionismo religioso em Portugal, na época contemporânea. Que assim aconteça não é nada de estranhar, se tivermos em conta que, dum modo geral, estão por fazer os estudos monográficos relativos a grande parte dos Conventos e Mosteiros, bem assim como à maior parte das respectivas famílias religiosas."*¹

¹ ARAÚJO, Antônio de Sousa e SILVA, Armando B. Malheiro da. *Inventário do fundo monástico-conventual*. Braga, Arquivo Distrital de Braga, Universidade do Minho, 1985, p. 14.

A elaboração de monografias acerca dos conventos e mosteiros seria também, na nossa opinião, a forma correta de, ao gerar estudos aprofundados relacionados a um único exemplar, criar uma base sólida sobre a qual proceder aos estudos genéricos e de síntese acerca da arquitetura monástica no Brasil. Este trabalho tem essa pretensão. Ou seja, dar um pequeno passo no longo caminho em direção à formação dessa historiografia. Por muito tempo, os complexos monásticos têm emprestado praticamente só as suas igrejas para a história da arquitetura religiosa entre nós. A igreja é, sem dúvida, o edifício principal de um mosteiro ou de um convento, mas não justifica que a análise e até mesmo o levantamento métrico se restrinja a ela e se faça desligado do conjunto que lhe é inerente. Esse vício da nossa historiografia parece coincidir com a de Portugal, pois segundo Correia Borges:

*"[...] foi sempre a igreja a parte conventual a merecer o maior cuidado na sua construção e decoração e talvez por isso mesmo também aquela que mais interesse tem suscitado aos estudiosos, relegando para plano secundário as outras dependências que, valha a verdade, raramente se encontram íntegras na quase totalidade dos conventos portugueses que resistiram até aos nossos dias."*²

A análise que Bazin, a partir dos indícios de Robert Smith³, fez dos conjuntos dos claustros franciscanos e as referências esparsas à solução arquitetônica contida em uma sala capitular ou em um refeitório, constituem exceções à regra de se ater somente ao edifício da igreja. Essas análises permanecem porém isoladas e nenhuma atenção, até onde sabemos, foi dispensada ao conjunto desses espaços que agregam as outras funções carregadas também de simbologia da arquitetura monástica no seio de uma mesma ou entre as diversas ordens religiosas no Brasil. A forma dos claustros, das salas do capítulo, dos refeitórios, dos dormitórios, etc., está intimamente ligada ao uso e ao significado que lhes atribuíam na Idade Média. Os nossos mosteiros conservam a denominação que esses espaços adotaram desde a sua origem e mantém, em linhas gerais, a mesma conformação. O que muda é o seu uso e o seu significado. Daí a importância de se iniciar um trabalho com a documentação de época que procure detectar essas mudanças e identifique as similitudes e peculiaridades dos edifícios monásticos no Brasil em relação ao legado medieval e moderno europeu.

Nesse sentido, devemos expressar o nosso débito para com o historiador Robert Smith. Em 1966, com o artigo "A Igreja de São Bento da Vitória à luz dos Estados de Tibães", Smith concentra o seu interesse na arquitetura beneditina do norte de Portugal. Nos demais artigos monográficos que se sucedem, um sobre o mosteiro de Santo André de Rendufe e o outro intitulado "Dois estudos beneditinos"⁴, inspiramo-nos para a análise do mosteiro sorocabano. Poderíamos, inclusive, intitular o nosso trabalho da mesma

² BORGES, Nelson Correia. "Conventos". In: PEREIRA, Paulo (coord.). *Dicionário da arte barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença Ltda., 1989, p. 134.

³ Cf. SMITH, Robert C. O caráter da arquitetura colonial do nordeste. *Estudos Brasileiros*, vol. 4, n. 10: 419-430, jan.-fev. de 1940, pp. 425-426.

⁴ Ver bibliografia.

forma, ou seja, "São Bento de Sorocaba à luz dos Estados de Tibães". Pois, para a elaboração do nosso estudo, assim como nos trabalhos de Smith, utilizamo-nos fartamente do material proveniente dos arquivos beneditinos. Ressaltando a sua importância, Smith refere-se a ele como:

" [...] *aquela mina de documentação cultural que são os 'Estados' do antigo arquivo de Tibães, o maior acervo de dados precisos acerca de construções e encomendas artísticas praticadas no século XVIII em Portugal por qualquer ordem religiosa.*"⁵

Porém, diferentemente do historiador americano que raramente apresenta, nos seus artigos, desenhos relativos aos edifícios analisados, no nosso caso, o levantamento métrico arquitetônico e o seu cruzamento com a documentação formam a base sobre a qual se sustenta a nossa análise. Pois nos parece importante não só identificar, por meio dos documentos, as denominações e os usos referentes aos diversos espaços, mas verificar a relativa posição e a hierarquia que ocupam nas plantas, para dar início ao estabelecimento de uma historiografia da arquitetura monástica.

Quanto à estrutura da dissertação, buscamos portanto, no primeiro capítulo, extrair das fontes secundárias algumas informações sobre as origens e transformações dos espaços que, de uma forma ou de outra, se mantiveram durante a Idade Média até ao advento da arquitetura monástica no período colonial, no Brasil. Uma atenção especial foi dedicada à origem do claustro já que ele sempre foi o centro em torno do qual se distribuíam os edifícios que exercem as diversas funções práticas e simbólicas de um mosteiro. Abordamos em seguida as transformações que a arquitetura monástica, a partir do período carolíngio, sofreu com os ramos beneditinos dos cluniacenses, dos cistercienses, das ordens mendicantes e com as reformas introduzidas pela Igreja após o Concílio de Trento ressaltando, somente, aqueles aspectos que tiveram uma maior repercussão na arquitetura monástica no Brasil. Uma parte final é dedicada à alguns aspectos do monaquismo e à criação da Congregação Beneditina em Portugal, de onde saíram os monges para as fundações brasileiras.

O segundo capítulo está dividido em duas partes. Na primeira, além de nos determos na análise das fundações e da arquitetura dos principais mosteiros beneditinos do litoral do Brasil, pudemos fazer uma referência, principalmente a partir das pesquisas de Stuart Schwartz, ao papel que as fazendas administradas pelos monges desempenharam no provimento desses mosteiros. Na segunda parte do capítulo analisamos as fundações e a arquitetura dos mosteiros de São Paulo e de Santana de Parnaíba para que, além do entendimento do início da atuação da ordem no planalto paulista, compreenda-se as etapas que antecederam à fundação do mosteiro de Sorocaba, objeto do último capítulo e centro de nossa dissertação de mestrado. Na análise arquitetônica desses mosteiros, detivemo-nos, principalmente, naqueles aspectos que guardam alguma relação com o mosteiro de Sorocaba pois, como demonstraremos, a maioria dos mosteiros arquitetonicamente mais elaborados, passaram pelo estado em que se encontra hoje o mosteiro de São Bento de Sorocaba.

⁵ SMITH, Robert C. Santo André de Rendufe. Subsídios para a história da sua igreja durante o século XVIII. *Bracara Augusta*, vol. 26 (1969): 7-44, p. 7.

Finalmente, o terceiro capítulo está integralmente dedicado ao mosteiro de São Bento de Sorocaba. A nossa análise cobre os anos entre 1660, data da escritura de doação da capela aos beneditinos que, posteriormente, transformar-se-á na igreja do mosteiro, e 1910, data do término da reforma pela qual passou o edifício quando a Congregação Beneditina de Beuron empreendeu a restauração da ordem de São Bento no Brasil, a partir de 1895. Para os anos compreendidos entre 1660 e 1750 valemo-nos de diversos documentos, escrituras de doação, autos de posse, termos e petições dirigidas aos monges ou à Câmara de Sorocaba, com o intuito de revelar o estado no mosteiro nesse período. Para a segunda metade do século XVIII, contamos principalmente com os já referidos "Estados" referentes ao mosteiro de Sorocaba. Finalmente, para o século XIX, pudemos dispor dos relatos e da documentação iconográfica que foram elaboradas pelos viajantes que por lá passaram.

*

O fascínio que a arquitetura monástica exerceu, e ainda exerce, sobre os arquitetos durante este século, deve-se em parte, nos parece, à atenção a ela dedicada por Le Corbusier. Em sua primeira viagem à Itália em 1907, ele se mostrava, ainda, pouco interessado nas obras de arquitetura e mais nas de pintura e escultura. Porém, seguindo as recomendações de Ruskin, visitou um edifício nos arredores de Florença que o marcou para sempre: a cartuxa de Ema, próximo a Galluzzo. Essa experiência, como se sabe, foi de suma importância para o desenvolvimento posterior de sua obra de arquiteto, em particular, para o tema da habitação tão caro ao movimento moderno. Reconhecem-se, por exemplo, a influência daquele mosteiro nos "Immeubles villas" (1922), no "Pavillon de l'Esprit Nouveau" (1925) e nas diversas "unités d'habitation"⁶. Mais tarde, referindo-se àquela visita, nas célebres conferências proferidas em Buenos Aires em 1929, fez a seguinte consideração:

"En aquel paisaje musical de la Toscana, vi una ciudad moderna, que coronaba una colina. La más noble silueta en el paisaje, la corona ininterrumpida de las celdas de los frailes; cada celda tiene vista sobre la llanura y tiene salida a un jardincillo en pendiente completamente cercado. Creí no poder encontrar nunca más una interpretación tan alegre de la vivienda. La parte trasera de cada celda se abre por una puerta e un portillo y da a una calle circular. Esta calle está cubierta por un arco: es el claustro. Por ahí funcionan los servicios comunes - el rezo, las visitas, la comida, los entierros.

Esta 'ciudad moderna' es del siglo XV.

*La visión radiante me quedó fijada para siempre."*⁷

⁶ Cf. BROOKS, H. Allen. Jeanneret en La Chaux-de-Fonds. Los años de formación. *A & V, monografías de Arquitectura y Vivienda*, 9 (1987): 6-13.

⁷ LE CORBUSIER. *Precisiones respecto a un estado actual de la arquitectura y del urbanismo*. Barcelona, Editorial Poseidón, 1978, p. 113.

Quando, nos anos 50, Le Corbusier foi comissionado para projetar o convento de La Tourette, próximo a Lyon, na França, Pierre Couturier, destacado pela ordem dominicana para acompanhar os trabalhos, sugeriu-lhe que visitasse os mosteiros cistercienses da Provença em particular, Le Thoronet. Segundo Couturier, dali emanava o verdadeiro espírito que um mosteiro deve ter em qualquer época. A austeridade, o rigor, a intensidade e a riqueza espacial obtida por meios diretos e simples, que caracterizam a arquitetura românica; a iluminação que em Le Thoronet é feita por meio de dois óculos localizados nas extremidades da nave e por pequenas aberturas laterais muito bem estudadas; o despojamento do trabalho em pedra e os efeitos acústicos ali obtidos, inspiraram as soluções adotadas em La Tourette e vinham de encontro aos ideais da arquitetura moderna. Peter Buchanan, além de ressaltar que, tanto para Le Corbusier quanto para os cistercienses, a geometria e a medida são os meios adotados para a realização do ideal de eternidade da arquitetura, chama ainda a atenção para:

*"[...] the exactness with which Le Corbusier has captured the spirit of solemn silence and noble poverty of a cistercian monastery. [E conclui que] La Tourette may not only come close to the eternal but also to achieving another ideal of Modernism, in which architecture and representation, direct experience and overlaid meaning, medium and message, are one. Steadily since the Romanesque these have drifted apart and so it is perhaps no coincidence that it was with the inspiration of a Romanesque abbey that Le Corbusier brought them so close together again."*⁸

Portanto, essas características da arquitetura medieval, particularmente da arquitetura monástica, que tanto encantaram Le Corbusier, identificam-se com alguns ideais daquelas vertentes da arquitetura moderna que ainda hoje nele se inspiram.

A cultura portuguesa foi também, como se sabe, fortemente marcada pela tradição medieval. Sérgio Buarque de Holanda chega a afirmar que nada melhor para compreender os portugueses no período da colonização do Brasil "do que lembrar, em contraste com o idealismo, com a fantasia e ainda com o senso de unidade dos renascentistas, o pedestre 'realismo' e o particularismo próprios da arte medieval"⁹. Ora, a arquitetura monástica do período colonial no Brasil certamente guarda, como veremos, muitos aspectos daí provenientes.

⁸ BUCHANAN, Peter. La Tourette and Le Thoronet. *The Architectural Review*, n. 1079: 48-59, jan. 1987.

⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense S. A., 1984, p. 1.

I. A gênese da arquitetura monástica na Alta Idade Média e a sua evolução.

Expulsos os jesuítas do Brasil em 1759, a coroa portuguesa passa a exercer, como demonstra um decreto assinado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, "Secretário de Estado na Repartição Ultramarina" e membro do conselho do rei de Portugal, um controle rígido sobre as propriedades e rendas das demais ordens religiosas. Em 1765, o Provincial da ordem de São Bento no Brasil, Frei¹ Francisco de São José, remete àquela secretaria uma relação de todos os "Mosteiros, Casas e Residencias", a ele subordinados, com os respectivos números de "Sacerdotes, Coristas, Leigos e Donatos", bem como das "vendas que tem cada um [...] para sustentação dos que nelles assistem"².

Por intermédio desse documento, fica-se sabendo que o patrimônio dos beneditinos no Brasil contava, então, com onze mosteiros: sete abadias e quatro presidências³. Integram a denominada Província Beneditina do Brasil, dependente, até 1827, da Congregação de S. Bento de Portugal e, seguindo a relação, estavam assim distribuídos:

"[...] Mosteiro de São Sebastião da Ordem de São Bento na Cidade da Bahia [...];

Mosteiro de Nossa Senhora da Graça da Ordem de São Bento, sito nos suburbios da Cidade da Bahia [...];

Mosteiro de Nossa Senhora das Brotas da Ordem de São Bento, sito no districto da Villa de São Francisco da Barra de Sergipe do Conde, Comarca da Bahia [...];

Mosteiro de São Bento de Pernambuco, sito na Cidade de Olinda [...];

Mosteiro de São Bento da Cidade da Paraíba do Norte [...];

Mosteiro de Nossa Senhora de Monserrate do Rio de Janeiro [...];

Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo [...];

Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro da Villa e Praça de Santos [...];

Mosteiro de São Bento da Villa de Parnahiba [...];

Mosteiro de São Bento da Villa de Sorocaba [...];

¹ A adoção do tratamento de *Frei* pelos monges beneditinos no Brasil-colônia vem de um costume espanhol. A criação da Congregação de São Bento de Portugal em 1569 é fruto de uma reforma ali empreendida por monges da Congregação de São Bento de Castela, "os quais, vendo que os seculares por pompa e fausto haviam tomado o *Dom*, que era próprio dos monges beneditinos, por humildade e por fugir à pompa secular, deixaram o *Dom* e tomaram o *Frei*, próprio dos Mendicantes" (*Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo*. São Paulo, O Mosteiro, 1977, nota 1, p. 2). A partir da restauração da Congregação Beneditina Brasileira, no fim do século passado, os monges passam a ser designados com o prenome de *Dom* que sempre vigorou em todos os países com a exceção da Espanha e de Portugal.

² Capitania do Rio de Janeiro - Correspondencia de varias autoridades e avulsos. Anno de 1765. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 65: 1 (1902): 134-165, p. 134.

³ Mosteiro autônomo sem o título de abadia, administrado por um prior ou presidente.

Essa relação de mosteiros aos quais, como veremos, estava vinculada uma série de propriedades rurais, é a mesma que aqui encontraram os monges europeus, na maioria belgas e alemães, que empreenderam, a partir de 1895, a restauração da ordem de São Bento como reação às adversidades sofridas pelas ordens religiosas durante o governo imperial. Portanto, uma vez que nenhuma nova fundação se deu entre 1765 e 1895, é este o legado, do período colonial, edificado pela ordem beneditina no Brasil.

Se estilisticamente a arquitetura desses mosteiros, como a arquitetura colonial em geral, está vinculada ao que se produzia na Europa no período moderno, ou seja, à arquitetura do classicismo que perdurou ali por mais de trezentos anos a partir do fenômeno italiano do Renascimento (e, de fato, utilizam-se os adjetivos "maneirismo, barroco e rococó" para se referir à arte brasileira dos três primeiros séculos); por outro lado, para a compreensão do esquema da arquitetura monástica, em particular, a localização dos principais edifícios em torno do claustro, devemos nos remeter à Alta Idade Média onde esse esquema teve origem.

*

A representação mais antiga que se conhece de um claustro medieval é aquela que está incluída na *Planta do mosteiro de São Galo* (Sankt Gallen), conforme a *Figura I.1*. Trata-se de uma cópia, enviada àquela abadia por volta do ano de 820, de um esquema teórico que foi desenhado em Aix-la-Chapelle no palácio do imperador Luís, o Piedoso, em plena expansão da renascença carolíngia, quando este "concluía a reforma monástica, aplicando fielmente o modelo beneditino."⁵ A planta composta por cinco pergaminhos costurados e desenhada em escala, está repleta de informações e inscrições que contém não somente a dimensão e a destinação dos edifícios, mas uma dedicatória no canto inferior esquerdo por meio da qual os historiadores puderam melhor datá-la e analisá-la. As inscrições que se referem à destinação dos aposentos do andar térreo e do primeiro andar dos edifícios com dois pavimentos estão contidas, porém, em uma planta única que ora representa o térreo ora o segundo andar em função da sua maior ou menor importância. E, como a ausência de escadas atesta, não se trata de um projeto específico para um determinado mosteiro, mas de um modelo genérico⁶. A sua conservação deve-se ao fato que, no século XII, o verso do pergaminho foi utilizado para a narração de uma biografia de São Martinho e o documento, desde então, está sob a custódia da biblioteca do mosteiro de São Galo.

⁴ Capitania do Rio de Janeiro, op. cit., pp. 134-165.

⁵ DUBY, Georges. *História da vida privada, 2: da Europa feudal à Renascença*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 52.

⁶ Essa hipótese é defendida por Horn, Braunfels, Eschapasse e muitos outros, mas é confutada em SANDERSON, Warren. *The Plan of St. Gall Reconsidered. Speculum*, vol. 60, n. 3: 615-632, July 1985.

Vejamos, portanto, no que consiste, em sua forma e função plenamente desenvolvidas, o claustro medieval. Seguindo as indicações de Walter Horn⁷, trata-se de um pátio quadrado ou retangular totalmente envolvido por pórticos, cobertos e abertos para o pátio, anexo normalmente à lateral sul da igreja. Os outros três lados do claustro são rodeados por três grupos de edifícios, freqüentemente com dois andares, que formam uma sólida e contínua barreira arquitetônica que efetivamente separa os monges dos empregados e artesãos que vivem e trabalham do lado de fora, ao redor do claustro. No caso da *Planta do mosteiro de São Galo* (v. *Figura I. 2*), as inscrições localizam, segundo Horn⁸, ao lado leste do claustro, em continuidade ao transepto da igreja, o corpo que contém, no térreo, a sala de aquecimento (*subtus calefactoria domus*) e, no primeiro andar, o dormitório dos monges (*supra dormitorium*). Ao lado sul do claustro, no térreo, o refeitório (*infra refectorium*) e em cima o vestiário (*supra vestiarium*). Ao lado oeste, um terceiro edifício que contém, no térreo, o celeiro e cantina (*infra cellarium*) e, no primeiro andar, uma despensa (*supra lardarium et aliorum necessariorum repositio*). Nas esquinas, entre esses edifícios principais, estão localizados os banheiros (*balneatorium et lavandi locus*) e a cozinha (*coquina*) conectados respectivamente ao dormitório e ao refeitório. Horn chama a atenção para o caráter da divisão tripartida (“tripartite division”) do claustro em dormitório, refeitório e celeiro-cantina que caracteriza os mosteiros do período carolíngio e passa a denominá-lo de *U-shaped cloister*.

Deve-se notar ainda, segundo Horn, que existe, na planta de São Galo, somente uma ligação do exterior com o claustro. A entrada e a saída eram feitas através de um espaço estreito e comprido, denominado “locutório”, onde os monges, com a permissão do abade, recebiam e procediam ao ritual da lavagem dos pés dos visitantes. Essa solução da entrada única, funcional e estratégica em relação à distribuição dos edifícios em torno do claustro, no primeiro lanço junto ao corpo da igreja, foi preservada ao longo da história da arquitetura monástica e pode ainda ser contemplada nos mosteiros beneditinos do Brasil. O mosteiro de São Bento de Sorocaba perdeu essa solução típica somente com a reforma empreendida no edifício no início deste século. Outro aspecto ressaltado é que os três edifícios que rodeiam o claustro não tem comunicação direta entre si. A comunicação é feita obrigatoriamente através do espaço do pórtico.

Eschapsse relaciona ainda outras duas características arquitetônicas que persistiram no tempo. Segundo esse historiador, o clima rude do ocidente europeu ocasionou um agrupamento mais cerrado e coerente dos edifícios, ao contrário da arquitetura monástica oriental que adotou uma disposição mais dispersa. Por exemplo, para evitar o contato direto com o exterior nas noites frias do inverno estabeleceu-se uma relação direta entre o dormitório e o coro da igreja para a realização dos ofícios noturnos. Finalmente a adoção exclusiva do plano basilical, ou seja, da igreja com predominância de um eixo longitudinal que favorecia a disposição dos monges em longas filas nas

⁷ Cf. HORN, Walter William. On the origins of the medieval cloister. *Gesta* 12, n. 1-2: 13-52, 1973.

⁸ Cf. *Ibid.*, p. 13.

procissões litúrgicas, também se conservou, como veremos, ao longo da história da arquitetura monástica.⁹

Retomando o título do seu texto, *On the origins of the medieval cloister*, Horn propõe que as origens e as fontes históricas desse esquema arquitetônico sejam ainda um dos maiores mistérios da história da arquitetura medieval. O claustro já foi comparado com o peristilo da casa grega, com o *atrium* da casa romana, com os adros porticados das primeiras basílicas paleocristãs e com os pátios semi-porticados que se encontram nas laterais de algumas igrejas da Síria. De um modo ou de outro, todas essas formas podem ter contribuído para o seu desenvolvimento. Porém como essas influências convergiram e em que ponto da história se fundiram para formar arquitetonicamente o claustro é uma questão polêmica.

Parece-nos este o momento propício para introduzir, brevemente, as indagações do historiador da arte antiga Alfred Frazer. Os dois textos, o de Horn e o de Frazer¹⁰, foram publicados pela revista *Gesta* do Departamento de Arte, História e Arqueologia da *Columbia University* e são, entre outros, fruto de um simpósio organizado pelo Departamento Medieval do *Metropolitan Museum of Art* inteiramente dedicado à questão do claustro medieval. É um tema que segundo Florens Deuchler, o organizador, não havia recebido, até então, um tratamento monográfico adequado. Ao receber o convite de Deuchler para fazer a intervenção de abertura do simpósio, Frazer nos relata que ele teve a gentileza de não colocar antecipadamente a questão de quais seriam as fontes antigas do claustro medieval, mesmo porque, se o tivesse feito, só poderia ter respondido que não sabe. Porém, o que ele sabe é que durante o Império Romano, na Europa Ocidental, inclusive junto às suas fronteiras, havia se difundido amplamente o uso do peristilo tanto na arquitetura pública como na arquitetura privada, na arquitetura civil como na militar. Os edifícios denominados de *castra* e as *villae* são apenas dois dos inúmeros exemplos.

Frazer afirma, porém, que definir o claustro medieval como um simples equivalente do peristilo clássico é pura ignorância. É o que se percebe quando comparamos por exemplo o claustro românico da abadia de *Moissac* (ver *Figura I. 3*) com o peristilo helenístico de uma *palestra* em Mileto (ver *Figura I. 4*). No claustro de *Moissac* o movimento do pórtico para o pátio não é livre, como em Mileto, mas restrito a poucas e específicas aberturas existentes no parapeito, obrigando que a circulação se dê ao redor, como por exemplo nas procissões, e não através do espaço aberto do pátio. Percebe-se, além disso, que o termo *colunata*, adequado para Mileto, não se aplica no caso de *Moissac* e menos ainda no caso de *S. Paolo fuori le mura* em Roma (ver *Figura I. 5*), para definir o elemento arquitetônico que limita e circunda o pátio. Rigorosamente o que se vê, segundo Frazer, não só em *S. Paolo* como na maioria dos claustros medievais é, de fato, uma arcada. Porém, como inclusive a maioria dos arcos não chega até o chão, o correto mesmo seria falar em uma parede com amplas aberturas de arcos em série. Concluindo, afirma que os claustros medievais, portanto, não são definidos visualmente

⁹ Cf. ESCHAPASSE, Maurice. *L'architecture bénédictine en Europe*. Paris, Editions des Deux-mondes, 1963, p. 14-15.

¹⁰ FRAZER, Alfred Knox. Modes of European courtyard design before the Medieval cloister. *Gesta* 12, n. 1-2: 1-12, 1973.

nem por quatro colunatas, nem mesmo por quatro arcadas, mas por quatro muros ou paredes amplamente abertas. Essa distinção básica entre o claustro medieval e o peristilo clássico, feita por Frazer, permanecerá, ou melhor, repetir-se-á como veremos, entre o claustro medieval e os claustros dos mosteiros que, a partir do Renascimento, retomam a relação espacial, entre pórtico e pátio, do peristilo da Antigüidade. Será fundamental, ainda, para perceber a permanência do modelo medieval do claustro em alguns mosteiros construídos no período moderno, como, por exemplo, no mosteiro de São Bento de Sorocaba.

Feito este parêntese, podemos retomar as proposições de Horn que repassa, em detalhe, todas as formas de organização física dos mosteiros desde os primórdios do monaquismo. Nos séculos III e IV, o forte caráter eremítico do monaquismo egípcio, cujo grau de individualidade era ainda bastante forte para justificar qualquer forma mais ordenada de expressão, ocasiona o aparecimento das organizações denominadas *laura*, onde celas individuais eram casualmente dispostas ao redor de um oratório ou da cela de um monge renomado no interior da propriedade monástica. É, porém, com S. Pacômio (292-346) que começam a aparecer as primeiras formas comunitárias, cenobíticas, de organização, como é considerado o mosteiro por ele fundado na pequena cidade abandonada de Tabennisi, no Egito. Horn afirma que essas comunidades eram demarcadas, auto-definidas, através da construção de um muro e que atingiam um contingente populacional altíssimo, de até 2500 pessoas, fator contrário ao aparecimento da concepção do claustro como organização.¹¹

As únicas evidências históricas da existência de um esquema baseado no claustro, anterior ao período carolíngio, são uns poucos e isolados mosteiros sírios construídos no séc. V, como, por exemplo, o convento dos SS. Sergius e Bacchus em *Umm-is-Surab* e o convento de *Id Dêr* (ver *Figura I. 6*) ambos localizados no sul da Síria. Porém, Horn chama a atenção para o fato de que essas eram soluções excepcionais, pois a maioria dos mosteiros da Síria nesse período apresentam soluções bem diferentes, com esquemas de edifícios implantados ao redor de pátios abertos. Inclusive, nos exemplos mencionados, não aparece a solução com a divisão tripartida típica do período carolíngio, mas um corpo contínuo ao redor do pátio subdividido internamente em unidades menores e mais diversificadas.¹²

Horn faz ainda uma explanação detalhada do monaquismo irlandês cujas soluções físicas não diferem muito das soluções egípcias com a diferença que os monges irlandeses adotaram em seu país a tradicional planta circular das habitações locais para as celas em contraposição à planta retangular adotada nos oratórios e igrejas. Porém, tanto aqui como nos mosteiros celtas da Inglaterra e no continente europeu nos períodos merovíngio e franco, a solução do claustro não é adotada.¹³

Pouco se sabe dos mosteiros fundados por São Bento (ca. 480-ca. 543) nas regiões do Lácio e da Campanha, na Itália. O mosteiro de *Montecassino*, o principal deles, foi destruído pelos Lombardos em 577. A comunidade monástica que sobreviveu ao ataque

¹¹ Cf. HORN, Walter William, op. cit., p. 15.

¹² Cf. *Ibid.*, p. 21.

¹³ Cf. *Ibid.*, pp. 23-36.

fugiu para Roma. Com a subida ao trono papal de Gregório Magno (590-604), que era um monge beneditino, a comunidade se fortaleceu e se estabeleceu no mosteiro fundado pelo papa no monte Celio. Foi desse local que S. Agostinho (m. 604) e mais 40 companheiros partiram em missão para a Inglaterra para propagar os ideais beneditinos. Posteriormente, a partir de uma base que se estabeleceu naquele país, na cidade de Canterbury, é que a vida beneditina foi gradualmente sendo difundida, a princípio na Gália, durante o séc. VII e depois na Alemanha, durante o séc. VIII.¹⁴

Segundo Horn, é essa ascendência do monaquismo corporativo dos beneditinos em prejuízo da forma semi-eremítica do monaquismo irlandês e a associação do monaquismo beneditino com um tipo de feudalismo agrário que emergiu nessa época no norte da Europa, particularmente na Alemanha, que causaram a grande mudança na organização do mosteiro e levou ao advento do claustro.¹⁵

No capítulo 66 da Regra, São Bento propõe que o mosteiro:

*“...seja,... se possível, construído de tal modo que todas as coisas necessárias, isto é, água, moinho, horta, e os diversos ofícios, se exerçam dentro do mosteiro, para que não haja necessidade de os monges vaguearem fora, porque de nenhum modo convém às suas almas.”*¹⁶

Horn percebe aqui a intenção de São Bento de fazer do mosteiro uma instituição economicamente independente do mundo secular. Mas a criação de entidades auto-suficientes tem como conseqüência a atração e concentração de um grande número de leigos para o interior da comunidade monástica ameaçando subverter o ideal e a necessidade de reclusão e separação dos monges do mundo exterior. Como o mosteiro se torna cada vez mais parecido, em sua estrutura, com uma unidade territorial de tipo feudal, a sua integridade requer a criação de um espaço recluso que separe os monges dos empregados e trabalhadores leigos necessários agora para o bom funcionamento da nova ordem. Segundo Horn, o claustro foi a solução adotada para resolver esse problema e criou, de certa forma, um mosteiro dentro do mosteiro.¹⁷ Na *Figura I. 7*, Horn hachurou e numerou de 1 a 18 as instalações ocupadas por trabalhadores e empregados e de 19 a 21 as instalações ocupadas por visitantes na planta do mosteiro de São Galo.

Mas propor a planta de São Galo como paradigma para as novas construções monásticas pressupunha uma certa averiguação na prática, de soluções equivalentes. O mais antigo mosteiro transalpino que se conhece, no estágio atual das pesquisas arqueológicas, a adotar o claustro como solução, é o mosteiro carolíngio de *Lorsch* na Alemanha, construído pelo abade Gundeland entre 765 e 774, denominado “Altenmunster”, conforme a *Figura I. 8*. Os edificios desse sítio arqueológico, como observou Friedrich Behn que coordenou as escavações, não eram novas construções mas

¹⁴ Cf. *Ibid.*, p. 37.

¹⁵ Cf. *Ibid.*, p. 40.

¹⁶ *A Regra de São Bento*. Rio de Janeiro, Edições “Lumen Christi”, 1980, p. 137.

¹⁷ Cf. HORN, Walter William, *op. cit.*, p. 40.

uma reutilização para uso monástico de uma *villa* de um nobre franco, por sua vez construída na tradição da *villa rustica* romana.¹⁸ Horn escreve:

*“That a Frankish farmhouse built in the Roman tradition could be converted into a Benedictine monastery without substantial alterations, bears witness to the close conceptual relationship of the Carolingian cloister plan with that of the Roman villa rustica.”*¹⁹

Quando o mosteiro de Lorsch foi reconstruído em uma localidade próxima ao primeiro entre os anos 784 e 804, conforme a *Figura I. 9*, a forma quadrada e as dimensões do novo claustro foram, segundo Horn, as mesmas adotadas posteriormente pelo autor da planta de São Galo.²⁰

O conceito de um pátio aberto com pórticos ao seu redor, afirma Horn, é de origem mediterrânea. A ordem e a simetria que caracterizam o sistema do claustro são, em última análise, clássicos. Feitas, porém, essas concessões para as influências do mundo antigo, é claro que nada inteiramente parecido com o esquema do claustro medieval existia na Antiguidade.²¹

*“However, I would be inclined to think that the primary influence in the development of the claustral theme came ... from the galleried courts of the Roman villa rustica. The monastery of Abbot Gundeland (765-74) at Lorsch - a Roman villa physically taken over and converted into a Benedictine monastery - is evidence that cannot be easily discarded or overlooked in this context...”*²²

Conclui, porém, que:

*“...in the form in which it appears in Lorsch and is adopted as a paradigmatic solution in the Plan of St. Gall, the U-shaped cloister with its galleried porches and its monastic houses tightly locked around them is an invention of the Age of Charlemagne.”*²³

Fizemos um longo, mas necessário, percurso para a partir das colocações de Horn e de Frazer estabelecer, por um lado, essa relação dos mosteiros, particularmente dos

¹⁸ Cf. *Ibid.*, p. 42.

¹⁹ Cf. *Ibid.*, p. 43.

²⁰ Cf. *Ibid.*, p. 45.

²¹ Cf. *Ibid.*, p. 47.

²² *Ibid.*, p. 48.

²³ *Ibid.*, p. 48.

claustros, com a Antigüidade, no caso, com a *villa rustica* romana. Mas, por outro lado, atribuir ao período carolíngio e a ordem beneditina, as características essenciais e as origens do mosteiro e do claustro medievais.

Dentre os inúmeros autores que já haviam estabelecido anteriormente a relação do mosteiro com a *villa rustica* romana é interessante transcrevermos as colocações de Raymond Rey e, na seqüência, as de Liliana Grassi:

*“Il est évident qu'on ne saurait confondre ces constructions [os laura egípcios] avec le type ordonné et régulier de la villa rustica, défini par Vitruve, qui inspira les premiers centres monastiques d'Italie, tels que les fondations de S. Ambroise, sortes de retraites à la campagne pour les prêtres émigrés des villes, qui recherchaient surtout l'isolement et non la vie en commun.”*²⁴

Por outro lado, Liliana Grassi, afirma que:

*“Le teorie sull'origine del monastero occidentale sono molte: sia che lo si voglia far derivare dall'atrio delle basiliche cristiane; sia dalla villa rustica romana secondo le notizie date da Vitruvio che la descrive come una grande corte con cucina disposta sui lati; sia dalla villa romana per la somiglianza dell'atrium con il chiostro, del tablinium con la sala capitolare, dei dormitori con i cubicola...”*²⁵

Para depois, com razão, argumentar que:

*“È sempre difficile, e forse impossibile, stabilire un punto di origine nella vita delle opere architettoniche. L'architettura è un fatto totale nel quale confluiscono troppo fattori di varia natura per voler costringere una risposta entro confini rigidi e precisi.”*²⁶

Para concluir podemos fazer algumas considerações acerca da *villa rustica* partindo, justamente, das informações que nos dá Vitruvio. Vitruvio (De Arch. VI. 5-6.) estabelece, inicialmente, uma diferença entre as casas urbanas e as casas de campo. Enquanto na cidade os átrios aparecem normalmente junto à entrada, no campo encontramos primeiro os peristilos, construídos à maneira dos peristilos urbanos, e posteriormente os átrios, circundados por pórticos. Após comprovar a salubridade do

²⁴ REY, Raymond. *L'art des cloîtres romans: étude iconographique*. Toulouse, Éduard Privat éditeur, 1955, p. 9.

²⁵ GRASSI, Liliana. *Storia e cultura dei monumenti*. Milano, Società Editrice Libreria, 1960, p. 128.

²⁶ *Ibid.*, p. 128.

sítio, a dimensão da casa é estabelecida em função da extensão da unidade agrícola produtiva e o número de pátios e a sua dimensão em função da quantidade de animais que deverá acolher. O local da cozinha no pátio é determinado em função da insolação, ou seja, no seu ponto mais quente, e junto a ela se localizam a estalagem para os bois, as salas de banhos e a *cella vinaria*, orientada, porém, para o norte para que o vinho não tome sol pois perderia o vigor e a limpidez. A *cella olearia* deve, ao contrário, estar voltada para o sul para receber luz das regiões quentes, pois o azeite, de fato, não deve nunca congelar, ao contrário, deve ser armazenado em lugares quentes para se refinar. O celeiro deve voltar-se para o norte ou situar-se em um local bem arejado para que o trigo não estrague pelo excesso de calor, e às estalagens para os cavalos deve reservar-se o local mais quente de toda a fazenda. Vitruvio termina alertando para a importância da boa iluminação em todos os edifícios.

Norberto Guarinello, porém, já chamava a atenção para as dificuldades que surgem ao se comparar o conteúdo da “tradição textual” relativa as *villae rusticae* com os restos arqueológicos conhecidos e dá como exemplo justamente a “determinação da posição ideal de cada aposento com relação aos pontos cardeais”, concluindo que:

“para prescrever a posição ideal de um aposento não era necessário levar em conta a disposição real dos outros aposentos, enquanto na construção efetiva de um edifício rural as decisões afetavam a organização interna da villa e deviam ser tomadas atendendo-se a uma escala de prioridades.”²⁷

Podemos imaginar, portanto, as dificuldades que não enfrentaríamos na comparação efetiva de um determinado mosteiro com essa “tradição textual”, em particular, com as descrições feitas por Vitruvio, como a citação de Grassi sugere que alguém tenha feito. Por outro lado, os historiadores, como Horn, não se remetem a exemplos concretos quando comparam os mosteiros com as *villae rusticae*, estabelecendo uma analogia que permanece ao nível da pura especulação.

*

Antes de darmos prosseguimento à evolução da arquitetura monástica é necessário, em um breve relato, tratar dos aspectos simbólicos relacionados aos mosteiros e aos claustros medievais. Podemos iniciar citando uma passagem do livro do humanista Lewis Mumford, *A cidade na história*:

“Os verdadeiros discípulos espirituais de Platão surgiram quase mil anos depois: os monges beneditinos. Mas quando São Bento criou sua utopia monástica, teve a prudência

²⁷ GUARINELLO, Norberto Luiz. Análise espacial de um edifício rural de época romana: a villa da localidade de Setti Termini no ager pompeianus. *Dédalo* n. 24: 207-234, 1985, p. 209.

de inverter todos os preceitos de Platão, substituindo a guerra pela paz e pela não resistência, e moderando a austera sabedoria e santificação diária do mosteiro com a disciplina do trabalho quotidiano, e unindo, dessa forma, em cada um segundo sua capacidade, todos as funções da vida que tão cuidadosamente Platão havia apartado. Além disso, o sistema beneditino ganhou força não no isolamento, mas por constituir uma cadeia de comunidades semelhantes, que trocavam seus produtos em toda a Europa."²⁸

Ao analisar as regras fixadas por Platão quando concebe o seu ideal de cidade, a partir da descrição quer de "Atlântida" no *Crítias* mas principalmente, da forma como o tema é abordado nas *Leis*, Munford enfatiza o caráter "restritivo e autoritário" das teses platônicas. Segundo ele, a manutenção da instituição urbana da guerra cristalizada nas formas arcaicas da cidadela, a insistência no princípio da perfeição funcional baseada na especialização profissional do indivíduo e na divisão social do trabalho e a prevalência do isolacionismo em contraposição a uma concepção federativa das cidades, são alguns dos aspectos que o leva a afirmar que "a *pólis* de Platão poderia ser descrita como uma prisão murada sem lugar para as verdadeiras atividades da cidade dentro do seu pátio interno."²⁹

Os preceitos de São Bento baseados no aforismo *Ora et Labora* ao inverter, segundo a citação, os princípios de Platão, parece ter salvado os mosteiros de todos esses males. Mesmo admitindo numa passagem posterior do seu livro, que "a colônia monástica tornou-se, na realidade, uma nova cidadela..." concebendo-a, portanto, como um complexo de edifícios fortificados, Munford faz a ressalva de que ela "...era, porém, uma *cidadela da alma* (grifo nosso) e seu palácio era a Abadia."³⁰ Aqui o autor parece estar fazendo alusão aos tratados cristãos medievais que associavam o mosteiro, simbolicamente, ora ao purgatório, ora ao paraíso. No primeiro caso comparavam-no a uma "prisão aberta" onde as dificuldades e as tribulações da vida monástica eram compensadas pelo fato que as pessoas que para lá se dirigiam, o faziam por sua própria iniciativa e estavam, portanto, reclusas nessa "prisão" somente pelo temor a Deus. No segundo caso, a estrutura fortificada simbolizava a vontade de enclausurar-se e de isolar-se em uma solidão dedicada a Deus, uma espécie de "Paraíso Terrestre", na recusa total do modo de vida do mundo exterior.³¹

Paul Meyvaert afirma que, de fato, os historiadores da espiritualidade monástica têm, ultimamente, dedicado uma atenção especial ao tema do "mosteiro como prisão", reconhecendo que o termo *claustrum*, na sua acepção antiga, tem uma importância fundamental:

²⁸ MUNFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, suas transformações, suas perspectivas*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia Ltda., 1965, p.238.

²⁹ *Ibid.*, p. 232.

³⁰ *Ibid.*, p. 322.

³¹ Cf. PUCETTI, Sonia. "Notte sulla simbologia del monastero". In: Castelli, P. (coord.), *Iconografia di San Benedetto nella pittura della Toscana: immagini e aspetti culturali fino al XVI secolo*. Firenze, Centro d'Incontro della Certosa di Firenze, 1982, p. 391-98.

"[...] its primary meaning is that of the bolt, bar or key that secured the gate or door - a barrier. In a transferred way, it then comes to designate the place thus secured, a confined space, the rampart or wall that surrounds a camp or city, a prison or whatever can be considered a prison - the body as prison of the soul, hell as prison of the damned."³²

Gregorio Penco ao se referir à concepção espacial dos mosteiros medievais relaciona-os à recuperação do paraíso terrestre:

*"È chiara, infatti, la grande importanza che ha, nella concezione e nella rappresentazione dello spazio, il chiostro-giardino, visto come luogo paradisiaco per eccellenza, [...] L'edificio monastico è infatti il simbolo di quell'unità cosmica che è stata distrutta dal peccato, [...] simbolo di un ritorno allo stato paradisiaco."*³³

A ligação que se estabeleceu entre a utopia monástica e a utopia platônica encontra também a sua confirmação na recorrência de ambas ao universo simbólico dos números. A cidade ideal, na antigüidade clássica, era concebida como a representação do cosmo cuja ordem perfeita era interpretada como o resultado de relações proporcionais, ou seja, numéricas. A cidade era, portanto, um microcosmo regulado pelas mesmas leis que regulam o universo. Lagopoulos, em um artigo publicado recentemente pela *Revista de História da Arte e Arqueologia* da Unicamp, cita alguns exemplos, na Grécia Antiga, onde os números exerceram um papel fundamental na concepção da cidade ideal: a reforma de Clístenes para Atenas na segunda metade do séc. VI a. C., o modelo urbano de Hipodamus no séc. V a. C., além dos exemplos já mencionados relativos a Platão para quem essa "interrelação era uma das principais preocupações."³⁴

Segundo Sonia Pucetti, o emprego desse simbolismo numérico e figurativo da antigüidade grega, particularmente da corrente filosófica pitagórica, foi amplamente difundido na Idade Média por intermédio das reinterpretações dos textos antigos. Se, por um lado, os exegetas medievais depuravam-no de todos aqueles elementos mais diretamente vinculados à cultura pagã, por outro vislumbravam nos números e nas suas progressões aritméticas algo de mágico e simbólico, que teve a sua repercussão no campo da arquitetura. A unidade estava relacionada ao ser supremo, Deus, e o número três

³² MEYVAERT, Paul. The Medieval Monastic Claustrium. *Gesta* 12, n. 1-2: 53-59, 1973, p. 53. Meyvaert menciona em particular dois historiadores, Dom Gregorio Penco e Dom Jean Laclercq, respectivamente nos seguintes artigos: *Monasterium-Carcer. Studia Monastica*, 8, 1966, 133-43 e *Le cloître est-il une prison? Revue d'ascétique et de mystique* 47, 1971, 407-20.

³³ PENCO, Gregorio. "Un elemento della mentalità monastica medievale: la concezione dello spazio." In: *Il monachesimo fra spiritualità e cultura*. Milano, Jaca Book, 1991, pp. 169-170.

³⁴ LAGOPOULOS, Alexandros-Phaidon. Semiotics and archeology: the fine arts and the conception of space in ancient Greece. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, n. 1: 9-22, 1994, p. 19.

relacionado, entre outros, ao mistério da Trindade. Mas é a simbologia relacionada ao número quatro que nos interessa particularmente:

“...il quattro è il numero dell'uomo inteso come microcosmo, composto da quattro elementi e svilupantesi attraverso quattro età, la cui anima, costruita anch'essa di forma quadrata, [é] paragonata da Ugo di Fouilloy [De claustro anime] ad un chiostro in cui lati sono le quattro virtù teologali, a forma di un cubo simbolo della 'costanza della virtù'.”³⁵

O número sete, que é o produto da soma do três e do quatro, estava relacionado, por exemplo, ao sábado, o dia em que Deus descansou do trabalho da semana e às sete artes liberais do trívio e do quadrívio, e, finalmente, o número doze, produto da multiplicação do três e do quatro, aos doze apóstolos, aos doze patriarcas e às doze portas da cidade de *Jerusalém Celestial* descrita na Bíblia.

O claustro desempenha um papel essencial na vida da comunidade monástica como centro articulador dos seus ambientes principais e, ainda segundo Sonia Pucetti³⁶, se a esta sua importância funcional acrescentarmos a sua importância espiritual, como local de orações, fica evidente a razão pela qual a ele se atribua um proeminente valor simbólico. Segundo Maurice Eschapasse, o claustro é sem dúvida a contribuição mais original da arquitetura monástica e para salientar o seu simbolismo transcreve uma passagem de um texto, *Rationale divinorum officiorum*, escrito no século XIII por Guillaume Durand:

“Le cloître représente la contemplation dans laquelle l'âme se replie sur elle-même et où elle se cache après s'être séparée de la foule des pensées charnelles et où elle médite les seuls biens célestes. Dans ce cloître, il y a quatre murailles qui sont: le mépris de soi-même, le mépris du monde, l'amour du prochain et l'amour de Dieu.”³⁷

As virtudes envolvem, portanto, o claustro pelos quatro lados, correspondendo a cada lado uma virtude, representada e especificada, posteriormente, por cada uma das quatro fileiras de capitéis das colunas que o compõem.

*

³⁵ PUCETTI, Sonia, op. cit., p. 392.

³⁶ Cf. Ibid., p. 394.

³⁷ ESCHAPASSE, Maurice. *L'architecture bénédictine en Europe*. Paris, Editions des Deux-mondes, 1963, p. 18.

Feito esse parêntese, podemos, acompanhando principalmente as proposições de Braunfels, dar prosseguimento à evolução da arquitetura monástica, abordando as transformações que ela sofreu a partir do período carolíngio.

Uma aplicação das disposições gerais do plano de São Galo (Sankt Gallen), pode-se ver na planta da abadia de Cluny, na Borgonha, datada de meados do século XI. Trata-se de uma reconstituição gráfica feita a partir das escavações arqueológicas coordenadas pelo historiador e arquiteto americano K. J. Conant e por ele batizada de "Cluny II". Percebe-se ali, a mesma orientação geral (ver a *Figura I. 10*). A igreja com o seu eixo longitudinal no sentido leste-oeste e os edifícios do dormitório, do refeitório e do celeiro em torno do claustro acoplado à lateral sul da igreja. A sala capitular³⁸ junto ao claustro debaixo do dormitório e, à oeste junto à entrada, o edifício estreito e comprido que abrigava, no segundo pavimento, o dormitório e o refeitório dos conversos ou irmãos leigos, são as novidades, em relação ao plano de S. Galo, introduzidas pela abadia de Cluny³⁹.

Por outro lado, segundo a interpretação de Braunfels⁴⁰, das quatro áreas do plano de São Galo, somente três permaneceram no mosteiro de Cluny. Foram excluídos os edifícios do âmbito agropecuário e quase todos os edifícios dedicados ao artesanato. "Nada de oficinas, nada de granjas no interior do recinto"⁴¹, pois os monges já não trabalhavam no campo e Cluny arrendava as suas terras. De fato, Duby ressalta que:

"[...] segundo a interpretação clunisiana da regra de S. Bento, o trabalho manual imposto aos monges tornava-se simbólico, o ideal de suficiência permanecia, mas o abastecimento cabia a explorações satélites, a 'decanatos' dispersos no campo [...]"⁴²

A vida monástica estava, exclusivamente, a serviço dos ofícios litúrgicos já que, "o convívio foi concebido pela cultura clunisiana como uma liturgia permanente e estritamente ritualizada"⁴³. Um dos aspectos dessa liturgia eram as procissões que, a partir do altar principal, prosseguia ao redor do claustro incluindo várias "estações", entre as quais, uma antes da entrada principal da igreja. Conforme a explicação de Conant:

"Near the close of this [the main door] the head of the procession went on before into the church, as Christ before his disciples into the 'Galilee'. From this 'Galilee' station of the

³⁸ Esse nome origina-se do fato de que nela se liam os capítulos da Regra. (Cf. BRAUNFELS, Wolfgang. *Monasteries of Western Europe: the Architecture of the Orders*. New York, Thames & Hudson Ltd., 1993, p. 11.)

³⁹ Cf. BRAUNFELS, Wolfgang, op. cit., pp.52-53.

⁴⁰ Cf. Ibid., p. 52.

⁴¹ DUBY, Georges. *História da vida privada, 2: da Europa feudal à Renascença*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 58.

⁴² Ibid., p. 58.

⁴³ Ibid., p. 58.

*Cluniac liturgy (then very influential) arose an interesting development of 'Galilee' vestibules or ante-churchs, [...]*⁴⁴

Chamamos a atenção para esse aspecto da planta de Cluny II, ressaltado por Conant, pois esses espaços que antecedem a entrada e o corpo principal das igrejas tiveram, como se sabe, grande repercussão também na arquitetura religiosa brasileira. Ao se referir a eles, porém, os historiadores não fazem a devida distinção entre os significados dos termos "galilé" e "nártex". Pelo contrário, são normalmente utilizados como sinônimos quando querem determinar a origem dos nossos alpendres e pórticos.⁴⁵ Se o "nártex", de origem mais remota, define o espaço ocupado pelo catecúmenos que não podiam penetrar o recinto do templo, a "galilé" tem a sua origem, conforme a citação acima, relacionada às procissões incluídas na liturgia da ordem beneditina de Cluny.

Apesar de a regra de S. Bento prescrever a independência dos mosteiros, a abadia de Cluny estabeleceu um sistema altamente centralizador. Do século X ao século XII, destacou-se dentre os demais mosteiros da época, tornando-se a "capital" de um "estado monástico". Com as obras de ampliação empreendidas a partir de Cluny II, torna-se o maior edifício religioso já construído no Ocidente, dominando ao redor de 314 abadias e priorados em toda a Europa. Para que se faça uma idéia dessa magnitude, o comprimento da nave da igreja que contava com aproximadamente 57 metros, passa a contar com 187 metros em "Cluny III", que corresponde ao estágio do mosteiro por volta de 1180. Os seus abades tornam-se verdadeiros príncipes monásticos e conselheiros no âmbito profano, uma vez que monarcas e imperadores recorrem a eles para se submeterem à sua arbitragem e aos seus conselhos.⁴⁶

*

Contra esse poder e essa monumentalidade dirigiu-se a crítica dos cistercienses, em particular de São Bernardo que, segundo Braunfels, ao exercer uma poderosa força de convicção, empreendeu uma verdadeira batalha contra os abades de Cluny. Ao invés de viver em um ideal de pobreza preconizado pela Regra, a comunidade monástica, no seu conjunto, acabou por tornar-se imensamente rica. S. Bernardo lutou, portanto, contra o luxo e contra tudo aquilo que distraía a atenção dos monges da contemplação divina. Proibiu as esculturas, pinturas e, inclusive, os rebocos nas paredes do templo com repercussões evidentes na arquitetura. Nenhum elemento arquitetônico podia mostrar decorações figurativas. Criticou severamente os adornos dos capitéis dos claustros dos mosteiros ligados a Cluny, cujas seqüências escultóricas, pode-se contemplar ainda no mosteiro de Moissac (ver *Figura I. 3*). Censurou as dimensões dos templos, a suntuosidade e o luxo dos utensílios para o culto. Os templos não podiam ostentar torres e

⁴⁴ CONANT, Kenneth John. *Benedictine Contributions to Church Architecture*. Latrobe, Pennsylvania, The Archabbey Press, 1949, p. 19.

⁴⁵ Cf. BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1983, p. 148.

⁴⁶ Cf. BRAUNFELS, Wolfgang, op. cit., pp. 47-66.

deviam buscar a simplicidade na expressão das fachadas. A expressão arquitetônica da nova ordem deveria se ater exclusivamente à clareza, precisão e simplicidade, obtidas, segundo Braunfels, por meio da estereotomia da pedra e dos efeitos da iluminação, da acústica e das proporções do edifício.⁴⁷

A história da ordem cisterciense demonstrará entretanto, e segundo as proposições de Braunfels, que o ideal de pobreza resulta mais difícil de herdar do que a riqueza que se acumulará em função da estreita relação entre trabalho e ascetismo. Os monges haviam se retirado para os lugares mais ermos para fundarem os seus mosteiros. Porém, por meio do trabalho árduo, converterão aqueles vales, antes pantanosos, em ricas terras, o que os impossibilitará de manter aquele ideal. Do mesmo modo, a arquitetura deixará também, com o tempo, de expressar aquela implacável simplicidade. Se as pinturas e as esculturas monumentais foram sempre evitadas, em seu lugar aparecerão alguns cômodos que se tornarão os mais suntuosos da arquitetura medieval no século XIII, como estão a testemunhar, por exemplo, as salas capitulares e os refeitórios dos mosteiros de Poblet na Espanha, de Casamari na Itália e de Maulbronn e Eberbach na Alemanha.⁴⁸

Em consequência das normas rígidas estabelecidas, a maioria dos mosteiros cistercienses têm uma configuração genérica similar. O que levou o historiador francês Marcel Aubert a propor, em 1943, o denominado "plano ideal de um mosteiro cisterciense". Para Braunfels, esse esquema corresponde ao ponto culminante, claro e racional, da evolução do mosteiro medieval. Um organismo maduro onde se evitou qualquer detalhe supérfluo e onde a clareza domina a estrutura da planta. Baseado neste documento, que reproduzimos na *figura I. 11*, podemos, brevemente, relacionar as principais contribuições da nova ordem para a evolução do esquema monástico.⁴⁹

Ao contrário da ordem de Cluny, a igreja para os cistercienses estava destinada, exclusivamente, aos monges e aos irmãos conversos e não previa espaço algum para o povo e para os peregrinos. Dessa forma, ao renunciar aos amplos portais, restou na fachada um pequeno pórtico (n. 7 da *Figura I. 11*) ao invés das amplas galerias da galilé da igreja de Cluny, mantendo-se, porém, o eixo longitudinal da planta basilical. Um aspecto de interesse para a tradição da arquitetura religiosa no Brasil e tendo em vista o papel dos cistercienses e o prestígio que S. Bernardo teve em Portugal, é a adoção da abside retangular (n. 1 da *Figura I. 11*) que, segundo Braunfels, vem de um antigo costume borgonhês. A divisão do espaço da nave entre os monges e os irmãos leigos e os acessos distintos relacionados com os respectivos dormitórios, o dos conversos ocupando agora uma das alas do claustro por cima do celeiro, é uma particularidade do mosteiro cisterciense (ver n. 3, 6, 12 e 13 da *Figura I. 11*). Mantém-se, por outro lado, a funcionalidade do acesso direto entre o coro e o dormitório dos monges, através da escadaria localizada no transepto sul da igreja, para garantir os ofícios litúrgicos das primeiras horas canônicas (n. 8 da *Figura I. 11*). Finalmente, a principal mudança que os monges de Cister introduziram, foi a nova disposição do refeitório (n. 22 da *Figura I. 11*) em ângulo reto e não mais paralela à lateral sul do claustro. Dessa forma, os edifícios que

⁴⁷ Cf. *Ibid.*, pp. 67-74.

⁴⁸ Cf. *Ibid.*, pp. 72-74.

⁴⁹ Cf. *Ibid.*, pp. 74-79.

formam as tradicionais alas do claustro por trás da estrutura contínua do pórtico, ganham, com Cister, uma maior autonomia. Acentua-se, assim, o caráter independente dos vários corpos (dormitório, refeitório e celeiro) que, segundo Braunfels, marcou a arquitetura monástica na Idade Média. De fato, os refeitórios passam a rivalizar em altura com o corpo da nave da igreja, por meio da adoção de pés direitos cada vez mais altos já que, ao contrário das outras alas, constituíam-se em corpos de um único andar.⁵⁰

*

De suma importância para o entendimento da evolução da arquitetura monástica e para alguns aspectos essenciais que a maioria dos edifícios dos mosteiros e dos conventos apresentam ainda hoje, inclusive no Brasil, são as inovações que sofreram as estruturas arquitetônicas até aqui analisadas, por força das ordens mendicantes, em particular, dos franciscanos e dos dominicanos.

Diferentemente das ordens monásticas, as ordens mendicantes optaram por construir os seus conventos junto às muralhas das cidades mais densamente povoadas, já que a sua intenção não era retirar-se do mundo como sucedia com os monges. De fato, denominavam-se de "frates minores" e, distanciando-se das "ordens maiores", substituíam os ofícios litúrgicos do coro pela pregação junto à comunidade.⁵¹

Mantiveram o elemento estrutural do claustro e a localização ao seu redor da igreja, da sala capitular, do dormitório e do refeitório, apesar de não necessitarem mais do celeiro uma vez que não se dedicavam mais ao cultivo do campo. Viviam das esmolas que adquiriam, à medida do necessário, nas cidades, e não faziam a distinção entre sacerdotes e conversos.

Segundo Braunfels, as inovações na estrutura arquitetônica herdada das ordens monásticas, estavam relacionadas ao grande número de religiosos que ocasionou, em alguns estabelecimentos, à construção de mais de um claustro em um mesmo complexo monástico. Além disso, é fundamental a opção feita pelos frades mendicantes pelas celas individuais que rompe com a longa tradição dos dormitórios coletivos utilizados desde a redação da regra de São Bento onde estavam previstos. O individualismo ingressa, segundo Braunfels, no antigo organismo eminentemente coletivo. Essa exigência das celas individuais, consequência do desejo de privacidade que se manifesta no fim da Idade Média⁵², conduz a uma mudança radical do esquema monástico. A necessidade de espaço para as celas, mas inclusive para as salas de estudo e para bibliotecas mais espaçosas, resultou em um corpo arquitetônico uniforme e contínuo, no qual as celas distribuíam-se pelo segundo andar das três alas que circundavam o claustro. Os pórticos de dois andares nascem, inclusive e muito provavelmente, em função da necessidade de

⁵⁰ Cf. *Ibid.*, pp. 75-76.

⁵¹ Cf. *Ibid.*, pp. 125-136.

⁵² Cf. BAUER, Nancy, O.S.B.. *Monasticism After Dark: From Dormitory to Cell. American Benedictine Review*, 38: 95-114, 1987.

uma espécie de galeria de distribuição ao longo das fileiras de celas que não eram necessárias nos mosteiros anteriores.⁵³

Entre os exemplos mais antigos dessa nova solução, Braunfels destaca a do convento de São Marcos em Florença, projeto de Michelozzo de 1433-34, cujas plantas reproduzimos na *Figura I. 12*. Salienta que ele concebeu ali um complexo conventual como obra arquitetônica uniforme, onde, por meio da "coroa de celas individuais" do segundo andar, rompeu com a autonomia que no esquema medieval adquiriram as alas do dormitório, do refeitório e do celeiro respectivamente. As demais ordens religiosas passam a adotar, desde então, essa nova solução, inclusive os beneditinos a partir de 1419, graças a uma autorização do papa Martinho V.⁵⁴ A ampliação das áreas dos dormitórios pelas três alas do claustro formando um único corpo arquitetonicamente uniforme de celas individuais é, como veremos, uma constante nos mosteiros e conventos do período colonial no Brasil.

*

Finalmente, um último modelo que contribuiu para uma solução diferenciada do esquema da arquitetura monástica e que teve repercussão, ainda que tímida, entre nós, dá-se, segundo Braunfels, por meio de uma série de "mosteiros monumentais" da Espanha e de Portugal. A forte influência que a monarquia exerceu ali, mais que em nenhuma outra região da Europa e, por outro lado, o papel que os reis desempenharam na Reconquista da Península Ibérica, a ponto de, freqüentemente, implantarem-se mosteiros como centro religioso e militar das terras reconquistadas aos muçulmanos e nas quais os reis construíam, muitas vezes, as suas residências, gerou uma "associação entre palácio real e mosteiro" que se tornou ali um símbolo característico. Ao contrário dos apartamentos imperiais dos mosteiros alemães, construídos pela própria ordem religiosa para oferecer alojamento ao imperador em sinal de subserviência, na Península Ibérica eram os monarcas que doavam os seus palácios às comunidades religiosas.⁵⁵

Essa idéia de reunir em um único organismo o palácio real e o mosteiro encontra uma solução clássica no Escorial, construído por Felipe II como sede do governo e de uma comunidade de monges submetidos à regra de São Jerônimo. Segundo Braunfels, "trata-se da primeira edificação estritamente axial e estritamente simétrica da arquitetura monástica do Ocidente"⁵⁶. A igreja com o seu átrio ocupam o eixo central da composição e está orientada, conforme a tradição, no sentido leste-oeste. Na lateral sul, localizam-se os edifícios do mosteiro em torno dos claustros e, ao norte, o palácio e demais dependências ao redor de pátios.

A construção do Escorial está relacionada, por outro lado, ao movimento que, iniciado com o Concílio de Trento, deu um novo impulso ao monaquismo e que levou

⁵³ Cf. BRAUNFELS, Wolfgang, op. cit., p. 136.

⁵⁴ Cf. Ibid., p. 136.

⁵⁵ Cf. Ibid., p. 192.

⁵⁶ Ibid., p.199.

Bazin a chamá-lo "le second souffle de la civilization monastique"⁵⁷. Ao se referir ao Escorial como um organismo religioso-civil, ele afirma que:

*"Dans la catholicité, ébranlée par la Réforme et raffermie par la réaction que celle-ci provoqua, Philippe II créa à l'Escorial un nouveau type d'établissement public, groupant dans son enceinte de multiples fonctions religieuses et civiles, de manière à en faire une sorte de Cité de Dieu, fondée sur l'alliance du Trône et de l'Autel. Cet exemple sera imité littéralement au XVIII.e siècle, par Jean V de Portugal à Mafra."*⁵⁸

Antes do convento de Mafra, porém, essa solução simétrica foi adotada, como veremos, em dois mosteiros beneditinos fundados nos séculos XVI e XVII em Portugal. No Brasil, somente os jesuítas adotaram, algumas vezes, o novo modelo.

⁵⁷ BAZIN, Germain. *Les palais de la foi: le monde des monastères baroques: Italie, Pays Ibériques, France*. Fribourg, Office du Livre, 1980, vol. I, p. 7.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 10.

Portugal

Até a época carolíngia não havia, no Ocidente, uma prevalência da regra de São Bento sobre as demais regras monásticas. Até aquele momento, havia o que José Mattoso denominou "o regime da *regula mixta*", isto é, um tipo de conduta que se baseava em um texto que era o resultado do agrupamento de várias regras e que levava em consideração, inclusive, as tradições locais. Ou seja, uma espécie de "ecletismo em matéria de observância e costumes"⁵⁹. Segundo esse autor e como anteriormente visto, só se pode falar da predominância da regra de São Bento, no contexto do império carolíngio, com a reforma empreendida por S. Bento de Aniano, portanto, a partir do século IX e nas demais regiões européias à medida que aquelas instituições monásticas foram se propagando.

Ora, o condado portugalense foi uma das últimas, senão a última, região da Europa a sofrer tais influências e onde, segundo Mattoso, por mais tempo perdurou o regime da *regula mixta*. Até a adoção do modelo vindo de além Pirineus, a referência explícita dos mosteiros que buscavam uma observância rigorosa era, entre outras, a *Regula communis* redigida sob o patrocínio de S. Frutuoso de Braga que ali viveu no século VII⁶⁰. Apesar de que S. Rosendo, no século X, parece ter contribuído para fazer penetrar alguns dos aspectos do monaquismo-carolíngio beneditino na Galícia e dali para o norte de Portugal⁶¹, essa tendência que visa criar comunidades religiosas auto-suficientes e fixas, seguida por todos os mosteiros do império e que a abadia de Cluny desenvolveu e propagou ao extremo, só penetrou em Portugal, por intermédio dela, nos fins do século XI. Segundo Mattoso:

*"Este tipo de monaquismo, que apresento sob a égide de Cluny - porque de facto são os costumes da célebre abadia borgonhesa que mais influenciaram os monges peninsulares -, superou tão profundamente o monaquismo ibérico, que ainda no século XIX os mosteiros beneditinos da Congregação Portuguesa observavam fielmente as mesmas tradições."*⁶²

Essa nova corrente não poderia atingir a região do norte de Portugal sem antes passar por Aragão, Navarra, Leão e Castela. Nos dois primeiros reinos, segundo Mattoso, as adesões à regra de São Bento deram-se nos mosteiros de San Juan de la Peña em 1028 e em Leyre em 1032, por meio da ação direta de monges cluniacenses que gozavam da proteção real. Em Leão e Castela a ação dos mesmos monges não se deu antes de 1073, data em que o rei Afonso VI doa a Cluny o mosteiro castelhano de Santo Isidoro de las Dueñas. Cinco anos mais tarde é o mosteiro de Sahagún que passa a adotar aquela

⁵⁹ MATTOSO, José. "O monaquismo ibérico e Cluny". In: *Religião e cultura na Idade Média portuguesa*. [Lisboa], Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1997, p. 55.

⁶⁰ Cf. Idem. "Sobrevivência do monaquismo frutuosiano em Portugal durante a Reconquista". In: op. cit., pp. 11-27.

⁶¹ Cf. Idem. "S. Rosendo e as correntes monásticas da sua época." In: op. cit., pp. 29-53. S. Rosendo foi um reformador galego nascido em Monte Córdova, perto de Santo Tirso, que viveu no século X.

⁶² Idem. "O monaquismo ibérico e Cluny". In: op. cit., p. 57.

reforma. Foram desse dois mosteiros que os novos costumes, rapidamente transmitidos, atingiram a região do norte de Portugal.⁶³

Além da preocupação de seguir apenas a Regra de São Bento com a exclusão de outras, os monges estrangeiros que, em fins do século XI, chegaram ao condado portugalense davam, conforme as normas do monaquismo cluniacense, grande importância ao culto divino, estabeleciam normas em que se regulavam minuciosamente os atos litúrgicos, com um alto grau de planejamento da organização interna da comunidade. Além de perseguir o ideal de uma vida monástica voltada à contemplação, em que se previam todas as ações dos monges, conservavam, ainda, aquelas tendências para a grandeza e suntuosidade dos edifícios, da vastidão dos domínios e do grande número de monges e dependentes, já que se reduzia cada vez mais o tempo dedicado ao trabalho manual. Porém, em Portugal, segundo Mattoso:

*"Não esperemos ver [...] comunidades tão numerosas, organização tão perfeita, liturgia tão deslumbrante nem edifícios tão imponentes. Mas a partir de certa altura o ideal a alcançar orienta-se muito mais para um tipo de vida deste gênero, do que o proposto antigamente por S. Frutuoso, tão preocupado com a pobreza individual e comunitária, com o trabalho manual e com a obediência ao bispo."*⁶⁴

De todo modo, ao se referir às consequências da penetração em Portugal dos novos costumes, Mattoso salienta a melhoria geral do nível de vida com novos hábitos alimentares, no mobiliário e no vestuário, o aumento da atividade econômica, a maior preocupação cultural refletida na melhoria relativa do latim empregado nos atos jurídicos e, o que mais nos interessa, "a maior atenção prestada aos edifícios e à sua decoração monumental"⁶⁵.

Ora, tendo por base as idéias que antes expusemos, que relacionam o "monaquismo beneditino-carolíngio" com a organização dos edifícios do mosteiro em torno do claustro, podemos afirmar que é só nessa época também, ou seja, em fins do século XI, que se constróem em Portugal, muito provavelmente, os primeiros edifícios monásticos desse modelo, porém, já sob o viés cluniacense, inspirados, em particular, nas versões regionais que a província francesa da Aquitânia gerou a partir de Cluny II e que, segundo Mattoso, "mais caracterizou a fórmula beneditina portugalense."⁶⁶

Ele relaciona os primeiros mosteiros portugueses que já tinham adotado, com grande probabilidade entre 1081 e 1090, os costumes monásticos de tipo cluniacense: Lorvão, Arouca, Vacariça, os dois primeiros posteriormente convertidos para as normas cistercienses, além de Pendorada, São Romão do Neiva e Paço de Sousa. Logo depois de 1090 até 1125 seguiam-se-lhes muitos outros, entre os quais Santo Tirso, Tibães e Pombeiro⁶⁷. Porém, a maioria desses mosteiros foram reconstruídos em épocas

⁶³ Cf. Idem. "A introdução da Regra de S. Bento na península ibérica". In: op. cit., pp. 73-90.

⁶⁴ Idem. "O monaquismo ibérico e Cluny". In: op. cit., p. 66.

⁶⁵ Ibid., p. 72.

⁶⁶ MATTOSO, José. "O monaquismo tradicional em Portugal no século XII". In: *Fragments de uma composição medieval*. Lisboa, Editorial Estampa, 1987, p. 178.

⁶⁷ Cf. Idem. "O mosteiro de Rendufe (1090-1570)". In: *Religião e cultura na Idade Média portuguesa*. [Lisboa], Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997, pp. 205-279.

posteriores ou não conservaram integralmente o seu conjunto monástico. De modo que não há, provavelmente, um único exemplar íntegro do modelo de mosteiro construído em Portugal nesse período.

No século XII, seguindo as proposições de Mattoso, o monaquismo português "mostra uma imensa pujança" e é o período na história de Portugal, de maior vitalidade e pluralidade no que tange à vida religiosa. De fato, às primeiras adesões dos mosteiros aos costumes cluniacenses segue-se um período de hesitações e de resistências até que se acabe por adotar, paralelamente, uma fórmula religiosa não beneditina, baseada na regra de Santo Agostinho, seguida por alguns mosteiros no segundo quartel do século XII. São as comunidades de cônegos regrantes que se expandem a partir do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, fundado em 1131⁶⁸.

A vida religiosa espontânea também não desapareceu. Foi substituída por agrupamentos eremíticos que exerceram um papel importante, pois estão relacionados com o aparecimento, em Portugal, dos monges cistercienses, a principal vertente das reformas religiosas de século XII. Estabeleceram-se ali, em 1140, no mosteiro de Tarouca e logo se estenderam a outros mosteiros e grupos eremíticos, tais como Santa Maria de Aguiar e São Pedro das Águas, antes da fundação da célebre abadia de Alcobaça. O fato de muitos dos primeiros mosteiros de monges cistercienses terem se originado de agrupamentos de eremitas, mostra que o seu ideal aproximava-se do deles e, em contraposição aos monges cluniacenses, restauravam a austeridade e o trabalho manual⁶⁹.

No entanto, como vimos anteriormente, a tendência para a acumulação de bens fruto da sua capacidade organizadora e do favor concedido por reis e grandes senhores, fará com que os monges cistercienses, como as demais ordens monásticas recém fundadas, "não pudessem evitar os riscos e as ambigüidades da posse comunitária de vastos domínios e de edifícios sumptuosos. A generosidade que levava os benfeitores a cumular de bens os monges e cônegos regrantes [...] levava os religiosos à riqueza e ao poder."⁷⁰ Porém, o que nos importa é que, em função do aparecimento dessas novas ordens religiosas:

"Os monges beneditinos já por essa altura [1160] tinham geralmente perdido, em Portugal, o fervor que alcançaram no final do século XI e lhes permitira renovar os antigos mosteiros de costumes hispânicos."⁷¹

Durante o século XIII, nos mosteiros beneditinos, dá-se o que Mattoso definiu como sendo a "senhorialização" dos abades. Estes adquirem "a mentalidade de verdadeiros senhores feudais", ao se afastarem das necessidades espirituais dos monges, ao se preocuparem principalmente com as questões administrativas do domínio e ao confiarem ao prior as questões disciplinares e a direção espiritual da comunidade. De fato, segundo Mattoso:

⁶⁸ Cf. Idem. "Eremitas portugueses no século XII". In: op. cit., pp. 103-145.

⁶⁹ Cf. Ibid., pp. 103-145.

⁷⁰ Idem. "O ideal de pobreza e as ordens monásticas em Portugal durante os séculos XI-XIII". In: op. cit., p. 315.

⁷¹ Idem. "Eremitas portugueses no século XII". In: op. cit., p. 124.

*"Se durante o século XII, os abades de alguns mosteiros mostraram a sua benevolência para com os monges concedendo vários bens para diversos fins, no século seguinte, pelo menos a partir de 1235, as tensões e querelas tornam-se frequentes."*⁷²

Apesar de não se verificarem ainda acusações de ordem disciplinar, que surgirão a partir do século seguinte, não se pode considerar exemplar a observância beneditina no século XIII, como atesta o desleixo em relação à prática da pobreza e da esmola, ainda mais "quando nos lembramos de que, durante esta mesma época, os monges podiam ter conhecimento de uma prática evangélica da pobreza, inaugurada pelos franciscanos. Não se descortina o mínimo sinal de sensibilização ao seu ideal."⁷³ As preocupações, ao contrário, concentram-se, sobretudo no caso dos monges, na defesa dos seus privilégios e na subsistência material, enquanto os abades tratavam, em primeiro lugar, de afirmar o seu prestígio senhorial e de defender as rendas do domínio.

Por meio da análise que José Mattoso fez sobre o mosteiro beneditino de Rendufe, na diocese de Braga, que abrange o período de 1090 a 1570⁷⁴, pode-se obter um retrato do que foi, a partir de meados do século XIV, em Portugal, a decadência das ordens religiosas em geral e das ordens monásticas em particular, como consequência da crise que atingiu a Igreja com o Cisma do Ocidente e das dificuldades que enfrentavam os portugueses. De fato, segundo Bourdon, o reinado de D. Pedro (1357-1367), "marca o início de uma crise profunda que pôs termo à primeira dinastia"⁷⁵. Além da degeneração das famílias reais em consequência dos casamentos entre as casas de Portugal e Castela, o autor ressalta as graves dificuldades por que passa Portugal durante a Guerra dos Cem Anos, a peste negra que assolou o país e as desvalorizações sucessivas da moeda, adotada pelos soberanos, em função da rarefação dos metais preciosos.

Explorados antes pela nobreza local, o que gerou inúmeros conflitos com as famílias patronais, como a dos Vasconcellos no caso de Rendufe, os mosteiros de Portugal passam, a partir do início do século XV, a ser dirigidos pelos "abades comendatários", cuja má administração os leva à ruína. A principal preocupação dos abades comendatários parecia ser, segundo Júlio Gil, "a de embolsar os rendimentos dos mosteiros sem curar da sua conservação nem das próprias condições de vida dos religiosos."⁷⁶ Vindos de fora, podiam ser tanto leigos como religiosos, e recebiam "in commendam" de el-rei, as diversas propriedades monásticas. O regime dos comendatários acentuou, segundo Smith, o declínio do prestígio que desde o século XIII, os mosteiros apresentavam e que fez com que várias de suas igrejas fossem extintas ou convertidas em paróquias. Esse sistema, que prevaleceu durante todo o século XV, perdurou até meados do século XVI, "até que, em 1549, D. Antônio da Silva, último comendatário de Santo Tirso, conseguiu que viessem da Espanha os dois monges

⁷² Idem. "A vida religiosa dos beneditinos portugueses durante o século XIII". In: op. cit., p. 152.

⁷³ Ibid., p. 179.

⁷⁴ ver nota 63.

⁷⁵ BOURDON, Albert-Alain. *História de Portugal*. Coimbra, Livraria Almedina, 1973, p. 43.

⁷⁶ GIL, Júlio. *As mais belas igrejas de Portugal*. Lisboa/ São Paulo, Editorial Verbo Ltda., 1992, p. 24.

benedictinos Fr. Pedro de Chaves e Fr. Plácido Vilalobos, os quais empreenderam um programa de reforma, pondo fim às comendas de S. Bento.⁷⁷

Como resultado, foi criada a Congregação Beneditina de Portugal, por meio da bula expedida por Pio V, em 1567, que exigia a tomada de posse de todos os mosteiros administrados por comendatários e a sua substituição por um administração abacial fixada em períodos trienais sob a autoridade do abade de Tibães, que se tornou a casa-mãe da província beneditina lusitana. Essa abadia foi a escolhida, segundo Smith, por ficar justamente no meio dos demais mosteiros concentrados na região do Entre Douro e Minho. De fato, das vinte e duas abadias beneditinas existentes em Portugal, segundo um levantamento feito em 1761 e fruto de uma decisão similar àquela feita no Brasil citada no início deste capítulo, apenas cinco encontram-se fora daquela província nortenha. Quatro delas fundadas, porém, após a criação da congregação em 1567. As demais, espalham-se numa vasta rede ao redor de Braga, desde o mosteiro de Ganfei na fronteira com a Espanha até o de Paço de Sousa às margens do rio Douro.⁷⁸

Esse novo regime que, segundo Mattoso, foi "vencendo, a pouco a pouco, todas as dificuldades e impuseram a nova observância", manteve-se até à extinção das comunidades religiosas de Portugal em 1834 e "restauraram a vida conventual e os ofícios divinos, reorganizaram a administração econômica e foram renovando os edifícios."⁷⁹

De fato, foi no sexto Capítulo Geral em Tibães, realizado durante o triênio do abade geral, Fr. Baltasar de Braga, entre 1596 e 1599, que se resolveu reconstruir alguns mosteiros beneditinos de Portugal e se fundou, em 1598, o novo mosteiro de São Bento da Vitória na cidade do Porto. Esse novo mosteiro, juntamente com aquele fundado anteriormente em Lisboa em 1571, tem especial significado para nós, pois foram, usando a expressão de Robert Smith, os mosteiros "úrbicos" da Ordem, sustentados em parte pelas grandes abadias rurais ricas em renda derivada das suas terras.

Em um artigo dedicado exclusivamente ao mosteiro de São Bento da Vitória, Smith faz uma afirmação que nos parece muito importante para o entendimento do modelo adotado pelos mosteiros brasileiros. Esse modelo tem origem, muito provavelmente, na diferença entre a disposição da residência em relação à igreja que se estabelece nesse mosteiro, por ser urbano, e os demais mosteiros rurais de Portugal. Segundo Smith:

⁷⁷ SMITH, Robert C.. "As casas beneditinas de Portugal no século XVIII". In: *Frei José de Santo Antônio Ferreira Vilaça: escultor beneditino do século XVIII*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, [1972], Apêndice C, p. 737.

⁷⁸ Cf. *Ibid.*, pp. 737-749. No seu artigo, Smith reproduz a lista dos vinte mosteiros beneditinos relacionados por José Mattoso (in: *L'abbaye de Pendorada des origines à 1160*. Coimbra, 1962, p.48), segundo a ordem cronológica da data de fundação: S. Salvador de Paço de Sousa, c. 976; Santo Tirso, 978; S. Romão do Neiva, início do séc. XI; S. João de Pendorada, c. 1059; S. Martinho de Tibães, c. 1078; Sto. André de Rendufe, c. 1090; S. Salvador de Travanca, fim do séc XI; S. Maria do Pombeiro, início do séc. XII; S. Salvador de Palme, c. 1113; S. Miguel de Refóios de Basto, c. 1131; S. Martinho do Couto de Cucujães, c. 1139; S. Salvador de Ganfei, séc. XII; S. João Baptista de Cabanas, séc. XII ou séc. XIII; S. Maria de Miranda, séc. XII ou séc. XIII; S. João Baptista da Foz do Douro, início do séc. XIII; Colégio de S. Bento de Coimbra, 1551; S. Bento da Saúde de Lisboa, 1571; Santarém, 1571; S. Bento da Vitória do Porto, 1598; Colégio de N. Senhora da Estrela de Lisboa, 1632. Smith acrescenta, ainda, mais dois mosteiros, S. Miguel de Bustelo e S. João de Arnoia, sem contudo especificar as datas de fundação.

⁷⁹ MATTOSO, José. "O mosteiro de Rendufe". In: *op. cit.*, p. 245.

*"A planta de S. Bento da Vitória contrasta com as de quase todas as outras casas da Ordem Beneditina em Portugal, pela ausência do terreiro formado pelo ângulo recto das fachadas do templo e convento. Como esta disposição era impossível na zona já edificada da cidade, onde o mosteiro foi edificado, a fachada do convento continua na mesma linha da da igreja, e a sua entrada segue logo à do templo."*⁸⁰

Ora, o que em Portugal é uma exceção, aqui no Brasil é a regra. Ou seja, todos os mosteiros beneditinos ainda existentes no Brasil têm a fachada contínua, "na mesma linha da da igreja". Porém, todos os nossos mosteiros são urbanos com a única exceção do mosteiro de Nossa Senhora das Brotas, no Recôncavo baiano. Por outro lado, a maioria dos mosteiros fundados na Idade Média são rurais e apresentam, até onde pudemos verificar e não somente em Portugal, a solução do "terreiro formado pelo ângulo recto das fachadas do templo e do convento", conforme, por exemplo, o mosteiro de S. Martinho de Tibães (ver *Figura I. 13*). Smith parece dar a entender que a disposição tradicional foi impossível de se adotar, no caso de S. Bento da Vitória, em se tratando de uma área já edificada da cidade do Porto mas, se fosse possível, adotar-se-ia a solução tradicional. Ora, pode-se pensar na hipótese que se trata na verdade de uma solução diversa em função da situação urbana. Cabe verificar, inclusive, as soluções anteriormente adotadas pelas ordens mendicantes que se estabeleciam, via de regra, em áreas urbanizadas e que podem ter influenciado as demais ordens religiosas quando fundaram seus mosteiros nas cidades.

De todo modo, a existência dessas duas alternativas de composição da fachada frontal na tradição da arquitetura monástica beneditina de Portugal, que em nada altera o esquema geral já analisado, auxiliar-nos-á, mais adiante, na interpretação de dois edifícios monásticos do Brasil.

Além disso, os mosteiros beneditinos de Portugal, ainda existentes, comprovam a distinção que fizemos, na esteira de Frazer, entre o claustro medieval e os claustros dos mosteiros do período moderno que, a partir do Renascimento, retomam a relação espacial, sem barreiras, entre pórtico e pátio do peristilo da Antigüidade. De fato, é o que se verifica comparando, por exemplo, o "claustro gótico" do mosteiro beneditino de Santo Tirso, conforme a *Figura I. 14*, no qual a presença do parapeito induz que a circulação se dê ao redor do pátio, e o claustro do mosteiro de Refojos de Basto, conforme a *Figura I. 15*, reconstruído no século XVIII, que é um dos muitos exemplos de claustros que, reconstruídos a partir da criação da Congregação Beneditina Portuguesa, em 1567, retomam a relação espacial do peristilo da Antigüidade acima citada.⁸¹

Finalmente, cabe chamar a atenção, como já aludimos, para aqueles mosteiros beneditinos de Portugal que, a partir do Escorial, adotaram o modelo simétrico e axial para a organização dos edifícios que compõem o complexo monástico. Trata-se dos

⁸⁰ SMITH, Robert C. A igreja de S. Bento da Vitória à luz dos 'Estados' de Tibães. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XXXIX: 190-261, fascs. 1-2, 1966, p. 228.

⁸¹ Além do mosteiro de Refojos de Basto, poderíamos ainda citar como exemplos de claustros que guardam essa mesma disposição, até onde pudemos verificar nas publicações, os dos seguintes mosteiros beneditinos de Portugal: Santo André de Rendufe, S. Martinho de Tibães, S. Maria do Pombeiro, S. João Baptista de Cabanas, S. Bento da Vitória do Porto e S. Miguel de Bustelo, todos reconstruídos ou construídos durante os séculos XVII e XVIII.

mosteiros de S. Bento da Saúde e do Colégio de N. Senhora da Estrela, conforme as gravuras que reproduzimos na *Figura I. 16* e *I. 17*, fundados em Lisboa, respectivamente, em 1571 e 1632, portanto, após a criação da Congregação Beneditina Portuguesa. Em relação ao primeiro, reconstruído a partir de 1598, "fez plantas o 'famoso Architeto Balthazar Aluares' para um novo mosteiro muitas vezes maior, com seu templo no meio de quatro claustros, [...], em reminiscência talvez do Escorial"⁸². Chamamos a atenção para esses dois mosteiros porque, apesar das fundações beneditinas no Brasil serem fruto de uma decisão do segundo Capítulo Geral da Congregação Beneditina de Portugal, que para as fundações novas de Portugal parecem adotar, como os jesuítas em Santarém, o novo modelo inspirado no Escorial, aqui no Brasil essa solução nunca foi adotada por eles. Optando-se, como veremos, pelo modelo tradicional de disposição dos edifícios monásticos.

⁸² SMITH, Robert C.. Dois estudos beneditinos. *Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes*, n. 27: 69-101, Lisboa, 1972.

II. A ordem beneditina na colonização portuguesa do Brasil.

II. 1. Os mosteiros do litoral.

É geralmente reconhecida, e recentemente foi melhor sintetizada¹, a importância do papel da Igreja na colonização portuguesa do Brasil. De fato, ao lado do aspecto econômico da expansão mercantilista e do aspecto político da formação e do fortalecimento dos estados nacionais europeus, “a religião”, segundo Fernando Novais, “(por meio da catequese do gentio) aparece desde o início como o discurso legitimador da expansão que era vista, assim, como ‘conquista espiritual’”². Se a catequese e a exploração formam o que o autor define como sendo “as duas vertentes básicas” do projeto de colonização, na prática, a sua coexistência articula-se de forma conflituosa, estabelecendo-se uma contradição. A Igreja entende a exploração como uma necessidade para atingir a evangelização, que era o seu objetivo; o Estado instrumentaliza a evangelização para garantir a exploração e o domínio. “Essa ambigüidade, [...], expressa-se”, por exemplo, ainda segundo Novais, “nos atritos recorrentes entre jesuítas e colonos.”³

Weckmann já salientara que a monarquia portuguesa procurava sempre reunir os dois poderes, o temporal e o espiritual, em suas conquistas. Mas a aplicação dessa política, que remontava às tradições medievais sobre a autoridade régia, foi de fato, na prática, muito difícil. Segundo ele:

*“Los dos poderes habían luchado durante siglos entre si - [...] - y los ecos de aquellas controversias afectaron en la colonia brasileña la naturaleza de la relación entre los representantes del rey y los del papa.”*⁴

As origens históricas da interação dos dois poderes, o temporal e o espiritual, no caso da Igreja católica, deva ser buscada, segundo Riolando Azzi, no século IV. Quando Constantino concedeu a liberdade de culto ao cristianismo, transferiu para o chefe da nova religião o título de “Pontífice Máximo”, que lhe era atribuído pela religião romana. Aceitando essa situação, o papa “concedia ao imperador certa ingerência nos negócios eclesiásticos em troca dos benefícios imperiais.”⁵

Na Idade Média, após a expansão do império carolíngio, cujo reinado, inspirado na Roma de Constantino, difundiu “um cristianismo douto e triunfal associado às pompas do Estado”⁶, o relacionamento entre as duas autoridades, a papal e a imperial, foi cheia de atritos e culminou nas famosas lutas de investiduras. Tratava-se, em síntese, da disputa, entre o papa e o imperador, pelo direito de provimento dos cargos eclesiásticos.

¹ NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na colônia. In: *História da vida privada no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, pp. 13-39.

² *Ibid.*, p. 33.

³ *Ibid.*, p. 39.

⁴ WECKMANN, Luis. *La herencia medieval del Brasil*. México, Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 209.

⁵ AZZI, Riolando. A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial. In: *História da igreja no Brasil*. Petrópolis, Editora Vozes, 1977, p. 161.

⁶ DUBY, George. *São Bernardo e a arte cisterciense*. São Paulo, Martins Fontes, 1990, p. 19.

No caso de Portugal, à época da expansão colonial, foi o instituto do “Real Padroado” que garantiu ao monarca a nomeação de todos os cargos e funções eclesiásticas nas terras descobertas, cabendo ao papa, somente, a sua confirmação. Não se tratava, segundo Azzi, de uma usurpação das atribuições da Igreja mas de um compromisso entre Roma e Portugal, “uma concessão feita livremente pelos papas aos reis de Portugal.”⁷ O regime do Padroado só pode ser compreendido, ainda segundo o autor, no contexto da história medieval portuguesa pois os monarcas foram paulatinamente acumulando e, a partir de 1551, reuniram o título de grão-mestre de três ordens religiosas e militares fundadas na Idade Média com o objetivo de expulsar os mouros da península ibérica: a ordem de Cristo criada em 1319, herdeira dos bens da extinta e potente ordem dos Templários que se estabeleceu em Portugal a partir de 1126; a ordem de S. Bento fundada em 1146 por D. Afonso I que, cedida à cidade de Aviz, passou a ser conhecida como ordem de Aviz e a ordem de São Tiago da Espada.

“Unindo aos direitos políticos de realza os títulos de grão-mestre de ordens religiosas, os monarcas portugueses passaram a exercer ao mesmo tempo o governo civil e religioso, principalmente nas colônias e domínios de Portugal.”⁸

Segundo Leila Algranti, os monarcas portugueses, por meio do direito de padroado, tornavam-se “de certo modo evangelizadores da fé, com o direito e a obrigação de determinar, enviar e sustentar missionários nas novas terras conquistadas ou descobertas.”⁹ Pelo direito do Padroado, cabia ao rei de Portugal, por um lado, a cobrança, coleta e administração dos dizimos eclesiásticos - a taxa de contribuição dos fiéis para a Igreja - e, por outro, o financiamento da expansão do catolicismo no Brasil. Além da nomeação dos cargos - “a regalia concedida ao padroeiro de escolher alguém para ser provido na Igreja ou no governo de um mosteiro”¹⁰ - zelava também pela construção e conservação dos edifícios de culto ou, como afirma Caio Prado Jr., autorizava o “estabelecimento de Ordens religiosas, conventos ou mosteiros.”¹¹

*

É nesse contexto que devemos analisar a atuação específica da ordem beneditina no Brasil durante a expansão colonial portuguesa. Para tanto, parece-nos que o caminho adequado é aquele adotado por Eduardo Hoornaert quando trata dos movimentos missionários, em “História da Igreja no Brasil”. O tema é retomado posteriormente no livro “A Igreja no Brasil-colônia (1550-1800)”, onde relaciona os movimentos de

⁷ AZZI, Riolando, op. cit., p. 164.

⁸ AZZI, Riolando, op. cit., p. 163.

⁹ ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro, José Olympio; Brasília, Edunb, 1993, p. 27.

¹⁰ CAMPOS, Pedro Moacyr. As instituições coloniais: antecedentes portugueses. In: *História geral da civilização brasileira*, tomo I, vol. 1. São Paulo - Rio de Janeiro, Difel, 1976, p. 20.

¹¹ PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983, p. 331.

evangelização, exercidos prevalentemente pelo clero regular, aos “momentos da colonização portuguesa no Brasil.”¹²

Segundo Hoornaert, dos cinco movimentos - o litorâneo, o sertanejo, o maranhense, o mineiro e o paulista - os beneditinos participaram de dois deles somente: o litorâneo e o paulista. De um lado, no litoral, “o povoamento tendeu para a permanência, fixidez e uma certa estabilidade; [...] no polo oposto, na periferia do sistema, uma paisagem social como a de São Paulo, [...] um povoamento rarefeito, em permanente mobilidade”¹³, gerando provavelmente uma atuação diferenciada dos beneditinos nas duas regiões. Porém, nesta primeira parte do capítulo, trataremos apenas da atuação beneditina na colonização do litoral, deixando para uma segunda parte a análise da atuação no planalto paulista onde se encontram os mosteiros cuja arquitetura é o objeto de estudo da nossa dissertação.

A evangelização ao longo da costa está vinculada à iniciativa da coroa portuguesa de expandir à zona litorânea, úmida e tropical, do Brasil, a produção e o beneficiamento da cana para suprir o mercado do açúcar na Europa. Para tanto a organização do trabalho deu-se compulsoriamente por meio da escravidão, no início, do elemento nativo, do indígena, paulatinamente substituído pela mão-de-obra do negro africano.

Segundo Hoornaert, num extremo do vigor e do dinamismo evangélico, encontram-se os jesuítas, cuja obra é encarada por ele como “essencialmente missionária”¹⁴. De fato, num primeiro momento, os colégios do litoral apenas formaram missionários para os aldeamentos, em sua maior parte, situados no interior. O sistema dos aldeamentos, ou das missões, “foi talvez”, na opinião de Hoornaert, “a experiência mais válida que partiu da instituição eclesiástica até hoje”¹⁵ e deu origem ao tema da “liberdade dos índios”. Pois, se por um lado, as aldeias eram instrumentos de dominação já que os jesuítas impuseram e submeteram os indígenas à doutrina cristã, por outro, evitavam que se deixassem escravizar. Com menor dinâmica missionária atuaram, ao lado dos jesuítas, os franciscanos e os carmelitas. Preferiam, às missões estáveis, aquelas intermitentes que, a partir do convento, faziam da catequese do índio não um compromisso fundamental mas uma etapa da formação do frade. Finalmente, no outro extremo, encontram-se os beneditinos pois, para Hoornaert, “a ordem beneditina no Brasil foi pouco missionária, pois dedicava-se antes à vida contemplativa; (...) uma instituição estranha à problemática que agitava a vida da maioria do povo, um ‘outro mundo’ fora dos problemas diários, sem irradiação no plano missionário.”¹⁶

Essa afirmação é confirmada, pelo menos em parte, pelos próprios historiadores da ordem. D. Joaquim de Luna classifica as atividades dos monges em duas espécies: as internas e as externas. As atividades internas são aquelas que se relacionam à vida monástica no interior do mosteiro em conformidade com a Regra de São Bento: as celebrações da liturgia e do canto, a meditação, a leitura espiritual e a ascese, ou seja, “os exercícios da *vida contemplativa*”. As atividades externas, por outro lado, são aquelas que se relacionam à vida missionária: a catequese, a educação, a cura dos enfermos e toda a

¹² HOORNAERT, Eduardo. A evangelização do Brasil durante a primeira época colonial. In: *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1983, p. 42.

¹³ NOVAIS, Fernando A., op. cit., p. 25.

¹⁴ HOORNAERT, Eduardo, op. cit., p. 47.

¹⁵ HOORNAERT, Eduardo. *A Igreja no Brasil-colônia (1550-1800)*. São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 15.

¹⁶ HOORNAERT, Eduardo. A evangelização do Brasil durante a primeira época colonial. In: *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1983, p. 56-57.

espécie de trabalho exercido fora da clausura, ou seja, “os exercícios da *vida ativa*”. Porém, Luna afirma que:

*“Quanto aos monges dos mosteiros do Brasil podemos dizer que, durante o espaço de tempo de cerca de duzentos anos, isto é, do começo do século XVII, quando já bem organizada a vida monástica em seus claustros, até fins do século XVIII ou mesmo começo do século XIX, eles se deram de preferência às atividades internas ou de vida contemplativa.”*¹⁷

Já D. José Lohr Endres pondera que “a índole de sua ocupação principal [o “Opus Dei”] não lhes permitia desenvolver grandes atividades externas; contudo estas não faltaram nunca, na medida de suas possibilidades”¹⁸ e, como exemplo, elenca dez aldeias de gentios, administradas pelos monges de São Bento, junto aos mosteiros do litoral durante o período colonial. Porém, no nosso ponto de vista, este ainda é um número relativamente baixo, se comparado às centenas de aldeias administradas pelos jesuítas no mesmo período.

Um outro aspecto relevante da atuação dos monges salientado pelos dois historiadores é a atividade da instrução e Luna chega a afirmar que “onde os beneditinos mais desenvolveram a sua ação exterior foi no magistério.”¹⁹ Porém essa atividade desenvolveu-se de forma acentuada somente a partir da primeira metade do século XIX, em particular, junto ao Colégio Pedro II e, posteriormente, junto ao Colégio São Bento fundado pelos monges, em 1858, no Rio de Janeiro.

*

Vejamos, por um momento, como se processou a chegada dos beneditinos ao Brasil e em que ordem se deu a fundação de seus principais mosteiros no litoral.

Foi na reunião do segundo Capítulo Geral da recém criada Congregação Beneditina de Portugal, realizada em 1575 no mosteiro de Tibães, que se manifestou pela primeira vez o interesse da ordem de participar das missões religiosas no Novo Mundo. A Congregação Beneditina de Portugal é fruto de uma reforma da vida monástica empreendida naquele país por monges vindos do mosteiro de Nossa Senhora do Montserrat, na Espanha e sua criação foi concedida por bula do papa Pio V em 1569. Segundo Endres, “o novo fervor da reforma contribuiu para despertar o zelo missionário”²⁰, que era uma tradição da ordem. De fato, a ordem beneditina havia contribuído para a criação da civilização moderna através da sua ação e da sua influência junto aos povos bárbaros que haviam derrubado o Império Romano. O estabelecimento das missões religiosas no Novo Mundo foi postergado, pois a ordem beneditina

¹⁷ LUNA, D. Joaquim G. de, OSB. *Os monges beneditinos no Brasil*. Rio de Janeiro, Lumen Christi, 1947, p. 73-74.

¹⁸ ENDRES, D. José Lohr, OSB. *A ordem de São Bento no Brasil quando província (1582-1827)*. Salvador, Ed. Beneditina Ltda., 1980, p. 123.

¹⁹ LUNA, D. Joaquim G. de, OSB, op. cit., p. 83.

²⁰ ENDERS, D. José Lohr, OSB, op. cit., p. 33.

atravessava um período de decadência cuja causa principal foi, segundo Endres, a nomeação dos *comendatários*.²¹

*“A Religião de S. Bento estava longe do seu fervor primitivo, ao passo que, por exemplo, a Companhia de Jesus, no vigor da sua instituição recente e animada de um espírito mais diretamente votado às obras de evangelização, começou a florescer e expandir-se por todas as partes e com bastante influência.”*²²

Endres parece reconhecer aqui a influência da recém fundada ordem jesuítica na reforma monástica da ordem beneditina em Portugal e na decisão do segundo Capítulo Geral. Nessa reunião os capitulares “mostraram-se dispostos a voltar às obras de evangelização, nas conquistas ultramarinas de El-Rei, se assim fosse do agrado de Sua Majestade.”²³

Fundação do mosteiro de São Bento de Salvador

Os membros do Capítulo Geral enviaram como emissário ao Brasil, um brasileiro, Fr. Pedro de S. Bento Ferraz, professo na ordem em Portugal. Com uma carta de recomendação do Abade Geral da congregação portuguesa, apresentou-se ao Senado da Câmara da cidade de Salvador. Aconselhado pelos camaristas, foi antes ao encontro do bispo do Brasil, D. Antônio Barreiros, obtendo uma licença nos seguintes termos:

*“Eu da minha parte consentirei por me parecer que Sera muito do Seru.o de Nosso Senhor, e fruto em almaz plantarse em estas partes a ordem do Glorioso P^e S. Bento, Se o Sr. Gouor, e oz mais officiaez da Camara convierem, nisto applicarei a Ermida de S. Sebastiaó ao recolhimento que Se fizer pa os Relig.oz...”*²⁴

Dirigiu-se, então, à presença do Governador Geral, Diogo Lourenço da Veiga. Obtida a sua confirmação, apresentou-se novamente aos oficiais da câmara, “os quais, a vista das licenças concedidas e assinadas pelas autoridades civis e eclesiásticas, não puseram dúvida alguma em entregar, por sua vez, a Ermida de S. Sebastião à Ordem de S. Bento...”²⁵. Oficializou-se a entrega da capela através de uma carta de doação datada de junho de 1581 e assinada, inclusive, pelo autor do *Tratado Descritivo do Brasil*, Gabriel Soares de Sousa.

Retornando a Portugal, Fr. Pedro de S. Bento fez um relato do êxito de sua missão. No quarto Capítulo Geral, reunido em outubro daquele ano, o Abade elegeu o P^e

²¹ Abades que usufruem de comenda e que são nomeados por imposição externa. Ver também neste trabalho, capítulo I, p. 22.

²² ENDRES, D. José Lohr, OSB, op. cit., p.33.

²³ Ibid., p. 33.

²⁴ Livro Velho do Tombo do Mosteiro de S. Bento da Bahia, LVTB fl. 189, citado em ENDRES, D. José Lohr, OSB, op. cit., p. 37-38.

²⁵ ENDRES, D. José Lohr, OSB, op. cit., p. 38.

Fr. Antonio Ventura para liderar os monges na fundação do mosteiro que se pretendia construir em Salvador, "...para q' estes nesta quarta parte do Mundo se empregassem aos exercícios de virtude, e piede..."²⁶, que se tornaria o primeiro mosteiro beneditino construído na América.

Obtida a "provisão régia" embarcou, para o Brasil, Fr. Antônio Ventura acompanhado de Fr. Pedro de S. Bento e mais sete companheiros. Muito bem recebidos pelos moradores locais, tomaram logo posse da ermida de S. Sebastião e recolheram-se às casas contíguas que lhes foram destinadas até que construíssem o novo mosteiro. Segundo Endres isso se deu em pouco tempo, pois em 1584 uma parte do mosteiro já estava ocupada pela pequena comunidade. É o que se pode constatar, inclusive, a partir das "notícias" escritas, antes de 1587, por Gabriel Soares de Sousa, quando descreve a banda sul" da cidade de Salvador:

*"Passando mais avante com o rosto ao sul, no outro arrabalde da cidade, em um alto e campo largo, está situado um mosteiro de S. Bento, com sua claustro, e largas oficinas e seus dormitórios, onde se agasalham vinte religiosos que naquele mosteiro há, ao quais têm sua cerca e horta com uma ribeira de água, que lhe nasce dentro, que é a que rodeia toda a cidade,..."*²⁷

Nesse mesmo ano de 1584 o mosteiro foi elevado à categoria de abadia e Fr. Antônio Ventura eleito o seu primeiro abade.

Verifica-se aqui um procedimento que é típico. Inicia-se a construção do mosteiro pelas alas de dormitórios e oficinas junto a uma capela ou ermida doada. A capela será mantida até que se termine a construção dos dormitórios e que estejam instalados os membros da comunidade. Em seguida, passa-se à reconstrução do templo de forma ampliada e prevista na construção das alas, utilizando-se, às vezes, a capela antiga como capela-mor da nova igreja.

É o que se vê na reprodução que aqui anexamos de uma antiga planta de Salvador que documenta a situação do mosteiro em relação à cidade, em 1638 (ver *Figuras II. 1 e II. 2*). Ou seja, o primitivo mosteiro descrito por Gabriel Soares e a segunda igreja iniciada em 1612, que substituiu a ermida doada. Ela foi atribuída, por Silva-Nigra, ao arquiteto-mor do Brasil, Francisco Frias de Mesquita²⁸. O edifício da residência ali representada e que se desenvolve por inteiro ao redor do claustro, é uma construção térrea. Podemos verificar, ainda, que o mosteiro apresentava a sua igreja orientada conforme a tradição medieval, ou seja, segundo um eixo leste-oeste e o claustro anexo à lateral norte da nave que, ao contrário dos claustros europeus situados ao sul da Igreja, é a orientação mais propícia à insolação para os edifícios localizados no hemisfério sul. Hoje, ao contrário, a igreja está orientada segundo o eixo norte-sul fruto da reconstrução do

²⁶ Códice 155, Dietário do Mosteiro de S. Bento do Salvador da Bahia, p. 3, Arquivo Beneditino Baiano, citado em ENDRES, D. José Lohr, OSB, op. cit., p. 40.

²⁷ SOARES DE SOUSA, Gabriel. *Notícia do Brasil*. São Paulo, Edgard de Cerqueira Falcão editor, 1974, p. 67.

²⁸ Cf. SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da, OSB. *Os dois escultores Frei Agostinho da Piedade - Frei Agostinho de Jesus e o arquiteto Frei Macário de São João*. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1971, p. 92.

templo iniciada na segunda metade do século XVII por Frei Macário de S. João (ver *Figuras II. 3 e II. 4*). A construção dessa nova igreja foi iniciada pela fachada e não pela capela-mor como era o costume. Este fato surpreendeu Germain Bazin que se satisfaz, apenas, em constatá-lo.²⁹ A preservação da antiga igreja para que não se suspendesse o culto durante a construção da nova é, muito provavelmente, a causa daquele procedimento. De fato, a capela-mor da nova igreja ocuparia a área do antigo templo. Silva-Nigra, por outro lado, parece não ter percebido esta mudança de orientação da nova igreja, quando, descrevendo as fases e a morosidade da sua construção, afirma que:

"Da antiga igreja de São Bento, construída em 1612, [...], restava ainda a 'ridícula e acanhada capela-mor', ligada à nave nova e flanqueada pelas quatro colunas-mestras destinadas a receber a cúpula."³⁰

Na reconstrução do complexo monástico, as obras do mosteiro propriamente dito, foram iniciadas ainda durante a vida de Fr. Macário de S. João que faleceu em 1676. Mas, seguindo as proposições de Silva-Nigra, em meados do século XVIII, as obras estacionaram. De tal modo que do projeto de Fr. Macário foi construído "o grande lanço de 98 metros" voltado para o nascente, e que hoje corre paralelo à igreja, e uma pequena parte da ala voltada para o norte, claramente visível na planta e na fotografia reproduzidas nas *Figuras II. 5 e II. 7*.

Infelizmente, não foram realizados ainda, até onde sabemos, estudos aprofundados que, a partir dos "Estados", explique exatamente as fases de construção da residência e do claustro que ali se encontram, ainda mais que, segundo Dom Timóteo Amoroso Anastácio:

"Parte substancial do primeiro edifício - ela própria conservando resíduos da primitiva habitação ocupada pelos monges ao chegarem - está hoje incorporada ao que resta, e não é pouco, do segundo, construído sobre os destroços da guerra [com os holandeses] e projetado por Fr. Macário de S. João, [...]"³¹

O único documento de interesse que encontramos, foi a reconstituição gráfica parcial da planta do claustro, segundo o projeto de Fr. Macário, feita por Paulo Lachenmayer em 1946, irmão leigo do mosteiro baiano, que ilustra o livro de Silva-Nigra e que reproduzimos na *Figura II. 6*. Comparando-se com a planta atual do mosteiro (*Figura II. 5*), percebe-se que a proporção inicial do claustro, um quadrado, foi alterada quando se construíram as alas perpendiculares ao corpo da igreja e ao grande lanço de 98 metros.

²⁹ BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1983, II volume, p. 36.

³⁰ SILVA-NIGRA, Dom Clemente Maria da, OSB., op. cit., p. 94.

³¹ ANASTÁCIO, Dom Timóteo Amoroso, OSB. "O fruto do tempo". In: ROCHA, Dom Paulo, OSB. (org.) *400 anos do mosteiro de São Bento da Bahia*. S. L., Construtora Norberto Odebrecht S. A., 1982, p. 10.

Confirmando as afirmações que fizemos na introdução desse trabalho, os historiadores dedicaram-se tão somente, e em detalhe, às fases de construção da atual igreja, que se iniciou, segundo o projeto de Fr. Macário, no triênio do abade Fr. Marcos do Desterro, entre 1679 e 1681. Trata-se de uma exceção entre as igrejas brasileiras, pois, assim como a igreja de S. Teresa, também em Salvador e atribuída por Silva-Nigra ao Fr. Macário, "é um dos poucos projetos brasileiros inspirados no do Gesù, com o cruzeiro extradorsado, sustentando uma cúpula e quatro capelas comunicantes dando para a nave."³²

Não há interesse, para os objetivos deste trabalho, seguir em detalhe as etapas de construção da igreja, cuja nave, interrompida no fim do século XVII, retomou lentamente as obras durante o século XVIII, e só foi concluída na segunda metade do século XIX. Para tanto, remetemos o leitor para a obra de Silva-Nigra³³.

Fundação do mosteiro de São Bento de Olinda

De acordo com as proposições de Frei Gaspar da Madre de Deus, Endres afirma que foi em Olinda que se deu a fundação de um segundo mosteiro beneditino no Brasil. A questão é polêmica pois as memórias e notícias dessa fundação são escassas já que foram destruídas, junto com o antigo mosteiro, durante a invasão holandesa. Para sustentar essa tese, Endres recorre, então, às atas dos Capítulos Gerais da Congregação Beneditina de Portugal. Na reunião do 7º Capítulo realizada em 1590 faz-se referência ao fato de *...que era necessário elegerem-se Abbe pera os Mosteiros do Brasil...* que atesta a existência de um outro mosteiro além do de Salvador. E a ata de uma junta realizada em 1592 documenta a nomeação de examinadores de noviços para os mosteiros da Bahia e de Pernambuco. Como um mosteiro somente após seis anos de sua fundação, estará habilitado a ter noviciado próprio, Endres conclui que ele "deve ter sido fundado no decorrer do ano de 1586."³⁴ O mosteiro de Olinda é mencionado nominalmente pela primeira vez, no 8º Capítulo Geral de 1593 quando ordena *q' todos os religiosos q' andão no Brasil se reduzão as duas casas q' la temos: S. Bernãobuque e Bahia.*³⁵

Instalando-se primeiramente junto à ermida de S. João nos arredores da cidade e posteriormente junto à ermida de Nossa Senhora do Monte quando, então, o mosteiro foi elevado à categoria de abadia (1596), somente em 1597 é que os beneditinos compram as terras em que se acha atualmente instalado. Segundo José Luiz Mota Menezes, o primeiro edifício aí construído "era pequeno, [...] considerando o que se pode deduzir da sua fisionomia representada em vista e plantas do século XVII, [...]"³⁶ (ver *Figura II. 8*), e foi

³² BAZIN, Germain, op. cit., vol. I, p. 115.

³³ SILVA-NIGRA, Dom Clemente Maria da, OSB., op. cit., pp. 92-95.

³⁴ ENDRES, D. José Lohr, OSB, op. cit., p. 51. A tese de Endres, ou seja, que o mosteiro de Olinda foi fundado em 1586, foi contestada pelo historiador José Antônio Gonsalves de Mello. Concordando com as objeções feitas por D. Mateus Ramalho Rocha e acrescentando as suas, afirma que "[...] Frei Miguel Arcanjo da Anunciação [o abade cronista de fins do século XVIII e irmão de Fr. Gaspar da Madre de Deus] parece estar correto ao fixar 1592 como sendo o ano do estabelecimento dos seus irmãos de hábito em Olinda." (MELLO, José Antônio Gonsalves de. "O mosteiro de São Bento e seus cronistas." In: BONANNI, Hugo (coord.). *Beneditinos em Olinda: 400 anos*. São Paulo, Sanbra S. A., 1986, p. 39.)

³⁵ Atas do 8º Capítulo Geral (1593) fl. 145v, cit. in ENDRES, D. José Lohr, OSB, op. cit., p. 52.

³⁶ MENEZES, José Luiz Mota. "Mosteiro de São Bento de Olinda". In: *Beneditinos em Olinda: 400 anos*, op. cit., p. 78. Quanto às representações em vista, o autor destaca "a gravura 'Marim de Olinda' que ilustra o livro de J. de Laet sobre a História da Companhia das Índias Ocidentais", que não consultamos.

bastante danificado quando, em 1631, Olinda foi incendiada pelos holandeses. Os monges abandonam o mosteiro e se refugiam em uma de suas propriedades rurais. Essa situação de abandono, que levou o edifício à ruína, perdurou até 1654. Expulsos os holandeses, os monges reocupam o que restara do mosteiro e resolvem reedificá-lo. A forma como se deu essa reconstrução, por etapas, é ilustrativo do processo de construção das edificações em torno do claustro e dá um primeiro indicio da importância enquanto documento histórico que se deve atribuir ao mosteiro de Sorocaba.

A falha da documentação, dos "Estados" entre 1658 e 1684, não possibilita que se percorra em detalhes a reedificação do corpo da igreja. Sabe-se, porém, que ela se deu nesse período, pois se faz referência ao fato quando da construção da sacristia entre 1688 e 1692.³⁷

Em 1694, inicia-se a reconstrução do mosteiro. Convém antes reproduzir aqui, a maneira pela qual, segundo Mota Menezes, dava-se o processo de reconstrução desses complexos monásticos.:

"Acreditamos que no caso presente, baseado em plano definido, no que se refere às dimensões, o Mosteiro foi sendo reedificado, mantendo-se as obras mais antigas, as quais iam desaparecendo à proporção que se iam ocupando as obras novas, quando acabadas."³⁸

Seguindo a documentação, o autor nos relata que essa reedificação do mosteiro, entre 1694 e 1697, iniciou-se pela construção da ala do dormitório voltada para o mar, portanto para leste, ou seja, a dos fundos da quadra (ver *Figura II. 9*). Ora, se se mantiveram "as obras mais antigas", manteve-se a ala do dormitório voltada para a cidade, aquela alinhada com a fachada da igreja e, provavelmente, a única existente. O que nos leva a supor que, muito provavelmente, o mosteiro primitivo, aquele parcialmente destruído pelos holandeses, tinha a conformação que, atualmente, apresenta o mosteiro de São Bento de Sorocaba. Ou seja, guarda a conformação primitiva pela qual, em algum momento de sua história, passaram alguns dos mosteiros do litoral.

Completadas as obras da ala dos fundos antes ainda do final do século XVII, somente entre 1727 e 1730 é que se tem notícias de obras de reconstrução da ala frontal do mosteiro. O mesmo esquema de circulação e a localização das escadas de acesso às celas do segundo pavimento resultante dessas obras, serão adotadas, como veremos, no mosteiro de Sorocaba na segunda metade do século XVIII. Ou seja, a escada principal no primeiro lance junto à portaria e uma secundária no fundo e em eixo com o corredor das celas, conforme as plantas que reproduzimos na *Figura II. 10*.

Finalmente, na gestão seguinte, entre 1730 e 1734, inicia-se a construção da ala que se volta para o convento dos carmelitas, cujo pavimento térreo é, em grande parte, ocupado pelo refeitório, o que leva ao uso da alvenaria de tijolos para a subdivisão das celas correspondentes do segundo pavimento (ver *Figura II. 10*). Aqui se vê claramente, seguindo a tradição iniciada com as ordens mendicantes, a adoção da distribuição contínua das celas ao longo das três alas. Completa-se, dessa forma, a construção das edificações em torno do claustro, cujas obras foram finalizadas por volta de 1760. A

³⁷ Cf. *Ibid.*, p. 78-79.

³⁸ *Ibid.*, p. 79.

"feição neoclássica" que, segundo Mota Menezes³⁹, a residência hoje apresenta - na utilização das janelas de vidro, nas grades de ferro e platibanda - são o resultado das obras ali empreendidas em meados do século XIX (ver *Figura II. 11*).

A data de 1761 inscrita sobre o frontão curvo do portal principal, está relacionada ao término das obras de construção do frontispício. A introdução do entablamento curvo que, ao perder a sua rigidez, penetra no frontão e desloca o óculo para o corpo da fachada, foi salientado por Bazin⁴⁰. Já o frontão, apresenta uma versão tímida do "sistema de volutas e contravolutas"⁴¹ do estilo rococó que será adotada, como veremos, por volta de cem anos depois, segundo as nossas conclusões, na igreja do mosteiro de São Bento de Sorocaba (ver *Figuras II. 11 e III. 11*)

Importantes obras foram executadas entre os anos de 1769 e 1786 quando a abadia foi governada durante três triênios pelo Fr. Miguel Arcanjo da Anunciação irmão de Frei Gaspar Madre de Deus: a ampliação da capela mor e a construção da nova sacristia, conforme a planta do pavimento térreo na *Figura II. 10*.

Fundação do mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro

Segundo as proposições de Endres que adotamos para estabelecer a cronologia das fundações dos primeiros mosteiros no litoral do Brasil, "foi o Mosteiro do Rio de Janeiro, a terceira Casa que a Ordem teve no Brasil."⁴² No oitavo Capítulo Geral da Congregação Beneditina de Portugal reunida em maio de 1593, decidiu-se mandar ao Brasil um "Visitador" para que se informe do sítio e comodidade do Rio de Janeiro e achando ser conveniente pa nelle se fazer most.o, lance mão della, e se continue cõ a casa q' la temos começada...⁴³ De fato, os moradores do Rio de Janeiro haviam solicitado ao Abade de Salvador, "que lhes mandasse religiosos para fundarem mosteiro do Patriarca S. Bento também naquela cidade."⁴⁴ Atendendo ao pedido, enviou em outubro de 1589, dois religiosos, Fr. Pedro de São Bento e Fr. João Porcalho, que foram, como sempre, muito bem recebidos pelos moradores locais.

Instalaram-se primeiramente na ermida de N. Sra. do Ó, um dos locais posteriormente oferecido para a construção do futuro mosteiro. Havia, porém, uma outra ermida, a de N. Sra. da Conceição, situada na extremidade norte da cidade, sobre um promontório, que lhes pareceu um local mais apropriado para a instalação do mosteiro, conforme a planta da cidade que reproduzimos na *Figura II. 12*. O fator estratégico na escolha do sítio fica evidente nesta passagem da *Memória ou Relação do princípio e fundação do Mostro. de S. Bento de Nos sa Snra. da Conceição, sito na cidade do Rio de Janro.*, redigida em 1646:

"Os ditos Pes. indo escolherão contentos o sítio. (E com mta. rezão) porq de hua parte lhe fica a cidade, de outra porto liure pera embarcar E desembarcar, irem E virem os religiosos de

³⁹ Cf. MENEZES, José Luiz Mota, op. cit., p. 123.

⁴⁰ Cf. BAZIN, Germain, op. cit., I volume, p. 178.

⁴¹ Ibid.

⁴² ENDRES, D. José Lohr, OSB, op. cit., p. 156.

⁴³ Atas do 8º Capítulo Geral (1593) fl. 146v, citado em ENDRES, D. José Lohr, OSB, op. cit., p. 55.

⁴⁴ ENDRES, D. José Lohr, OSB, op. cit., p. 155.

*suas fazendas sem ninguém os Ver, o q não tem os outros
Mostros, q por força ão de passar pr. meo da cidade.*"⁴⁵

A escolha estratégica do local, como ficará demonstrado no decorrer de nosso trabalho, sempre esteve presente nas fundações definitivas dos mosteiros beneditinos no Brasil e raramente, ao contrário do que afirma o documento citado, os monges passavam, provenientes das suas fazendas, *pr. meo da cidade* para alcançarem os seus mosteiros.

Obtida a doação do terreno de Manuel de Brito de Lacerda em 1590, relataram os religiosos o êxito da empresa para o superior da Bahia que, por sua vez, informou o Pe. Geral em Portugal. Na reunião do Capítulo de 1593, como relatado acima, decidiu-se mandar um "Visitador" para examinar a situação e "tendo chegado no outono de 1593, foi nesse tempo, que se realizou, de fato, a fundação do Mosteiro do Rio de Janeiro."⁴⁶

Como nas demais ocasiões já relatadas, edificou-se um "mosteiro simples" de taipa de pilão junto à ermida doada e esta, por sua vez, "teve suas proporções aumentadas."⁴⁷ A transformação de uma ermida em uma igreja beneditina, importava, em primeiro lugar e necessariamente, na construção do coro monástico que, no caso do Rio de Janeiro, solucionou-se elevando-o acima de um pórtico de três arcos. Entre 1617 e 1620, "levantou-se humas paredes por modo de torres para sobre elas descansarem os Sinos."⁴⁸ Esse estágio do edifício está documentado num antigo mapa do Rio de Janeiro, publicado em 1624, que reproduzimos, num detalhe, na *Figura II. 13*.

Segundo Silva-Nigra, em 1617, o engenheiro-mor Francisco de Frias Mesquita⁴⁹ realiza as plantas para um complexo monástico que compreende uma nova igreja e um novo mosteiro que, porém, não poderá ser utilizado de imediato. De sorte que, na gestão de Fr. Diogo da Silva entre 1620 e 1624, ocorre, ao invés, uma ampliação do mosteiro primitivo, por meio da construção de um segundo andar sobre o edifício térreo já existente. Esse estado perdurará até 1652 quando, então, dar-se-á início à construção do novo lanço da portaria segundo o projeto de Frias.⁵⁰

Já a reconstrução da igreja, segundo aquele projeto, tem início, seguindo as proposições de Silva-Nigra, em 1633, sendo inaugurada em 1641. Nesta data estavam terminadas as obras imprescindíveis da nave e da capela-mor para o traslado das imagens da igreja velha e a realização dos ofícios litúrgicos. Porém, "faltavam coisas essenciais, como os novos altares, o pórtico e o coro, as fachadas e as torres, e bem assim toda a decoração interna."⁵¹

Depois de uma pausa entre os conturbados anos de 1641 a 1652, retomaram-se as obras dando início à construção da torre do lado da epístola, que se completou entre 1660

⁴⁵ Doc. nº 774 do Arquivo Beneditino Fluminense, p. 2, citado em ENDRES, D. José Lohr, OSB, p. 163-167.

⁴⁶ ENDRES, D. José Lohr, OSB, op. cit., p. 155. A tese de Endres foi mais recentemente contestada por outro historiador da ordem, D. Mateus Ramalho Rocha. Segundo ele, "[...] nosso Mosteiro foi fundado em 1590, e não em 1586, como pensava Dom Clemente da Silva-Nigra, nem em 1593, como sustentava Dom José Lohr Endres." Ver ROCHA, D. Mateus Ramalho. *O Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, 1590/1990*. Rio de Janeiro, Ed. Studio HMF, 1991, p. 28.

⁴⁷ SILVA-NIGRA, Dom Clemente Maria da, OSB. *Construtores e artistas do mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*. Salvador, Tipografia Beneditina Ltda., 1950, p. 15.

⁴⁸ DIETARIO, do Rio, ms., p. 14, citado em SILVA-NIGRA, op. cit., p. 15.

⁴⁹ Ver nota [129] do capítulo III, p. [67]. ???

⁵⁰ Cf. SILVA-NIGRA, op. cit., p. 16.

⁵¹ *Ibid.*, p. 74.

e 1663, e da ala do mosteiro a ela contígua, "que olha para a cidade", portanto para o sul, concluída antes de 1666. Finalmente, até 1669, elevou-se a torre do lado do evangelho até a cornija e iniciaram-se as obras do frontispício da igreja. Além disso, deu-se continuidade às obras da ala do mosteiro voltada para a Ilha das Cobras, portanto para o leste, iniciadas no triênio anterior. De fato, segundo Silva-Nigra:

"No ano de 1669, limitavam-se estas [as obras já realizadas] à ala nova da portaria do mosteiro e à nave da igreja, onde desde 1641 haviam apenas dois altares, à pequena capela-mor com seu arco real demasiadamente baixo e estreito, à fachada da igreja com as duas torres, - a do lado do evangelho ainda não acabada - faltando ainda o pórtico com os três portões internos e o coro superior."⁵²

Nesse momento, entra em cena Fr. Bernardo de São Bento, "o arquiteto seiscentista do Rio de Janeiro" que, de 1669 a 1693, coordenará as obras ali empreendidas e que, a partir de uma análise rigorosa das construções até então realizadas e do projeto de Frias, dedica-se ao estudo e a reforma da igreja existente. De fato, segundo as observações de Lúcio Costa:

"[...] tratou [Frei Bernardo] [...] de adaptar o arcabouço interno da igreja já pronta, delineada por Frias ainda nos moldes singelos da tradição quinhentista (com o arco real da capela-mor relativamente estreito, a fim de comportar os dois altares colaterais que integravam, na forma usual, a composição do respectivo frontispício), à nova concepção de planta com capelas laterais profundas e cruzeiro, iniciada na colônia pelos jesuítas com a sua igreja monumental do Salvador."⁵³

Seguindo a concepção de Fr. Bernardo de São Bento, o edifício do mosteiro do Rio de Janeiro, concluir-se-á em meados do século XVIII, adquirindo a conformação da planta que reproduzimos na *Figura II. 15* e na perspectiva da *Figura II. 16*. Segundo Silva-Nigra:

"[...] após a morte de Frei Bernardo de São Bento, em 1693, os dirigentes de obras do mosteiro observaram escrupulosamente as indicações do grande mestre, até que, em 1755, se concluíram todas as obras que ele delineara"⁵⁴.

De fato, em 1743, quando o então abade Fr. Francisco de São José, resolveu dar início a um claustro de cantaria, contratou o engenheiro militar José Fernandes Pinto

⁵² SILVA-NIGRA, Dom Clemente Maria da, OSB. *Frei Bernardo de São Bento: o arquiteto seiscentista do Rio de Janeiro*. Salvador, Tipografia Beneditina, 1950, p. 22.

⁵³ COSTA, Lúcio. "Prefácio". In: SILVA-NIGRA, op. cit., p. 11.

⁵⁴ SILVA-NIGRA, op. cit., p. 28.

Alpoim que "conseguiu um conjunto harmonioso reunindo habilmente a severidade das antigas linhas com a perfeição de seu novo projeto"⁵⁵.

Porém, para os interesses do nosso trabalho, é a famosa planta do "Projeto de Frias" de 1617 que, como veremos, pode-se relacionar com o mosteiro de São Bento de Sorocaba, em particular, a "parte executada até 1669", conforme especificação da legenda da planta que reproduzimos na *Figura II. 14*. Trata-se de uma restituição gráfica elaborada por Silva-Nigra, a partir do levantamento da situação atual do mosteiro e da leitura do documento intitulado "Declarações de Obras", elaborado por Fr. Bernardo de São Bento em 1684 e que relata em detalhe as obras empreendidas a partir de 1669. A relação que estabeleceremos é ainda mais pertinente tendo em vista que, as características arquitetônicas que a diferenciam da planta do mosteiro de Sorocaba são justamente aquelas que Bazin põe em dúvida na reconstituição de Silva-Nigra: o corredor lateral e o pórtico com as duas torres. Segundo Bazin:

*"Será que podemos acreditar, como Dom Clemente da Silva-Nigra, que essa planta é a mesma traçada em 1617 pelo engenheiro Francisco de Frias? Nesse caso, teríamos o exemplo mais antigo do corredor, mas esse templo só foi começado em 1633, logo abandonado, e retomado depois em 1668. Talvez o próprio corredor seja um acréscimo à planta de 1617."*⁵⁶

E quanto ao pórtico, Bazin afirma que ele está "apoiado sobre a parte inferior de uma fachada construída antes dele, e que não o comportava". Trata-se de um acréscimo, uma vez que para a execução das abóbadas da sua cobertura foram suprimidos os frontões triangulares de terminação das três portas e substituídos por lintéis muito mal executados⁵⁷.

*

Retomando os aspectos da ação missionária e partindo de uma afirmação de Hoornaert de que "a ordem beneditina administrou poucos aldeamentos [e] atuou sobretudo nos mosteiros e fazendas", parece-nos importante analisar aqui, mais detalhadamente e antes de darmos continuidade às outras fundações do litoral, a atuação dos monges junto à essas unidades produtoras do principal produto de exportação durante todo o período da colonização portuguesa no Brasil. Ou seja, analisar o papel dos monges como senhores das fazendas e engenhos de açúcar administrados a partir desses três primeiros mosteiros fundados ao longo do litoral brasileiro.

As fazendas foram, segundo Hoornaert, um meio de "libertação econômica" das ordens religiosas. Possibilitaram que o clero regular, que num primeiro momento vivia das folhas de pagamento da administração colonial portuguesa, ficasse menos sujeito à dependência em relação ao Padroado. Baseando-se nas afirmações do cronista baiano do século XVIII, Luiz dos Santos Vilhena, Hoornaert afirma que a coroa gastava vinte vezes mais com os vigários e auxiliares do arcebispado do que com os missionários e conclui que:

⁵⁵ *Idem*, *Construtores e artistas do mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*, op. cit., p. 104.

⁵⁶ BAZIN, Germain, op. cit., I volume, p. 129.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 113.

*“Esta penúria fez com que o trabalho missionário praticamente só fosse exercido por religiosos, pois estes tinham uma defesa diante da dependência criada pelo padroado: as fazendas. Há todo um conflito entre a coroa e a criação de fazendas pelos religiosos, pois estas significavam uma forma de independência.”*⁵⁸

Salvador, Olinda e Rio de Janeiro, não por acaso, tratavam-se dos mosteiros beneditinos mais ricos, pois coincidiam com os três maiores centros de desenvolvimento, na costa brasileira, da grande lavoura açucareira. Como veremos, vinculado à essas abadias mais importantes, os beneditinos possuíam, em meados do século XVIII, nove engenhos.

Segundo a afirmação de Gilberto Freyre, “tanto quanto naquelas capitânicas do Norte estiveram sempre as terras no Rio de Janeiro concentradas nas mãos de poucos: grandes latifundiários plantadores de cana - inclusive os frades do Mosteiro de São Bento.”⁵⁹ Se a inclusão dos monges beneditinos como grandes latifundiários parece conter uma manifestação de surpresa - e deixa pairar uma contradição entre a atividade religiosa e a exploração da terra - trata-se, porém, no mínimo, de uma condição antiga na história das ordens monásticas. De fato, como vimos anteriormente, o ramo dos cistercienses na França, em oposição à opulência do ramo cluniacense, retiraram-se aos locais mais ermos, escolhendo para as suas fundações os vales mais isolados e sombrios, e difíceis de cultivar. Como afirma Braunfels:

*“A level of education and an educative drive superior to that of any peasant, and indeed any knight, led them to gather and transmit experience in farming and forestry [...] They were the best agronomists, the best stockbreeders, and the best foresters of the late Middle Ages.”*⁶⁰

E em Portugal, segundo Gilberto Freyre:

*“Durante os tempos indecisos de luta com os mouros foi principalmente à sombra das abadias e dos grandes mosteiros que se refugiou a agricultura, sob o cuidado dos monges. [...] Eles [os cistercienses de São Bernardo] foram como que os verdadeiros antecessores dos grandes proprietários brasileiros, [já que] nos engenhos dos fins do século XVII e do século XVIII estava-se [...] como num convento português - uma grande fazenda com funções de hospedaria e de santa casa.”*⁶¹

⁵⁸ HOORNAERT, Eduardo, op. cit., p. 36.

⁵⁹ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio De Janeiro, José Olympio, 1978.

⁶⁰ BRAUNFELS, Wolfgang. *Monasteries of Western Europe: the Architecture of the Orders*. London, Thames and Hudson Ltd., 1993, p. 73.

⁶¹ FREYRE, Gilberto, op. cit., p. 232-233 e p. XXX.

Nesta passagem fomos ainda mais além com Freyre, pois não só ele afirma que aquela tradição agrária dos monges cistercienses foi transplantada para Portugal e os relaciona com os grandes proprietários brasileiros, como estabelece uma ousada e polêmica aproximação dos conventos medievais com os engenhos de açúcar do nordeste.

Uma análise sucinta e objetiva dos engenhos beneditinos faz Stuart Schwartz em seu artigo *The Plantations of St. Benedict: The Benedictine Sugar Mills of Colonial Brazil*⁶². Na introdução ressalta que os mosteiros construídos pela ordem no Brasil-colônia eram mantidos por diversas atividades econômicas desenvolvidas paralelamente à atividade religiosa: aluguéis de imóveis, empréstimos de dinheiro a juros, mas, principalmente, através das fazendas de criação de gado e da produção de açúcar para exportação. Baseando-se nos “Estados”, os relatórios trienais enviados à abadia-mãe da ordem beneditina em Portugal, S. Martinho de Tibães, por cada um dos mosteiros fundados no Brasil, anteriormente à reunião do Capítulo Geral ali realizada; baseando-se nas informações acerca da contabilidade, da situação (do “estado”) e das realizações não só dos mosteiros mas também das propriedades rurais, Schwartz pode concluir que 40% da receita anual da ordem, derivava das fazendas e engenhos de cana-de-açúcar pertencentes aos beneditinos em meados do século XVIII. Seguindo o percurso do seu artigo, passemos, agora, à descrição dos nove engenhos que, como dissemos, estavam vinculados às três abadias de Salvador, Olinda e Rio de Janeiro.

Bahia

Vinculados ao mosteiro de São Bento de Salvador os beneditinos possuíam dois engenhos de açúcar na região do Recôncavo Baiano: o São Bento dos Lajes no município de São Francisco do Conde e o Engenho São Caetano na região de Itaporocas, no município de Santo Amaro.

O São Bento dos Lajes, o mais antigo, situava-se nas terras às margens do rio Subaé. (ver *Figuras II. 17 e II. 18*) Adquirido no fim do século XVI, no início era uma fazenda de cana cujo beneficiamento do açúcar era feito, às vezes, no vizinho e famoso Engenho Sergipe do Conde que pertencera a Mem de Sá, posteriormente ao Conde de Linhares e a partir de 1621 passou a ser administrado pelos jesuítas. A doação de uma sesmaria nas redondezas permitiu que os beneditinos construíssem o seu próprio engenho. A data exata dessa construção é desconhecida, porém se sabe que, em 1656, o engenho operava por tração animal e contava com uma mão-de-obra de 114 escravos.

O engenho São Caetano, situado mais para o interior, longe das margens da baía, possuía, ao contrário do São Bento, extensas terras, parte das quais os monges arrendavam a lavradores de cana. Construído entre 1720 e 1723, logo ultrapassou em produção o São Bento e se tornou mais rentável durante todo o século XVIII.

Segundo Schwartz, “cada engenho era, por definição, distinto, com suas próprias vantagens e desvantagens peculiares que influenciavam as operações.”⁶³ O Engenho São Bento dos Lajes, assim como o Engenho Sergipe situado na margem oposta do rio e bem em frente ao Engenho São Bento, mantinha seus próprios barcos e barqueiros para o

⁶² SCHWARTZ, Stuart B. *The plantations of St. Benedict: the Benedictine sugar mills of colonial Brazil. The Americas*, 39(1): 1-22, jul. 1982.

⁶³ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 190.

transporte do açúcar até a cidade do Salvador através da baía. Isso aumentava os custos com salários, mas reduzia os gastos com animais. Por outro lado, Schwartz, através dos “Estados”, pode verificar que o São Bento arcava com pesadas despesas com lenha já que a sua extensão de terras relativamente pequena, não permitia o plantio para a produção de combustível para as caldeiras. O Engenho São Caetano, ao contrário, podia armazenar grandes estoques de madeira mas deparava-se com o problema do deslocamento dos produtos entre o litoral e o interior. Não contando com o transporte hidroviário e não possuindo rebanho próprio, suas despesas com animais eram sempre elevadas.⁶⁴

Baseando-se sempre nos “Estados”, Schwartz pode acompanhar a diversidade e concentração da atividade econômica dos mosteiros baianos. Em 1660 os beneditinos ganhavam pequenas quantias com a venda de couro, leite e com o aluguel de terras, e a venda do açúcar e do melão chegou a perfazer 65% da receita. Com a concorrência internacional causada pela produção de açúcar nas Antilhas e a queda dos preços a partir de 1670, os beneditinos diversificaram as suas atividades e no início do século XVIII perfazem 52% da receita, sendo o restante suprido com a produção de tabaco e a criação de gado. Ao longo desse século os beneditinos adquirem outras cinco propriedades rurais, entre as quais uma fazenda de criação de gado na margem do rio São Francisco, próximo ao litoral, com 2700 cabeças e uma outra voltada praticamente para a produção de farinha de trigo para suprir a alimentação dos monges e de seus inúmeros escravos.

Pernambuco

Na região do Brasil mais marcada pela produção e beneficiamento do açúcar para a exportação, os beneditinos do mosteiro de São Bento de Olinda, enfatiza Schwartz, só poderiam obter seu sustento por meio das atividades ligadas aos engenhos.

O mais antigo, localizado em terras que pertenciam aos beneditinos desde o início do século XVII, é o Engenho Musurepe. Fica localizado às margens do rio Capibaribe, a 60 Km. da costa em direção ao interior. A longa distância do litoral foi, aqui também, um fator que dificultou o transporte do açúcar até o porto. Em meados do século XVII a produção desse engenho representava 50% dos rendimentos do mosteiro de Olinda e contava com 82 escravos.

No início do século XVIII, os beneditinos eram proprietários de outros dois engenhos na região: o São Bernardo localizado também às margens do rio Capibaribe e o Engenho Goitá situado a 12 Km. do Musurepe. Schwartz constatou por meio da contabilidade dos “Estados” que, em meados do século XVIII, os três engenhos chegaram a perfazer dois terços dos rendimentos do mosteiro.

Rio de Janeiro

Schwartz salienta a importância do papel desempenhado pelos beneditinos no desenvolvimento da região do Rio de Janeiro com o suporte do domínio exercido pela família Correia de Sá. Os beneditinos, junto com os jesuítas, desbravaram, a partir de 1630, a região de Campos e em meados do século já possuíam ali vastas áreas. Nesse período a principal atividade econômica exercida pelos monges era a criação de gado e em suas propriedades chegaram a administrar em torno de 5000 animais. Possuíam,

⁶⁴ Cf. *Ibid.*, p. 191.

ainda, um único engenho de açúcar, o Guaguasu, posteriormente desativado, e contavam com uma mão-de-obra de 250 escravos. Na segunda metade do século XVII, os beneditinos recebem de herança de Dona Vitória de Sá, três grandes propriedades rurais na paróquia de Jacarepaguá, duas delas transformadas, posteriormente, em engenhos de açúcar: o Varge Grande⁶⁵ e o Camorim. (ver *Figura II. 19*)

Baseando-se nas informações obtidas nos “Estados” do mosteiro do Rio de Janeiro, Schwartz listou as propriedades pertencentes aos monges cariocas, na primeira metade do século XVIII, além dos dois engenhos citados: o Engenho Ilha⁶⁶ localizado na Baía de Guanabara, na Ilha do Governador (ver *Figura II. 20*) e o Engenho Campos na área de uma antiga fazenda de gado daquela região pertencente ao mosteiro. (ver *Figura II. 21*) Além desses engenhos possuíam ainda três propriedades rurais em Cabo Frio, Maricá e Iguaçu.

“A grande fazenda de Iguaçu, a mais antiga da Ordem de São Bento do Brasil ...”, foi objeto de um artigo publicado na revista do SPHAN em 1943 por D. Clemente da Silva Nigra.⁶⁷ Da leitura deste artigo pudemos concluir que se trata do antigo engenho Guaguasu a que se refere Schwartz, desativado no fim do século XVII e substituído, no princípio do século XVIII, por um engenho de farinha de mandioca. Segundo Silva Nigra, esse engenho muito auxiliou na alimentação das frotas que ocupavam o mosteiro da cidade durante a invasão francesa de 1711. A fazenda contava, ainda, com uma olaria que, por muito tempo, forneceu tijolos, telhas e ladrilhos para as obras de construção do mosteiro.

Esse complexo de propriedades vinculadas ao mosteiro do Rio de Janeiro, além de outros investimentos em compras de imóveis para aluguel e empréstimos de dinheiro a juros, é um bom exemplo, segundo Schwartz, de como se arquitetava o sustento das atividades religiosas, educacionais e beneficentes de cada estabelecimento dos monges no Brasil. Devemos salientar que as fazendas não pertenciam à Ordem mas a cada mosteiro individualmente. No Rio de Janeiro, em meados do século XVIII, havia 61 monges, dentre sacerdotes, coristas e leigos, dependentes do mosteiro, incluindo os que viviam nas propriedades rurais. Os quatro engenhos produziam açúcar e aguardente para venda. O abastecimento de carne era suprido pela criação de gado na fazenda de Campos onde, inclusive, vendia-se animais e couro. A fazenda Iguaçu atendia às necessidades básicas da alimentação dos monges e dos escravos com a produção de arroz e de farinha de mandioca e a sua olaria, como vimos, fornecia tijolos e telhas para as outras propriedades. Finalmente, as fazendas de Maricá e Cabo Frio complementavam aquela alimentação

65 O historiador Robert Smith, publicou na íntegra as seções, referentes à “Fazenda da Varge”, dos “Estados” do triênio de 1763-1766, que corresponde à gestão do abade historiador Fr. Gaspar Madre de Deus, e do triênio de 1766-1770, “ dada a extraordinária riqueza de elementos que o documento oferece aos estudiosos da história econômico-social da época...”. Cf. SMITH, Robert S. O mosteiro beneditino do Rio de Janeiro e sua fazenda da vargem no século XVIII. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 304: 158-200, 1974, p. 184.

66 “ Na Ilha do Governador, a maior ilha da baía do Rio, possuem um grande estabelecimento agrícola, dirigido regularmente por certo número de frades. Numerosas gerações de rapazes e moças de cor são lá criadas até terem idade suficiente para serem enviadas ao trabalho nas propriedades do interior. ” Dessa forma refere-se Thomas Ewbank ao Engenho da Ilha em seu *Diário de meados do século XIX*. Cf. EW BANK, Thomas. *Vida no Brasil ou Diário de uma visita à terra do cacauzeiro e da palmeira*. São Paulo, Edusp: Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1976, p. 101.

67 SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da, OSB. A antiga fazenda de São Bento de Iguaçu, *Revista do SPHAN*, n. 7: 257-282, 1943, p. 267.

com o fornecimento de peixe e de vegetais, além de produzirem, também, farinha de mandioca. Havia, portanto, uma integração, clara e intencional, das atividades das diversas propriedades. Segundo Schwartz, o objetivo principal era, portanto, o sustento das operações locais e embora o desejo de lucro não estivesse ausente, não há indicação da existência de uma pressão externa, da Congregação de Portugal, no sentido de um aumento do nível dos rendimentos.

*

Verificaremos, em seguida, como os beneditinos, no papel de senhores de engenho, relacionaram-se com os dois grupos étnicos que exerceram as diversas atividades produtivas ligadas ao plantio e ao beneficiamento da cana-de-açúcar para exportação: a mão-de-obra do escravo indígena e do negro de origem africana.

Para a análise do primeiro caso, podemos partir do capítulo referente às relações dos jesuítas com as outras ordens do clero regular, em *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Serafim Leite afirma que os jesuítas, em geral, sempre mantiveram, com elas, boas relações. “Mas o contato gera, às vezes, ligeiros atritos, tal qual no seio das melhores famílias [e] com os Beneditinos na Baía houve alguma desinteligência, no que toca [...] à liberdade dos índios.”⁶⁸

Refere-se ao episódio ocorrido à época da administração do primeiro Governador Geral nomeado durante a dinastia Filipina, Manuel Teles Barreto (1583-1587). Depois de salientar a importância do cultivo de boas relações com os governadores e com o bispado para o bom desempenho das obras de catequese, Serafim Leite reconhece, porém, que “o governo de Teles Barreto [foi o] período mais difícil da Companhia de Jesus no Brasil no século XVI.”⁶⁹ Entre as várias ocasiões em que o governador procurou desprestigiar os jesuítas, demonstrando a sua “hostilidade” e “má vontade” para com os padres da Companhia, Serafim Leite relata o caso da “conhecida e desastrada expedição aos Índios de Sergipe.”⁷⁰ Estes índios haviam manifestado o desejo de se submeterem à doutrina jesuíta e viverem junto às suas aldeias. Os padres, concordando, tomaram, então, as medidas necessárias. Porém, segundo Serafim Leite, “os colonos, quando o caso se divulgou, pensaram logo em torpedear a empresa, de modo que os Índios, em vez de irem para as Aldeias dos Padres, fossem repartidos entre eles.”⁷¹ Apesar de os jesuítas, cientes do que se passava, alertarem as autoridades, partiram para Sergipe 450 homens entre colonos portugueses, mamelucos e índios escravizados, para a captura dos gentios sergipanos. Estes, “vendo que o destino, que lhes queriam dar, era outro, usaram de dissimulação e, ajudados de Franceses numa nau que viera ali carregar pau Brasil, mataram-nos a todos ou quase todos.”⁷² Serafim Leite, concluindo, afirma que Teles Barreto aproveitou o ocorrido para denunciar os jesuítas, atribuindo-lhes a premeditação da chacina.

Serafim Leite publica em seu livro uma carta escrita pelo jesuíta Cristóvão de Gouveia que, sendo uma testemunha contemporânea dos fatos, narra os acontecimentos

⁶⁸ LEITE, Serafim, S. I. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa, Livraria Portugalia; Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1938, tomo II, p. 506-507.

⁶⁹ LEITE, Serafim, op. cit., tomo II, p. 169

⁷⁰ *Ibid.*, p. 157.

⁷¹ *Ibid.*, p. 161-162.

⁷² *Ibid.*, p. 162.

em detalhe e, acredita o autor, da forma como se passaram. Dirigida a um padre de Portugal, quando se refere à expedição dos colonos para a captura dos índios de Sergipe, Gouveia afirma que:

“Nesta empresa entrava êle [o Senhor Governador], dando a licença, a soldadesca, que foram cento e cinquenta homens ou mais, e mais de trezentos Índios, escravos e fôrros, entre os quais se havia de repartir a metade da prêsa. Entravam os Padres Religiosos de S. Bento, a quem o Governador queria dar uma Aldeia dêles para terem numa sua fazenda e servirem-se dêles, porque a licença foi a êles concedida. Entrava também um Gracia de Ávila que fornecia de mantimentos, ...”⁷³

E quando relata que culpavam os jesuítas pela morte de mais de 450 pessoas e que não faltariam testemunhas que jurassem a favor dessa denúncia, Gouveia volta a insistir que “temos por opositores ao Senhor Governador, aos Padres religiosos de S. Bento e a um Gracia de Ávila, ...”⁷⁴ Na carta, Cristóvão de Gouveia faz alusão, ainda, ao fato de que o Governador, atendendo a um requerimento da Câmara e a insistência dos jesuítas, chegou a revogar a licença expedida. Mas como os colonos já haviam partido:

“...mandou lançar pregões que se tornassem. A gente não deu por êles - o porquê Deus o sabe - somente digo que o Abade de S. Bento, cuja a licença era, lhes mandou dizer, estando êles daqui perto de vinte léguas, que fôsem por diante e não temessem, que como tornassem, êle lhes faria tudo chão com o Governador, cujo confessor êle é; e, quando se soube da morte, êle mesmo lhes fez umas exéquias em seu mosteiro, com eça alevantada, missa e pregação.”⁷⁵

Esse relato demonstra que os beneditinos, pelo menos num primeiro momento, não aderiram à causa jesuítica da “liberdade dos índios”. Assim como os colonos, serviram-se deles como mão-de-obra escrava nas suas fazendas. Esse fato é confirmado por Stuart Schwartz em seu artigo sobre os engenhos beneditinos. Em 1652, o mosteiro do Rio de Janeiro possuía 250 escravos em suas diversas propriedades, 109 dos quais trabalhando no Engenho Guaguasu. Segundo Schwartz:

“The composition of this labor force is interesting because it contained considerable numbers of Indian workers enslaved by the Fathers of São Bento despite legislation prohibiting the capture of Indians.[...] In 1652, of the eighty-three adult slaves at that engenho, twenty-five were Indians, but by 1657 their number had decline to fourteen of eighty-six as they were increasingly replaced by Africans and Afro-Brazilians. The Benedictines

⁷³ cit. in, LEITE, Serafim, op. cit., tomo II, p. 164.

⁷⁴ Ibid., p. 162

⁷⁵ Ibid., p. 164-165.

continued to use Indian workers on their estates, and as late as 1706 there was a royal decree demanding that the Order release all Indians on its lands."⁷⁶

Como veremos numa segunda etapa desta análise da atuação dos beneditinos na colonização portuguesa do Brasil, no planalto paulista, o papel de mão-de-obra escrava atribuído pelos monges ao indígena é confirmado e se intensifica. De fato, foi de São Paulo que partiram em direção ao interior as grandes expedições de colonos para o apresamento de índios que eram em seguida escravizados a despeito da legislação contrária existente. Segundo Hoornaert:

*"Dai nasceu a divisão religiosa no planalto paulista: os beneditinos colocavam-se ao lado dos colonos e os jesuitas ao lado dos índios. O mosteiro dos beneditinos foi construído por Fernão Dias Paes Leme, caçador de índios."*⁷⁷

O conflito entre os colonos e os jesuitas foi declarado, levando, inclusive, à expulsão dos padres da vila de São Paulo entre 1640 e 1653. Retornaram, somente sob a condição de não se meterem no "negócio de índios". É um dos muitos "atritos recorrentes" a que nos referimos no início desta monografia, citando Fernando Novais. Porém, se, segundo o historiador, é uma das expressões da contradição entre o Estado e a Igreja, convém lembrar que, neste caso, uma parte da Igreja estava do lado dos colonos, revelando uma maior complexidade dos fatos.

A identificação dos beneditinos com os interesses e com os projetos dos colonizadores, expunha ambos, em algumas oportunidades, a um conflito aberto com os jesuitas. Dentre as ordens religiosas ditas "clássicas", os beneditinos parecem ocupar, portanto, uma posição diametralmente oposta à dos jesuitas. Dessa constatação decorre a evidente disparidade de interesses e objetivos, das ordens religiosas, no interior do clero regular. E se a essa divergência acrescentarmos as diferenças do papel e da atuação do clero regular em relação ao clero secular, conclui-se que não se pode encarar a Igreja, enquanto instituição, como uma entidade coesa e monolítica.

Estudos recentes têm, de fato, chamado a atenção para a permanência inadequada de visões e análises generalizantes que, a priori, encaram as instituições como unidades homogêneas. Siân Jones, por exemplo, ao tratar da classificação dos povos nas ciências humanas, em particular da passagem do conceito de raça ao conceito de cultura, afirma que:

"As a result of the way in which different kinds of analysis intersect with, and reinforce, one another, assumptions about the holistic, monolithic nature of cultures and societies have persisted stubbornly in the face of evidence to the contrary. It has been

⁷⁶ SCHWARTZ, Stuart B., op. cit., p. 12.

⁷⁷ HOORNAERT, Eduardo. *A Igreja no Brasil-colônia (1550-1800)*. São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 63.

*clear for some time that reality is more heterogeneous and untidy than such concepts acknowledge.*⁷⁸

Quanto ao relacionamento dos monges com os escravos negros podemos afirmar que, neste caso, a princípio, os beneditinos compartilhavam, com os jesuítas, a crença na “teologia da transmigração”. Os jesuítas, dentre as ordens religiosas, eram os maiores senhores de engenho e se utilizavam, para tanto, da mão-de-obra escrava do negro africano. Segundo Hoornaert coube à Igreja um papel importante na criação de um consenso geral em torno da escravidão negra através da elaboração de uma teologia que a justificasse. De fato, a “teologia da transmigração”, concebida pelo jesuíta Antônio Vieira, “comparava a África ao inferno, onde o negro era escravo de corpo e de alma, o Brasil ao purgatório, onde o negro era liberto na alma pelo batismo, e a morte à entrada no céu.”⁷⁹ Nas palavras de Vieira:

*“Já me persuado sem dúvida que o cativo da primeira transmigração (da África para o Brasil) é ordenado por Sua Misericórdia para a liberdade da segunda (do Brasil para o ... céu).”*⁸⁰

O Brasil era, portanto, seguindo o raciocínio de Vieira, o lugar da transição entre a África, terra do pecado, e o céu, que é a única saída para o escravo e o lugar da sua definitiva libertação. E a escravidão no Brasil, que introduzia o negro na Igreja por meio do batismo, um meio para a sua salvação, o que pressupunha uma distinção básica entre o negro pagão, bárbaro e não convertido, e o negro cristão.

Justificada, desta forma, a imposição ao negro do trabalho forçado, resta verificar a atuação específica dos beneditinos na administração dos seus engenhos e no tratamento dispensado aos seus escravos.

Schwartz reúne alguns relatos de observadores contemporâneos que sugerem que os beneditinos eram tidos como excelentes administradores de suas propriedades rurais. “Em 1662”, por exemplo, “o padre jesuíta Belchior Pires escreveu que os engenhos dos beneditinos eram muito melhores e administrados com muito menos despesas do que os da Companhia de Jesus.”⁸¹ Referia-se ao Engenho São Bento dos Lajes comparando-o com o Sergipe do Conde pertencente aos jesuítas nessa época. Belchior Pires lamenta-se que, diferentemente dos beneditinos, os jesuítas tiveram que recorrer às doações para a construção da Igreja da propriedade. Schwartz chega, inclusive, a afirmar que “os jesuítas olhavam com inveja os engenhos dos beneditinos na Bahia, e não sem razão, [pois os seus engenhos] nunca operavam com prejuízo, nem mesmo durante o difícil período de meados do século XVIII”⁸². E conclui que “o êxito dos beneditinos foi, aparentemente, consequência de boa administração, melhor tratamento dos escravos, resultando em taxas de mortalidade mais baixas e de fecundidade mais altas...”⁸³

⁷⁸ JONES, Siân. *The Archaeology of Ethnicity: Constructing Identities in the Past and Present*. London and New York, Routledge, 1997, p. 49.

⁷⁹ HOORNAERT, Eduardo, op. cit., p. 76.

⁸⁰ cit. in Ibid., p. 76.

⁸¹ SCHWARTZ, Stuart B., op. cit., p. 293.

⁸² Ibid., p. 201-202.

⁸³ Ibid., p. 202.

De fato, Schwartz notou, quanto aos gastos específicos com os escravos, que os beneditinos exerciam uma prática diferenciada em relação à mão-de-obra de seus engenhos. A presença de uma parcela alta com as despesas referentes à alimentação, uma relativamente baixa referente aos salários e um índice baixo na aquisição de novos escravos, são indícios, por um lado, da utilização crescente dos cativos nos cargos especializados da técnica de beneficiamento do açúcar ocupados, normalmente, por trabalhadores livres; por outro, é o resultado do estabelecimento de boas condições de vida e de uma política em favor do crescimento natural do número de escravos no interior do engenho.

Os beneditinos, ao que tudo indica, favoreceram a formação de unidades familiares entre os escravos e o número crescente de crioulos nascidos em suas propriedades para aumento e reposição da mão-de-obra escrava, chamou a atenção de alguns observadores estrangeiros. Henry Koster, inglês e administrador de uma fazenda vizinha à uma propriedade beneditina em Pernambuco, afirmou, em 1817, que:

*“Posso falar sobre as propriedades dos Beneditinos porque a minha residência no Jaguaribe forneceu oportunidade para que examinasse o estado de uma dessas administrações. Embora não existisse engenho nesse local, o número dos negros era completo e suficiente para esse fim.[...] Os escravos de São Bento no Jaguaribe são todos creólos e atingem a uma centena.[...] Os casamentos são favorecidos. Com a idade de dezessete a dezoito anos para os homens e quatorze e quinze para as moças, muitos desses enlaces tem lugar.[...] Nenhum constrangimento é empregado para obrigar o escravo a casar e muito deles, contra a vontade dos amos, ficam solteiros.”*⁸⁴

Porém, Koster, em seguida, relata que alguns descuidos eram evitados pelos beneditinos pois, “os monges permitem às mulheres escravas casar com pessoas livres mas os homens escravos não podem desposar mulheres livres.”⁸⁵ Não desejavam que o número de escravos diminuísse, pois os filhos de uma mulher livre seriam livres, nem que famílias livres residissem entre a população escrava.

Aparentemente, afirma Schwartz, havia uma política que buscava proporções mais equilibradas entre os sexos e condições propícias aos casamentos e à reprodução. Alguns registros documentais corroboram para a veracidade dessa hipótese: uma porcentagem relativamente alta de crianças na população escrava dos engenhos beneditinos; algumas compras deliberadas de um número grande de mulheres com o intuito de que os escravos homens dispusessem de companheiras; a determinação oficial no sentido de que os escravos solteiros se casassem exarada na reunião geral ocorrida em São Paulo em 1752 e a resolução de liberar dos trabalhos pesados qualquer escrava com mais de 5 filhos que partiu também dos monges paulistas em 1783.

Porém Schwartz pondera que:

⁸⁴ KOSTER, Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil: “ Travels in Brazil ”*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1942, p. 511-512.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 512.

“Os padres beneditinos sem dívida viram na política de equilíbrio entre os sexos e famílias ‘estáveis’ um meio de promover a diminuição dos pecados e melhorar a vida moral dos cativos, mas o fato de escravos casados poderem ser menos indóceis ou propensos a fugir provavelmente também não lhes passava despercebido.”⁸⁶

As conclusões finais de Schwartz reiteram a especificidade e a maneira estruturalmente diversa dos engenhos beneditinos no contexto mais geral da lavoura açucareira no Brasil-colônia, já que “a situação em engenhos de proprietários leigos parece ter sido de pouca preocupação em incentivar o casamento e a reprodução escrava.”⁸⁷

Nem sempre, porém, a situação observada pelos estrangeiros era favorável à boa administração das fazendas e ao bom tratamento dispensado aos escravos negros pelos beneditinos. John Luccock, um comerciante que esteve no Brasil entre 1808 e 1818, e que visitou a propriedade da ordem perto de Campos no Rio de Janeiro, reparou que:

“Um grande número de negrinhos ali se achava, rolando pelo chão, em completa nudez, sujos, magros e aparentemente doentios. Nunca vira eu escravos, em propriedade alguma, em estado de tamanho abandono e descuido. Ao indagarmos, soubemos que tanto eles como as terras pertenciam ao Convento de São Bento, no Rio. Era natural comparar o estado do lugar com o de Camorim e impossível reprimir o desagrado que causava o fato de se pensar que uma corporação tão rica, que desfruta de tantas facilidades e tão particularmente obrigada a ser cuidadosa com a prosperidade do país, bem como com a situação moral de seus habitantes, consentisse em que uma de suas propriedades mais consideráveis se encontrasse em estado tão lamentável de administração.”⁸⁸

De qualquer forma, o que importa, a despeito dos bons e dos maus tratamentos de uns e de outros, são as resoluções oficiais que emanavam das Juntas Gerais e nesse os historiadores reconhecem que as recomendações para que tratassem bem dos cativos apareciam em algumas delas.⁸⁹

*

Gostaríamos de estabelecer, finalmente, uma hipótese para a continuidade e o andamento de nossa pesquisa. Nesse primeiro contato com as propriedades rurais vinculadas aos mosteiros beneditinos, apesar da escassez do material iconográfico de que

⁸⁶ SCHWARTZ, Stuart B., op. cit., p. 293.

⁸⁷ Ibid., p. 293.

⁸⁸ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro: e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1975, p. 214.

⁸⁹ Cf. PIRATININGA JÚNIOR, Luiz Gonzaga. *Dietário dos escravos de São Bento: originários de São Caetano e São Bernardo*. São Paulo, Hucitec, 1991, p.35.

dispomos, podemos perceber que, em termos arquitetônicos, algumas dessas sedes de fazenda são verdadeiros “mosteiros rurais”. As sedes das fazendas jesuíticas eram, ao que parece, muito similares também aos seus conventos citadinos. Mas, no caso beneditino, essa relação assume um sentido particular uma vez que as ordens monásticas, na Idade Média, construíam os seus mosteiros no campo.

Antes, porém, devemos salientar que já se fazia uma distinção clara entre as propriedades do campo e da cidade, ou seja, entre os mosteiros das vilas e as sedes das fazendas. Os documentos não deixam dúvidas a este respeito. Os “Estados”, desde meados do século XVII, já reservavam uma seção dedicada a estas propriedades, diferenciando-as, portanto, dos mosteiros aos quais estavam vinculados. Em 1764, como vimos no início deste trabalho, o secretário de Estado, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, obrigou as ordens religiosas do Brasil a apresentarem, por escrito, uma relação dos bens e das suas propriedades. O abade provincial da ordem beneditina, respondendo a essa exigência, primeiro relacionou os onze mosteiros existentes naquele ano⁹⁰ e, depois, as propriedades rurais e os bens vinculados a cada um deles. Portanto, essa distinção já se estabelecia.

Um exemplo dessa aproximação das sedes rurais com os mosteiros das vilas, é o da Fazenda Iguaçu. O artigo de D. Clemente da Silva-Nigra sobre essa antiga fazenda beneditina, relaciona as notícias referentes à construção do que denominou de “casa-grande”, baseando-se no *Dietário* do mosteiro do Rio de Janeiro escrito, em 1773, pelo monge arquivista Fr. Paulo da Conceição Ferreira de Andrade. Foi entre 1754 e 1757, no governo do abade Fr. Manuel do Espírito Santo, que se resolveu, segundo Silva-Nigra, “construir uma casa grande nova, em forma de mosteiro, com pátio ou claustro”⁹¹. Segundo o dietário:

*“[...] deo principio a humas cazas devivenda, ou melhor ahum hospicio nafazenda do Igusi; tendo o primeiro lanso sento, esetenta esete palmos (38,94 mts) de comprido, eficaraó quazi acabadas. Os mosteiros pequenos (Jundiaí, Sorocaba, Santos, etc.) da Provincia (de S. Bento do Brasil) naó saó taó bons como este edificio.”*⁹²

Segundo o documento, a denominação melhor para o que se construiu, no caso de Iguaçu, foi de “hum hospicio” ao invés de “cazas de vivenda” como se procedia, provavelmente, em outras fazendas. E a comparação com os mosteiros pequenos da Província não deixa dúvidas quanto à intenção deliberada de se construir uma sede à maneira de um mosteiro. Na seqüência do artigo, Silva-Nigra estabelece as semelhanças com o mosteiro da cidade:

“Realmente, esta simples mas sólida construção de sobrado continua a existir até hoje. A fachada, além do frontispicio da igreja, tem, em cada canto, duas janelas-portas de sacada (dos dois grandes salões), ficando no meio as seis janelas das

⁹⁰ Ver a relação às pp. 8-9 do primeiro capítulo desta dissertação.

⁹¹ SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da, op. cit., p. 277.

⁹² Ibid., p. 277.

*respectivas celas. A disposição obedece, por conseguinte, à construção de cada lanço do mosteiro de S. Bento do Rio.*⁹³
(comparar as Figuras II. 22 e II. 23 com as Figuras II. 14 e II. 16)

Um outro exemplo dessa relação que vimos estabelecendo entre as sedes rurais e os mosteiros das vilas, é o da Fazenda de Campos. Por ora, dispomos somente das impressões do príncipe Maximiliano quando, em 1815, visitou aquela propriedade beneditina:

*“Depois de cavalgarmos até ao anoitecer através dessa região [dos Campos dos Goitacazes], muito boa para a pastagem, e onde se viam grandes rebanhos de gado, chegamos, por fim, à grande Abadia de S. Bento [...] Esse convento, pertencente à Abadia de S. Bento do Rio de Janeiro, possui terras e bens valiosos. O edifício é vasto, tem uma bonita igreja, dois pátios e um pequeno jardim interno ...”*⁹⁴

A Fazenda de Campos parece apresentar, também, segundo a descrição, conformação similar à de um mosteiro. Por intermédio do material iconográfico disponível, poderemos futuramente, neste e em outros casos, relacioná-los com as propriedades urbanas, enriquecendo, dessa forma, a nossa análise arquitetônica.

Fundação do mosteiro de São Bento de Santos

O mosteiro de São Bento de Santos é a sexta fundação da ordem no litoral brasileiro. Entre esta fundação e as três primeiras de que já tratamos, os beneditinos fundaram, ainda, no litoral, o mosteiro de São Bento da Paraíba, atual João Pessoa, e o mosteiro de São Bento do bairro da Graça em Salvador.

Quanto ao mosteiro da Paraíba, foi feita uma primeira tentativa de fundação com o envio do Fr. Damião da Fonseca, então presidente do mosteiro de Olinda, "para tentar fundar ali também mosteiro"⁹⁵. Dai, originou-se uma primeira petição de um sítio para a sua edificação, feita em janeiro de 1595. A fundação, porém, não foi levada a efeito pela Junta Geral em Portugal, provavelmente, segundo Endres, pelo fato de a "região estar sendo inquietada por incursões indígenas"⁹⁶. Em 1599, a pedido do governador da capitania, D. Feliciano Coelho de Carvalho e da Câmara da cidade da Paraíba, foram enviados outros monges que, por meio de nova petição, obtiveram a concessão de outras terras para a fundação, efetivada em reunião realizada em Portugal em janeiro de 1600. Em 1607, na junta realizada no mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, elevou-se o mosteiro de Paraíba à condição de abadia, sendo eleito para o cargo o primeiro abade, Fr. Urbano de S. João.⁹⁷

⁹³ Ibid.

⁹⁴ MAXIMILIANO, príncipe de WIED-NEUWIED. *Viagem ao Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, Companhia Editora Nacional, 1940, p. 95-96.

⁹⁵ ENDRES, D. José Lohr, OSB. *A ordem de São Bento no Brasil quando província (1582-1827)*. Salvador, Ed. Beneditina Ltda., 1980, p. 66.

⁹⁶ Ibid., p. 67.

⁹⁷ Cf. Ibid., pp. 67-69.

A historiografia, até onde sabemos, não dedicou, ainda, ao complexo beneditino de João Pessoa, uma monografia à altura das demais realizadas para os principais mosteiros do litoral. As poucas informações que obtivemos vieram do livro de Germain Bazin e, mesmo assim, referentes somente ao edifício da igreja atual que, iniciado em 1722, estava com a nave pronta em 1749 e o frontispício concluído em 1761⁹⁸. Não encontramos, tão pouco, nenhum levantamento planimétrico ou mesmo um esquema da planta do edifício. Este complexo monástico, que conta com a documentação dos "Estados" existentes no arquivo distrital de Braga cobrindo os anos entre 1651 e 1793 aguarda, portanto, a realização de estudos mais aprofundados.

*

No Capítulo Geral da ordem beneditina realizado, em 1647, no mosteiro de Santo André de Rendufe, em Portugal, foi eleito Fr. Gregório de Magalhães para abade provincial do Brasil e foi fundado o mosteiro de São Bento do bairro da Graça em Salvador. Essa fundação só foi possível a partir da antiga doação da ermida de N. Sra. da Graça, feita por D. Catarina Álvares, mulher de Diogo Álvares, "o Caramuru", em 1586, ao mosteiro de São Bento de Salvador. Quando, em 1650, Fr. Gregório retorna a Salvador das visitas que havia feito aos mosteiros do sul do país, resolve "fazer um Colégio de estudos no Mosteirinho da Graça" que foi iniciado pelo seu sucessor, Fr. Bernardo de Braga.⁹⁹

Conforme pode-se verificar na planta que reproduzimos na *figura II. 24*, o mosteiro propriamente dito traz uma particularidade que o distingue dos demais edifícios monásticos da ordem de São Bento no Brasil. Pois, segundo Paulo Ormino de Azevedo, não apresenta "a duplicação da circulação em torno do claustro", que estabelece "uma separação entre a vida comunal desenvolvida no claustro, e a vida íntima desenvolvida nas celas". Portanto, "a abadia da Graça apresenta uma das formas mais primitivas de mosteiro beneditino no Brasil"¹⁰⁰, com as celas abrindo diretamente para o corredor do claustro e não para uma galeria interna que por sua vez dá para o corredor do claustro.

Quanto ao estado atual da igreja, é o resultado das ampliações e alteamento da nave do século XVII, iniciadas a partir de 1770. Essa hipótese é sustentável, segundo Ormino de Azevedo, porque a largura da nave se manteve. Provam-no, a presença de uma arcada do lado do Evangelho, atualmente fechada, que "indica a existência de um avarandado tipicamente seiscentista"¹⁰¹ e a torre campanária do lado da Epístola com "terminação em meia laranja, reminiscência da técnica moçárabe"¹⁰², que é também uma solução do século XVII (ver *Figura II. 25*). Como veremos mais adiante, o mosteiro de São Bento de Sorocaba também sofreu um alteamento em seguida a uma ampliação, praticamente no mesmo período da igreja da Graça.

⁹⁸ Cf. BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1983, vol. II, p. 116.

⁹⁹ Cf. ENDRES, D. José Lohr, OSB., op. cit., p. 88.

¹⁰⁰ AZEVEDO, Paulo Ormino David de (coord.). *IPAC - BA: inventário de proteção do acervo cultural, vol. I - monumentos do município de Salvador - Bahia*. Salvador, Secretaria da Indústria e Comércio, 1975, p. 72.

¹⁰¹ Ibid.

¹⁰² Ibid.

A fundação do mosteiro de São Bento de Santos, também está relacionada à eleição de Fr. Gregório de Magalhães para Provincial da ordem no Brasil, que se deu no capítulo geral celebrado no mosteiro de Santo André de Rendufe, em Portugal, em setembro de 1647. Segundo Endres, quando Fr. Gregório passou por Santos, a caminho de São Paulo, para a realização da visita canônica aos mosteiros do planalto paulista, em 1649, achou que "aquela jornada era muito incômoda e penosa" para os monges que do Rio de Janeiro se dirigiam a São Paulo e ordenou que "ali se fizesse um hospício"¹⁰³. Para tanto, nomeou como seu procurador o vigário da vila de Santos que, por sua vez, dirigiu à Câmara uma solicitação para a fundação, cuja licença logo foi concedida já que é datada de abril de 1649.

Para que se efetive a fundação de um mosteiro beneditino, são exigidos os recursos econômicos previstos na regra de São Bento. Para tanto, os beneditinos puderam contar, em Santos, com a doação da ermida de N. Sra. do Desterro e das terras anexas, feita por D. Isabel Barbosa, viúva de Bartolomeu Fernandes Morão, em janeiro de 1650. A posse efetivada pelos monges Fr. Plácido da Cruz e Fr. Basílio da Ascensão, deu-se em 4 de fevereiro do mesmo ano, "dia em que se celebra a festa de N. Sra. do Desterro, orago da ermida e do futuro mosteiro"¹⁰⁴.

Quando Fr. Gregório retornou a Portugal, fez um relato da licença e doação que obtivera, no Capítulo Geral reunido em Tibães em maio de 1656, "declarando, ainda, ter dado início às obras para um futuro mosteiro [...], já estando prontas algumas celas e ocupadas por três religiosos, que dirigiam as obras"¹⁰⁵. De tal sorte que, após a deliberação do abade geral com os definidores sobre o assunto, a nova fundação foi aceita e erigindo-a em presidência, eleito o seu primeiro presidente, Fr. Isidoro da Trindade.¹⁰⁶

D. Clemente da Silva-Nigra publicou um reconstituição gráfica do mosteiro de Santos, que reproduzimos na *Figura II. 26*, relacionado a um documento de 1656 pertencente ao arquivo do mosteiro do Rio de Janeiro. Porém, não está claro se se trata, conforme a legenda da ilustração do livro de Silva-Nigra, da reconstituição de um suposto "projeto de Fr. Gregório de Magalhães"¹⁰⁷ em 1649" ou, conforme a interpretação de Benedito Lima de Toledo¹⁰⁸, do estado do mosteiro em 1656 conforme a descrição do documento. De todo modo, no que tange ao mosteiro propriamente dito, a reconstituição parece se inspirar e interpretar corretamente o texto do documento. Nele se lê que a igreja:

¹⁰³ ENDRES, D. José Lohr, OSB., op. cit., p. 90. "Hospício, segundo o Dicionário de Domingos Vieira, vol. 3, p. 990 é: 'casa religiosa, onde se agasalham os religiosos da Ordem, de passagem pela terra onde está o hospício.'" Citado em ANDRADE, Wilma Therezinha F. de. *A vila e a fê: Santos e a ordem de São Bento do séc. XVI ao XVIII*. São Paulo, FFLCH/USP, 1980, p. 348.

¹⁰⁴ Ibid., p. 91.

¹⁰⁵ Ibid., p. 92.

¹⁰⁶ Cf. Ibid., p.92.

¹⁰⁷ Endres discorda da atribuição de arquiteto dada ao monge e a partir da análise da sua biografia, conclui que Fr. Gregório de Magalhães poderia somente ter ordenado as construções, mas não pode ser considerado o autor dos projetos. Cf. ENDRES, D. José Lohr, OSB. *Catálogo...*

¹⁰⁸ Segundo Toledo, "baseado no relato de 1656, Dom Clemente fez uma reconstituição do mosteiro naquela época" (TOLEDO, Benedito Lima de. "Do século XVI ao início do século XIX: maneirismo, barroco e rococó." In: ZANINI, Walter, org. *História geral da arte no Brasil*. São Paulo, Instituto Moreira Salles, 1983, vol. II, p. 157).

"[...] tem hú choro co suas grades e húa torre co dois sinos, ao pe desta torre está hua porta em correspondencia com a Igreja, a qual serve de portaria, da qual no mesmo andar se foi fazer dormitorio, aonde estão feitas as celas de hua parte, e logo virando p.a o poente, em correspondencia á escada, existe outro dormitorio, aonde estão mais celas e o Refeitório; dentro fica hú Claustrosinho, não regular, mas tal qual permittiu o sitio; porq não há quadrado, pois é por esta sua razão de ser o sitio precipitado; serve pela parte do poente de parede do Claustro hú grande penedo, em toda a sua correspondencia; nos fundos da capela fica a cozinha e alojam.to dos escravos. Na porta da igreja e mosteiro está hú alpendre [pórtico] bastante, e hú aterrado pela frente, ou terraplana bastante, q. serve de terraço [...]"¹⁰⁹

É importante notar, conforme o texto do documento ressalta, quando diz que se fez dormitório no mesmo andar da portaria, que o mosteiro de Santos, como os demais que analisamos e que analisaremos, teve início com a construção de uma residência térrea paralela à igreja, corretamente interpretada pela reconstituição. A escada ali citada devia dar acesso a um cômodo inferior que a declividade do terreno já permitiu construir. Quando, no século XVIII, a residência foi ampliada e o claustro adquiriu a conformação atual, próxima a um quadrado, a maior declividade do terreno agora ocupado, permitiu a construção na ala paralela à igreja, de dois andares de celas abaixo do térreo. De forma que o mosteiro beneditino de Santos, diferentemente dos demais, conserva um claustro envolvido, aparentemente, por construções térreas em três de seus lanços e não estabelece a relação direta e usual entre as celas e o coro da igreja (ver *Figura II. 27*). Essa diferença de níveis entre o coro da igreja e as celas da residência faz dele um exemplar único entre os mosteiros beneditinos do Brasil e põe em dúvida a tese de Silva-Nigra que o compara com o mosteiro da Graça de Salvador. Segundo ele:

" *Chegando a Santos no comêço de 1649, o abade-provincial Frei Gregório de Magalhães tratou de estabelecer ali um mosteiro beneditino. [...]. A sua semelhança com o colégio de Nossa Senhora da Graça indica que também este novo mosteiro, ao lado da antiga capela, foi traçado pelo mesmo beneditino, seu fundador.*"¹¹⁰

Quanto à igreja, porém, a reconstituição publicada por Silva-Nigra parece não ter dado a devida atenção às palavras de Taunay que também publicou o documento de 1656 e que, segundo ele, faz uma "summária descrição da pobreza e exiguidade do cenóbio santista primitivo"¹¹¹. Basta para demonstrá-lo, a mera constatação da discrepância entre

¹⁰⁹ Citado em SILVA-NIGRA, Dom Clemente Maria da, OSB. *Construtores e artistas do mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*. Salvador, Tipografia Beneditina Ltda., 1950, p. 40*. A inserção do termo "pórtico" entre chaves no documento é de Silva-Nigra.

¹¹⁰ *Ibid.*, p. 79.

¹¹¹ TAUNAY, Affonso de E. *História antiga da abbadia de São Paulo*. São Paulo, Typographia Ideal, 1927, p.101.

a extrema simplicidade do mosteiro e o grau de sofisticação arquitetônica da igreja, impossíveis tanto num eventual projeto, quanto num estado de fato (ver *Figura II. 26*). Inclusive a interpretação de Silva-Nigra de que o "alpendre" citado no documento é o pórtico atualmente existente, parece-nos equivocada e reflete a falta de distinção a que aludimos no primeiro capítulo em relação aos termos "galilé" e "nártex". Preferimos, conforme a definição de Aurélio Buarque de Holanda em seu dicionário, a interpretação de alpendre como uma "cobertura saliente"¹¹².

A situação atual do mosteiro parece ser o resultado de obras realizadas no decorrer do século XVIII. Em 1826, como atesta o desenho de William Burchell que reproduzimos na *Figura II. 28*, elas já estavam concluídas. A terminação em cúpula da torre campanária (ver *Figura II. 29*) e o alteamento da cobertura da capela mor para colocação do atual retábulo¹¹³, foram, segundo Therezinha de Andrade, resultado de obras ali realizadas no final do século XIX¹¹⁴. Em 1932, com a demolição do que restava do grande penedo da parte do poente completou-se a quadra do claustro. Tombado pelo IPHAN em 1948, o edifício passou por ampla obra de restauração finalizada em 1979.

Apesar de os estudos até aqui realizados, o mosteiro de São Bento de Santos aguarda a realização de uma pesquisa mais aprofundada, a partir da análise dos doze "Estados" do antigo arquivo beneditino de Tibães, que, no caso de Santos, cobrem o período entre 1650 e 1792. Análise que deve estar sempre intrinsecamente relacionada ao levantamento planialtimétrico do edifício à semelhança daquela que elaboramos para o mosteiro de São Bento de Sorocaba, objeto do próximo capítulo.

*

O último mosteiro fundado pela ordem beneditina, na faixa litorânea, foi o de Nossa Senhora das Brotas, no município de São Francisco do Conde, no Recôncavo baiano, em 1670.

Pela inconveniência da permanência de monges em lugar tão ermo, a sessenta quilômetros da cidade de Salvador, decidiu-se, em 1690, pelo seu abandono. Mas, já em 1694, revivesceu, elevando-se à categoria de abadia em 1703 e eleito o seu primeiro abade, Frei Manuel do Espírito Santo¹¹⁵. Em avançado estado de arruinamento, foi o único mosteiro fundado pela ordem beneditina do Brasil em área rural, e os restos que ali se encontram parecem datar de meados do século XVIII¹¹⁶. Os "Estados" a ele referente, cobrem os anos entre 1711 e 1789.

¹¹² Cf. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira S/A, s. d., p.74.

¹¹³ Segundo Grangeiro, "a obra não foi feita para o local, mas sim trazida ou do 'interior', ou de 'Itu'." Discordando da atribuição feita por alguns historiadores ao Pe. Jesuíno do Monte Carmelo, este autor data o retábulo por volta dos anos 1750 a 1755 (Cf. GRANGEIRO, Ciro Domingues. *Retábulos da cidade de São Paulo e arredores, em seu desenvolvimento estilístico do começo do século XVII a meados do XIX*. Campinas, Departamento de História do IFCH-UNICAMP, 1993 [dissertação de mestrado], pp. 63-64.

¹¹⁴ Cf. ANDRADE, Wilma Therezinha de, op. cit., pp. 222-225.

¹¹⁵ Cf. ENDRES, D. José Lohr, op. cit., p. 95.

¹¹⁶ Cf. AZEVEDO, Paulo Ormindo David de (coord.). *IPAC - BA: inventário de proteção do acervo cultural, vol. II - monumentos e sítios do Recôncavo, I Parte*. Salvador, Secretaria da Indústria e Comércio, 1978, pp. 199-200.

II.2. Os mosteiros do planalto paulista.

O número relativamente alto de fundações de mosteiros ligadas ao "ciclo paulista", conforme a denominação que vimos utilizando dos ciclos de evangelização de Hoornaert, tem chamado a atenção dos pesquisadores que se interessam pela história da ordem de São Bento no Brasil. De fato, das onze fundações de mosteiros beneditinos, quatro estão localizados no planalto paulista e foram ali estabelecidos em um curto período de tempo: São Paulo em 1598 (porém, como veremos, ocupado efetivamente só a partir de 1630), Santana de Parnaíba em 1643, Sorocaba em 1660 e Jundiá em 1668.

A historiadora Wilma Therezinha de Andrade chega a considerar o fato "curioso" e salienta que se, no nordeste, as cinco fundações deram-se no litoral, no sul, das seis fundações somente duas estão na faixa litorânea, Rio e Santos. "As outras quatro fundações foram no interior e todas na Capitania de S. Vicente; isto dá mais um exemplo do caráter interiorano, planaltino do 'país dos paulistas'"¹¹⁷. Relaciona esse fato com o apoio que a ordem beneditina recebeu dos colonos e com a expulsão em 1640 dos jesuítas que, como se sabe, foram irredutíveis na luta contra o apresamento. Segundo Therezinha de Andrade:

*"Estes [os jesuítas] são expulsos pela gente paulista que deu consideração e ajuda, na mesma época, à outra Ordem religiosa que, de estatuto contemplativo, se mostrava mais tolerante com as atividades escravistas dos bandeirantes."*¹¹⁸

A fundação do mosteiro de Santana de Parnaíba a partir de uma doação feita pelo colonizador André Fernandes em 1643 e a reconstrução em 1650 da igreja e do mosteiro de São Paulo sob o patrocínio de Fernão Dias Pais coincidem, efetivamente, com o período em que os jesuítas estão ausentes (1640-1653).

Julita Scarano, referindo-se às fundações do litoral, afirma que os beneditinos escolheram os pontos mais significativos para a ocupação da colônia e que queriam competir com os jesuítas na atividade de evangelização e conversão dos pagãos. Na visão da historiadora:

*"Parece realmente que essa competição foi real e tomando São Paulo como exemplo, verificamos que em pouco tempo quatro priorados foram fundados, em uma área realmente restrita [...] Portanto, há um plano de edificação e de criação de mosteiros capazes, possivelmente, de atrair vocações e de crescer."*¹¹⁹

Para Therezinha de Andrade, a hostilidade para com os jesuítas por parte da sociedade bandeirante resulta numa boa acolhida tanto dos beneditinos quanto dos

¹¹⁷ ANDRADE, Wilma Therezinha de. *A vila e a fé: Santos e a ordem de São Bento do séc. XVI ao XVIII*. São Paulo, FFLCH-USP, 1980, p. 67 [Dissertação de Mestrado].

¹¹⁸ *Ibid.*, p. 54.

¹¹⁹ SCARANO, Julita. *Mosteiro de Sorocaba*. São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia, [s.d.], mimeografado, p. 1-2.

franciscanos, levando a autora a afirmar que "por isto, em São Paulo, o século XVII é o século da expansão bandeirante e das ordens franciscanas e beneditinas"¹²⁰.

No episódio da "luta antijesuítica" que culminou com a expulsão, os beneditinos, segundo Sérgio Buarque de Holanda, parece que não assumiram, em comparação com os franciscanos, uma "atitude radical", relativizando a nossa afirmação anterior quanto ao episódio da expedição dos índios do Sergipe, quando concluímos que os beneditinos pareciam ocupar uma posição diametralmente oposta à dos jesuítas. De fato:

"[...] a documentação disponível é singularmente omissa no que diz respeito à posição tomada pelos beneditinos. É possível que simpatizassem com a causa dos religiosos perseguidos, mas seria essa uma posição insólita. E se acompanharam o sentimento mais generalizado, sobretudo no planalto paulista, não o fizeram com a publicidade e acrimônia a que chegaram os franciscanos, [...]"¹²¹

De qualquer modo, os beneditinos iriam, mais tarde, favorecer a volta dos jesuítas assim como Fernão Dias Pais que tinha inicialmente dado seu apoio ao movimento de perseguição e expulsão. Pois, será um dos que, também mais tarde, "mais vivamente", prossegue Buarque de Holanda, "pelejarão [...] pela reintegração dos padres ao seu colégio."

Gostaríamos, finalmente, de acrescentar às razões até aqui expostas, que procuraram explicar o número relativamente alto de fundações no planalto em relação ao número total de fundações no território da colônia, o caráter de "mobilidade" do povoamento a que se refere Fernando Novais. Como ficou evidenciado, as fundações dos mosteiros beneditinos estão relacionadas com o período do denominado "bandeirismo de apresamento dos índios" que durante o século XVII foi a atividade preponderante no planalto paulista. Ora, é justamente essa atividade que, segundo as célebres palavras de Sérgio Buarque de Holanda, ocasionou aquela mobilidade:

"A sociedade constituída no planalto da capitania de Martim Afonso mantém-se, por longo tempo [...], numa situação de instabilidade [...] Sua vocação estaria no caminho, que convida ao movimento; não na grande propriedade que forma indivíduos sedentários. [...] A mobilidade dos paulistas está condicionada, em grande parte, a certa insuficiência do meio [...] Distanciados dos centros de consumo, impossibilitados, por isso de atrair em grande escala os negros africanos, deverão eles contentar-se com o braço indígena, com os 'negros' da terra; para obtê-los é que serão forçados a correr sertões inóspitos e ignorados."¹²²

¹²⁰ ANDRADE, Wilma Therezinha de, op. cit., p. 87.

¹²¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio. In: *Livro do tombo do mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo*. São Paulo, O Mosteiro, 1977, p. XXV.

¹²² Idem. *Monções*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976, p. 19-20.

Portanto, a relação estreita dos colonos com os beneditinos e os esforços que faziam procurando angariar os monges para cuidar dos "benefícios espirituais", atraindo moradores para as vilas que fundavam, teriam dado lugar à construção, no planalto, de um maior número de mosteiros, num curto período de tempo em torno de meados do século XVII.

Fundação do mosteiro de São Bento de São Paulo

No atual Largo São Bento, vértice norte da colina de conformação triangular do antigo assentamento de São Paulo, "na parte mais aprazível de toda a Cidade por ficar como que fora della"¹²³, Fr. Mauro Teixeira construiu, em 1598, uma "capelinha" com a invocação de São Bento. Nela, seguindo a *Crônica de 1766*, viveu Fr. Mauro "por alguns annos, como os verdadeiros Monges da Tebayda, apartado de toda a humana conversação"¹²⁴, ou seja, como um eremita e, não por acaso, a capela aparece, muitas vezes, com a denominação de "ermida" nos documentos.

Segundo Endres, porém, Fr. Mauro teria sido enviado pelo Provincial apenas para sondar "a possibilidade da planejada fundação e não para fazê-la"¹²⁵, tendo em vista a sua condição de irmão leigo que normalmente não cuidava dos negócios públicos da ordem beneditina. Mas, por vir de encontro aos interesses da Câmara e dos anseios do povo, foi-lhe designado o terreno no extremo norte da vila para a construção da capela.

O autor da *Crônica de 1766*, refere-se, mais adiante, declarando não saber "o motivo que para isso houve", à retirada de Fr. Mauro de São Paulo que, por isso, encarrega Manuel Preto de cuidar dos bens do mosteiro. Trata-se, segundo Sérgio Buarque de Holanda, do:

*"[...] célebre bandeirante paulista [que] andou associado, [...], a sucessivas correrias predatórias, que culminam no assolamento das reduções jesuíticas ao sul do Parapanema."*¹²⁶

E dá testemunho do início das ligações dos beneditinos com os colonos do planalto paulista.

Dois anos mais tarde, o mesmo provincial, Fr. Clemente das Chagas, envia a São Paulo, Fr. Mateus da Ascensão que obtém da Câmara a "carta de sismaria de chaons"¹²⁷

¹²³ Para o registo e o dietario do mosteyro: seu autor - 1766. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XVI: 277-294, 1911, p. 280. Este manuscrito anônimo, "com o seu sabor tão agradável de ingénua crônica, de resaibo medieval" (Taunay), pertence ao arquivo do mosteiro beneditino de São Paulo, sob o Códice 95. É atribuído, por Affonso de E. Taunay e por D. Martinho Johnson, ao Fr. Angelo do Sacramento, prelado setecentista (ver TAUNAY, Affonso de E.. *História antiga da abbadia de São Paulo*. São Paulo, Typographia Ideal, 1927, p. 19 e *Livro do tombo do mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo*. São Paulo, O Mosteiro, 1977, nota 2, p. 2.). Em seguida, simplesmente *Crônica de 1766*.

¹²⁴ *Ibid.*, p. 281. A Tebayda é a antiga região do Alto Egito, cuja capital é Tebas. Foi um importante centro do eremitismo nos séculos II e III d. C.

¹²⁵ ENDRES, D. José Lohr, OSB. *A ordem de São Bento no Brasil quando provincia (1582-1827)*. Salvador, Ed. Beneditina Ltda., 1980, nota 106, p. 69.

¹²⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. "Prefácio". In: *Livro do tombo do mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo*. São Paulo, O Mosteiro, 1977, p. XX.

¹²⁷ *Livro do tombo do mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo*. São Paulo, O Mosteiro, 1977, pp. 8-9.

para a fundação do mosteiro. Esse documento, segundo D. Martinho Johnson, "é a mais antiga escritura referente ao Mosteiro" e "pode ser considerado a [sua] certidão de nascimento[...]"¹²⁸ Porém, segundo Endres, embora Fr. Mateus tenha deixado São Paulo para dar conta da obtenção da concessão ao seu superior na Bahia, "a realização do projeto desta fundação, foi [...] adiada ainda por alguns anos."¹²⁹

Em 1610, aproveitando a presença de D. Francisco de Souza, então governador das capitâneas do sul, chegaram a São Paulo, enviados da Bahia, três monges: Fr. Antônio da Assunção, Fr. Bento da Purificação e, novamente, Fr. Mateus, este com o título de presidente, para realizar a fundação. Ocupando o local da velha capela, Fr. Mateus deu início à construção de um "recolhimento para sy e seus companheiros"¹³⁰. Houve, inclusive, uma petição dirigida à Câmara para que se mudasse o caminho, denominado Guaré, que da capela de N. Sra. da Luz atingia a vila, "por devassar muito o recolhimento dos monges"¹³¹. D. Martinho identifica esse caminho com a atual rua Florêncio de Abreu.¹³² A pedido de D. Francisco de Souza, mudaram ainda nesse mesmo ano, a invocação da capela para N. Sra. de Monserrate e "que tão bem a tomássemos por Padroeira do mesmo Mosteyro que de novo se edificava"¹³³. Porém, segundo Endres:

*"[...] esta tentativa de fundar o mosteiro paulista não encontrou muito entusiasmo na suprema direção da Congregação [de S. Bento de Portugal] da qual dependia, em última instância, o reconhecimento de cada nova fundação, e, de fato, a do Pe. Fr. Mateus não foi reconhecida."*¹³⁴

Esse fato, parece ter ocasionado, de novo, o abandono do mosteiro pois, segundo Sérgio Buarque de Holanda:

*"[...] os frades do convento do Rio de Janeiro, ao qual se subordinava a capela paulistana Senhora do Monte Serrate, julgaram desnecessário mandar visitá-la, enquanto viveu Manuel Preto, para provimento das suas necessidades, pois tinham nele quem de tudo cuidasse [...]"*¹³⁵

A hipótese do abandono do mosteiro paulistano é confirmada pelo Monsenhor Paulo Florêncio Camargo. Baseado na petição que, em 1629, a Companhia de Jesus dirige ao Ouvidor Geral sobre o "assalto" que o Capitão Antônio Raposo Tavares e seus companheiros de São Paulo realizaram nas reduções jesuíticas do Paraguai, Camargo relata que monges de São Bento, comandados por Fr. João Pimentel, transportaram de Santos para o Rio de Janeiro de 25 a 33 índios dos apresados daquelas reduções e afirma que esse fato:

¹²⁸ Ibid., nota 25, p. 9.

¹²⁹ ENDRES, D. José Lohr, OSB., op. cit., p. 71.

¹³⁰ Crônica de 1766, p. 282.

¹³¹ Ibid.

¹³² Cf. Livro do tombo do mosteiro da São Bento da cidade de São Paulo, op. cit., nota 15, p. 6.

¹³³ Crônica de 1766, p. 282.

¹³⁴ ENDRES, D. José Lohr, OBS., op. cit., p. 72.

¹³⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de, op. cit., p. XXIII.

*"Veio confirmar a nossa asserção anterior, o convento beneditino de São Paulo, estava sem monges, havia muitos anos, porque em caso contrário deixava a bugrada ali e não a levaria ao Rio de Janeiro."*¹³⁶

Mas quando, retomando as notícias de Sérgio Buarque de Holanda, soube-se da morte de Manuel Preto, em 1630, Fr. Máximo Pereira:

*"[...] enviou a São Paulo, mais do que depressa, Fr. João Pimentel da Rocha para tomar posse do mosteiro beneditino em favor da Ordem e pedir à Câmara, nova escritura, que se lavrou, com feito, a 9 de julho do citado ano."*¹³⁷

Por meio desse documento fica-se sabendo que, nesse ano de 1630, Fr. Pimentel, com os demais monges que o acompanharam, não fizeram mais do que "renovar o cahido, erguendo caza p.a seu Recolhimento."¹³⁸ Durante a sua presidência houve um aumento considerável do patrimônio do mosteiro, graças a doação, em 1631, das terras que viriam a formar a futura Fazenda de São Caetano e, em 1637, das glebas, doadas por Miguel Aires de Maldonado, da futura Fazenda de São Bernardo, que deram nome aos atuais municípios.

Apesar do número reduzido de monges, no Capítulo Geral de 1635, o mosteiro foi finalmente reconhecido e aceito pela Congregação de São Bento de Portugal, constituindo-se em abadia e eleito o seu primeiro abade, Fr. Álvaro Carvajal.¹³⁹

Em 1641, segundo Sérgio Buarque de Holanda, "parecia bastante consolidado o prestígio dos beneditinos na vila"¹⁴⁰, tendo em vista o papel que o mosteiro desempenhou, como local de refúgio, no episódio da "Aclamação de Amador Bueno". A reconstituição histórica dessa cena, feita pelo pintor Oscar Pereira da Silva em 1930, conforme a *Figura II. 38*, traz uma configuração do edifício que parece basear-se na descrição que dele faz a *Crônica de 1766*:

*"Por todo este tempo, desde a Fundação do Pe. Fr. Mauro se conservou esta Igreja, e Mosteyro no primeiro lugar, onde teve o seu principio, com quatro cellas junto, e contiguo à Igreja velha, permanecendo desde então toda esta obra até o anno de 1650 [...]"*¹⁴¹

Porém, além do segundo pavimento do mosteiro e da torre que dificilmente existiam nessa época, o pintor comete, entre outros, um anacronismo ao retratar a porta

¹³⁶ CAMARGO, Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira. *A igreja na história de São Paulo (1624-1676)*. São Paulo, Instituto Paulista de História e Arte Religiosa, 1953, vol. II, p. 56.

¹³⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de, op. cit., p. XXIII.

¹³⁸ *Livro do tombo do mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo*, op. cit., p. 3.

¹³⁹ Cf. ENDRES, D. José Lohr, OSB., op. cit., p. 74.

¹⁴⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de, op. cit., p. XXIII.

¹⁴¹ *Crônica de 1766*, op. cit., p. 283.

principal da igreja com a verga curva, elemento construtivo que foi introduzido na arquitetura colonial brasileira somente em meados do século XVIII.

Em 1650, sob o patrocínio de Fernão Dias Pais, protetor e benfeitor dos beneditinos, construiu-se "mosteiro e igreja nova no lugar da antiga, tão apertada que nela mal cabiam vinte pessoas, segundo notícias da época"¹⁴². No documento publicado no Livro do Tombo, em que Fernão Dias se compromete a construir a nova igreja em troca da capela mor como local da sua sepultura e de seus descendentes, faz-se uma descrição das partes de que se compunha o edifício:

"[...] a saber a d.a Capela mor armada com seu retabolo; [...]; e o corpo da d.a Igreja com seu coro alto, e torre, e pulpito, grades da d.a Igreja, e bancos p.a assentos dela, [...]"¹⁴³

Por outro lado, pela *Crônica de 1766*, fica-se sabendo que além da igreja, com o altar mor e dois altares colaterais, Fernão Dias ajudou também a construir em taipa de pilão o primeiro lanço do dormitório do mosteiro contíguo à nova igreja. Sobre essa primeira ala do mosteiro, Taunay, transcreve, em seu livro, trechos do "Catálogo dos Abades", códice 27 do arquivo da abadia paulistana e relata que Fr. Jerônimo do Rosário, que governou entre 1659 e 1662:

"[...] fez o dormitorio fronteiro à Igreja com cinco sellas duas salas, que hua servia de refeitorio [...]"¹⁴⁴

É muito provavelmente do mosteiro beneditino do Rio de Janeiro que se originaram essas soluções. Da igreja inaugurada em 1641, cuja nave contava com apenas dois altares e do mosteiro com as celas entre os dois salões na ala contígua à igreja, cuja construção foi iniciada em 1652. Portanto, o mosteiro paulistano, muito provavelmente, ali se inspirou para a reconstrução patrocinada por Fernão Dias. Ao contrário dos mosteiros do Rio e de Sorocaba, que ainda conservam essas disposições de origem seiscentista, o mosteiro de São Paulo, como veremos, será totalmente reconstruído ainda por duas vezes: na segunda metade do século XVIII e no início do século XX. Fica mais uma vez constatada, portanto, a importância histórica do mosteiro de Sorocaba. Ele é o testemunho de uma etapa, caracterizada por uma conformação mais primitiva, pela qual passaram os mosteiros, até aqui analisados, de Olinda, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Na seqüência da construção das alas dos dormitórios do mosteiro, sabe-se que Fr. Mauro da Trindade governante entre 1665 e 1668, "fez o segundo dormitório que olha para o Jaraguá", portanto a ala paralela ao vale do Anhangabaú e que Fr. Bento da Purificação, que governou no triênio seguinte, "fez o terceiro dormitorio donde fecha a quadra que olha para Nossa Senhora da Luz", portanto para o norte. Sabe-se, porém, que ainda entre 1682 e 1685, Fr. Lourenço da Assunção fazia obras na nova ala e que somente entre 1690 e 1694 completou-se a construção dos corredores do claustro. Enfim, esse mosteiro construído na segunda metade do século XVII, cuja igreja teve suas obras

¹⁴² HOLANDA, Sérgio Buarque de, op. cit., p. XXVI.

¹⁴³ Livro do tombo do mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo, op. cit., p. 73.

¹⁴⁴ TAUNAY, Affonso de E., op. cit., p. 115.

finalizadas entre 1679 e 1682, apresentava "um claustro em quadra, entre o lado de um dos quaes, que fica ao entrar da portaria esta sua casa de cap.o [a sala capitular]"

Durante a primeira metade do século XVIII, seguindo as notícias da *Crônica de 1766*, o mosteiro contou com a ajuda de um segundo benfeitor, José Ramos da Silva, "um dos homens mais abastados de S. Paulo"¹⁴⁵. Ele patrocinou a reforma da capela mor, para a qual mandou fazer um retábulo de talha e um altar lateral que, inclusive, foram dourados por douradores vindos de Lisboa. Foi nessa época, no ano de 1720, que, a seu pedido, mudou-se a invocação da igreja para a de N. S.ra da Anunciação, que permanece até hoje.

À custa de outros devotos e benfeitores, durante esse mesmo período, fizeram-se outros retábulos de talha para o corpo da igreja, além dos três altares originais, tanto da parte do Evangelho quanto da parte da Epístola. A *Crônica de 1766*, dá um grande destaque para a capela de N. S.ra do Pilar que "foy uma das melhores capellas, que teve esta Igreja, e a mayor devoção que havia nesta cidade pelos muytos milagres, que obrava a Sra. nos seus devotos"¹⁴⁶, e que chegou a constituir-se, inclusive, na Confraria de N. Sra. do Pilar.

Finalmente, na gestão de Fr. Miguel de S. Rita, iniciada em 1760, deu-se início à construção de uma nova igreja, "a terceira a erigir-se no terreno da taba de Tibiriçá"¹⁴⁷. Segundo Taunay:

*"Era grande fazedor de obras o novo abbade e entendeu derribar a sua velha igrejinha para fazer nova. Foi pois derruida conservando-lhe a torre, apenas, pelo que dá a entender o 'Estado' que analysamos"*¹⁴⁸.

De fato, uma nova torre, "com três sobrados", havia sido construída no triênio anterior, entre 1758 e 1760, e por isso foi mantida. Taunay transcreve ainda um trecho de interesse do "Estado" de Fr. Miguel em que faz uma descrição detalhada do novo templo. Pode ser acompanhada com a planta de levantamento da igreja, que reproduzimos na *Figura II. 30*, elaborada pelo brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, em 1772, quando esteve hospedado no mosteiro no aguardo das decisões das autoridades para dar início à expedição a Iguatemi, através do rio Tietê. Fr. Miguel assim a descreve:

"Esta igreja está formada com cinco paredes: as duas partes do claustro do Mosteiro e três da parte do Rio (provavelmente o Tamanduatehy). Tem esta igreja de largo 48 palmos [10.56m] e de comprimento 96 [21.12m]. Não entra neste comprimento o coro que tem 30 palmos [6.60m]. [...]. Tem esta igreja três capellas em cada face. Nas duas paredes que formão o corpo da Igreja já se achão abertas as capellas e por cima as janellas para

¹⁴⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de, op. cit., p. XXVII.

¹⁴⁶ *Crônica de 1766*, op. cit., p. 291.

¹⁴⁷ SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da, OSB. "A ordem dos beneditinos na cidade de São Paulo". In: *O Estado de São Paulo*, 25-1-54, p. 45 [Edição comemorativa do IV Centenário da Cidade de São Paulo].

¹⁴⁸ TAUNAY, Affonso de E., op. cit., p. 163.

as tribunas que são tantas quantas as capellas destas duas paredes."

Durante a gestão de Fr. Angelo do Sacramento é que foi executada, segundo Silva-Nigra, "a portada de pedra da igreja, encimada por um frontão em forma de concha"¹⁴⁹, cuja fotografia reproduzimos na *Figura II. 34*. Sabe-se que foi o mestre Joaquim Tebas quem a executou, por intermédio do "Estado" elaborado por Fr. Angelo, onde está especificada a quantia que ele recebeu por todo o trabalho de cantaria que incluía, ainda, além do portal, as três molduras das janelas do coro e a cruz romana de remate do frontão da fachada. As obras se estenderam por muito tempo porque foram executadas, segundo Silva-Nigra, pelo mestre-pedreiro Bento de Oliveira que simultaneamente realizava as obras da igreja matriz. De fato, somente "em 1772, estavam terminadas a nave, a fachada e a torre da igreja nova, [...]"¹⁵⁰

Quanto ao edifício do mosteiro propriamente dito, sabemos apenas que Fr. Angelo do Sacramento enquanto avançavam as obras da igreja iniciadas pelo seu antecessor, resolveu, entre 1766 e 1769, "aproveitar a ocasião para se dar à Abbadia outro aspecto, mais consentaneo de sua importância [...]"¹⁵¹. Pelo que tudo indica, o edifício do mosteiro foi também totalmente reconstruído já que, segundo Silva-Nigra, "em 1798, Tebas executa a grande entrada da portaria do mosteiro novo"¹⁵², trinta e dois anos depois do portal da igreja.

Um documento iconográfico publicado por Luís Lisanti e que reproduzimos na *Figura II. 31*, pertencente ao "Estado" do triênio de 1784-1787, ilustra a situação do mosteiro paulistano nessa época. Tudo indica que o edifício da residência é o mesmo que aparecerá nos documentos iconográficos do século XIX, porém aqui sem as aberturas do pavimento inferior e sem a entrada da portaria executada por Tebas. Ao invés, vê-se ali ainda a portaria alpendrada como no mosteiro do Rio de Janeiro. A igreja, por sua vez, já apresenta o portal esculpido por Tebas em 1766, a torre campanária, mas não parece apresentar ainda o frontão curvo da fachada da igreja que se vê nos documentos iconográficos posteriores. Por outro lado, surpreendente para a época, em São Paulo, é o elaborado frontão, este sim curvo, do "Portão q. serve de passage p.a o Rio, ou serventia do Most.ro p.a o Rio", conforme a legenda do documento, que interrompe o correr de casas do Largo e da atual rua Florêncio de Abreu. Esse "portão" dava acesso ao ali denominado "Porto de São Bento", localizado junto ao rio Tamanduateí. De fato, segundo Sérgio Buarque de Holanda, da fazenda de São Caetano:

" [...] costumavam ser transportados pelo rio Tamanduateí mantimentos para o serviço do mosteiro e dos moradores. Vinham em canoas monóxilas, isto é feitas de um tronco escavado, muito longas e estreitas, até um desembarcadouro que se chamou por muito tempo o Porto de São Bento ou Porto Geral de São Bento, de onde os produtos eram levados em ombros de

¹⁴⁹ SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da, OSB., op. cit., p. 45.

¹⁵⁰ *Ibid.*

¹⁵¹ TAUNAY, Affonso de E., op. cit., p. 167.

¹⁵² SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da, OSB., op. cit., p.45.

índios ou negros por uma rampa muito íngreme que terminava no Largo do Rosário, hoje praça Antônio Prado."¹⁵³

A afirmação final do emérito historiador é posta em dúvida pelo desenho, que indica que existia um rampa que dava acesso direto ao atual Largo São Bento. Comprova-se, ainda, conforme aludimos anteriormente, que houve uma escolha estratégica da localização do mosteiro na cidade. Pois aqui, como no Rio de Janeiro e nos demais mosteiros, os monges iam e vinham de suas fazendas sem ninguém os ver, uma vez que não precisavam passar pelo meio da cidade. Um último elemento de interesse revelado por esse documento, é o edifício da "Enfermaria dos Escravos" e o "Portão que serve de passage p.a a d.ta Enfermaria" na lateral oeste do "Pateo do Most.ro", o atual Largo São Bento, cuja localização é muito similar à antiga enfermaria que existiu até 1938, quando foi demolida, no mosteiro do Rio de Janeiro.¹⁵⁴

Além desse desenho de 1787 e do levantamento executado pelo engenheiro militar Custódio de Sá e Faria, o mais antigo documento iconográfico relativo à igreja do mosteiro, esse terceiro complexo monástico está amplamente documentado pela iconografia paulistana do século XIX. Durante esse período, o mosteiro sofreu poucas alterações. Uma delas, a reconstrução da torre campanária, é facilmente perceptível comparando qualquer desenho ou pintura executada, na primeira metade do século XIX, por Thomas Ender, William Burchell ou aquela que reproduzimos na *Figura II. 32* de autoria de Miguel Dutra com as fotografias da segunda metade do século XIX, como por exemplo a que reproduzimos na *Figura II. 33*. A construção da nova torre deu-se posteriormente ao diagnóstico realizado pelo engenheiro militar José Jacques da Costa Ourique a pedido da Câmara, em 1847, já que a antiga ameaçava ruína e cujas curiosas observações foram transcritas na íntegra pelo historiador Nuno Sant'anna.¹⁵⁵

Para um estudo mais aprofundado desse edifício, que foi demolido em 1910, para dar lugar à abadia que hoje ali se encontra, contamos, além da iconografia do século XIX, com a série de "Estados" que cobrem o período que vai de 1730 a 1824, sob os códices 24 e 25 do arquivo do mosteiro de São Paulo. Para um futuro confronto com essa documentação, elaboramos ainda um ensaio do início de uma reconstituição gráfica da planta de todo o antigo complexo que, até onde sabemos, não mais existe. Para tanto, nos valem da justaposição de três plantas em diversas escalas que documentam parcialmente o terceiro mosteiro, em três épocas distintas. Ou seja, sobre a base cadastral que registra os contornos gerais do edifício na planta da cidade de São Paulo elaborada por Huet em 1893 (ver *Figura II. 35*), justapusemos, de uma parte, a planta da igreja elaborada por Custódio de Sá e Faria em 1772 (ver *Figura II. 30*) e, de outra, a planta de aprovação na prefeitura do antigo Ginásio de São Bento, construído em 1902 como anexo do antigo mosteiro e que, por tratar-se de uma ampliação, registra um bom trecho da planta antiga, desde a ala voltada para o vale do Anhangabaú até quase a metade do claustro (ver *Figura II. 36*). O resultado desta justaposição, início de uma futura reconstituição, está reproduzida na *Figura II. 37*.

¹⁵³ HOLANDA, Sérgio Buarque de, op. cit., p. XXVIII.

¹⁵⁴ Cf. SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da, OSB. *Frei Bernardo de São Bento: o arquiteto seiscentista do Rio de Janeiro*, op. cit., p. 35.

¹⁵⁵ Ver SANT'ANNA, Nuto. "O mosteiro de São Bento". In: *São Paulo histórico: aspectos, lendas e costumes*. São Paulo, Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, 1937, volume II, pp.149-152.

Fundação do mosteiro de São Bento de Santana de Parnaíba

Seguindo as notícias do historiador Paulo Florêncio da Silveira Camargo, sabe-se que André Fernandes, fundador de Santana de Parnaíba, resolveu, por volta de 1640, levar novos sacerdotes para a vila. Ele, porém:

*"Não tinha amizade com os jesuítas, [...]. Pensaram então os parnaibanos nos beneditinos. Fizeram-lhes convite, com promessa de doação de terras para o estabelecimento de residência monacal."*¹⁵⁶

O monge do mosteiro paulistano, Fr. Francisco de Santa Madalena, fez uma visita ao local em 1642, e, já no ano seguinte, foi lavrada a escritura de doação que incluía, além de uma capela com a invocação de Nossa Senhora do Desterro, "300 braças de terra em quadra e meia légua de sertão."¹⁵⁷ Em 1653, segundo Camargo, os monges beneditinos, Fr. Jerônimo do Rosário e Fr. Baltasar do Rosário, já residiam na vila.¹⁵⁸ Segundo Endres, o mosteiro tornou-se Presidência em 1659 e foi eleito, em Tibães, o seu primeiro presidente, Fr. Tomé Batista¹⁵⁹. De fato, foi ele que assinou no ano seguinte a escritura de doação da igreja de Nossa Senhora da Ponte em Sorocaba que, como veremos em seguida, deu origem ao mosteiro beneditino ali localizado. Doação que, não por acaso, foi feita por Baltasar Fernandes, irmão de André Fernandes.

Em 1681, a Câmara resolve demarcar o rocio da vila para a cobrança do foro devido pelos moradores. Ao descrever o itinerário das passagens dos rumos para a demarcação, o "Auto da Medição" faz referência à igreja e ao mosteiro beneditino então existentes. De fato, após passar pela "casa de sobrado" que pertenceu a Baltasar Fernandes e atravessar uma "milharada" do tabelião que redigiu o Auto, o rumo desceu por um "mandioccal" e:

*"[...] foi a dar no ribeiro que serve de aguada aos Padres Bentos e subindo pelo Convento de Nossa Senhora do Desterro passou um rumo por o pé de uma palmeira a vista do Convento e atravessou o caminho que vem para o convento distância de dez braças da Igreja [...]"*¹⁶⁰

Para suprir a falta de informações acerca do mosteiro parnaibano durante o século XVIII, podemos, futuramente e aqui também, contar com a análise de oito "Estados" vindos do antigo arquivo beneditino de Tibães que, no caso de Santana de Parnaíba, cobrem o período de 1733 a 1789.

No século XIX, atendendo a uma ordem circular de abril de 1825, expedida pelo "Vigário Capitular" em cumprimento a uma portaria da Secretaria de Estado dos

¹⁵⁶ CAMARGO, Mons. Paulo Florêncio da Silveira. *História de Santana de Parnaíba*. São Paulo, Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo, 1971, p. 106.

¹⁵⁷ *Ibid.*, p. 109.

¹⁵⁸ *Cf. Ibid.*, p. 120.

¹⁵⁹ *Cf. ENDRES, D. José Lohr, OSB. Catálogo dos bispos, gerais, provinciais, abades e mais cargos da ordem de São Bento do Brasil, 1582-1975*. Salvador, Mosteiro de São Bento, 1976, p. 82.

¹⁶⁰ CAMARGO, Mons. Paulo Florêncio da Silveira, *op. cit.*, p. 338.

Negócios da Justiça, a paróquia da vila de Parnaíba fez, entre outras igrejas, um breve relato da situação do mosteiro de São Bento. Por meio desse documento, fica-se sabendo que:

*"[...] por falta de Religiosos actualmente está Presidente a annos Frei Felisberto de Nossa Senhora, [...] Está a Igreja conservada com decência, e paramentada do necessário para a celebração do Santo Sacrificio: como tão bem a Caza tal e qual conservada."*¹⁶¹

Porém, quando Daniel Müller, atendendo a leis municipais de 1836-37, realiza o quadro estatístico da província de São Paulo, refere-se à vila de Parnaíba da seguinte forma:

*"É uma das povoações mais antigas da Província: a sua fundação data de 1625. [...] Comprehende 4196 habitantes. Na Villa tem os edificios da Casa da Camara, da Matriz (orago S.ta Anna), e um Hospicio pequeno e arruinado de Benedictinos."*¹⁶²

O estado de degradação do edificio parece ter-se iniciado e intensificado, portanto, nesse intervalo de doze anos, entre 1825 e 1837. E de fato, o mosteiro foi abandonado a partir de 1830. Segundo Silva-Nigra:

*"O mosteiro de São Bento da Parnaíba, [...], foi o primeiro da ordem de São Bento no Brasil a sentir as conseqüências da perseguição pombalina contra as ordens religiosas; em 1830, morreu o seu último presidente e único monge, Frei Manuel da Purificação e, por falta de religiosos beneditinos no Brasil, o priorado foi abandonado, caindo o convento e a igreja em ruínas, entre os anos de 1880 e 1890."*¹⁶³

O único vestígio de que existiu um edificio da ordem beneditina na cidade é, praticamente, o atual Largo São Bento, que localizamos, por meio de um círculo vermelho, na planta cadastral reproduzida na *Figura II. 39*. Portanto, trata-se aqui, de fazer uma hipótese da posição que a igreja e o mosteiro ali ocupavam. Para tanto, podemos, primeiramente, recorrer às notícias contidas num documento referente à vila de Parnaíba pertencente ao arquivo do Estado de São Paulo. Trata-se de um relatório feito, em 1846, por um fiscal da Câmara, onde se lê que:

"Sendo de meu dever cuidar nas limpezas das Aguas que servem ao publico desta Villa, fui pesoal ao rego da Bica detras

¹⁶¹ Arquivo Metropolitano Dom Duarte Leopoldo e Silva (Arquivo da Cúria Metropolitana), Pasta das Paróquias, Santana do Parnaíba I, 5°.

¹⁶² MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo: ordenado pelas leis municipais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*. São Paulo, Governo do Estado, 1978, p. 53.

¹⁶³ SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da, OSB.

*de S. Bento e achei que sem ser o rego cuberto, não é possível com
servar-se dita Agua com limpeza e bem mais o rego da Bica
detras da Matriz, [...]*¹⁶⁴

Ao se referir à "Bica detras de S. Bento", o antigo documento está obviamente querendo dizer que ela se localizava atrás da igreja ou do mosteiro de S. Bento, do mesmo modo como se refere à bica que se localizava atrás da Matriz. Ora, até muito recentemente, não fosse uma obra empreendida pela prefeitura local que apagou o seu vestígio, era possível ainda deparar-se com a "Bica S. Bento", localizada na atual Rua 13 de maio, na confluência com a Rua 15 de novembro. Ao unirmos esta informação com a inflexão que a quadra apresenta no fim da atual rua Suzana Dias, junto ao Largo de S. Bento, conforme a planta da cidade que reproduzimos na *Figura II. 39*, tudo parece indicar que a igreja do mosteiro aí se localizava e tinha a sua fachada voltada para essa mesma rua. Ou seja, quem do Largo da Matriz se dirigisse para o Largo de S. Bento pela atual Suzana Dias, via a fachada da igreja, em eixo, no fundo da rua. Essa hipótese é confirmada por uma antiga planta da cidade, copiada por Jess y Bueno de Arruda Camargo em 1939, que foi usada como base para a locação dos postes de iluminação pública. Nesta planta, que reproduzimos na *Figura II. 40*, junto ao local em que a quadra faz a referida inflexão, surge uma outra inflexão da quadra que, segundo a nossa hipótese, nada mais é do que o perfil lateral do edifício da igreja, conformando o desenho da quadra. O edifício da residência, tendo em vista essa provável disposição da igreja em relação à cidade, só poderia estar da parte da Epístola, já que a Rua 13 de maio que parte do largo acompanharia a outra lateral. Mas a forte declividade do terreno em direção à Rua 15 de novembro, único sítio, nessa hipótese, para a localização da residência, não podia apresentar a sua ala do dormitório perpendicular à igreja e alinhada com a sua fachada, conforme a disposição mais usual. A nossa conclusão é que a ala do dormitório corria, nesse caso, paralela à igreja e a portaria avançava em relação à sua fachada, resultando num "terreiro formado pelo ângulo recto das fachadas do templo e convento", conforme as palavras de Robert Smith anteriormente citadas¹⁶⁵.

Essa disposição pode ser observada ainda hoje no "principal lanço" do convento franciscano da cidade de Itanhaém, conforme a planta e a fotografia que reproduzimos nas *Figuras II. 42 e II. 43*. Segundo Frei Basílio Röwer:

*"O Convento foi construído não quadrangular, mas com dois
lanços apenas e isto por causa da rampa do morro. O principal
lanço acompanha a igreja e a sacristia, lado da Epístola, em toda
a sua extensão [...] O seu pavimento térreo, que é apenas um
varanda, fica todo abaixo do nível da igreja, na encosta do
morro. [...] Os dois pavimentos superiores, dos quais o de baixo
está ao nível do piso da igreja divididos em celas, eram os
dormitórios principais."*¹⁶⁶

¹⁶⁴ Arquivo do Estado de São Paulo (AESP), Offícios Diversos: Cx. 355; Pasta 1; Doc. 84; Ordem 1150.

¹⁶⁵ Ver a citação à p. 29 do primeiro capítulo.

¹⁶⁶ RÖWER, Frei Basílio, OFM. *Páginas de história franciscana no Brasil*. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1957, p. 283.

Após descrever as dependências do lanço secundário perpendicular ao lanço principal, onde se encontravam o refeitório, a cozinha e mais celas, assim se refere ao edifício que avança em relação à fachada da igreja:

*"Ainda há um terceiro edifício. É uma casa que sai fora do alinhamento da frente da igreja e do lanço da direita. O seu pavimento térreo, em parte cavado dentro do morro, está ao nível dos outros e nele funcionava o capítulo conventual. O primeiro andar, que de fora parece o térreo, é acessível do adro da igreja: era a portaria. No segundo andar havia uma sala, talvez a biblioteca."*¹⁶⁷

A construção desse terceiro edifício, segundo Röwer, é um acréscimo feito, em 1733 ou 1734, por Frei Rodrigo dos Anjos que, ao sentir a necessidade de mais dependências, "as fez à custa de toda a simetria e estética".¹⁶⁸ Esse juízo negativo é compartilhado por Luís Saia que chega inclusive a afirmar que se trata de uma intervenção "de um irmão menos sabido [que] resultou num apêndice interrompido a meio da sua execução"¹⁶⁹. Esta última afirmação, foi, em parte, questionada por Carlos Cerqueira, pois além de Saia não apresentar "documentação comprobatória", ele afirma que:

*"[...] se de fato [a construção] não foi concluída (de acordo com a análise dos vestígios) não seria possível imaginar-se as funções - capítulo conventual, portaria, biblioteca - aventadas por Fr. Basílio"*¹⁷⁰.

Ora, conforme as proposições já apresentadas, essa disposição dos edifícios conventuais, apesar de excepcional para os modelos adotados no Brasil, que é a provável causa dos precipitados juízos negativos, encontra amplo respaldo na tradição portuguesa e amplia a importância até hoje atribuída a esse monumento. Trata-se, muito provavelmente, de um dos raros remanescentes no Brasil dessa solução que, como defendemos, foi adotada também pelo mosteiro de São Bento de Santana de Parnaíba, infelizmente desaparecido.

A provável existência de um edifício monástico com essa conformação numa área urbana, no caso em Santana de Parnaíba, levou-nos a reproduzir, na *Figura II. 44*, uma fotografia referente à igreja e convento de Santo Agostinho de Extremoz, no Alto Alentejo, em Portugal. Ela apresenta, se a nossa suposição for plausível, uma situação muito similar àquela que teria o mosteiro de São Bento em Santana de Parnaíba. Como aludimos, essa hipótese poderá ser confrontada, futuramente, com a análise dos "Estados" e com o aparecimento de uma eventual planta da cidade da segunda metade do século

¹⁶⁷ Ibid., p. 284.

¹⁶⁸ Ibid.

¹⁶⁹ Citado em CERQUEIRA, Carlos G. F. *Igreja e convento franciscano de Itanhaém*. São Paulo, 9ª. DR SPHAN / FNPM, [s. d.], datilografado.

¹⁷⁰ Ibid., nota (9), p. 3.

XIX, ou mais antiga, que ainda traga indicações da localização e conformação do antigo mosteiro.

*

O último mosteiro fundado pela ordem beneditina, no planalto paulista, foi o de Sant'Ana de Jundiá, em 1668. Elevado à categoria de Presidência em 1694, Fr. João do Espírito Santo foi o seu primeiro administrador.¹⁷¹ Este mosteiro encontra-se atualmente reduzido ao edifício da igreja. Esta, por sua vez, é o resultado de obras de reforma do começo deste século realizadas sobre os remanescentes de uma construção anterior. Para a realização de uma pesquisa mais aprofundada, dispomos dos "Estados" que cobrem, neste caso, o período de 1747 a 1783.

¹⁷¹ ENDRES, D. José Lohr, OSB., op. cit., pp. 94-95.

III. O mosteiro de São Bento de Sorocaba: da fundação à restauração (1660-1910).

No “Auto de Inventário”¹ dos bens manifestados ao juiz ordinário da câmara da vila de Santana de Parnaíba, em abril de 1655, “por morte e falecimento de Izabel de Proença”², mulher de Baltazar Fernandes, aparece a mais antiga citação documental que se conhece, da Igreja de N. Sra. da Ponte, núcleo que deu origem ao atual mosteiro de São Bento de Sorocaba. De fato, após avaliadas, foram lançadas nesse inventário, as terras pertencentes ao casal, para se proceder a “partilha delas pelo viuvo, e mais herdeiros”³. Coube a Baltazar Fernandes, o denominado “Quinhão do Viuvo”⁴, que incluía, entre outras, a sesmária de uma légua de terras em quadra na paragem de Sorocaba, recebida de seu irmão, André Fernandes, o fundador de Santana de Parnaíba. Conforme os termos do inventário:

*“Lhe deram ao viuvo em Sorocaba adonde tem o seu sítio e Igreja, tres mil braças.”*⁵

A utilização da palavra “Igreja” ao invés de “capela”, neste e em outros documentos, levou Aluísio de Almeida a supor que o edifício religioso construído por Baltazar Fernandes em sua fazenda e concluído em 1654⁶, contava, desde o princípio, com a divisão interna, por meio do arco-cruzeiro, entre a nave e a capela-mor:

*“Não só o inventário de Isabel de Proença (1655) mas nos assentos de óbitos de 1681 em diante aparece o templo com o nome de igreja e não capela. Igreja, embora nem sempre liturgicamente, era a que tinha arco-cruzeiro e capela-mor.”*⁷

Outros autores afirmam, porém, que não existe diferença entre capela e igreja sob o ponto de vista da forma arquitetônica, podendo ambas, segundo Lemos, “ter o mesmo tamanho e o mesmo número de altares.”⁸ A diferença é somente de caráter administrativo. Capela é “o templo que não é sede de paróquia e por isso mesmo desprovido de padre com assistência permanente.”⁹ Sob o aspecto administrativo, portanto, o templo de Baltazar Fernandes deveria denominar-se capela, como normalmente são designados os edifícios para o culto em uma fazenda. Algumas capelas de fazendas apresentam, inclusive, a divisão interna entre nave e capela mor, como é o caso da capela do sítio Santo Antônio em São Roque. Aluísio de Almeida faz, porém,

¹ Publicado em ALMEIDA, Aluísio de. *História de Sorocaba*. Sorocaba, Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, 1969, pp. 295-322.

² *Ibid.*, p. 297.

³ *Ibid.*, p. 307.

⁴ *Ibid.*, p. 307.

⁵ *Ibid.*, p. 307.

⁶ Cf. ALMEIDA, Aluísio de, *op. cit.*, p. 25.

⁷ *Ibid.*, p. 57.

⁸ CORONA & LEMOS. *Dicionário da arquitetura brasileira*. São Paulo, Edart - São Paulo Livraria Editora Ltda., 1972, p. 106-107.

⁹ *Ibid.*, p. 107.

menção específica aos “assentos das sepulturas dos irmãos Pascoal e Jacinto Moreira Cabral [que] falam na ‘capela-mor’”¹⁰.

A implantação do templo, voltada para a nascente, seguiu a solução recorrente da escolha de um ponto topograficamente elevado da colina, dominando o povoamento que se desenvolvia ao longo da encosta e garantindo a visão do acidente geográfico mais proeminente, o vale do rio Sorocaba.

Esta “igreja” foi, posteriormente, doada por Baltazar Fernandes ao mosteiro beneditino de Santana de Parnaíba. Essa atitude, inspirada naquela adotada anteriormente por seu irmão André em relação aos beneditinos de São Paulo, e que resultou na fundação do mosteiro de Parnaíba, buscava atrair, segundo Aluisio de Almeida, os monges para a região de Sorocaba. A construção de um mosteiro, por sua vez e “pelos seus benefícios espirituais”¹¹, atrairia outros moradores. De fato, a obrigatoriedade da construção de um mosteiro é clara nos termos do “público instrumento de escriptura de doação” exarado a 21 de abril de 1660 e publicado por Azevedo Marques:

*“[...] elle [Baltazar Fernandes] ora em virtude d’este instrumento dava e doava d’este dia para todo o sempre aos reverendos padres do Patriarcha S. Bento do mosteiro de Parnahyba a igreja de Nossa Senhora da Ponte com toda a sua fabrica sita na paragem chamada Sorocava, com obrigação d’elles ditos padres lhe fabricarem um dormitorio com quatro cellas, sua despensa, cozinha e refeitório, [...]”*¹²

Dormitório, refeitório, despensa e cozinha, exatamente as alas que, como vimos, na alta Idade Média definiam a “divisão tripartida” do claustro de um mosteiro e que Horn denominou de *U-shaped cloister*. Reaparecem ainda aqui, neste documento de doação de meados do século XVII, nesta “paragem chamada *Sorocava*”, com o intuito de definir também, por meio dos cômodos principais, a construção que, acoplada à igreja doada, conformaria o edifício do mosteiro. E, certamente, o veículo que, por tão longa distância no tempo e no espaço, permite essa equivalência do edifício do mosteiro às suas principais alas, é a regra de S. Bento que, ao dormitório, celeiro, refeitório e à cozinha, além da igreja, dedica, especificamente, alguns de seus capítulos.

Como vimos anteriormente, a cada estabelecimento fundado pelos beneditinos no Brasil, correspondia, para o seu sustento, um complexo de propriedades em terras, imóveis, mão de obra escrava, etc., que estavam vinculados a cada um dos mosteiros individualmente. No caso de Sorocaba, uma parcela dos bens que viria a formar o futuro patrimônio do mosteiro foi doada, juntamente com a igreja, já na escritura de 1660.

¹⁰ ALMEIDA, Aluisio de, op. cit., p. 57. Pascoal Moreira Cabral, era neto de André Fernandes e tinha uma sesmaria, cujas terras eram limitrofes às de Baltazar Fernandes. Morto em 5 de junho de 1690, está sepultado na capela mor da igreja do Mosteiro e sua lápide, bem como a de seu irmão, o alcaide-mor Jacinto Moreira Cabral, encontram-se ainda ali, atualmente.

¹¹ Ibid., p. 34.

¹² MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo: seguidos da Cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1980, p. 98-99.

Assim se refere o documento aos escravos indígenas, as denominadas “peças do gentio da terra”, para as diversas atividades do mosteiro:

“[...] e assim mais [Baltazar Fernandes] lhes dava e doava toda a sua terça, que diretamente lhe couber por sua morte, assim de bens moveis como de raiz e peças do gentio da terra, e que lhes dava logo á conta da dita terça doze serviços de peças do gentio da terra para o serviço da igreja. E assim mais lhes dava logo um moço tabem do gentio da terra para serviço de sacristia, e assim, uma moça cozinheira para serviço dos reverendos padres que na dita igreja assistirem. E outrosim lhes dava doze vacas e um touro.”¹³

Aluísio de Almeida dá um esclarecimento em relação a este trecho do documento ao relatar que Baltazar Fernandes, como todo cônjuge, só dispunha da terça parte da herança para deixar em testamento, sendo os demais dois terços dos “herdeiros necessários”¹⁴. Deixando toda a sua “terça” a favor dos monges, a parte doada em vida era posteriormente descontada. É feita uma menção à “sacristia” que, provavelmente, já existia ao lado da capela-mor da Igreja. Designa-se um índio especificamente para o desempenho dos seus serviços que, com os demais escravos, estão arrolados junto com a doação dos animais.

E assim se refere, ainda, o documento quanto à doação em “bens de raiz”:

“Assim, mais lhes dava logo para os sobreditos padres fazerem suas lavouras um pedaço de terras, que começará de uma roça, que ora se planta de mandioca para sustento dos ditos padres, até sahir ao campo onde está Braz Esteves. E de largura do rio Sorocava até onde está D. Diogo do Rego e Mendonça, genro do dito outorgante, [...]”¹⁵

A delimitação dessa propriedade corresponderia, segundo Aluísio de Almeida, à área compreendida, atualmente, pelo trecho do rio Sorocaba que vai desde a ponte até o bairro do Itapeva; desse bairro, passando pela região denominada Vossoroça, até as terras além do ribeirão Supiriri, ou seja, até a atual avenida Ademar de Barros e, daí, através do vale, até encontrar de novo a ponte do rio Sorocaba.¹⁶ Essa área, delimitada em uma planta da cidade feita pelo IBGE em 1981, pode ser vista na *Figura III. 1*.

Julita Scarano, referindo-se aos termos dessa citação, chama a atenção para a influência indígena na alimentação dos monges do mosteiro, já que “os padres tinham roça de mandioca para seu sustento e a cozinheira tinha também sangue indígena.”¹⁷

Algumas cópias deste documento de doação trazem a data de 21 de abril de 1661, ao invés de 1660. É o caso da sua versão nas *Notícias históricas d’esta Cidade de*

¹³ Ibid., p. 99.

¹⁴ ALMEIDA, Aluísio de, op. cit., p. 34.

¹⁵ MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo, op. cit., p. 99.

¹⁶ Cf. ALMEIDA, Aluísio de, op. cit., p. 34.

¹⁷ SCARANO, Julita. *Mosteiro de Sorocaba*. São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia, [s. d.], mimeografado, p. 3.

Sorocaba, [...], extrahidas de livros velhos, hoje inutilizados, do Archivo da Camara Municipal, e d'outros do mosteiro de São Bento que já não existem, copiadas por Manoel Joaquim D'Oliveira em 1834, e publicadas pela Revista de Estudos Universitários, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba.¹⁸ Aluísio de Almeida afirma, porém, que a data correta é 1660, como adotada também por Afonso d'E. Taunay em seu livro *Historia antiga da abbadia de São Paulo*, que se reporta ao texto publicado em Azevedo Marques. Este, inclusive, cita a fonte, ou seja, o Livro de Notas de Parnaíba de 1660. E como a criação da vila de Sorocaba se deu a 3 de março de 1661, segundo Aluísio de Almeida, os termos utilizados pelo texto são decisivos: *paragem* de Sorocaba ao invés de *vila*. E o tabelião é de Parnaíba. Já haveria um em Sorocaba se fosse em 1661.¹⁹

Mais recentemente, D. José Lohr Endres, que vimos adotando para a datação das fundações dos principais mosteiros do litoral brasileiro, baseado em documento manuscrito de 1732, existente na Biblioteca Municipal do Porto²⁰, repropõe o ano de 1661 para a escritura de doação feita por Baltazar Fernandes. Entendemos que, sem desconsiderar a proximidade da fonte, o documento manuscrito de 1732, da época do acontecimento, a assinatura da escritura de doação, não devemos desmerecer as razões bastante pertinentes do historiador Aluísio de Almeida para a defesa da “efeméride” de 1660.

De qualquer forma, foi somente a 4 de julho de 1667, seis ou sete anos mais tarde, que o Abade Provincial Fr. Francisco da Visitação, “veio tomar posse da igreja doada e da Casa”²¹, acompanhado do Pe. Fr. Anselmo da Anunciação, o primeiro presidente do mosteiro beneditino de Sorocaba. É que nos anos transcorridos entre esta data e a doação,

¹⁸ CEZAR, Adilson (org.). Notícias históricas dos princípios desta cidade de Sorocaba em 1661, coligidas e anotadas por Manoel Joaquim D'Oliveira. *Revista de Estudos Universitários*, n.2(7): 5-72, 1981. Essa publicação, segundo nota explicativa do organizador, prof. Adilson Cezar, é o resultado de um trabalho crítico e comparativo entre dois documentos anteriores que se reportam ao mesmo texto. O primeiro é o manuscrito existente no arquivo do Museu Histórico Sorocabano, que é uma cópia feita pelo prof. Renato Sêneca de Sá Fleury em 1953, a partir do livro pertencente ao mosteiro de São Bento que “lhe fora confiado por D. Tadeu Strunck”, então prior do mosteiro de Sorocaba. O segundo documento é a publicação, do que se imaginava fosse o mesmo texto, no *Almanach Illustrado de Sorocaba* de 1914. A partir da comparação, “do que resultou algumas diferenças substanciais”, elaborou-se essa terceira publicação, a qual utilizamos fartamente, como se verificará adiante, para a elaboração desse capítulo sobre o mosteiro de Sorocaba.

¹⁹ Cf. ALMEIDA, Aluísio de, op. cit., p. 35.

²⁰ Esse documento de 1732, intitulado *Notícias q' pertencem a este Mostr.o de N. Sra. da Vizitação da Villa de N. Sra. da Ponte de Sorocaba da Ordem do Patriarcha S. Bento, as quaes ordena El Rey nosso Sr. se mande a academia Real da Historia Portugueza*, ms. 370 da seção de manuscritos da Biblioteca Municipal do Porto, segundo Endres, é o único “que felizmente escapou de desaparecer” da série de “resenhas do passado histórico das diferentes Casas do Brasil” [Cf. ENDRES, D. José Lohr, OSB. *A ordem de São Bento no Brasil quando provincia (1582-1827)*. Salvador, Ed. Beneditina Ltda., 1980, p. 15]. Está citado, também, na nota 51 à p. 28 do *Livro do Tombo do Mosteiro da cidade de São Paulo*, onde D. Martinho Johnson, responsável por esta edição comentada, afirma que existe um exemplar do documento no arquivo do mosteiro de São Paulo. Apesar de nossas reiteradas solicitações, o emérito arquivista não encontrou o documento em seu arquivo. Recorremos, portanto, em fevereiro de 1998, ao arquivo do mosteiro de São Bento de Salvador, onde pressupomos exista uma cópia do documento. Fizemos solicitação por meio de uma carta dirigida a D. Emanuel D'Able do Amaral, abade do mosteiro. Até o presente momento, porém, não recebemos resposta.

²¹ ENDRES, D. José Lohr, OSB, op. cit., p. 93. A existência dessa “Casa” é confirmada por Aluísio de Almeida: “em 1667 os Padres, que eram dois, às vezes três, moravam numa *casa* perto da sacristia” (Cf. Almeida, Aluísio de, op. cit., p. 58).

a igreja dos beneditinos havia servido provisoriamente de matriz. Com a construção da definitiva, iniciada logo após a elevação da povoação de Sorocaba à condição de vila em 1661 e concluída em 1667, o orago de N. Sra. da Ponte transfere-se para a nova matriz, e a igreja beneditina, daí em diante, muda a sua invocação para N. Sra. da Visitação, adquirindo, segundo D. Martinho Johnson²², o mesmo título do Abade Provincial.

Com a elevação de Sorocaba à condição de vila, inicia-se, também, em 1661, a construção da casa de Câmara. A sua primitiva localização na outra extremidade da atual rua São Bento, orientada nesse primeiro trecho segundo o eixo da nave da capela, parece consolidar essa orientação como organizadora da estrutura urbana nascente. De fato, a mesma orientação, ou a sua perpendicular, serão adotadas, logo em seguida, na construção da igreja matriz, no traçado da antiga rua Direita (hoje Dr. Braguinha) e da antiga rua do Comércio (hoje Rio Branco), como demonstra a demarcação que fizemos dessa área em uma antiga planta da cidade, conforme as *Figuras III. 3 e III. 3a*.

Foi ainda durante esses anos, após a morte de Baltazar Fernandes, que a Câmara invadiu o patrimônio beneditino para a formação do rocío da vila²³. A invasão, iniciada pela petição de terras que Manuel Fernandes de Abreu, filho de Baltazar, fez junto às praças da casa de Câmara e da Matriz, é confirmada pelo comentário de D'Oliveira:

“A Camara bem sabia que as terras e o conventinho [sic] já estavam doados, por escriptura aos frades, porém o próprio filho do doador que de tudo sabia, requerendo, coadjuvava a Camara para extorquindo e usurpando, tirar terras para si e abrir caminho para a Camara doar a outros, como praticara.”²⁴

Talvez por isso ou “talvez para agradar a presença do Muito Reverendíssimo Padre Maioral”²⁵, naquele mesmo dia, 4 de julho de 1667, é feita uma nova escritura de doação de terras agora por parte da Câmara. Essa nova escritura faz referência à doação de um:

“[...] pasto que corre da cruz da Igreja da N. S. da Ponte, que é da dita Religião assim como vai correndo pela estrada do Capm. Pedro de Miranda até o matto que fica a parte do Sul; e da parte do Norte até a Cruz, e della o rumo direito até o rio dos Couros; como tão bem da parte do matto, assim da dita estrada, rumo direito até o dito rio.”²⁶

E faz referência, ainda, à doação de um:

“[...] capão que comessa no dito Ribeiro dos Couros, e vai correndo pela estrada do Capm. Jacinto Moreira Cabral até os

²² JOHNSON, D. Martinho, OSB. Nosso mosteiro de São Bento. *Diário de Sorocaba*, 21/03/1976, p. 13.

²³ Cf. ALMEIDA, Aluísio de, op. cit., p. 43.

²⁴ CEZAR, Adilson (org.), op. cit., p. 48.

²⁵ *Ibid.*, p. 49.

²⁶ *Ibid.*, p. 50.

campos de suas rossas e lavouras, com todos os mattos, e mais brejos que nella ha, [...]”²⁷

As interpretações da área correspondente a esse “pasto” e a esse “capão”, por parte dos historiadores e cronistas, são contraditórias. Aluísio de Almeida, após comentar que, com essa doação, “a Câmara sossegou os padres”, afirma que ela era uma parte da primeira, já que a linha de divisa topograficamente mais baixa passava a ser, “mais ou menos”, a atual rua Padre Luiz e não mais o rio Sorocaba, como na doação de 1660.²⁸ Essa área subtraída, perdendo os padres portanto, uma parte das suas terras, pode ser vista na interpretação gráfica que dela fizemos (*Figura III. I*).

D. José Lohr Endres afirma que a Câmara, “vendo a satisfação dos moradores pela assistência dos Religiosos, que lhes trazia o seu Provincial, [...] doou mais terreno a este mosteiro”²⁹, entendendo, portanto, que essa doação aumentava o patrimônio dos beneditinos.

Já, numa representação dirigida ao Governador de São Paulo em 1816, Fr. Pedro Nolasco da Sagrada Família, então presidente do mosteiro de Sorocaba, referindo-se à doação em pauta, afirma que:

“A bem da Paz e do socego das consciencias obrigarão ao Prelado maior acceitar como doação aquillo mesmo que era nosso!”³⁰

Não fica claro, segundo a interpretação de Fr. Pedro Nolasco, se a nova doação referia-se a uma parte ou ao todo do, anteriormente, doado. Tratava-se, de qualquer modo; das mesmas terras, o que ratifica a interpretação de Aluísio de Almeida que dá, inclusive a entender, que é esta a causa da presença em Sorocaba do Abade Provincial que teria feito um requerimento contra a invasão.

D’Oliveira faz, ainda, o seguinte comentário:

“Não há dúvidas que pela escriptura de doação ficou esta firme e valiosa, porem devemos supor que a Camara a fizera para que o Provincial cala-se e se esquece-se da usurpação que a dita Camara havia feito das terras do patrimonio do Mosteiro; [...]”³¹

Tem início, aqui, uma longa querela entre a Câmara e os beneditinos acerca das terras doadas que, após esta provisória trégua, estender-se-á até a assinatura de um termo de composição em 1728. A análise do que restou dessa documentação traz, como veremos, alguns indícios acerca da situação do mosteiro no período.

Pela escriptura de 1667, fica-se sabendo que o Abade Provincial:

²⁷ *Ibid.*, p. 50.

²⁸ Cf. ALMEIDA, Aluísio de, *op. cit.*, p. 44.

²⁹ ENDRES, D. José Lohr, OSB, *op. cit.*, p. 93.

³⁰ Cit. In TAUNAY, Affonso de E.. *História antiga da abbadia de São Paulo*. São Paulo, Typografia Ideal, 1927, p. 111.

³¹ CEZAR, Adilson (org.), *op. cit.*, p. 51.

“[...] em gratificação desta doação e as esmolas esperadas de seus moradores, para ajuda de se fazer o convento, e tanto que estiverem nelle feito quatro ou cinco cellas, em nome de sua Religião e como Provincial, se obrigava a por no dito um ou dois religiosos que ensinassem latim e canto, a todos os filhos dos moradores desta Villa que quizessem estudar ua e outra cousa.”³²

Temos aqui a confirmação que, durante o período em que a igreja serviu de matriz (1660-1667), não se iniciara a construção do mosteiro. Por outro lado, pensava-se, já nessa época, numa construção com cinco celas, ao invés das quatro previstas na escritura de doação de 1660. Ora, esse número é importante, pois é o número de celas que, em dois andares, estrutura o edifício do mosteiro atualmente.

Uma afirmação vem confundir e contradizer notícias provenientes de outras fontes acerca do estado do mosteiro nesse período:

“Ainda nesse mesmo ano de 1667, se deu principio e cumprimento à escritura do doador, mandando fazer o Hospício, pegado à Igreja da parte da Epístola, que no espaço de um ano se acabou de construir.”³³

Acerca dessa informação, especificamente, D. José Lohr Endres não nos remete à fonte. Não ficamos sabendo, portanto, se ela provém também do documento de 1732 de onde ele vinha tirando as notícias para compor o seu relato sobre a fundação do mosteiro de Sorocaba.

Quanto à sua primeira parte, ou seja, que em 1667, uma vez concretizada a posse, deu-se início à construção do edifício do mosteiro, não há o que contestar. Porém, que ele tenha sido feito “pegado à Igreja da parte da Epístola”, sem um caráter de provisoriedade, já que cumpria o previsto na doação, traz complicações para a análise. Não nos esqueçamos que a tal “Casa”, essa sim provisória e construída perto da sacristia, situava-se provavelmente da parte da Epístola, que é para onde se volta a sacristia hoje em dia. Ora, o edifício do mosteiro atualmente, com uma solução em planta que guarda, como veremos mais adiante, bastante semelhança com a ala dos dormitórios que se acabara de construir no mosteiro do Rio de Janeiro nessa época (1652-1660), está construído pegado à igreja, mas da parte do Evangelho.

Quanto à parte final da citação, donde se deduz que o edifício do mosteiro ficou pronto em 1668, temos uma informação, advinda de outra fonte e que relatamos a seguir, de que ainda em 1695 a sua construção não havia terminado. A hipótese de Endres nos levaria a concluir que, apesar de se dar cumprimento ao previsto na escritura de doação, construindo-se as quatro celas da parte da Epístola, por motivos ainda desconhecidos, esse edifício teria sido substituído, posteriormente, por outro construído da parte do Evangelho, o que nos parece bastante improvável.

Em 1687, segundo Aluísio de Almeida, as terras pertencentes ao mosteiro sofrem nova investida por parte da Câmara que procurava sempre formar “o rocío da vila para

³² Ibid., p. 51.

³³ ENDRES, D. José Lohr, OSB, op. cit., p. 94.

aforar”³⁴. Apesar de que um ato de 1688 restitui aos monges a sua posse, essa situação atinge um clímax em 1695 quando, então, por ordem do superior, os monges são impelidos a abandonar o mosteiro de Sorocaba e se retirarem para São Paulo.

Porém, antes do abandono, que se demonstrou temporário, a notícia da saída dos monges já percorrera a vila. Inclusive, por meio de um termo, o juiz ordinário mandou o capitão-mor “juntar o povo e moradores para que vigiassem os ditos Religiosos de São Bento”³⁵ e não os deixassem sair de Sorocaba. O termo previa, ainda, a prisão por quarenta dias a “qualquer morador que desse adjutorio, cavallos ou negros para os ditos Religiosos despejarem fora desta Villa.”³⁶

Naquele mesmo dia, 8 de abril de 1695, “a requerimento do povo todo”, foi pedido ao juiz ordinário que os oficiais da Câmara em companhia deles e do vigário, o Pe. Antônio Carvalho, fossem ao mosteiro impedir a saída dos monges. O que, segundo o documento;

“[...] logo puzerão em execução, hindo a Portaria, batendo com extraordinários golpes; acudirão os Religiosos, ainda descompostos, alvorossados, ignorantes do sucesso, e assustados dixerão e perguntarão - O que querião? Ao que o povo respondeo - tirar-lhes as vidas, antes que deixalos despejar o Mosteiro sabião o que queriam fazer ocultamente desamparando a casa, e desflardar os bens della, e que elles querião defender a força d'armas. E os ditos Religiosos requererão ao Juiz, e mais Officiaes da Camara que pelo amor de Deus substivessem o povo, e que lhes segurassem as vidas.”³⁷

Depois que o Fr. Frutuoso da Conceição Corrêa, presidente do mosteiro, junto com os seus dois companheiros, os três únicos monges que ocupavam o mosteiro, “prometterão não despejar nem bulir em bens nenhum em defraldo do ditto Mosteiro sem lhes dar parte aos ditos Senadores”³⁸, o juiz e os oficiais da Câmara, mandando fazer um termo:

“[...] se obrigavão com o mais povo a acabar-lhe o seu Mosteiro, assistindo suas Paternidades com a telha, e a tirar uma esmolla pecuniaria para aumento do seu Mosteiro; [...]”

À parte o interesse intrínseco aos acontecimentos, fica-se sabendo, como anteriormente aludimos, que o edifício do mosteiro não se achava, ainda em 1695, totalmente concluído. A menção explícita ao cômodo da “Portaria”, por outro lado, em cuja porta golpearam até acudirerem os religiosos, não deixa dúvidas quanto à sua existência nessa data, a primeira comprovada pela documentação.

³⁴ ALMEIDA, Aluísio de, op. cit., p. 60.

³⁵ CEZAR, Adilson (org.), op. cit., p. 62.

³⁶ Ibid., p. 63.

³⁷ Ibid., p. 65.

³⁸ Ibid., p. 66.

Apesar das investidas do “povo” e da promessa de não se retirarem, feita porém “em tão críticas circunstâncias, com as armas ao peito”³⁹, os fatos não abalaram a decisão do Pe. Visitador que, ainda em São Paulo:

*“[...] ordenou ao Presidente requeresse ao Juiz a inventariação de todos os bens existentes moveis e de raiz e Mosteiro com suas competentes alfaias, e feito tudo se retirassem para o Mosteiro de São Paulo thé segunda ordem.”*⁴⁰

Segundo Aluisio de Almeida, “não se sabe como saíram, mas voltaram logo.”⁴¹

Pelo que relatamos até aqui, Sorocaba seguiu o procedimento típico do desenvolvimento construtivo dos demais mosteiros já analisados. A construção, por iniciativa da ordem, iniciou-se pela ala do dormitório e oficinas junto a uma igreja doada. Esta igreja manter-se-á inalterada até que se termine aquela construção e se instalem definitivamente os membros da ordem para ali designados.

Assim como os demais mosteiros, também em Sorocaba, o cumprimento da obrigação da construção das quatro celas da ala do dormitório deu-se, num primeiro momento, por intermédio de um edifício térreo. O mosteiro, abandonado temporariamente pelos monges naquele final do século XVII, guardava, muito provavelmente, essa conformação. Se nos remetermos, por exemplo e uma vez mais, à conformação do mosteiro de São Bento de Salvador em 1638, conforme antiga planta da cidade que reproduzimos nas *Figuras II. 1 e II. 2*, verifica-se, numa leitura mais acurada, que o edifício ali representado, e que se desenvolve por inteiro ao redor do claustro é, com certeza, uma construção térrea. Basta compará-la com a altura do corpo da igreja anexa, a despeito da existência de uma construção assobradada junto ao pequeno pátio anexo à entrada lateral da igreja.

Verifica-se o mesmo se acompanharmos as primeiras notícias referentes à construção do mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro que, como vimos, deu-se a partir da doação da ermida de N. Sra. da Conceição na extremidade norte da cidade em 1593. Segundo D. Clemente da Silva-Nigra, com a chegada dos primeiros monges, iniciou-se a construção de um “mosteiro simples”⁴². E quando o Dietário do mosteiro do Rio refere-se às obras elaboradas pelo abade Fr. Diogo da Silva, no período compreendido entre os anos de 1620 a 1624, lê-se que:

*“[...]’ levantou de taipa de pilão o dormitorio que ainda era terreo, e sobre as mesmas (antigas) paredes fez Celas, oficinas, e o mais necessario para o comodo dos Religiozos, [...]”*⁴³

A construção térrea, pode-se ainda conjecturar, era considerada *a priori* um estágio provisório na construção de um mosteiro, tendo em vista a longa tradição dos edifícios em dois andares ao redor do claustro. Ainda mais no Brasil, uma vez que herdamos da

³⁹ ALMEIDA, Aluisio de, op. cit., p. 60.

⁴⁰ CEZAR, Adilson (org.), op. cit., p. 59.

⁴¹ ALMEIDA, Aluisio de, op. cit., p. 60.

⁴² SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da, OSB. *Construtores e artistas do mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*. Salvador, Tipografia Beneditina Ltda., 1950, p. 15.

⁴³ Cit. In. *Ibid.*, p. 16.

tradição ibérica a situação do coro em piso sobrelevado, acima da porta de acesso da igreja voltado para a dupla altura da nave. Ora, para a realização dos ofícios divinos, principalmente os ofícios noturnos, era desejável, e funcionalmente lógico, que as celas estivessem no mesmo nível do coro. Talvez, por isso, na citação do *Dietário* do Rio, o uso do termo “ainda” tenha a conotação de uma situação indesejável, além da simples constatação de que o edifício não era, àquela época, assobradado. Essa conformação está documentada em um antigo mapa do Rio de Janeiro, impresso em Amsterdam em 1624, que reproduzimos na *Figura II. 13*. E, talvez, retomando o caso de Sorocaba, por trás da obrigação da câmara em recolher “uma esmolla pecuniaria para augmento” do mosteiro, esteja implícito o desejo de se prover o edifício de um segundo andar.

Não podemos concordar, portanto, com a reconstituição histórica realizada pelo pintor Ettore Marangoni, por volta de 1967, no quadro intitulado “Sorocaba - Largo S. Bento 1660-1661”, que reproduzimos na *Figura III. 9*. Aqui, além de retratar a antiga capela doada como se correspondesse ao volume e a posição da atual capela-mor, o que explica a relação espacial que estabeleceu entre igreja e mosteiro, representa este último com as quatro celas previstas na escritura de doação, porém com dois andares e entre os salões salientes das extremidades, como se assim estivesse sido construído originalmente. O pintor inspirou-se, evidentemente, para retratar a ala do mosteiro, na antiga fotografia que documenta o edifício na virada do século, substituindo por quatro, as cinco celas então existentes (ver *Figura III. 11*).

Em 1706, com a presença do capitão-mor da capitânia na Câmara de Sorocaba, foi a ele requerido pelo vereador mais velho a necessidade de nova demarcação do rocio. Para tanto, desfazem a doação de 1667 e tomam o ali referido “capão e pastos por rocio desta Villa”, invadindo novamente as terras doadas. Segundo Aluísio de Almeida, o pretexto dos oficiais da câmara, aqui, ainda é claro e atesta, mais uma vez, o estado incompleto do edifício:

“[...] os padres não tinham dado as aulas do contrato [1667], e às vezes ficava um só deles feitorizando a lavoura, enquanto o hospício, termo que indica conventinho, não progredia. Estava, pois, incompleto.”⁴⁴

Ao tomar ciência dessa nova declaração do rocio feita pela Câmara, o presidente do mosteiro, Fr. Francisco Antonio de Santa Maria, recorre, desta vez, ao Ouvidor da Comarca, João Saraiva de Carvalho, dirigindo-lhe uma petição, datada de 01 de março de 1709, para que se confirmasse “por seo despacho esta posse tão antiga, como consta da doação, e mandar os Officiais da Câmara da ditta Villa a mandem novamente registrar nos livros da Câmara della”⁴⁵. Então, a 13 de julho do mesmo ano, foi exarado pela câmara um “Auto de Posse” onde está relatado que o escrivão em companhia do juiz ordinário e do presidente do mosteiro, dirigiram-se para a localidade antigamente denominada “rio dos Couros”, depois Supiriri, hoje Praça da Bandeira. Ali, segundo o costume da época, por meio de um ritual que remonta, provavelmente, ao período medieval, revelando a permanência de certas instituições:

⁴⁴ ALMEIDA, Aluísio de, op. cit., p. 60.

⁴⁵ CEZAR, Adilson (org.), op. cit., p. 55.

“[...] foi requerido pelo dito Revmo Padre Presidente ao dito Juiz que em virtude do despacho e confirmação do Desembargador o empossa-se nas ditas terras e logo lhe deo posse e o dito empossado passou, e lançou terra no ar, e quebrou ramo e com elle na mão gritou em altas vozes - tomo posse das terras da Religião haja quem venha ao contrário - e não houve contradição alguma de que o dito Juizo deo por empossado, para que lograssem de hoje em diante como suas, na forma do estillo; [...]”⁴⁶

Mas, como as dúvidas e as querelas ainda persistissem, o presidente empossado logo em seguida, Fr. Pedro de Jesus Maria, fez mas dois requerimentos, o primeiro em 1713, que não surtiu efeito. Em 1715, aproveitando a presença na Câmara, desta vez, do Ouvidor Geral, Simão de Tolledo Piza, obteve nova vitória.

Nessa época, segundo Aluisio de Almeida que raramente se refere às suas fontes, afirma que Fr. Frutuoso da Conceição, “que saíra, tornou e ficou por aqui [em Sorocaba] terminando as obras do convento”⁴⁷ ou, segundo nossa interpretação, realizando o desejado “aumento”, ou seja, a construção do segundo andar. Ao se referir a Fr. Frutuoso como uma das “pessoas notáveis pelos seus trabalhos em prol de sorocabana gente”, Almeida afirma que ele era “carioca, arquiteto e bandeirante”.⁴⁸

Finalmente, em 1728, requiseram uma última petição que resultou no “Termo de amigavel Composiçam”⁴⁹ e que deu um fim à longa querela acerca das terras doadas, definindo as áreas pertencentes ao mosteiro e aquelas pertencentes à câmara. “O mato do Supiriri ficava para a vila”⁵⁰, denunciando que os beneditinos perderam, outra vez, uma parte da propriedade. Posteriormente, confirmadas pelo “Auto de Demarcação” de 1774, aquelas terras aparecerão, em documentos da segunda metade do século XVIII, com a denominação de “Fazenda da Vila”. Essa área, que até muito recentemente fazia parte do patrimônio do mosteiro, está delimitada nas *Figuras III. 1 e III. 2*. E, como podemos perceber numa antiga fotografia aérea da cidade, publicada em 1945 na *Revista do Instituto Geográfico e Geológico* e aqui reproduzida na *Figura III. 5*, também até muito recentemente, ou seja, enquanto foi propriedade do mosteiro, essa área era o limite do tecido urbano na sua face voltada para o sul. Murillo Marx, em seu estudo sobre os conventos franciscanos paulistas, confirma o entrave que as glebas doadas às ordens religiosas, normalmente localizadas nas bordas dos tecidos urbanos, exercem em relação à expansão da cidade:

⁴⁶ *Ibid.*, p. 56.

⁴⁷ ALMEIDA, Aluisio de, *op. cit.*, p. 61.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 128. Fr. Frutuoso da Conceição Corrêa, que entrou no noviciado do mosteiro do Rio de Janeiro em 1676, era filho de Fr. Bernardo de São Bento, “o arquiteto seiscentista do Rio de Janeiro”, conforme a denominação de Silva-Nigra. Talvez por isso é que Aluisio de Almeida afirme que Fr. Frutuoso era arquiteto também. Porém, nem Silva-Nigra, nem Endres em seu *Catálogo*, fazem menção ao fato. Segundo Endres, Fr. Frutuoso foi eleito em 1697 presidente do mosteiro beneditino de Santos, exercendo o cargo até 1700. Por essa época deixa, então, Sorocaba. Se voltou ou não, como afirma Almeida, essa fonte nada relata. (Cf. ENDRES, D. José Lohr, OSB. *Catálogo dos bispos, gerais, provinciais, abades e mais cargos da ordem de São Bento do Brasil, 1582-1975*. Salvador, Mosteiro de São Bento, 1976, nota 14, p. 445-6.)

⁴⁹ CEZAR, Adilson (org.), *op. cit.*, p. 19.

⁵⁰ ALMEIDA, Aluisio de, *op. cit.*, p. 61.

"[...] esses bens de raiz - tão extensos e de contornos por vezes tão pouco regulares - iriam afetar com o correr do tempo, da expansão e do adensamento dos respectivos assentamentos a traça de novos terrenos lindeiros e arruamentos. [...] Particularmente, a malha viária, o curso das ruas, sobretudo da rua que dava acesso ao estabelecimento religioso não preponderaram; pelo contrário, a nova cessão de terras se lhes sobrepunha ao curso e à direção. Assim, [...], ruas são truncadas, ficando afastada a possibilidade de sua extensão futura, [...]"⁵¹

Podemos concluir, como ficou demonstrado, que essa situação de instabilidade criada pela disputa das terras e que, segundo D'Oliveira, durou 63 anos (1665-1728), dificultou, conturbou e adiou a consolidação das estruturas físicas do mosteiro, efetivadas somente ao final desse período.

Entre esses anos, a vila de Sorocaba apresenta, também, um quadro de instabilidade. Oscilava entre o papel de um posto avançado na atividade de apresamento do índio e da exploração de minérios, por meio da penetração no sertão, e de um ponto estratégico para "acessar, por via terrestre, os imensos territórios existentes entre São Paulo e as terras de Castela, ao Sul"⁵², onde já se desenvolvia a criação de gado.

Da primeira atividade, originou-se o grande número de "administrados", os já mencionados "gentios da terra", índios provenientes das missões jesuíticas do Guairá que, após a sua destruição, vieram para Sorocaba, entre outras vilas, como mão de obra escrava. Segundo Bacellar:

"[...] durante todo o século XVII, o apresamento do índio, a penetração territorial e, mais em sua últimas décadas, a comercialização incipiente do gado curitibano, permitiram a Sorocaba não o crescimento, mas a manutenção de sua existência."⁵³

Alguns fatos comprovam que os beneditinos, mesmo que de forma tênue, vinham participando nessas atividades. Fr. Mauro da Trindade, que já em 1667 veio tomar posse da igreja doada junto com Fr. Anselmo da Anunciação, participou de expedições em companhia de sertanistas em busca de índios para os serviços do mosteiro, até que foi morto por "dois bugres bravos de tribo Cayapó"⁵⁴ e seus ossos foram enterrados na capela mor da igreja. Um número relativamente alto de escravos indígenas é revelado no inventário de bens que os beneditinos requiseram ao juiz da Câmara quando, por ordem do seu superior, abandonaram, por um breve período, a vila de Sorocaba. Foram ali arroladas "trinta e quatro almas entre grandes e pequenas"⁵⁵.

⁵¹ MARX, Murillo. *Seis conventos, seis cidades*. São Paulo, FAUUSP, 1984, [dissertação de doutorado], p. 31.

⁵² BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Família e sociedade em uma economia de abastecimento interno. (Sorocaba, séculos XVIII e XIX)*. São Paulo, FFLCH-USP, 1994, p. 17. [dissertação de doutorado]

⁵³ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado, op. cit., p. 21.

⁵⁴ ENDRES, D. José Lohr, OSB, op. cit., p. 94.

⁵⁵ ALMEIDA, Aluísio de, op. cit., p. 58.

Em 1693, os beneditinos obtiveram uma sesmaria junto à estrada de Curitiba, além do rio Sarapuí.⁵⁶ Essas terras aparecerão em documentos da segunda metade do século XVIII, com a denominação de “Fazenda de Serapui aonde esta o gado”, revelando que os monges poderiam participar, já em fins do século XVII, do comércio incipiente de gado a que se refere Bacellar. O presidente do mosteiro nessa época, Fr. Frutuoso da Conceição Corrêa, “especialista em exames e ensaios do ouro”⁵⁷, participou, com João Martins Claro, de expedição em busca de minérios na região do Paranapanema, e as minas de São José do Guapiara, logo em seguida, foram descobertas por um “administrado” do mosteiro, o índio Ciríaco.⁵⁸

Foi durante o início do século XVIII, porém, que os reflexos da descoberta do ouro, em Minas, repercutem na vila de Sorocaba e irão definir o papel preponderante desempenhado, durante esse século, na economia regional. É que a “demanda por animais de transporte, assim como por gado ‘vacum’ para consumo, cresce vertiginosamente, à proporção em que a leva de mineradores se avoluma.”⁵⁹

Apesar da existência anterior de um afluxo irregular de gado vindo do sul, foi exatamente em 1732 que, sob o comando de Cristovão Pereira de Abreu, chegou em Sorocaba a primeira tropa vinda de Curitiba.⁶⁰ E, desde pelo menos meados do século (em 1750 é estabelecido o Registro para a cobrança dos direitos de passagem), Sorocaba passa a desempenhar o papel de grande centro comercializador por intermédio das grandes feiras anuais de gado. Esse papel é, mais uma vez, fortalecido, pelo deslocamento da capital da colônia para o Rio de Janeiro e o conseqüente incremento da lavoura canavieira.

Esses fatos repercutiram de uma maneira evidente na consolidação e na estabilidade econômica dos beneditinos de Sorocaba que, por intermédio dos lucros obtidos com a lavoura e com a criação de gado de suas duas fazendas, e por meio das doações que se tornam mais freqüentes, empreenderam, como veremos em seguida, uma série de melhorias nas estruturas físicas do mosteiro.

*

Para a análise do período correspondente à segunda metade do século XVIII, podemos contar com os documentos, aos quais já nos referimos, intitulados “Estados”, relativos ao mosteiro sorocabano. Esses documentos foram microfilmados por D. Clemente da Silva Nigra em 1958, e pertencem ao Arquivo Distrital de Braga em Portugal. Ampliações fotográficas feitas a partir dos microfilmes, encontram-se, hoje, nos arquivos dos principais mosteiros do Brasil, inclusive no arquivo beneditino de São Paulo, de onde fizemos nossas transcrições. Trata-se de relatórios relativos às gestões, normalmente trienais, dos abades e presidentes dos mosteiros brasileiros que, até 1827, formavam uma província dependente da Congregação Beneditina Portuguesa. Esses relatórios descrevem o estado do mosteiro no fim de cada gestão e eram enviados de cada mosteiro do Brasil diretamente à abadia-mãe de Tibães em Portugal. O monge que o

⁵⁶ *Ibid.*, p. 44.

⁵⁷ SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da, OSB, *op. cit.*, nota 5, p. 20

⁵⁸ Cf. ALMEIDA, Aluísio de, *op. cit.*, p. 54-55.

⁵⁹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado, *op. cit.*, p. 22.

⁶⁰ Cf. *Ibid.*, p. 22.

compunha, denominado “monge estadista”, após a realização da contabilidade referente à produção agrícola e à criação de gado, relacionava as obras de construção e decoração empreendidas durante o governo de cada abade ou presidente.

Em relação aos inúmeros documentos provenientes do arquivo beneditino do mosteiro de Tibães e posteriormente incorporado pelo Arquivo Distrital de Braga, assim se refere Robert Smith:

“De todas as categorias de documentos aí conservados, a de maior interesse geral é certamente esta dos relatórios que as diversas casas da Ordem beneditina em Portugal e no Brasil foram obrigadas a preparar no fim de cada triênio, ou governo monástico, desde 1629 até 1822, antes dos capítulos gerais, celebrados no mosteiro de S. Martinho de Tibães, depois de 1569 cabeça da Ordem de S. Bento nas terras luso-brasileiras. Existem nada menos de quarenta e cinco pastas de ‘Estados’ com mais vinte e uma vindas das casas beneditinas do Brasil.”⁶¹

De uma coleção de 182 páginas, numeradas e anotadas por D. Clemente da Silva Nigra, que contém 19 “Estados” referentes aos mosteiros de Santana de Parnaíba, Jundiá e de Sorocaba, cinco pertencem a este último e estão distribuídos cronologicamente da seguinte forma:

1759-1769 (ADB/CSB 145, fl. 80-29 a fl. 81-6);
1769-1772 (ADB/CSB 145, fl. 81-7 a fl. 81-19);
1772-1778 (ADB/CSB 145, fl. 81-27 a fl. 81-30);
1778-1780 (ADB/CSB 145, fl. 81-31 a fl. 81-37);
1780-1783 (ADB/CSB 145, fl. 82-2 a fl. 82-6)⁶².

Cobrem, portanto, apenas uma parte da segunda metade do século XVIII, porém, como veremos, importante para a definição arquitetônica da situação atual do mosteiro de Sorocaba.

O “Estado” relativo ao triênio de 1769-1772, apresenta uma particularidade que nos obriga a iniciar, por ele, a análise. Para que se compreendam as “Obras da Igreja” executadas durante esse período, o “monge estadista” faz referência a uma intervenção anterior empreendida na igreja e descrita da seguinte forma:

⁶¹ SMITH, Robert Chester. O mosteiro beneditino do Rio de Janeiro e sua fazenda da vargem no século XVIII. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 304: 158-200, 1974, pp. 158-159.

⁶² Para a classificação e citação dos “Estados”, utilizamos, conforme os trabalhos de Stuart Schwartz, as siglas ADB/CSB que estão por Arquivo Distrital de Braga / Coleção ou Congregação São Bento, seguido do número 145 que corresponde ao número da “Gaveta” onde estão classificados os documentos do cartório da Congregação de S. Bento de Portugal que se encontrava em Tibães, referentes aos mosteiros de Parnaíba, Jundiá e Sorocaba. (ver SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 14 e ARAÚJO, Antônio de Sousa e SILVA, Armando B. Malheiro da. *Inventário do fundo monástico-conventual*. Braga, Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho, 1985, pp. 79-87). Em seguida, fizemos referência à numeração feita por D. Clemente da Silva Nigra nas cópias do arquivo do mosteiro de São Paulo, de onde elaboramos as nossas transcrições.

*“Sendo Prezidente deste Hospicio o M. R. Pe. Fr. Antonio da Soledade a vinte e quatro annos acrescentou a Igreja, puxando-a igualar com o salão, e dormitorio em distancia de 15 palmos, e sobre a parede que servia de coro com o mais, que acrescentou, levantou onze palmos, deixando o mais no mesmo estado, que achava por temer o empeno da parede da parte do Evangelho, que estava fora de prumo, logo huma braça a cima do alicerce, e no alto dela, cahia para fora hum palmo, ou mais.”*⁶³

Segundo Endres⁶⁴, o Fr. Antonio da Soledade foi presidente do mosteiro de Sorocaba duas vezes. A primeira de 1742 a 1746 e a segunda de 1752 a 1756. O “Estado” relativo ao triênio de 1769-1772 foi escrito e assinado pelo “monge estadista”, Fr. Miguel de Santa Rita, em fevereiro de 1773. Devemos supor que, quando o documento faz referência às obras realizadas, por Fr. Antonio da Soledade, vinte e quatro anos antes, seja a partir da data de elaboração do “Estado”, e isso nos remete ao ano de 1749. Ora, ou as obras foram realizadas sob o governo de outro presidente, que seria segundo a periodização de Endres, Fr. Diogo do Desterro em seu segundo mandato, ou Fr. Antonio da Soledade governava o mosteiro durante o ano de 1749 e não exatamente nos períodos acima assinalados. Na verdade, há uma incompatibilidade entre as datas de eleição do presidente na junta de Tibães, nas quais se baseou Endres para estabelecer os períodos de gestão, e a data de posse real referida pelo “Estado”. Por exemplo, o Fr. Amaro de Jesus Rangel, presidente do triênio em análise, foi eleito pela Junta, segundo o catálogo de Endres, em 29.8.1768 mas só tomou posse, segundo o “Estado”, quase um ano depois, em 8 de junho de 1769.

De qualquer modo, o que nos interessa é que, por volta de meados do século XVIII, o comprimento da nave da igreja sofre uma ampliação de “15 palmos”, ou seja, 3,30 metros, ficando, dessa forma, o corpo da igreja alinhado (“puxando-a igualar”) com o edifício do mosteiro (“com o salão, e dormitorio”). Portanto, eram desalinhados. A fachada da igreja ficava, anteriormente, recuada em relação a do mosteiro e resultou, dessa operação, uma nova fachada. Sem a pretensão de restituir essa configuração nos seus detalhes, elaboramos um “croquis” elucidativo do que ocorreu, na *Figura III. 10*. Também a altura da nave é, parcialmente, ampliada, pois a parede que antes servia de coro e os 3,30 m. que acrescentou foram erguidos em “onze palmos”, ou seja, 2,42 m. O restante das paredes da nave da igreja foram deixados no “mesmo estado”, ou seja, na mesma altura em que estavam em razão do deslocamento da parede da parte do Evangelho, a que se volta para o claustro, cujo empeno na parte superior atingia 0,22 m., consequência do esforço de empuxo que a estrutura de madeira em caibro armado da cobertura, assim como os arcos, exerce sobre as paredes laterais da nave.

Portanto, por um período, de aproximadamente vinte anos, de 1749 a 1769, o corpo da nave da igreja ficou com duas alturas diferentes, dois pés direitos, com a diferença de 2,42 m. entre si. O que implica em duas coberturas de duas águas desniveladas, com um vão da mesma altura entre elas. A mais alta, junto à nova fachada, cobria o coro novo, que correspondia, como veremos, aos 3,30 m. ampliados, mais a

⁶³ ADB/CSB 145, “Estado” 1769-1772, fl. 81-10.

⁶⁴ Cf. ENDRES, D. José Lohr, OSB. *Catálogo dos bispos, gerais, provinciais, abades e mais cargos da ordem de São Bento do Brasil, 1582-1975*. Salvador, Mosteiro de São Bento, 1976, p. 84.

largura do antigo coro. A mais baixa, o restante da nave até o arco cruzeiro. O vão, mesmo que provisoriamente fechado, assim mesmo estava arruinando a nave da Igreja. De fato, conforme prossegue o “Estado”:

“Depois deste acrescentamento, que se fez ficou a Igreja em peor estado, do que estava pela grande aberta, que fazia o telhado no meyo dela sendo cauza, de que as chuvas houvessem lavada a cal, e ficassem as paredes em partes vermelhas.”⁶⁵

A igreja não poderia ficar por muito tempo nessa situação sem ocasionar a sua completa ruína. Percebendo a urgência e seguindo o conselho do Fr. Gaspar Madre de Deus que, ao visitar o mosteiro de Sorocaba como abade provincial (1766-1769), “exarou huma verba, na qual pedia, e rogava se continuase com huma obra de Deos deixada de mão a tantos annos”⁶⁶, o presidente Fr. Amaro de Jesus Maria Rangel retoma as obras, no triênio 1769-1772.

A seção do seu “Estado” que se refere às “Obras da Igreja ” inicia-se, justamente, pela descrição dos serviços necessários para sanar a inconveniência da dupla altura da nave, restabelecendo um único pé-direito:

“Levantarão-se em altura de onze palmos e sincoenta e dois de comprimento cada huma das paredes do corpo da Igreja a igualar com o mais que se havia feito no triênio do M. R. Pe. Fr. Antonio da Soledade. Levantou-se a parede do arco, e se poz na altura da dos lados.”⁶⁷

Tudo indica que, com a realização dessas ampliações, a nave da Igreja adquire, nessa época (1769-72), basicamente, a volumetria atual. De fato, essa passagem do documento afirma que para dar continuidade e igualar as obras iniciadas pelo Fr. Antonio da Soledade, levantou-se em “onze palmos” o restante, ainda mais baixo, das paredes laterais da nave. E o comprimento do que faltava levantar é, felizmente, revelado: “sincoenta e dois” palmos, ou seja, 11,44 m. Ora, somando-se a essa dimensão os 3,30 m. da ampliação da nave e o comprimento da “parede que servia de coro” (largura do antigo coro) que, podemos supor, correspondia mais ou menos aos mesmos 3,30 m., chegaremos a um comprimento total de 18,04 m. Segundo o levantamento planialtimétrico, o comprimento atual da nave gira em torno de 18,50m., correspondentes a 84 palmos contra os 82 palmos revelados pela interpretação do documento.⁶⁸

Quanto à altura da parede da nave, podemos também presumir que, com o acréscimo de “onze palmos”, ela atinge a atual dimensão. De fato, se partirmos da altura, obtida por meio do levantamento, aproximadamente 8,15 m., que correspondem a 37 palmos, e, deste valor, subtrairmos os “onze palmos”, chegaríamos a 26 palmos, ou 5,72

⁶⁵ ADB/CSB 145, “Estado” 1769-1772, fl. 81-10.

⁶⁶ Ibid., fl. 81-11. Nossa hipótese é que Fr. Gaspar Madre de Deus referia-se, em particular, a esse estado insólito da nave.

⁶⁷ Ibid.

⁶⁸ Para facilitar as contas, estamos utilizando a equivalência de 1 palmo = 0,22m. Porém alguns autores, como Corona & Lemos {op. cit., p. 357}, adotam a relação de 1 palmo = 0,225m. Essa diferença viria a favor da nossa hipótese já que 82 palmos corresponderiam a 18,45m. ao invés de 18,04m.

m. Ora, é o pé direito mínimo necessário para que comporte a existência de um coro mais antigo e anterior, conforme sugere o documento, às obras iniciais de alteamento da nave. Portanto, como ficou demonstrado, podemos afirmar que já no fim do terceiro quartel do século XVIII, o corpo principal da igreja assumia o volume e a proporção que apresenta hoje. Como veremos, de lá para cá, a fachada foi várias vezes remodelada, a cobertura totalmente refeita, o coro ampliado, mas o arcabouço da nave ainda é o mesmo.

Lúcio Costa se refere a esses acréscimos, em particular, aos alteamentos nas igrejas do século XVIII, que normalmente empregavam o tijolo de adobe, para conferir ao edifício um aspecto mais “leve”, menos “acachapado”.⁶⁹

Pela parte final dessa última citação do “Estado”, que se refere ao alteamento da parede do arco cruzeiro, confirma-se que a divisão interna entre nave e capela mor é, no mínimo, anterior às obras empreendidas por Fr. Antonio da Soledade em meados do século XVIII, não aceita a hipótese dela existir desde a sua origem. Como vimos na primeira parte deste capítulo sobre o mosteiro de Sorocaba, as primeiras obras de ampliação da capela doada protelaram-se no tempo, tendo em vista a morosidade para a conclusão do edifício do mosteiro. Provavelmente só se deram na primeira metade do século XVIII. Um indício para a realização de obras anteriores às relatadas pelo “Estado” é a referência a esse coro mais antigo, anterior ao seu deslocamento quando da ampliação do comprimento da nave. Com certeza, não existia coro na capela doada, como não existia nas demais capelas doadas à ordem beneditina que deram origem aos principais mosteiros do litoral. De fato, conforme o relato de D. Clemente da Silva Nigra acerca do mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, uma vez obtida a doação da ermida de N. Sra. da Conceição, “o primeiro acréscimo consistiu no levantamento do coro dos monges, por cima de um pórtico de três arcos, fato documentado no interessante *Mapa do Rio de Janeiro, de 1624*”⁷⁰ (ver *Figura II. 13*). Segundo Silva Nigra, a mesma obra realizou-se em duas outras ermidas doadas à ordem, a de N. Sra. da Graça na Bahia (1648) e a N. Sra. do Desterro de Santos (1649). Deu-se o mesmo, muito provavelmente, no caso de Sorocaba, em função do papel proeminente que o coro desempenhava para os beneditinos.

Um outro indício, obtido por meio do levantamento métrico arquitetônico, é que os “15 palmos”, ou cerca de 3,30 m., acrescidos ao comprimento da nave, conforme já aludimos, correspondem ao segundo coro da igreja e forma uma parte, posteriormente aumentada, do coro atual. De fato, a diferença da largura das tábuas de madeira do piso do coro, tábuas mais largas e irregulares que variam de 30 a 35 cm. e fixadas aos barrotes por meio de cravos e tábuas mais estreitas e regulares com 20cm. e fixadas com pregos, comprova que a conformação do atual coro é o produto de obras realizadas em duas épocas distintas (ver a planta do andar superior no Levantamento e a *Figura III. 25*). Como veremos mais adiante, o trecho curvo, que contém o piso de tábuas mais estreitas, é o resultado de obras realizadas no início deste século para adaptação da atual balaustrada que pertencia à antiga igreja do mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo. A demolição do antigo mosteiro paulistano em 1910, coincidia com o final das obras de reforma do mosteiro de Sorocaba, iniciada em 1904. O outro trecho, com tábuas

⁶⁹ COSTA, Lúcio. “A arquitetura dos jesuítas no Brasil”. In: *Arquitetura religiosa*. São Paulo, FAUUSP e MEC-IPHAN, 1978, p.21. [1941]

⁷⁰ SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da, OSB. *Construtores e artistas do mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*. Salvador, Tipografia Beneditina Ltda., 1950, p. 15.

largas, medindo hoje por volta de 3,40m., corresponde muito provavelmente à área do antigo coro, o segundo que teve a igreja e resultado da ampliação de meados do século XVIII. É óbvio que o piso existente não é mais o original mas, provavelmente, resultado de uma reforma de meados do século XIX, como atestam os cravos cortados a máquina e de perfil quadrado.⁷¹

Uma vez igualadas as alturas das paredes da nave da igreja, o “Estado” passa a descrever com detalhes, as obras necessárias para a execução da estrutura e do atelhamento da sua cobertura. Como se verificará, uma parte das peças de madeira foram novamente confeccionadas, outras, porém, foram reutilizadas da estrutura anterior. Essa reutilização confirma, inclusive, que a largura da nave se manteve, já que as peças deveriam vencer, necessariamente, o mesmo vão. Segundo o “Estado”:

“Nestas paredes se asentarão sinco frechaes novos de madeira de lei, lavradas a emchó, os que ficão sobre as paredes dos lados com a largura de dois palmos, e meyo, e o que fica sobre a parede do arco, com tres palmos de largo. Estes frechaes se emmalhetarão huns nos outros, e se prenderão para sua segurança, e de toda a mais madeira, que leva em sima. Sobre o frechal, que fica na parede do arco, se fez a empena com parede de torroens por ser de menos pezo, que a de taipa.”⁷²

Aqui, o “Estado” faz menção, pela primeira vez mesmo que de forma indireta, à técnica de execução das paredes da nave da igreja. Não havia, ainda, a ela se referido, apesar de tratar até aqui, basicamente, da ampliação e alteamento das mesmas paredes. E faz uma menção específica à essa técnica da “parede de torroens”, utilizada na empena, ou seja, na terminação triangular da parede posterior da nave, que acompanha a inclinação das águas do telhado, para alívio da carga sobre o vão do arco cruzeiro. Trata-se, talvez, de uma espécie de adobe que permite a fatura de uma parede dupla, com um vazio interno, alinhada com as faces externas da paredes de taipa que ladeiam o vão do arco. Prossegue o “Estado”:

“Atravesarão-se duas linhas, que se engasgarão, e pregarão bem nos frechaes. Cortarão-se os [univeis] das pernas d’As para as fechar mais, e ficar o ponto mais alto. As pernas d’As que ficão fora da parede do arco, e cahem para a capela mor, se forrarão de taboas para nelas asentarem as telhas, para as ventanias, que ali fazem grande força, não arruinar o telhado, que fica dezamparado. Nas mesmas pernas d’As que farão para a parte do Mosteiro, e claustro se pregarão trinta e oito embonos, e outros tantos caxorros sahidos quatro palmos fora da parede para melhor expedição das aguas, e para não ofender a mesma parede. Toda a madeira foi lavrada, e sipilhada, e toda de lei. Dos caxorros antigos somente servirão treze, os mais estavam

⁷¹ Cf. SCHÁVELSON, Daniel. *Arqueologia histórica de Buenos Aires I: la cultura material porteña de los siglos XVIII e XIX*. Buenos Aires, Ediciones Corregidor, 1991, p. 205-211.

⁷² ADB/CSB 145, “Estado” 1769-1772, fl. 81-11.

*deziguaes, e podres. Muita parte das ripas com que se ripou a Igreja forão novas, e serradas para ese efeito.*⁷³

Cabe, aqui, um esclarecimento. Por “pernas d’As”, entenda-se as pernas das asnas. Asna é “a armação de madeira que sustenta o telhado”⁷⁴. Sua forma era triangular. As vigas inclinadas que compõem as asnas recebiam o nome de *pernas* e “a viga horizontal, que unia as pernas nas suas extremidades inferiores, sobre os frechais, recebia o nome de *linha*.”⁷⁵ A linha, porém, pode estar engastada nas pernas numa altura superior a dos frechais, em seu ponto médio ou na altura do terço, recebendo então, segundo Lemos, a denominação de “asna francesa”. É o caso da igreja de Sorocaba, segundo a nossa interpretação do texto do “Estado”. Senão, como interpretar essas únicas “duas linhas” que se atravessou e se engastou nos frechais? Trata-se, sem dúvida, de outras linhas independentes das linhas das asnas, essas bem mais numerosas, e que não se engastavam, portanto, nos frechais. Quanto à informação de que “cortarão-se os univeis das pernas d’As para as feichar mais, e ficar o ponto mais alto”, entendemos que, além de se tratar de uma reutilização das asnas já existentes, diminuiu-se o ângulo formado pelo encontro superior das pernas, elevando-se a linha da cumeeira para aumentar a inclinação das águas do telhado. O “Estado” faz, em seguida, uma alusão à necessidade de proteger do vento noroeste, com um forro de madeira, o segmento de beiral que as duas águas do telhado da nave projetam para além da parede do arco cruzeiro, sobre a cobertura, mais baixa, da capela mor.

Em seguida, o “Estado” utiliza um termo que merece algumas considerações. Refiro-me aos “trinta e oito embonos” que se fixaram às pernas das asnas junto com o mesmo número de cachorros. Ele não consta dos dicionários especializados a que primeiramente recorreremos, por tratar-se, talvez, de um termo quase nunca empregado no campo da arquitetura. De fato, segundo o dicionário “Aurélio”, trata-se de uma palavra de origem espanhola e é empregada no norte e nordeste do Brasil para designar uma grande viga de madeira leve, “presa ao longo da borda de algumas embarcações de boca estreita com o fim de aumentar-lhes a estabilidade e amortecer-lhes o balanço lateral”⁷⁶. Ora a similaridade com o papel que os contrafeitos desempenham no madeiramento da cobertura para atenuar, em conjunto com os cachorros, a inclinação das águas do telhado junto ao beiral, parece-nos evidente. O que nos leva a concluir que, além do “aspecto elegante” resultante da “suave curva que termina nas telhas da beira”⁷⁷, normal e unicamente salientados, o galbo da cobertura desempenha também um papel estrutural, amortecendo e dando maior estabilidade aos panos do telhado. Concluindo-se as obras de cobertura da nave:

“Telhou-se todo o corpo da mesma Igreja, e na comieira se asentarão telhoens grandes, e largos, que para isso se fez, e se asentarão com roboco; Este mesmo roboco se deo nos canaes das

⁷³ Ibid.

⁷⁴ CORONA & LEMOS. *Dicionário da arquitetura brasileira*. São Paulo, Edart - São Paulo Livraria Editora Ltda., 1972, p. 57.

⁷⁵ Ibid, p. 57.

⁷⁶ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira S/A, s. d., p. 509.

⁷⁷ CORONA & LEMOS, op. cit., p. 143.

*telhas, que ficão junto ao frontespicio, e para a parte da capela mor. Fez-se mais huma ordem de telhas no argerôs, e este se concertou de novo por estar arruinado, e fazer grande dano ao frontespicio. Lansou-se fora parte dele, e se tornou a fazer asentando se lhe tijolo.*⁷⁸

Podemos tirar, dessas informações, algumas conclusões acerca da fachada da igreja, construída no tempo de Fr. Antonio da Soledade e que vinte anos depois já esta passando por alguns reparos. Isso porque o texto faz menção à substituição de telhas “no argerôs” e deixa claro que se trata do “argerôs” do “frontespicio”. Ora, Lemos, citando Laudelino Freire, diz que algeroz é a “parte saliente do telhado para desviar as águas da parede que o sustenta”⁷⁹. Seria, portanto, um sinônimo de beiral, conclui Lemos. José Wash Rodrigues, ali também citado, define aquele termo como “beiral formado de diversas ordens de telhas sobrepostas”⁸⁰. Apesar de o texto do documento fazer referência explícita a fatura de “mais huma ordem de telhas no argerôs”, não podemos concluir, com certeza, que se trata de uma ordem *sobreposta* e, portanto, de um beiral de sobeira ou beira e seveira que Lemos dá, também, como sinônimo de algeroz. A sua definição para esse tipo de beiral, “cujas telhas extremas apoiam-se em cimalha de bôca de telha, constituída de duas fiadas de telhas engastadas na alvenaria da parede”⁸¹, remete o seu uso quase exclusivamente para a região do litoral e o faz afirmar que eles “nunca aparecem, por razões óbvias, em obras de taipa.”⁸² Portanto, se, por hipótese, foi ali adotada, e a referência ao uso de tijolos para a parte do algeroz que foi refeita dá credito à hipótese, contradiria aquela afirmação. Fica, além disso, mais uma vez confirmada, por meio de um documento, o uso de tijolos já na segunda metade do século XVIII, mesmo que em áreas restritas de um edifício de taipa.⁸³

Após reconhecer que “os arquitetos estiveram na vanguarda no que se refere a edificios históricos” e, com certeza, Saia e Lemos aí se incluem, e apesar dos “avanços” que aportaram ao estudo dos monumentos históricos, Funari chama a atenção para as “limitações” que são a causa das conclusões precipitadas que apontamos acima. De fato, segundo Funari:

*“O ponto frágil do trabalho desses estudiosos reside na falta de interesse em coletar uma amostra considerável de artefatos, neste caso de edificios, que pudessem consubstanciar suas análises impressionísticas”*⁸⁴.

⁷⁸ ADB/CSB 145, “Estado” 1769-1772, fls. 81-11 e 81-12.

⁷⁹ CORONA & LEMOS, op. cit., p. 30.

⁸⁰ Ibid., p. 30.

⁸¹ Ibid., p. 75.

⁸² Ibid., p. 75.

⁸³ Segundo Bazin, acatando uma informação de Luís Saia, “a região de São Paulo foi quem mais demorou a conhecer o tijolo cozido; este só foi ali introduzido no século XIX.” (Cf. BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1983, I volume, p.59.)

⁸⁴ FUNARI, Pedro Paulo Abreu. A arqueologia histórica no Brasil. *Boletim do Centro de Memória da Unicamp*, v. 6, n. 12: 51-60, jul./dez. 1994, p. 52.

De uma forma ou de outra, com ou sem beiral de sobeira, trata-se de uma fachada que apresenta beiral e, portanto, era formada, certamente, por um frontão retilíneo que, como bem sintetizou Paulo Santos referindo-se à Sé de Mariana, “é a própria empena do telhado de duas águas, que se acusa, sincera, no frontispício”⁸⁵. É a solução que apresenta, para nos remetermos à regiões mais próximas de Sorocaba, a igreja de N. Sra. do Rosário do Embu e a igreja de outra aldeia jesuítica, a de São Miguel.

Na sua gestão (1769-1772), Fr. Amaro de Jesus Maria Rangel, não se eximiu, inclusive, da responsabilidade de sanar aquele inconveniente que fez com que Fr. Antonio da Soledade deixasse a meio caminho as obras da nave da igreja, ou seja:

*“A parede da parte do Evangelho, que estava fora de prumo, se encascou, e rebocou muitas vezes ate se por direita, e sem defeito. Rasparão-se todas as paredes para de novo se rebocar com roboco fino, e de colher, como fica feito, e se cayou. Ficou tudo sem o defeito com que estava, e com aceyo.”*⁸⁶

A confirmação de que as obras empreendidas por Fr. Amaro de Jesus Maria Rangel, que até aqui analisamos, havia sido “deixada de mão a tantos annos”, vem, inclusive, da leitura da seção referente à igreja, do “Estado” relativo aos anos de 1759-1769. De fato, as obras ali empreendidas por Fr. Diogo do Desterro nesse período de dez anos⁸⁷, resumem-se aos consertos de algumas portas e janelas e a execução ou reforma da imaginária e das alfaias do seu interior. Porém, além da indicação de alguns detalhes arquitetônicos importantes, possibilitou que identificássemos e comprovássemos a datação de algumas imagens religiosas ainda ali existentes. Fr. Diogo do Desterro inicia o seu relatório referindo-se a elas:

*“Fica a Igreja com as imagens que achey e me constou haver. Fez-se nova cruz de jacarandá com seu calvário p.a imagem de marfim do altar mayor.”*⁸⁸

Existem três crucifixos datados do século XVIII que estão arrolados como pertencentes ao acervo do mosteiro de São Bento de Sorocaba e relacionados com os três altares existentes na igreja. O crucifixo que se encontra hoje no altar-mor é executado em madeira dourada e está reproduzido na *Figura III. 49*. Os outros dois são executados em madeira policromada e prata cinzelada.⁸⁹ O menor medindo 85cm é o único que consta também do levantamento fotográfico realizado pelo SPHAN em 1940 e ali identificado como sendo um “crucifixo em marfim” (ver *Figuras III. 47 e III. 48*).

⁸⁵ SANTOS, Paulo F.. *O barroco e o jesuítico na arquitetura do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria Kosmos Ed., 1951, p. 84.

⁸⁶ ADB/CSB 145, “Estado” 1769-1772, fl. 81-12.

⁸⁷ Fr. Diogo do Desterro já havia sido eleito presidente do mosteiro sorocabano, pela Junta de Tibães, por duas vezes consecutivas, em 1747 e 1749. Esse relatório, que cobre dez anos de gestão, parece se relacionar a outras duas eleições consecutivas, 1762 e 1765, e ao governo do Fr. Antônio da Luz, eleito em 1759, por uma junta baiana. (Cf. ENDRES, op. cit., p.84.)

⁸⁸ ADB/CSB 145, “Estado” 1759-1769, fl. 80-32.

⁸⁹ Cf. *Mosteiro de São Bento - São Paulo*. São Paulo, Patrocínio Cultural Companhia Antarctica Paulista, 1988, pp. 154-155 e 159.

Ao se referir à confecção de uma credência para o altar, tendo em vista o mal estado da que existia, o relatório faz menção à nova posição que ela passa a ocupar na capela mor. Para tanto:

“[...] no lugar q. esta [credência] occupa se tapou hua porta desnecessaria, que sahia na escada da tribuna, p.a onde se fez outra de novo, espaçosa, acompanhada de pegamão, esteyos, etc.”⁹⁰

Mais adiante, refere-se ao:

“[...] novo docel p.a o throno com espaldal de seda, e matizes, q.e se deu por esmola p.a a exposição do S.mmo e na tribuna se fizeram de novo portais, e portas com missagras, e aldravas p.a a janella que lhe da luz por estar a antiga toda podre.”⁹¹

Trata-se, sem dúvida, da tribuna do trono, a abertura ao centro do retábulo do altar mor para a exposição da imagem padroeira. E trata-se, ainda, da típica escada que por trás ou pela lateral da capela mor dava-lhe acesso, o que pressupõe um espaçamento entre a parte posterior do retábulo do altar e a parede do fundo da capela. Ora, o que se verifica “in loco” é, primeiramente, a inexistência daquele acesso e, posteriormente, confirmada pelo levantamento, a inexistência do intervalo. Ou seja, o retábulo encontra-se, hoje, fixado diretamente sobre a parede do fundo da capela.

Numa análise mais detida e comparativa com a relação proporcional entre a nave e capela-mor de outras igrejas, chega-se à conclusão que a atual capela-mor da igreja do mosteiro é pouco profunda. Basta, para isso, estabelecer uma comparação entre a igreja de Sorocaba e a antiga igreja do mosteiro beneditino de São Paulo (ver *Figura II. 30*). A despeito da diferença de dimensão, pois a de São Paulo tem o dobro da área, as duas igrejas têm naves proporcionalmente muito parecidas, ou seja, o comprimento tem aproximadamente duas vezes e meia a sua largura. Por outro lado, numa comparação entre as duas capelas-mores, ressalta a discrepância proporcional. A de Sorocaba é praticamente quadrada e a de São Paulo, bem mais profunda, tem de comprimento duas vezes a largura. É de se ressaltar que essa planta antiga da igreja do mosteiro de São Paulo, elaborada pelo Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria em 1772⁹², dá, ao espaço posterior ao retábulo em si, a denominação de “tribuna”. Percebe-se, por outro lado, pelo levantamento da igreja de Sorocaba, que a parede do lado do Evangelho da capela mor, com a mesma espessura, e o correspondente corredor do claustro, estendem-se além da atual parede de fundo da capela. Ao final da referida parede, encontram-se, ainda, um nicho, mas, pelo que tudo indica, trata-se da antiga “janella que lhe da luz”, hoje emparedada, e, segundo nossa interpretação, o arranque de uma parede perpendicular àquela, da mesma espessura, que seria o limite posterior da antiga capela mor. Essa configuração anterior hipotética está expressa sobre a planta do andar inferior do levantamento métrico arquitetônico atual por meio de linhas vermelhas tracejadas e,

⁹⁰ ADB/CSB 145, “Estado” 1759-1769, fl. 80-32.

⁹¹ *Ibid.*

⁹² Cf. *Mosteiro de São Bento - São Paulo*, op. cit., p.53.

assim restituída, a capela mor adquire uma proporção muito próxima àquela documentada no desenho da antiga igreja do mosteiro de São Paulo. O “Estado” confirma, ainda, que já existiam as duas portas que ainda hoje interligam a capela mor com o claustro, pela parte do evangelho, e com a sacristia, pela parte da epístola.

Retomando as imagens, o “Estado” refere-se a:

“[...] hua nova imagem de S.ta Gertrudes com olhos de vidro tão perfeita, como imperfeita a q antes havia [feita] com esmolas, que se tirarão pelos seus devotos.”⁹³

Trata-se, muito provavelmente, da imagem localizada, hoje, no corredor do claustro, inclusive pela menção aos “olhos de vidro” (ver *Figura III. 43*). Santa Gertrudes (1256-1303), foi monja beneditina no mosteiro de Helfta na Saxônia. É normalmente representada como uma monja em êxtase, segurando o “Coração de Jesus” com as duas mãos contra o peito. A sua representação com uma das mãos segurando o báculo, como é o nosso caso, deve-se, segundo Silva-Nigra⁹⁴, ao fato de que, por muito tempo, ela foi confundida com a abadessa de seu mosteiro que também se chamava Gertrudes. Daí a presença da insígnia abacial. Esta imagem apresenta, ainda, as “convenções para a representação da figura e sua roupagem” que Robert Smith associou ao escultor beneditino Fr. Cipriano da Cruz e Sousa⁹⁵, ou seja: a “posição inteiramente estática do corpo da santa”, a roupa “estilizada num pregueado de linhas paralelas” e o “tratamento das grandes mangas dos santos”⁹⁶.

Em seguida, segundo o “Estado”:

“Fez-se hum novo manto de seda rica guarnecido com renda de ouro p.a a S.m.a do Pilar a custa de hum seu devoto, [...]”⁹⁷

D. Martinho Johnson, baseando-se no já mencionado documento de 1732, *Notícias q’ pertencem a este Mostr.o ...*⁹⁸, afirma que essa imagem de N. Sra. do Pilar (ver *Figura III. 44*) foi executada na presidência de Fr. Pedro de Jesus Maria, entre os anos de 1711 a 1718 e seria “a mesma que [segundo Aluísio de Almeida], mais tarde, o paulistano Manuel Correia, falecido em 15-IX-1749, coroou com o primeiro ouro trazido de Goiás”⁹⁹. Foi a família Correia que mandou construir o altar lateral da igreja onde a imagem, nessa época, ficava exposta e junto ao qual os membros dessa família foram enterrados¹⁰⁰. Inclusive, como o “Estado”, após descrever as obras relativas à capela-

⁹³ ADB/CSB 145, “Estado” 1759-1769, fl. 80-32.

⁹⁴ SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da, op. cit., p. 298*

⁹⁵ Fr. Cipriano da Cruz e Sousa, o mais destacado escultor de Braga da passagem do século XVII para o século XVIII, ingressou na ordem beneditina em 1676, trabalhou principalmente para o mosteiro de Tibães e morreu em 1716. (Cf. SMITH, Robert C. Santo André de Rendufe. Subsídios para a história da sua igreja durante o século XVIII. *Bracara Augusta*, vol. 26 (1969): 7-44, p. 34).

⁹⁶ *Ibid.*, p. 35.

⁹⁷ ADB/CSB 145, “Estado” 1759-1769, fl. 80-32.

⁹⁸ Ver neste Capítulo, nota 20.

⁹⁹ *Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo*. São Paulo, O Mosteiro, 1977, nota 51, p. 28.

¹⁰⁰ ALMEIDA, Aluísio de. *História de Sorocaba*. Sorocaba, Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, 1969, p. 57.

mor, refere-se, na seqüência, às imagens de Santa Gertrudes e de N. Sra. Do Pilar, presume-se que eram a elas que estavam dedicados os dois altares laterais ao arco cruzeiro, então, existentes. Essa hipótese foi confirmada, como veremos, pelo relato de Alfredo Moreira Pinto, quando visitou o mosteiro em fins do século XIX.

Dessa época, seria também a imagem de Sant'Ana-Mestra e Nossa Senhora Menina (ver *Figura III. 42*), já que, segundo D. Martinho Johnson, é a partir de 1769 que ela passa a figurar nas fontes como padroeira do mosteiro. Ele relaciona a mudança do orago de N. Sra. da Visitação para o de Sant'Ana, com a visita canônica em Sorocaba feita pelo Abade Provincial Fr. Gaspar da Madre de Deus que, numa homenagem a sua mãe Ana de Siqueira Mendonça, é a hipótese de Johnson, nomeou Sant'Ana para padroeira do mosteiro, invocação que permanece até hoje.¹⁰¹

Concluindo as obras empreendidas na igreja durante esse período (1759-69) da presidência de Fr. Diogo do Desterro:

“Fizerão-se p.a o choro dous bancos de encosto, e braços, e na mesma forma hu'a cadeira p.a o mesmo tudo conforme a pobreza religiosa permittio. [...] Aqui mesmo em correspondencia da entrada se introduzirão portais p.a porta, e entrada da torre, que se levantou até o andar do choro [juntam.te] grande parte da varanda que por este lado da Epistola acompanha, e defende o corpo da Igreja.”¹⁰²

Segundo nossa hipótese, essa porta de acesso do coro à torre encontra-se, ainda hoje, no mesmo lugar e é a que se vê na *Figura III. 25*. Se ela foi executada, segundo a citação, “em correspondencia da entrada”, ou seja alinhada com o antigo acesso do dormitório ao coro, este acesso corresponde ao atual “nicho” (a antiga porta emparedada) que se encontra exatamente em frente da porta de acesso a torre do outro lado do coro (ver a planta do andar superior do levantamento métrico-arquitetônico). O atual acesso é mais recente e, de fato, está relacionado a ampliação do coro, já mencionada, que corresponde à parte curva para a adaptação da balaustrada vinda do antigo mosteiro de São Paulo.

A abertura daquela porta de acesso está relacionada, como se vê, à construção de uma torre campanária que já atingira, conforme o documento, o andar do coro, mas que deveria continuar subindo. De fato, conforme o “Estado” referente ao triênio de 1769-72:

“Continuou-se com a parede da torre do andar do coro, em que estava, ate onde entra o envigamento para as sineiras, e remates.”¹⁰³

E, junto à torre, faz-se menção a uma “varanda” que corre paralelamente à igreja pela parte da Epistola, que no “Estado” do triênio de 1769-72, é denominado de “corredor”:

¹⁰¹ Cf. JOHNSON, D. Martinho, OSB. “Nosso mosteiro de Sorocaba”. In: *Diário de Sorocaba*, 21/03/1976, p. 13.

¹⁰² ADB/CSB 145, “Estado” 1759-1769, fl. 80-33.

¹⁰³ *Ibid.*, “Estado” 1769-1772, fl. 81-12.

*“Levantou-se a parede, que acompanha a Igreja pela parte do Norte mais doze palmos, e oitenta e nove de comprimento, incluindo-se nesta, o pedaço da parede de fora, que já serve de torre, ficando toda ela na altura, que busca o ponto da Igreja. Todo este corredor, e a mesma torre se emcaibrou, e se ripou de novo.”*¹⁰⁴

Além das duas paredes que definem a nave da igreja, existia, portanto, uma terceira parede paralela à elas que definia um corredor do lado da Epístola entre a sacristia e a torre campanária. Ampliou-se a sua altura em 12 palmos (2.64m.) para acompanhar a nova altura das paredes da nave que, como vimos anteriormente, se levantou nesse triênio em mais 11 palmos (2.42m). Apesar de não termos dados suficientes para deduzir a disposição dessa parte da parede que servia de torre, ou seja, se ela era paralela ou perpendicular à parede da nave, alinhada ou não ao plano da fachada, o comprimento 89 palmos (19.58m.) dessa terceira parede que, segundo o documento, incluía a torre, é mais um indício de que o comprimento da igreja já havia atingido, na segunda metade do século XVIII, o comprimento atual.

Essa terceira parede definia o que se denominou, no primeiro relatório, de “varanda” e, no segundo, de “corredor”. Parece tratar-se, portanto, de um espaço aberto, similar aos atuais corredores laterais do claustro com um único pé direito alto que continha a pequena escada que, através da sacristia, dava acesso ao púlpito da epístola. Essa ala encontra-se atualmente fechada por uma parede relativamente recente, conforme pode inferir-se pela sua pequena espessura e por ser dividida em dois andares. O piso do corredor superior, inclusive, corta a meia altura o vão da antiga porta de acesso ao púlpito denunciando que se trata de uma intervenção posterior. Porém, a abertura de uma janela no segundo andar dessa ala, que já aparece na fotografia publicada no *Almanach* de Sorocaba de 1903 e que reproduzimos na *Figura III. 12*, denuncia a existência, nessa data, do piso do corredor superior, antes da reforma pela qual passou o mosteiro na primeira década deste século. Portanto, o fechamento com a atual parede de tijolos e a divisão da ala em dois pisos estão, muito provavelmente, relacionados ao período da construção da torre campanária que, como veremos, deu-se no último quartel do século XIX.

No “Estado” referente aos anos de 1778-1780, quando o mosteiro foi novamente governado por Fr. Amaro de Jesus Maria Rangel, relata-se que este presidente:

*“Achou o frontespicio da Igr.a, quasi a metade da parede da parte da Epistola com grande ruina, e a mesma torre ja pendida pela grande forsa, que sobre ela fazia o frontespicio, por estar ja muito pendido, e ajoelhado. Toda esta ruina soccedeo da pouca cautela que houve em senão desviarem as aguas do pe das paredes.”*¹⁰⁵

¹⁰⁴ Ibid.

¹⁰⁵ Ibid., “Estado” 1778-1780, fl. 81-34.

Temos aqui uma prova documental da precariedade da técnica da taipa de pilão ressaltada por Etzel e que, quando adotada nos frontispícios das igrejas destituídos dos grandes beirais, como as capelas e igrejas da América espanhola relacionadas por Aracy Amaral em seu livro *A Hispanidade em São Paulo*¹⁰⁶, “ruíam com facilidade, ocasionando sucessivas reconstruções”¹⁰⁷ Para sanar a situação de ruína em que se achava:

*“Lansarão-se ao cham todas as paredes arruinadas, e se tornarão levantar com novos alicerses, e com outra fortaleza, e seguransa, qual não era o que veyo abaixo.[...] Levantou-se tambem a torre, the o lugar, ou altura da Igr.a, e onde deve principiar o seu envigamento fazendo-se the alicerces com fundamento capas de sustentar o peso q. deve levar.”*¹⁰⁸

Pode-se deduzir que o recalque, senão o desabamento de trechos das paredes da igreja e do mosteiro, não foi um acontecimento raro. Como veremos mais adiante, a documentação existente relatará outras ocorrências como esta. De trecho em trecho, ao longo do tempo, toda a matéria original de que são constituídas as paredes de um templo, como este, acaba sendo quase inteiramente substituída. Porém, ao contrário da pintura e da escultura onde a matéria está intimamente relacionada a imagem, na arquitetura, às vezes, pode ocorrer reconstruções até com novos materiais, sem que isso modifique ou interfira no caráter anterior do edifício. Sirva de exemplo o caso da Sé de Mariana. Construída inicialmente com paredes de taipa de pilão, foi, depois, em grande parte reedificada em pedra nas mesmas feições, sem mudança da forma e da decoração.¹⁰⁹

*

Esgotada a análise das notícias dos “Estados” referente às intervenções na igreja, passaremos a analisar as características da solução arquitetônica adotada e que resultou das modificações feitas durante esse período. Trata-se de uma igreja de nave única, sem capelas laterais, limitada na extremidade oposta à entrada principal, por uma capela-mor retangular, “distinta da nave, menos elevada e [...] mais estreita do que ela”¹¹⁰. Determina-se, assim, entre a porta e a capela-mor, o tradicional eixo longitudinal, ratificado pelas diretrizes, que, depois do Concílio de Trento, Carlo Borromeo estabeleceu para os edifícios de culto nas suas *Instructiones fabricae et supelectilis ecclesiasticae* de 1577¹¹¹. Na extremidade oposta à capela-mor, estabelecendo com ela os

¹⁰⁶ Cf. AMARAL, Aracy Abreu. *A hispanidade em São Paulo: da casa rural à Capela de Santo Antônio*. São Paulo, Nobel; Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p. 76.

¹⁰⁷ ETZEL, Eduardo. *O barroco no Brasil: psicologia e remanescentes em São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul*. São Paulo, Melhoramentos; Ed. da Universidade de São Paulo, 1974, p. 40.

¹⁰⁸ ADB/CSB 145, “Estado” 1778-1780, fl. 81-34.

¹⁰⁹ Cf. BAZIN, Germain, op. cit., vol. I, p. 54.

¹¹⁰ Apropriando-nos dos termos que Saint-Hilaire utilizou referindo-se à igreja de N. Sra. da Candelária de Itu. (SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976, nota 441, pp. 172-173.)

¹¹¹ Cf. ROSSI, Giana, “Chiesa”, in *Dizionario Enciclopedico di Architettura e Urbanismo*. Roma, Istituto Editoriale Romano, 1968, vol. I, p. 558.

dois polos de maior interesse, a nave é demarcada e qualificada pela presença do coro monástico.

*“La chiesa ad aula, vale a dire la chiesa a navata unica, è stata riconosciuta solo in tempi recenti come una forma architettonica a sé stante, [...]”*¹¹²

Assim Kubach, em seu livro *Architettura Romanica*, inicia a sua explanação acerca do esquema de igreja a nave única, relacionada ali independentemente e na seqüência com os demais modelos de igreja: a de planta basilical e a de planta central. Segundo o autor, foram as escavações arqueológicas do pós guerra que a revelaram como um dos esquemas básicos da arquitetura religiosa. Além de muitas igrejas amplas e complexas terem sua origem numa capela de nave única, por meio da Arqueologia, sabe-se também que existiam igrejas de uma só nave de dimensões consideráveis construídas em épocas anteriores ao século XIII quando, na Itália, foi adotada pela ordem franciscana. Kubach passa, então, a relacionar exemplos de igrejas com estas características nos períodos paleocristão, merovíngio, carolíngio e otoniano. Dá atenção especial às igrejas desse tipo construídas na Espanha visigótica, na Irlanda céltica e na Inglaterra do período dos reinos anglo-saxões, áreas culturais de importância relevante para a formação da arquitetura românica, quando, então, o número de exemplares cresce muito.

Apesar de viciado pela busca do período “em que, com a força de uma inspiração original, aflorou a expressão plástica de sentimento nacional”¹¹³ e que muito marcou a historiografia da arquitetura brasileira, Reynaldo dos Santos defende a hipótese de que um “caráter românico” perpassa toda a história da arte portuguesa. E, ao analisar a arquitetura românica em si, distingue o estilo das catedrais e o das pequenas igrejas rurais. Dentre as últimas, uma grande parte é formada pelas:

“igrejas monásticas regionais, mais simples, mais frustes, [...]. São em geral duma só nave com tectos de madeira, a parte a capela-mor abobadada”.¹¹⁴

Em seguida, relaciona, ao lado das igrejas de três naves, uma série de igrejas de nave única, com capela-mor quadrangular, cujas plantas parecem constituir um dos precedentes do modelo de igreja que analisamos, como por exemplo a de São Pedro das Águias que reproduzimos na *Figura III. 63*.

A introdução do estilo românico em Portugal, a partir da Borgonha, está vinculada ao processo da Reconquista da Península Ibérica e ao papel que as ordens monásticas desempenharam no repovoamento do território que dará origem ao reino português. Segundo, Miranda e Vieira da Silva:

¹¹² KUBACH, H. E. *Architettura Romanica*. Milano, Electa Editrice, 1978, p. 13.

¹¹³ SANTOS, Reynaldo dos. *Oito séculos de arte portuguesa*. Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1970, vol. II, p. 7.

¹¹⁴ SANTOS, Reynaldo dos, op. cit., p. 14.

*“As modestas igrejas de uma só nave são sem dúvida dominantes na paisagem românica. As ordens religiosas e o seu desempenho no processo de repovoamento têm o mérito da iniciativa. [...] Não encontramos o jogo de volumes tão característicos das amplas cabeceiras românicas [das catedrais], mas apenas o desnível marcado pela junção dos dois corpos, nave e abside.”*¹¹⁵

Portanto, podemos acrescentar que além da disposição em planta, encontramos na arquitetura monástica portuguesa do período românico um dos precedentes, também, para a articulação volumétrica do edifício que estamos analisando. É justamente a essa tendência da arquitetura portuguesa, ao longo de sua história, à modulação dos espaços em “blocos quadrangulares”, à expressão de “volumes compactos”, à busca das formas simples e retilíneas, que Germain Bazin atribui uma permanência do “espírito românico”¹¹⁶, seguindo a teoria de Reynaldo dos Santos.

Esse modelo permanecerá, sofrendo ao longo do tempo uma série de modificações e adaptações para atender às novas exigências do gosto mas será retomado, particularmente, entre outros, quando vier de encontro às novas posturas da igreja católica após o Concílio de Trento.

De fato, George Kubler no seu livro *Arquitetura portuguesa chã*, publicou um quadro síntese, que reproduzimos na *Figura III. 58*, do que considera serem os “principais tipos de igrejas portuguesas”¹¹⁷ adotadas após 1550, a partir da política austera implantada por D. João III e da “estratégia deliberada [dos jesuítas], para a criação de espaços de caráter homogêneo e funcional”¹¹⁸. Nesse quadro, Kubler distingue das demais a igreja de “nave em forma de caixa” que, nos parece, é o que melhor se aplica ao nosso caso. Ele parece ter tomado emprestado o termo de Robert Smith que, ao analisar a arquitetura religiosa luso-brasileira do primeiro período, compreendida, segundo o autor, entre 1549 e meados do século XVII, relaciona-a com “a nave aberta, em forma de caixa das Igrejas paroquiais de Lisboa, tão características de Portugal.”¹¹⁹ Essa arquitetura, afirma Smith:

“[...] de construção sóbria, utilitária e de pequena escala [...] tem, no entanto, a importância de incorporar características que deveriam durar através de todo o período colonial. Destas características, a mais importante era o plano da igreja, a nave aquadrada sem alas laterais e abside quadrada em frente da sacristia, o desenho da fachada da igreja, o uso de pilastras de

¹¹⁵ MIRANDA, Maria Adelaide & VIEIRA DA SILVA, José Custódio. *História da arte portuguesa. Época medieval*. Lisboa, Universidade Aberta, 1995, p. 65.

¹¹⁶ Cf. BAZIN, Germain

¹¹⁷ Cf. KUBLER, George. *A arquitetura portuguesa chã entre as especiarias e os diamantes 1521-1706*. Lisboa, Vega Editora, 1985, p. 165.

¹¹⁸ *Ibid.*, p. 58.

¹¹⁹ SMITH, Robert Chester. *Arquitetura barroca*. São Paulo, Fausp, 1962, nota 8, p. 20. (publicado originalmente como Baroque architecture. In: *Portugal and Brasil; an introduction*. Oxford, Clarendon Press, 1953, pp. 349-84.)

ângulos como manifestação principal das ordens arquitetônicas,
[...].¹²⁰

Algumas características salientadas por Kubler em seu trabalho podem ainda nos auxiliar na análise da igreja do mosteiro de Sorocaba. Destaca naquele modelo a “clareza funcional dos volumes” e a conseqüente autonomia interna e externa da nave. “A capela-mor túnel separa-se da sala como uma alcova” em eixo, como já salientamos, e bem em frente à porta principal que se abre diretamente para a nave sob o coro monástico.

Segundo Bazin, com as diretrizes da Contra-Reforma, os fiéis passam a ocupar o centro da cena nos ofícios litúrgicos e os monges que agora devem dividir o espaço da igreja com os leigos:

*“[...] gardant souvent pour eux la plus mauvaise part, soit qu'ils fussent derrière le maître autel, comme en Italie, soit qu'ils s'installassent dans une tribune à l'étage, comme en Espagne ou au Portugal.”*¹²¹

Se Bazin nos dá uma das razões para a permanência da utilização do coro elevado acima da porta principal, nenhuma hipótese encontramos sobre a origem desta solução. Porém, segundo Martin Soria, ela já teria sido adotada na Espanha antes dos preceitos estabelecidos pelo Concílio de Trento. De fato:

*“Another mise au point by Guas [Juan Guas, m. Toledo 1496] at Toledo [na igreja de San Juan de los Reyes em 1479-80] is the interior façade-tribune spanning the nave at the entrance, as a choir-loft by the use of the musicians, in a solution later used throughout the Spanish and Portuguese world.”*¹²²

Atento para a continuidade histórica entre o período da Idade Média tardia e o da Idade Moderna, Johnson mostra, de fato, como o espaço do interior das igrejas paroquiais da Inglaterra adquirira uma conformação mais ordenada, com uma maior participação dos fiéis no ritual da missa, desde o fim do período medieval:

*“ [...] in fact pews had been common in parish churches in many regions of England since the Middle Ages. [...] There were profound changes in later medieval liturgies, [...] Pulpits were also introduced in increasing numbers, reflecting the growing popularity of sermons among the middling sort, and with them seating for the congregation.”*¹²³

¹²⁰ Ibid., p. 4.

¹²¹ BAZIN, Germain. *Les palais de la foi: le monde des monastères baroques; Italie, Pays Ibériques, France*. Fribourg, Office du Livre, 1980, vol. I, p. 8.

¹²² KUBLER, George & SORIA, Martin. *Art and Architecture in Spain and Portugal and their American Dominions: 1500-1800*. Harmondsworth, Pelican Books Ltd., 1959, p. 1.

¹²³ JOHNSON, Matthew. *An Archaeology of Capitalism*. Oxford, Blackwell Publishers Ltd., 1996, pp. 103-105.

Era nossa intenção, por ora, ressaltar a independência da gênese e do desenvolvimento da igreja de nave única e sem capelas laterais dos demais modelos. Mas a arquitetura monástica, apesar de resguardar à igreja o centro das suas atenções, é formada pelos demais edifícios que normalmente com ela delimitam o espaço do claustro. A atenção dedicada pelos historiadores da arquitetura à análise das outras alas em si e na sua relação com o templo, é bem menor, de sorte que cabe salientar aqueles aspectos que a documentação a elas dedica.

*

Uma vez analisada a documentação e as características arquitetônicas relativas ao edifício da igreja, passaremos, agora, à análise do edifício do mosteiro propriamente dito. Como vimos anteriormente, Fr. Diogo do Desterro, presidente do mosteiro nos anos de 1759 a 1769, executou poucas obras no edifício da igreja, uma vez que ele, de fato, concentra os seus esforços nas alas do claustro e dos dormitórios. Quanto ao claustro:

“Levantou-se o telhado da varanda, que acompanha a Igreja por esta parte, reformando-se de esteyos, e caibros e mais madeyra necessaria. Fêz-se nova porta, e portais novos p.a a Caza, que no fundo deste lanso se conserva p.a [facturas] de hostias, e mais despeijos,[...]. Deste mesmo lanso se tirou a escada principal, por onde da portaria se subia ao primeiro sallão junto ao choro, rompendo-se a parede do sallão baixo, pondo-se-lhe portais com mais de doze palmos: portas de bandeyra, e almofadas com fechadura, chaves comuns e aldravas. Por aqui se metteu a refferida escada em largura de oito palmos té o patamal alto donde se entra ao sallão principal pela nova porta, q ahi se abriu, e formou com portais, e contra-portais, ou alizares de boa madeyra.”¹²⁴

Como ficou anteriormente demonstrado, não podemos afirmar, somente inferir, que os monges construíram um segundo andar, terminando o edifício do mosteiro, nas primeiras décadas do século XVIII. Agora, porém, temos uma prova documental que entre os anos de 1759 a 1769, uma escada que se achava no “lanso” da varanda do claustro, é substituída, ou simplesmente deslocada, de sua antiga posição, ligando o cômodo da portaria no térreo ao “primeiro sallão”, junto ao coro, no andar superior. O que pressupõe que essa escada já se encontrava ali há algum tempo, e que, portanto, alguns anos, pelo menos, haviam decorrido desde a construção daquele segundo andar.

Presumindo que se trata do mesmo cômodo, o “primeiro sallão” junto ao coro é denominado a seguir, no texto, de “sallão principal”. “Primeiro”, porque como se verá mais adiante, existe um segundo salão no fim do dormitório, e “principal”, porque, provavelmente, é ali que se reuniam os monges antes da entrada solene ao coro para a realização dos ofícios divinos nas tradicionais horas litúrgicas.

Tudo parece indicar que aquela escada que se encontrava na varanda - pois como se afirma mais adiante nesse mesmo “Estado”, “no sallão alto, e principal se fechou a

¹²⁴ ADB/CSB 145, “Estado” 1759-1769, fl. 80-34.

antiga porta, p.a onde se subia do claustro”¹²⁵ - tenha se deslocado para o interior do corpo do dormitório, já que:

*“Na parede, e lugar, q antes era porta, e entrada p.a o dormitorio baixo, correspondente agora a ditta escada, se formou janella com portais forrados a balaustras p.a dar abundante luz à subida.”*¹²⁶

O último “Estado” da nossa série, referente aos anos de 1780-1783, não deixa dúvidas quanto à nossa hipótese, já que:

*“No dormitorio de baixo em huma cela, que tem dous quartos, por ficar a escada, que sobe ao salão, metida nessa, fez-se huma parede de mão para sua divisa, e por baixo da mesma escada se fez huma prateleira para despejo.”*¹²⁷

É interessante notar que, atualmente, a escada se encontra novamente no corredor do claustro. Porém, não naquela posição original, uma vez que desenvolvendo-se ao longo da parede da ala dos dormitórios, na qual se acha encostada, corta o vão de uma antiga porta, hoje emparedada, cujas ombreiras e verga são perceptíveis por debaixo da escada. Esse antiga porta está assinalada na planta do andar inferior do nosso levantamento arquitetônico e pode ser vista na *Figura III. 39*. Por outro lado, a porta de acesso ao andar superior, que se atinge por meio da atual escada, é antiga e apresenta as mesmas características da porta emparedada. Estas duas portas, não estão no mesmo prumo, mas defasadas de tal forma, que lembram a disposição e a conseqüente solução da escada que se encontra, ainda hoje, na fazenda beneditina do Iguacu, no Estado do Rio de Janeiro, conforme a *Figura II. 22*. Uma solução similar a esta, pode ser a que se adotara em Sorocaba antes das reformas empreendidas pelo Fr. Diogo do Desterro entre 1759 e 1769. Como veremos mais adiante, a localização da atual escada é fruto das reformas empreendidas no início do século XX.

Quando o “Estado” de 1759-69 refere-se ao alteamento do telhado do corredor do claustro, não deixa dúvidas quanto ao material utilizado em sua estrutura naquela época. Era toda de madeira, incluindo os “esteyos”, ou seja, os pilares que, atualmente, são de alvenaria. Estes se apoiam numa mureta baixa que, provavelmente, já existia. Pois, por um lado, a sua avantajada espessura denuncia a sua possível fatura em taipa de pilão e, por outro, dificilmente os antigos esteios de madeira chegavam até o chão. Portanto, esses antigos pilares de madeira apoiavam-se, também, em muretas. É importante salientar essa característica dos claustros destes pequenos mosteiros paulistas. Os claustros dos mosteiros beneditinos do Rio, Salvador e Olinda, inclusive dos famosos conventos franciscanos do Nordeste¹²⁸, apresentam arcadas ou pórticos em torno do pátio aberto, ou seja, pilares ou colunas que chegam até o chão. É a solução de inspiração clássica

¹²⁵ Ibid., fl. 81-2 e fl. 81-3.

¹²⁶ Ibid., fl. 80-34 e fl. 81-1.

¹²⁷ Ibid., “Estado” 1780-1783, fl. 82-4.

¹²⁸ Cf. BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1983, vol. I, cap. IV, “Uma tradição arquitetônica: a escola franciscana do nordeste”, pp. 137-156.

retomada no Renascimento. Diferentemente destes mosteiros, o de Sorocaba, mas também o antigo mosteiro de Santos (ver *Figura II. 29*), guardam ainda a solução da mureta ou parapeito que restringe a determinados pontos o acesso ao pátio aberto, que como vimos anteriormente era a solução adotada nos claustros medievais (ver *Figuras III. 33, III. 35, III.36* e os cortes AA e BB do levantamento métrico arquitetônico).

Assim se refere o “Estado” de 1759-69 em relação à ala dos dormitórios¹²⁹:

*“No segundo sallão fim do dormitorio se achava a segunda escada p.a descer ao dormitorio baixo, refeitório (cuja porta então ahí estava) p.a sahir ao terreyro da cosinha, quintal, etc. Para tirar este obici, ou feald.e se acrescentou outro sallão sobre este q então servia de cosinha, e nelle se metheu a d.a escada espaçosa, e de suave passo, abrindo-se arcos nas paredes, alta, e baixa p.a o uzo della, centrada no corredor.”*¹³⁰

Essa segunda escada que se encontrava no outro extremo da ala dos dormitórios, numa situação oposta à localização da escada principal, e que foi, como esta, deslocada de sua posição original, não existe mais atualmente. Localizava-se em eixo e ao fundo dos corredores. Relacionando-se aos denominados salões que marcam as extremidades da ala, essas escadas distribuíam funcionalmente os pontos de circulação vertical. A escada principal junto à portaria do mosteiro estabelecia o pronto acesso àquele que ingressando no mosteiro se dirigisse às celas do andar superior e a outra escada estabelecia, através do segundo salão, a ligação das celas com a cozinha e o refeitório que era o próprio “sallão baixo” e onde não faltava, junto a uma das suas paredes, a tradicional “estampa fina de Ceya do S.”¹³¹. Como vimos anteriormente, essa disposição das duas prumadas de escada que o mosteiro de Sorocaba apresentava nesse período - a principal junto à portaria ocupando o vão correspondente à primeira cela e a outra no fundo e em eixo com os corredores de distribuição - é a mesma que ainda hoje conserva a ala principal do mosteiro de São Bento de Olinda, conforme as plantas que reproduzimos na *Figura II. 10*.

De uma passagem posterior desse “Estado”, podemos vislumbrar, em parte, os usos a que se destinaram as celas do andar inferior:

“Na primeira sella baixa [junto ao refeitório] se abriu porta p.a hua caza vaga, em q se formou dispensa com caixoens repartidos p.a os legumes; e outro em madeyram.to p.a os mais ministéres propios deste lugar,[...]. Todas as mais [celas] deste dormitorio baixo se compuserão pelos interiores, em cujas paredes se vião grandes aberturas pelas juntas, ou malhetes. Compuserão-se as janellas, e jalousias danificadas com o tempo: [aterrão-se], e pilarão-se os pavim.tos dellas, e do mesmo

¹²⁹ Conforme esclarece Silva-Nigra, “a palavra dormitorio era sinônimo de mosteiro ou convento; outras vezes, significa apenas um lanço da quadra do claustro” (Cf. SILVA-NIGRA. *Construtores e artistas do mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*. Salvador, Tipografia Beneditina Ltda., 1950, nota 18, p.16).

¹³⁰ ADB/CSB 145, “Estado” 1759-1769, fl. 81-1.

¹³¹ *Ibid.*, fl. 81-2.

*corredor, no qual as primeiras sellas, vindo da portaria, em outro tp.o dos presidentes, servem hoje de carpintaria, em cuja officina fica tudo, o que achei ,[...]*¹³²

Agrupados, no “Estado” seguinte, sob a designação genérica de “Oficinas”, as celas e os salões do térreo, destinavam-se às áreas de armazenamento e cocção dos alimentos, ao armazenamento de bebidas, fazendo-se ali menção específica a um cômodo destinado à adega, às oficinas da carpintaria e marcenaria, da ferraria, e, provavelmente, às oficinas de costura e tinturaria, tendo em vista a farta menção nos “Estados” à confecção e tingimento de tecidos e panos. Para os altares e sacristia mencionam-se as sedas, as melanias, os tafetás e para o refeitório e a cozinha, ao panos de linho e algodão. Aqui, ainda, foram confeccionados grande parte do mobiliário das celas e da igreja, tais como os catres, escabelos, mesas, as credências, banquetas, bancos, os cadeirais do coro, as sanefas, etc.

Temos ainda, nessa passagem do texto, a prova cabal de que, por um determinado período, o edifício do mosteiro era uma construção térrea. Pois, só assim, compreende-se que as primeiras celas junto à portaria, que então serviam de carpintaria, tenham sido anteriormente as celas dos presidentes do mosteiro. Durante todo esse período, como sugere a citação, não havia revestimento no piso do térreo do mosteiro, era de terra batida.

Assim como a igreja no período referente aos anos de 1778-1780, também:

*“Os dormitorios vão experimentando igual ruina, [...], e para se evitar tão grande mal, e não terem os vindouros que sentir as aflissoens em que se tem visto o Prezid.e com as ruinas da Igreja, e sem dr.o, sem gente, e sem mantimentos, como se vio naquela ocasião, acrescentou no fim do dormitorio mais paredes a encostar da parte do nascente o salão, e ja vay este acrescimo disposto para se fazer no sobrado casa para hospedes, ou pagens e repartido ao meyo, fazerem-se novas secretas. Esta obra fica em meyo.”*¹³³

De fato, demonstrando que se pode, de um “Estado” a outro, acompanhar o desenrolar de uma obra de reforma, neste caso, de um acréscimo, nos anos de 1780-1783:

*“Fizerão-se secretas asoalhadas com dous repartimentos com portas, e para se entrar a essas se rasgou huma parede, onde se asentou a porta grande com seos pertences. No Estado passado ja se disse, q. se havia acrescentado o Mosterio para a parte do Nascente ja para este fim. No Most.ro não havia esta casa.”*¹³⁴

¹³² Ibid.

¹³³ Ibid., “Estado” 1778-1780, fl. 81-35 e fl. 81-36.

¹³⁴ Ibid., “Estado” 1780-1783, fl. 82-5.

Com quatro ou cinco celas em cada um dos dois andares, situadas entre os salões das extremidades, unidos horizontalmente por amplos corredores de distribuição e, verticalmente, pelas duas prumadas de escadas, o edifício do mosteiro adquirira também, já nessa segunda metade do século XVIII, a sua conformação genérica atual, articulando-se perpendicularmente ao corpo da igreja por meio do corredor avarandado do claustro.

Essa disposição genérica lembra a famosa planta do “Projeto de Frias”¹³⁵ de 1617, para o mosteiro beneditino do Rio de Janeiro, em particular, a “parte executada até 1669”, conforme especifica a legenda do desenho que reproduzimos na *Figura II. 14*. Essa planta de restituição do projeto de 1617, foi elaborada, como vimos anteriormnete, por D. Clemente da Silva Nigra, a partir do levantamento da situação atual do mosteiro e da leitura do documento intitulado “Declaraçoins de Obras”, elaborado pelo “monge-arquiteto” Fr. Bernardo de São Bento em 1684. Esse documento, como é sabido, relata, em detalhe, as obras empreendidas no mosteiro, por Fr. Bernardo, a partir de 1669 e modifica o projeto de Frias, dando-lhe a conformação que, em grande parte, guarda até hoje.¹³⁶

No mosteiro do Rio de Janeiro, as obras para a construção das alas em torno do claustro completaram-se e sucederam-se no tempo de forma contínua, a despeito da modificação do projeto original. Em Sorocaba, ao contrário, apesar do modelo ideal estar presente, a construção das quatro alas não se consumou. Trata-se de um caso único dentre os mosteiros beneditinos ainda existentes. Situado numa região periférica e de economia voltada para o abastecimento interno, como a caracterizou Bacellar, o mosteiro de Sorocaba não progrediu como os do litoral e permaneceu sempre ocupado por um número reduzido de monges. De fato, segundo a relação que o provincial da ordem beneditina remeteu à “Secretaria de Estado” em 1765, a que nos referimos no início do primeiro capítulo, “tem esta casa ao presente 2 Religiosos Sacerdotes, a saber, o Presidente e seu Companheiro”¹³⁷. Guarda, porém, uma conformação pela qual a maioria dos demais mosteiros passaram e documenta, portanto, um estágio no processo de consolidação daquele modelo.

Existe um precedente medieval, para essa conformação do mosteiro sorocabano, na história do mosteiro de Clairvaux e com o qual podemos, portanto, estabelecer um paralelo. Antes da construção do edifício definitivo, que viria a se tornar o protótipo da maioria dos mosteiros cistercienses da Europa e que estabeleceu o “tipo bernardino”¹³⁸ nas plantas das igrejas, Braunfels afirma que:

“For eighteen years, from 1115 to 1133, Bernard and his monks lived in exceedingly simple and humble surroundings. These are still to be seen on the plan of 1708 to the east of the later monastery, revealing that the buildings were then employed as workshops - artificum mansiones. They consisted of a rectangular church, to which only one building was attached,

¹³⁵ Francisco de Frias da Mesquita, engenheiro-mor do Brasil de 1608 a 1635, “autor de numerosos projetos de fortalezas, quartéis, igrejas, conventos e seminários” (Cf. SILVA-NIGRA, op. cit., p.68).

¹³⁶ Ver SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da, OSB. *Frei Bernardo de São Bento: o arquiteto seiscentista do Rio de Janeiro*. Salvador, Tipografia Beneditina, 1950.

¹³⁷ Capitania do Rio de Janeiro - Correspondencia de varias autoridades e avulsos. Anno de 1765. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 65: 1(1902): 134-165, p. 163.

¹³⁸ Cf. BURGER, Stefan. *Architettura cistercense primitiva. Critica d'Arte*, n. 30: 450-469, nov-dic 1958.

containing the refectory and kitchen below, and the dorter above."¹³⁹

Infelizmente, não foi possível localizar na planta de 1708, publicada parcialmente por Braunfels, o edifício utilizado, então, como oficina que corresponderia as antigas instalações do primitivo mosteiro, pois a hipótese de que essa conformação mais simples tenha sido levada para Portugal, parece-nos plausível, tendo em vista o papel que, como vimos, desempenharam as ordens monásticas, cluniacenses e cistercienses, na Península Ibérica.

Referindo-se ao modelo do mosteiro do Rio de Janeiro, D. Clemente da Silva Nigra afirma que:

*"O estilo da planta e da construção de Frias é o estilo comum da época, o da renascença, aplicado à uma construção modesta da colônia. Não se poderá negar que seu autor tinha conhecimento da grandiosa construção do Escorial, cuja serenidade o mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro reflete, tanto nas suas linhas como no seu material."*¹⁴⁰

Quanto às suas linhas estilísticas e ao uso dos materiais não há o que discordar das afirmações do eminente historiador beneditino. Porém ao inserir, nas referências ao Renascimento, o "estilo da planta" do mosteiro carioca, entendemos que Silva-Nigra incorre em um erro. Trata-se, no caso do Rio de Janeiro, de um modelo de planta que guarda resquícios da tradição medieval, analisada, anteriormente, no capítulo referente à gênese daquele esquema. Vinculado ao Renascimento em todos os seus aspectos é, com certeza, o exemplo utilizado do Escorial. Porém ali, a igreja ocupa o eixo central da composição e Silva-Nigra parece não dar a devida relevância a este aspecto que o diferencia do mosteiro carioca. No Brasil, como veremos adiante, somente os jesuítas utilizaram-se desse novo esquema.

Lúcio Costa, no seu artigo sobre a arquitetura dos jesuítas, escrito em 1941, ressalta que esta:

*"ordem nova e 'diferente', [estava] livre de compromissos com as tradições monásticas medievais, por conseguinte em situação particularmente favorável para se deixar impregnar, logo de início, do espírito moderno, pós-renascentista e barroco, [...]"*¹⁴¹

Porém, ao se referir à solução adotada para os seus conventos:

¹³⁹ BRAUNFELS, Wolfgang. *Monasteries of Western Europe: the architecture of the orders*. London, Thames and Hudson, 1972, p. 82.

¹⁴⁰ SILVA-NIGRA, op. cit., p.70.

¹⁴¹ COSTA, Lúcio. "A arquitetura dos jesuítas no Brasil". In: *Arquitetura religiosa*. São Paulo, FAUUSP e MEC-IPHAN, 1978, p.13.

“O partido arquitetônico tradicionalmente empregado pelas ordens religiosas nos seus mosteiros e conventos, ou seja, o de dispor os vários corpos da construção em ‘quadra’, como então se dizia, formando-se assim um ou mais pátios, foi mantido também pelos jesuítas. [...] Um dos ‘quartos’ da quadra era sempre ocupado pela igreja, cujo frontispício, mantido no alinhamento do quarto contíguo, formava com este, em elevação, um plano só, correspondendo ao Colégio uma linha horizontal contínua e ao corpo da igreja um frontão de empena, com a torre servindo de remate à composição.”¹⁴²

Para que não haja dúvidas, Lúcio Costa ilustra essa passagem com um dos seus famosos croquis, que reproduzimos na *Figura III. 59*. Mas, nem “sempre” a igreja ocupava uma das laterais da quadra nos conventos jesuíticos, resultando, como demonstra o seu esboço, numa elevação frontal assimétrica, ou seja, com a igreja deslocada para uma das extremidades da composição, segundo a tradição das ordens religiosas medievais. Quem chamou a atenção para esse fato, foi o historiador Robert Smith em seu artigo sobre a mesma arquitetura dos jesuítas escrito alguns anos depois. Referindo-se ao Seminário de N. Sra. da Conceição em Salvador, cuja planta e elevação reproduzimos na *Figura III. 60*, Smith salienta que:

“Este arranjo central da igreja em relação às construções laterais já havia sido empregado na igreja da Conceição da Praia, no seminário jesuíta de Belém da Cachoeira [ver Figura III. 61], perto de Salvador, que desapareceu quase inteiramente, e em N. S. da Encarnação de Giquitaia, noviciado da Companhia dentro da capital mesmo, o qual sobreviveu apesar de modificado.”¹⁴³

Quando se refere, porém, à planta da igreja e do colégio jesuíta de São Miguel em Santos, Smith deixa, mais uma vez, bem clara a distinção:

“[...] difere do plano do colégio e dos seminários baianos quanto à igreja, que ocupa aqui um dos lados em vez do centro do conjunto. Esta era a forma preferida das construções provinciais jesuíticas, como a unidade há alguns anos destruída em São Paulo, [...]”¹⁴⁴

Depois de relacioná-los com os conventos jesuítas dos atuais estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, todos adotando a solução assimétrica, Smith conclui que existe:

¹⁴² Ibid., op. cit., p. 27.

¹⁴³ SMITH, Robert C.. *Arquitetura jesuítica no Brasil*. São Paulo, FAUUSP, 1962, p. 8 (publicado originalmente em *The Art Bulletin*, vol. XXX, n.3: 187-213, set. 1948).

¹⁴⁴ Ibid., p. 32.

“[...] um plano típico da região baiana, no qual a igreja é flanqueada por blocos simétricos de construção. Este não é um arranjo empregado geralmente em outros lugares do Brasil”¹⁴⁵

Corroborando para a distinção que se fazia entre os dois modelos, o fato de que eram as opções em causa, quando os jesuítas decidiram reconstruir a igreja e o colégio de Salvador em 1654. Relata Germain Bazin que eles adotaram, numa primeira instância:

“uma disposição simétrica, [com] a igreja colocada no meio de um grande quadrilátero, [...]. No entanto, a realização deste projeto, defendido principalmente pelo Reitor Simão de Vasconcellos, acarretaria demolições muito dispendiosas, e foi finalmente abandonado; todos concordaram com o Padre Belchior Pires, que era de opinião que a igreja deveria ser construída na parte lateral do colégio, conforme a disposição habitual.”¹⁴⁶

À “disposição habitual”, ou seja, àquela que já fazia parte da tradição, se contrapõe a “disposição simétrica”, o novo modelo, bem sintetizados pelos croquis publicados por Serafim Leite e reproduzidos da obra de Bazin na *Figura III. 62*. Este afirma ainda que a idéia de se fazer do corpo da igreja o centro da composição de um edifício conventual é típica da Contra-Reforma e foi utilizada pela primeira vez no Escorial, exatamente o exemplo ao qual Silva-Nigra se referiu e que deu início a estas especulações.

Estabelecemos essa relação com os conventos jesuítas, por meio das observações de Costa, Smith e Bazin para evidenciar essa diferença dos modelos. Apesar de ambos estarem estilisticamente vinculados ao repertório maneirista ou barroco, um primeiro modelo se reporta em planta à tradição do esquema medieval, e, o outro, ao esquema renascentista. Os jesuítas, mais descompromissados, como bem salientou Lúcio Costa, optaram ora por um, ora por outro modelo. As outras ordens ou, pelo menos, os beneditinos, no Brasil, mantiveram-se, sempre, fiéis à tradição.

O tema das “permanências medievais” tem sido tratado pela historiografia, em particular, por Luis Weckmann em seu livro *La herencia medieval del Brasil*. Segundo esse autor:

¹⁴⁵ Ibid., p. 34. Smith na nota 131 à pág. 75 do mesmo artigo, relaciona algumas exceções à sua afirmação, entre elas, a do convento de N. S. da Soledade em Goiana, no Estado de Pernambuco. Uma comparação da planta do convento jesuíta de N. Sra. do Rosário do Embu (ver *Figura III. 64*), construído na primeira metade do século XVIII, com a planta do Seminário de Belém da Cachoeira, nos leva a supor que teríamos ali, mais um exemplo de um convento com “arranjo central da igreja”, cuja construção foi interrompida. De fato, a conformação demasiadamente estreita do “pátio bem modesto” (COSTA, Lúcio, op. cit., p. 27) do convento de Embu delimitado pela ala das celas que corre paralela à nave da igreja do lado da Epístola e pela portaria, apresentam a mesma disposição do trecho correspondente na planta do Seminário. Como a área livre que separa a fachada lateral da igreja de Embu, do lado do Evangelho, do correr de casas, que correspondem ao antigo alinhamento da aldeia, é muito amplo para configurar a rua, o convento de Embu tinha a previsão de adquirir no futuro, segundo a nossa hipótese, a disposição geral do Seminário de Belém da Cachoeira.

¹⁴⁶ BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1983, vol. I, p. 94.

"[...] *el Renacimiento italiano penetró com considerable retraso en el recinto ibérico [...], y el rasgo distintivo y peculiar de la cultura ibérica [...] es la pervivencia de factores medievales durante ese renacimiento, que parecían como un gran árbol que hundía sus raíces en la tierra medieval dando frutos tardíos de sabor anticuado [...]*"¹⁴⁷

Portanto, é um erro pensar que o Brasil nada herdou da Idade Média portuguesa, uma vez que nasceu em pleno período moderno. Ele relaciona inclusive "a tarefa apostólica e civilizadora das ordens religiosas no Brasil"¹⁴⁸ com o papel que os monges e os frades desempenharam na Europa, no período medieval.

Além da questão do modelo, o mosteiro de Sorocaba guarda outras semelhanças com a planta do projeto de Frias, de 1617, para o mosteiro do Rio de Janeiro. A principal, segundo o nosso juízo, é a demarcação das extremidades das alas com os salões, cujas aberturas na fachada, enquadram o ritmo diferenciado das janelas das celas do segundo piso, conforme se vê na *Figura II. 16*. Essa mesma solução é adotada, ainda, na sede da Fazenda São Bento de Iguaçú, conforme as fotografias que reproduzimos nas *Figuras II. 22 e II. 23*. Insistimos nesse ponto porque o mosteiro de São Paulo, construído em fins do século XVIII, já não apresenta mais essa solução. Ali, ao contrário, as mesmas envasaduras são utilizadas por toda a extensão do segundo piso e o ritmo, que é sempre o mesmo, só se rompe para denunciar a presença da escada junto à portaria (ver *Figura II. 33*). Não por acaso, estabelecemos uma relação do atual mosteiro de Sorocaba com o mosteiro construído em São Paulo em meados do século XVII, aquele patrocinado por Fernão Dias Paes, o que evidencia a antigüidade do seu caráter arquitetônico. Além do aspecto arquitetônico, há um fato histórico que dá crédito à analogia que estamos estabelecendo entre o mosteiro de Sorocaba e o do Rio de Janeiro. Como vimos anteriormente, Fr. Frutuoso da Conceição Correa, presidente do mosteiro sorocabano no fim do século XVII e que, segundo Almeida, estava em Sorocaba entre os anos de 1715 e 1728 terminando o mosteiro, era filho do monge-arquiteto do mosteiro do Rio de Janeiro, Fr. Bernardo de São Bento.

Finalmente, por meio da seção do "Estado" de 1759-1769 dedicada aos "Terreyros e Quintal", podemos ter uma idéia dos demais edifícios e do tratamento dado às demais áreas que compunham o conjunto de um mosteiro da natureza deste de Sorocaba. O documento refere-se, inicialmente, ao "terreyro da cozinha" cuja área, anteriormente, em comum com o claustro, "se dividio com mais de des braças de muro em des palmos de alto, coberto de telha"¹⁴⁹. Junto a esse muro se fez "hua caza de madeyra coberta de palha p.a os pagens dos hospedes"¹⁵⁰. O documento refere-se, ainda, a um caminho que conduz ao denominado "terreyro comum" e a horta, que se dividiram entre si, por meio de um outro muro com mais de vinte braças (44m.). Em seguida, afirma que nesse terreiro:

¹⁴⁷ WECKMANN, Luis. *La herencia medieval del Brasil*. México, Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 18.

¹⁴⁸ *Ibid.*, p. 24.

¹⁴⁹ ADB/CSB 145, "Estado" 1759-1769, fl. 81-1.

¹⁵⁰ *Ibid.*, fl. 81-3.

*“Compuserão-se as senzalas, q. são de taypa, e telha, acrescentando-se à ultima outro lanso com vinte palmos de largo, e vinte e três de fundo, forrado de esteyra p.a enfermaria [...]”*¹⁵¹

Na horta plantou-se uma vinha com vários tipos de uvas: pretas, brancas e moscatéis; canteiros de “varias castas de couves, e ervas de bom gosto”¹⁵²; mais de 30 pés de laranjeiras e um bananal com 84 pés; marmelos, figueiras, limoeiros, ananases, romeiras e mais de 300 pés de algodão. Quanto às flores são citados: jasmims, angélicas, cravos roxos e amarelos, perpétuas grandes e pequenas. “Muito alecrim, muita mangerona, mais planta de synamomo, dous pez de maracujas, etc.”¹⁵³ Nesta horta ainda:

*“[...] se fêz каза de pao à pique coberta de palha com sua varanda, e assentas de taboa p.a morada do hortelão, e guarda da ferramenta, e mais instrumentos do seu officio.”*¹⁵⁴

Concluindo, o “Estado” relata que se construiu um novo curral ao sul do mosteiro e “se fêz estrebaria de pao à pique coberta de palha. Mais adiante, hua каза tãoobem de pao à pique coberta de palha [...] p.a recolher os mantim.tos vindos da rossa”. E, finalmente, “por esta mesma parte ficão feitas quarenta, ou mais braças de vallo a fim de fechar a terra, q nos pertence daqui até hua legoa p.a evitar as entradas do gado da villa, [...]”¹⁵⁵

*

Para a análise da história do mosteiro de Sorocaba, no período correspondente ao século XIX, contamos com uma menor quantidade de informações escritas, proveniente dos documentos. Trata-se, na verdade, de relatos bastante sucintos e superficiais, acerca do mosteiro, feitos por viajantes que passaram por Sorocaba: Martim Francisco Ribeiro de Andrada, em 1803; Auguste de Saint-Hilaire, que esteve em Sorocaba em fins de 1819; Augusto Emílio Zaluar em 1860-61 e Alfredo Moreira Pinto em 1898.

Contamos, por outro lado, para a análise do mosteiro no mesmo período, com três documentos iconográficos. São as mais antigas imagens que, até agora, se conhecem do edificio do mosteiro, retratado, porém, sem a devida precisão, já que inserido dentro de vistas panorâmicas da cidade de Sorocaba. São eles: um desenho executado por Hercules Florence em 1831, cuja cópia do Museu Histórico Sorocabano reproduzimos na *Figura III. 6*; uma gravura anônima, existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, datada de 1845, mas que adiantamos para 1862, e reproduzida na *Figura III. 7* e *III. 7a* e uma aquarela publicada pelo historiador Francisco Gaspar, atribuída ao pintor Adolpho Zuricher, datada de 1871 e reproduzida na *Figura III. 8* e *III. 8a*.

¹⁵¹ Ibid.

¹⁵² Ibid., fl. 81-4.

¹⁵³ Ibid.

¹⁵⁴ Ibid.

¹⁵⁵ Ibid., fl. 81-5.

Martim Francisco Ribeiro de Andrada, o irmão de José Bonifácio, nomeado inspetor das minas da Capitânia de São Paulo, esteve em Sorocaba em 1803 para uma visita ao morro do Araçoiaba e ali residiu, de 1811 a 1816, para acompanhar a construção das novas instalações da fábrica siderúrgica do Ipanema. Da sua primeira estada, originou o relato intitulado *Jornal de viagem por diferentes vilas até Sorocaba*. Ali, após constatar a irregularidade da vila e a falta de alinhamento de suas ruas, simplesmente enumera as quatro igrejas, então, existentes, entre as quais “um hospício de frades bentos”¹⁵⁶. Reduz o comércio na época “à venda das tropas de gado, vindas do sul”¹⁵⁷ e constata a existência de doze engenhos de açúcar nos seus arredores dentro do que se convencionou chamar de “segundo ciclo de açúcar em São Paulo”¹⁵⁸.

Saint-Hilaire, depois de constatar que Sorocaba vista de longe é agradável, mas que vista “de perto a cidade é muito feia”¹⁵⁹, emite, também, o seu aguçado juízo acerca do mosteiro de São Bento:

“O mosteiro beneditino, [...], fica situado na parte mais alta da cidade e nada tem de notável, a não ser a vista que se descortina dali. À época de minha viagem, o mosteiro era habitado apenas por um padre, o que ainda acontecia em 1838.¹⁶⁰ O convento possui uma considerável extensão de terras, mas não é rico. Num país onde há tantas terras devolutas, ninguém possui realmente nada se só contar com campos abandonados, sem escravos e sem engenhos.”¹⁶¹

Realizado de longe, já que “vista dos morros vizinhos, Sorocaba produz um efeito muito agradável na paisagem”¹⁶², o desenho de Hercules Florence de 1831 (ver *Figura III. 6*), quase nada mostra do mosteiro beneditino, tendo em vista que este ocupa a parte mais alta da colina. O que ressalta à primeira vista é a torre campanária da matriz, “de uma largura e de uma altura desmesuradas em relação às dimensões da igreja propriamente dita.”¹⁶³ Logo acima, implantada perpendicularmente em relação à ela, a igreja do recém construído convento das clarissas (1810), na qual se distingue o corpo da nave e da capela-mor. Mais acima, na direção de uma linha formada pela matriz e por

¹⁵⁶ ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de. “Jornaes das viagens pela Capitania de São Paulo.” In: *Roteiros e noticias de São Paulo colonial: 1751-1804*. São Paulo, Governo do Estado, 1977, p.156.

¹⁵⁷ *Ibid.*, p. 156.

¹⁵⁸ ALMEIDA, Aluisio de. *História de Sorocaba*. Sorocaba, Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, 1969, p. 165.

¹⁵⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à provincia de São Paulo*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976, p. 185.

¹⁶⁰ Saint-Hilaire refere-se ao *Ensaio d’um quadro estatístico da provincia de São Paulo* de Daniel Muller, publicado em 1838. O número de religiosos não é necessariamente um parâmetro para avaliar o grau de riqueza ou pobreza de um mosteiro. O mosteiro de São Paulo que, segundo Muller, contava também com apenas um monge em 1838, tinha, no mesmo ano, um patrimônio constituído “de 71 moradas de casas na Cidade, 4 fazendas, 1 olaria e 107 escravos para rendimento” (MULLER, Daniel. *Ensaio d’um quadro estatístico da provincia de São Paulo: ordenado pelas leis municipais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*. São Paulo, Governo do Estado, 1978, p. 251).

¹⁶¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de, op. cit., p. 185.

¹⁶² *Ibid.*, p. 185.

¹⁶³ *Ibid.*, p. 185.

esta última igreja, junto ao horizonte, percebe-se, somente, o desenvolvimento linear do corpo do mosteiro. Porém, uma conclusão, que as demais vistas da cidade irão confirmar, e que se existisse mesmo aí se viria, é que a igreja do mosteiro não contava, então, com torre campanária. Vimos que, na segunda metade do século XVIII, pelo menos existia uma "parede que já serve de torre"¹⁶⁴, e que, após a reconstrução do frontispício, "levantou-se também a torre the o lugar, ou altura da Igr.a"¹⁶⁵. Portanto, ou a obra parou por aí ou, terminando-a, houve novo recalque, desmanche ou desabamento.

Existe ainda um outro desenho, na verdade uma "aguada", de Hercules Florence, atribuída por Lucinda Prestes ao interior da igreja do mosteiro de São Bento de Sorocaba, que reproduzimos na *Figura III. 56*¹⁶⁶. Ela data o documento do mesmo ano da vista panorâmica da cidade feita por Florence, ou seja, 1831. Ao contrário do que afirma, o desenho não pertence ao acervo do Museu Paulista, contando este somente com uma reprodução fotográfica, um negativo de vidro, da obra. A ficha do museu referente à reprodução da obra, identifica o autor como sendo Hercules Florence e como título, "Interior de igreja".

A própria autora reconhece que o desenho "apresenta algumas alterações: na localização do púlpito, detalhe do dossel, ..., se comparada com fotos recentes"¹⁶⁷ da igreja do mosteiro. De fato, da comparação do desenho com a fotografia reproduzida na *Figura III. 23*, pode-se tirar algumas conclusões. Se por um lado, são muito próximas, senão exatas, as proporções dos respectivos arcos cruzeiros, assim como do espaço de parede para os altares colaterais, por outro, a presença no desenho de alguns elementos arquitetônicos contradizem a sua atribuição ao interior da igreja do mosteiro sorocabano. Em primeiro lugar, a configuração do forro. A sua cornija na tangente superior ao arco cruzeiro, cuja altura mede aproximadamente seis metros, dificultaria qualquer abertura de janelas no coro da igreja, mantida a altura do atual piso (ver Corte AA do levantamento métrico arquitetônico). Em segundo lugar, a abertura com parapeito de uma tribuna na parede da nave é muito improvável, senão impossível, no caso de Sorocaba, pela inexistência de corredores laterais à igreja. E, por último, mais que a "localização", é o desenho cilíndrico e marcante o bastante para ser negligenciado, do atual púlpito que não corresponde ao representado no desenho. Mas, pode tratar-se de peça de fatura e data posterior ao desenho.

De todo modo, reproduzimos, ainda, na *Figura III. 57*, um quadro a óleo de Wash Rodrigues da primeira metade deste século que, segundo Taunay, foi feito a partir de um "original de Hercules Florence [do] interior da igreja de Santo Antônio em 1862"¹⁶⁸. Trata-se da igreja de Santo Antônio da praça do Patriarca em São Paulo. Não há informação alguma desse original na ficha referente ao quadro, este sim, pertencente ao acervo do Museu Paulista. Apesar da disparidade das proporções dos respectivos espaços interiores das igrejas, uma vez que a dimensão vertical no quadro de Wash Rodrigues é bastante mais acentuada numa comparação com o desenho de Florence (*Figura III. 56*), e

¹⁶⁴ ADB/CSB 145, "Estado" 1769-1772, fl. 81-12.

¹⁶⁵ *Ibid.*, "Estado" 1778-1780, fl. 81-34.

¹⁶⁶ PRESTES, Lucinda Ferreira. *A vila tropeira de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba: seus aspectos sócio-econômicos e a arquitetura das classes dominantes (1750-1888)*. São Paulo, FAUUSP, 1997, [dissertação de mestrado], p. 112.

¹⁶⁷ *Ibid.*

¹⁶⁸ TAUNAY, Affonso de E. *História da cidade de São Paulo*. São Paulo, Edições Melhoramentos, [1954], p. 190.

da diferença dos respectivos altares colaterais, o que nos chamou a atenção e nos levou a aproximar as duas imagens, foi, principalmente, a similaridade de algumas figuras humanas ali representadas. Além disso, apresentam ainda forros e a abertura da tribuna com a mesma conformação.

Retomando-se a série das vistas panorâmicas, foi feita exatamente do mesmo ângulo e um pouco mais de perto, a gravura de autor anônimo pertencente à Biblioteca Nacional (ver *Figuras III. 7 e III. 7a*). Ela confirma as conclusões que tiramos acerca do mosteiro no desenho de Hercules Florence. Antes, porém, podemos fazer algumas conjecturas quanto à datação da gravura. Sabemos, por um lado, seguindo as informações que Jaelson Trindade¹⁶⁹ obteve da ficha do catálogo da Biblioteca Nacional, que ela seria de 1845. Por outro lado, sabemos que a gravura foi publicada no livro de Francisco d'Abreu Medeiros em 1864¹⁷⁰, portanto, o seu *terminus ante quem*. Somos da opinião de que ela se aproxima mais desta segunda data. Isto porque se vê ali representado, sob o "n. 8", o novo edifício da Câmara, que estava terminando quando Zaluar, em 1860 ou 1861, foi àquela cidade para participar da feira de muares. Segundo Zaluar, "a casa da câmara e a cadeia nova, ainda não terminadas, são uma das mais belas e bem acabadas construções do lugar"¹⁷¹. Portanto, na fase final das obras. Este edifício, construído ao lado da igreja das clarissas ("n. 3" da gravura), e que pode ser visto na fotografia que reproduzimos na *Figura III. 19*, não comparece, portanto, no desenho de Hercules Florence.

A gravura confirma as impressões de Saint-Hilaire acerca da torre da matriz ("n. 1"), e apresenta o nosso mosteiro ("n. 2"), agora, com maior evidência. Distingue-se, claramente, o corpo alongado da ala do mosteiro perpendicular ao da igreja, que parecem guardar uma relação proporcional próxima da atual, e a inexistência de uma torre. Mas, e o que é mais importante, assim como a igreja matriz e a das clarissas, a fachada da igreja beneditina apresenta, ainda nesse período, um frontão retilíneo.

O relato de Zaluar, a respeito do mosteiro, não acrescenta nada além da confirmação do juízo negativo de Saint-Hilaire. Menciona-o em conjunto com os demais edifícios religiosos da cidade, afirmando que "pouco oferecem de singular, considerados debaixo do ponto de vista da arte, e ainda mesmo como obras de arquitetura"¹⁷².

A última vista do século XIX de que dispomos, reprodução de uma pintura a aquarela atribuída a Adolpho Zuricher, conforme as *Figuras III. 8 e III. 8a*, retrata Sorocaba a partir de um outro ângulo. Aqui, vemos a cidade da face norte, desenvolvendo-se ao longo do perfil em declive da colina. Constata-se, mais uma vez, a predominância urbana da torre da igreja matriz. Logo acima, vista por trás, a igreja do convento de Santa Clara e, finalmente, no ponto mais alto, vê-se a igreja do mosteiro beneditino somente pelo lado da Epístola. Diferencia-se, aqui também, o corpo da nave do corpo da capela-mor, percebe-se a ausência da torre campanária e, assim como na matriz, uma mudança no desenho, agora curvilíneo, do frontão da fachada demarcada pelas duas pilastras encimadas por coruchéus de forma piramidal. São bem visíveis,

¹⁶⁹ TRINDADE, Jaelson Bitran. *Tropeiros*. São Paulo, Ed. Publicações e Comunicações Ltda., 1992, pp. 66-67

¹⁷⁰ MEDEIROS, Francisco Luís d'Abreu. *Curiosidades Brasileiras*. Rio de Janeiro, Ed. Eduardo & Henrique Laemmert, 1864, s/ pag.

¹⁷¹ ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinação pela província de São Paulo: 1860-1861*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p. 160.

¹⁷² *Ibid.*, p. 160.

ainda, as três janelas separadas do coro, duas na parede do corredor lateral e uma última abertura correspondente ao cômodo da sacristia.

Para completar o ciclo estilístico que marcou a arquitetura nos centros mais ricos do período colonial, referimo-nos à passagem das formas clássicas ao repertório barroco, deve-se aguardar às vezes, nas regiões periféricas, até as primeiras décadas da segunda metade do século XIX. No caso de Sorocaba, a partir da análise da iconografia, podemos datar a adoção do frontão curvo entre os anos de 1860 a 1870, talvez durante a primeira gestão do presidente Fr. Joviano de Sta. Delfina Baraúna (1863-1866)¹⁷³. Mesmo na capital da Província, temos exemplos de igrejas, como é o caso da fachada do mosteiro da Luz voltada para o centro da cidade, que só em meados do século XIX, adotaram o frontão curvilíneo.

A fachada da igreja com frontão curvo, tal como aparece pela primeira vez na vista de 1871, é a mesma que se vê, a parte o acréscimo da torre, nas fotografias que reproduzimos nas *Figuras III. 11* e *III. 12*. Ali, a ordem gigante, formada por duas pilastras sem capitéis, articula o frontispício da igreja, emoldurando a porta principal e as três janelas do coro. Essas pilastras, que são a expressão externa das paredes que delimitam o corpo da nave da igreja, são arrematadas sobre o entablamento por coruchéus piramidais apoiados em bases retangulares. Entre eles, o frontão curvilíneo é resolvido por meio da articulação de volutas e contravolutas ao gosto do estilo rococó¹⁷⁴ que, apesar de tardio, difere-se, por contraste, das linhas barrocas mais "severas"¹⁷⁵ adotadas no fim do século XVIII pelo mosteiro beneditino de São Paulo (ver *Figura II. 33*). O modelo adotado em Sorocaba, como vimos anteriormente, foi utilizado na igreja do mosteiro beneditino de Olinda e, apesar do seu uso ali, assim como em Sorocaba, dar-se de maneira mais comedida, marcou a arquitetura colonial do nordeste. Não descartamos, inclusive, que a origem nordestina de Fr. Baraúna¹⁷⁶, tenha influenciado na adoção desse modelo de frontão na igreja do mosteiro sorocabano e, por isso, mais acima, atribuímos essas alterações da fachada à sua gestão.

O tema da articulação das volutas do frontão é adotado também na ornamentação interna das sanefas de madeira que encimam as portas dos púlpitos, da capela-mor e do coro, conforme reproduzimos nas *Figuras III. 23*, *III. 25* e *III. 31*. Quase todas as aberturas internas da igreja conservam ainda hoje as vergas curvas em arco abatido, bem como as janelas e a porta da fachada principal, que devem datar da mesma época da reconstrução do frontão em linhas curvas.

O último relato de que dispomos é o de Alfredo Moreira Pinto que visitou a cidade em maio de 1898. Como os demais viajantes, Moreira Pinto ressalta o aspecto agradável da cidade vista em seu conjunto, já que "de qualquer parte que o observador ocupe vê desdobrarem-se diante de si os mais risonhos e encantadores panoramas"¹⁷⁷. A descrição que faz do mosteiro é mais pormenorizada que as demais, mas o juízo negativo

¹⁷³ Cf. ENDRES, D. José Lohr, OSB. *Catálogo dos bispos, gerais, provinciais, abades e mais cargos da ordem de São Bento do Brasil, 1582-1975*. Salvador, Mosteiro de São Bento, 1976, p. 85.

¹⁷⁴ Cf. BAZIN, Germain, op. cit., vol. I, p. 178.

¹⁷⁵ Cf. SMITH, Robert C. O caráter da arquitetura colonial do nordeste. *Estudos Brasileiros*, vol. 4, n. 10: 419-430, jan.-fev. de 1940, nota 15, p. 424.

¹⁷⁶ "Esse grande baiano, cidadão sorocabano pelo amor à terra, [...]" (ALMEIDA, Aluísio de, op. cit., p. 209).

¹⁷⁷ PINTO, Alfredo Moreira. *A cidade de São Paulo em 1900*. São Paulo, Governo do Estado, 1979, p. 4 (da 2ª parte "de S. Paulo à Sorocaba", pois aí a paginação reinicia).

é o mesmo. Transcrevemo-la quase na íntegra, tendo em vista a importância das informações ali relatadas:

“[...] É um edifício gasto pelos anos e sem o menor gosto estético.

Tem quatro celas em cada um dos dois pavimentos, desocupadas atualmente, pois o convento está abandonado.

A igreja fica à esquerda do convento; tem na frente três janelas e a porta de entrada. A torre fica à esquerda e tem dois sinos.

O seu interior nada oferece de notável.

Possui a capela-mor com um altar, em que se acham as imagens de Sant’Ana no centro e São Bento e Santa Escolástica aos lados.

No corpo da igreja há dois púlpitos e dois altares, um com Santa Gertrudes e outro com a Senhora do Pilar.

Ao lado da capela-mor fica a sacristia, [...]”¹⁷⁸

Alfredo Moreira Pinto conheceu o mosteiro de São Bento de Sorocaba como este se apresenta na fotografia que reproduzimos na *Figura III. 11*. Publicada no *Almanach de Sorocaba para 1903*¹⁷⁹, é a mais antiga fotografia que se conhece e retrata o mosteiro antes das reformas empreendidas a partir de 1905. Podemos, com ela, acompanhar a primeira parte da descrição feita por Moreira Pinto. O que nos surpreende numa primeira leitura é a afirmação de que, em cada andar, o mosteiro possui “quatro celas”, pois, externamente, distingue-se claramente as cinco janelas das celas em cada um dos dois pavimentos emolduradas pelos dois corpos salientes dessa ala. O primeiro, junto ao corpo da igreja, contém no térreo a porta de entrada do mosteiro e, portanto, a denominada portaria e no primeiro andar as duas janelas mais altas e mais próximas que correspondem ao cômodo do salão principal. Na extremidade oposta percebe-se, com dificuldade, o segundo corpo saliente que abriga no térreo e no andar superior os outros salões, o debaixo utilizado, em fins do século XVIII, como refeitório. Ora, esse plano reentrante de parede ritmado em cada andar pelas cinco janelas, é a expressão exterior da compartimentação interna das celas. Portanto, cinco celas. Mas, segundo a descrição, quatro. Descartada a hipótese de um mero engano, só há uma explicação. Apesar de abandonado, Moreira Pinto visitou o interior do mosteiro e, depois de mais de cem anos, segundo a nossa interpretação, a primeira cela ao lado da portaria estava ainda ocupada pela escada que sobe ao salão.¹⁸⁰

Um segundo dado que o relato nos traz é a indicação da torre campanária que não comparece na última vista da cidade que analisamos, a de 1871. Deduz-se, portanto, que ela foi construída, ou reconstruída, nesse último quartel do século XIX. A torre sineira que se vê pela primeira vez na fotografia reproduzida na *Figura III. 11*, é a única parte do mosteiro que conserva até hoje as mesmas características arquitetônicas externas. As pilastras e o entablamento da base são uma extensão da antiga ordem que articulava a

¹⁷⁸ *Ibid.*, p. 12

¹⁷⁹ *Almanach de Sorocaba para 1903*. Sorocaba, M. Silva & Comp. Editores, 1903, s/ pag..

¹⁸⁰ Ver a citação anterior, referente à essa escada, que fizemos do “Estado” de 1780-1783, às pp. 103-104.

fachada da igreja. Nesse novo trecho, porém, a arquitrave do entablamento, que é de ordem coríntia, foi acrescida de duas faixas. Uma segunda ordem com as mesmas características foi utilizada para demarcar os quatro vãos em arco pleno das sineiras e o pequeno frontão curvilíneo que arremata a torre, foi conformado a partir da parte central do antigo frontão curvilíneo da igreja. O sol que está representado no tímpano do pequeno frontão e que comparece também na cartela sobre o arco-cruzeiro constitui, segundo Silva-Nigra, “o remate das armas heráldicas da ordem beneditina luso-brasileira”¹⁸¹ (ver *Figuras III. 20 e III. 26*). Todos estes elementos não foram modificados na reforma pela qual passou o mosteiro a partir de 1904, e que descreveremos em seguida.

Além da confirmação de que à Santa Gertrudes e à Nossa Senhora do Pilar eram dedicados os altares laterais da igreja, uma outra informação importante do relato de Moreira Pinto é que o mosteiro, em 1898, estava abandonado.

As conseqüências da política pombalina de perseguição às ordens religiosas, cujas leis de proibição de admissão de noviços vinham sendo decretadas com intermitência¹⁸², já haviam repercutido, em 1830, no mosteiro de Santana de Parnaíba, que, por falta de monges, foi o primeiro desocupado pela ordem de São Bento no Brasil, passando a ser administrado, então, pela paróquia local.¹⁸³ Em 1855, o governo imperial proíbe definitivamente a entrada de noviços nas ordens religiosas brasileiras que só poderão reabrir os seus Noviciados com a Proclamação da República¹⁸⁴. Durante esse período, uma vez que as “fontes de renovação”¹⁸⁵ foram paralisadas, os números de monges nos mosteiros começam a diminuir. Em Sorocaba, o fato de Fr. Joviniano de Sta Delfina Baraúna ser eleito presidente por seis vezes a partir de 1863, a última no ano de 1893¹⁸⁶, demonstra que as juntas, agora reunidas na Bahia, não tinham mais a quem recorrer.

Com o abandono em 1898, o mosteiro passa a ser administrado pelo abade do mosteiro de São Paulo, Fr. Pedro da Ascensão Moreira. Este em carta dirigida ao abade geral da ordem beneditina no Brasil residente em Salvador, Fr. Domingos da Transfiguração Machado, em abril de 1900, relata que:

“[...] outro affazer, que não posso deixar de attender e já, é a reedificação da Sacristia e parte da Capella mór do nosso Mosteiro em Sorocaba, que há mezes cahiu pelas repetidas chuvas, e não podendo ir até alli, já pelo meu estado sanitario e já por não ter mesmo tido occasião de ir, incumbi ao P. Luiz

¹⁸¹ SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da, OSB. *Construtores e artistas do mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*. Salvador, Tipografia Beneditina Ltda., 1950, III parte, fig. 73.

¹⁸² Cf. LUNA, D. Joaquim G. de, OSB. *Os monges beneditinos no Brasil*. Rio de Janeiro, Edições ‘Lumen Christi’, 1947, p. 26.

¹⁸³ Cf. SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da, OSB. *Os dois escultores Frei Agostinho da Piedade, Frei Agostinho de Jesus e o arquiteto Frei Macário de São João*. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1971, nota 6, p. 62.

¹⁸⁴ Cf. LUNA, D. Joaquim G. de, OSB., op. cit., p. 36.

¹⁸⁵ JOHNSON, D. Martinho, OSB. “Nosso mosteiro de São Bento”. In: *Diário de Sorocaba*, 21/03/1976, p. 13.

¹⁸⁶ Cf. ENDRES, D. José Lohr, OSB, op. cit., p. 85. A 9 de dezembro de 1893, morre, o Fr. Baraúna, com 63 anos de idade. (Cf. SCHERER, Michael Emilio, OSB. *Frei Domingos da Transfiguração Machado: o restaurador da congregação beneditina do Brasil*. Rio de Janeiro, Edições ‘Lumen Christi’, 1980, p. 113.)

*Sicuruna*¹⁸⁷, capellão das Freiras de Santa Clara para cuidar desta reedificação.¹⁸⁸

Se a esta informação acrescentarmos a notícia que o atual altar-mor do mosteiro sorocabano “pertenceu ao antigo mosteiro de São Bento de Parnaíba”¹⁸⁹, podemos concluir que se perdeu o antigo retábulo, ou grande parte dele, quando a capela-mor de Sorocaba, por volta do início de 1900, ruiu. De fato, após realizar uma análise pormenorizada do retábulo, que reproduzimos nas *Figuras III. 27 e III. 27a*, Ciro Grangeiro, demonstrando uma perspicaz intuição, conclui que:

*“Não podemos excluir uma outra hipótese, também plausível: o retábulo pode ter vindo de uma outra igreja, e ter sido readaptado, em Sorocaba, às proporções da capela-mor.”*¹⁹⁰

Depois de ressaltar as semelhanças do altar-mor do mosteiro sorocabano com o da igreja de N. Sra. do Rosário do Embu, a ponto de atribuir a mesma autoria para ambos¹⁹¹, Grangeiro percebe, em Sorocaba, que houve algumas mutilações e a introdução “elementos estranhos à composição original.”¹⁹² Portanto, muito provavelmente, o que temos ali é uma composição que reúne a estrutura básica do retábulo vindo de Parnaíba, que foi retirado da igreja antes de ela ruir entre 1880 e 1890, e alguns “elementos estranhos” do antigo retábulo que não se perderam no desabamento da capela-mor de Sorocaba.

Seguindo as indicações de Grangeiro, vemos que as três divisões verticais demarcadas pelas quatro colunas salomônicas da ordem inferior, com as suas reentrâncias e saliências, em cujos centros estão as imagens de São Bento, de Sta. Escolástica e o sacrário, não encontram o seu desenho correspondente acima do entablamento que divide o retábulo na horizontal. Na ordem superior, “a ornamentação foi reaplicada numa única superfície plana [e grande parte delas] não estão em suas posições originais”. Toda a parte central está alterada. O arco pleno da ordem superior que tem a ornamentação apenas justaposta, não é original e, assim como na inferior, apresenta grandes lacunas. Grangeiro destaca, dessa ala central, embaixo o “belo sacrário, de perfil curvilíneo, graças as grandes rocalhas com folhagem aplicadas ao seu redor” (ver *Figura III. 29*) e encima a “cartela, que talvez seja um elemento estranho à composição primitiva do retábulo” (ver *Figura III. 28*). Um outro indício apontado por Grangeiro, que revela que se trata de uma readaptação, é que “temos a impressão de que o retábulo foi alteado, e talvez até mesmo alargado”.

¹⁸⁷ O capelão das irmãs de Santa Clara chamava-se, segundo D. Martinho Johnson, Luiz Augusto Scieluna (Cf. JOHNSON, D. Martinho, OSB, op. cit., p. 13).

¹⁸⁸ HAAG, D. Mauro, OSB (org.). *Documentos relativos à história da Congregação Benedictina Brasileira*. São Paulo, Mosteiro de São Bento de São Paulo, vol. IV, 1942, p. 68. [livro datilografado]

¹⁸⁹ *Mosteiro de São Bento - São Paulo*. São Paulo, Patrocínio Cultural Companhia Antarctica Paulista, 1988, p. 164.

¹⁹⁰ GRANGEIRO, Ciro Domingues. *Retábulos da cidade de São Paulo e arredores, em seu desenvolvimento estilístico do começo do século XVII a meados do XIX*. Campinas, Departamento de História do IFCH - UNICAMP, 1993, p. 198 [dissertação de mestrado].

¹⁹¹ *Ibid.*, pp. 53-55.

¹⁹² *Ibid.*, p. 197.

Com a Proclamação da República e o conseqüente fim da ingerência do Estado monárquico nas questões da igreja, cai a circular que proibia a entrada de noviços para as ordens religiosas. Contando com plena liberdade e assegurada a posse de seus bens, os beneditinos puderam tomar as iniciativas para solucionar a situação aflitiva em que se achavam. A ordem, nessa época, contava apenas com 19 monges para residir nas sete abadias e nas quatro presidências que compunham o patrimônio de São Bento no território brasileiro. Os mosteiros estavam ocupados por um ou no máximo dois monges e alguns, como Sorocaba, estavam fechados.¹⁹³

Então, no Capítulo Geral de 1890, Fr. Domingos da Transfiguração Machado, foi eleito para o cargo superior da Congregação Beneditina Brasileira. Nessa mesma reunião, em conjunto com os padres capitulares, Fr. Domingos decide, dando início a um movimento restaurador, recorrer a Roma uma vez que era impossível resolverem sozinhos a questão nas condições em que se encontravam. Em uma carta dirigida ao papa Leão XIII solicitam que este interceda junto a um mosteiro europeu, para o envio de monges na empresa de restauração da vida monástica nos mosteiros beneditinos do Brasil. Paralelamente, Fr. Domingos solicita ao abade da igreja de S. Paolo em Roma e para o abade geral de Portugal para que intervenha junto ao Vaticano em prol do movimento restaurador.

Roma encarrega, então, a Congregação de Beuron para a obra de restauração da Congregação Brasileira e é designado D. Gerardo van Caloen, monge do mosteiro de Maredsous na Bélgica, para a missão. O primeiro grupo de monges liderados por D. Gerardo desembarca no porto de Recife em 1895 e inicia pelo mosteiro de Olinda a reocupação das casas beneditinas brasileiras.

No Capítulo Geral de 1896, Fr. Domingos é reeleito abade geral e D. Gerardo, abade de Olinda. Apesar dos inconvenientes causados pela irrupção da febre amarela em 1897 e 1899, D. Gerardo dá prosseguimento à sua obra e deslocando alguns monges para o mosteiro de Salvador inicia ali em 1899 a vida regular. Já em 1898, em reconhecimento pelos serviços que vinham prestando e para consolidar a restauração da Congregação Brasileira, o papa Leão XIII concede o título vitalício de abade geral para D. Domingos e o de abade de Olinda para D. Gerardo. Em função do número baixo de vocações monásticas no país por essa época, D. Gerardo funda um mosteiro na Bélgica para receber na Europa, vocações destinadas aos mosteiros do Brasil.

Após o falecimento de Fr. Pedro de Ascensão Moreira, único monge que ocupava a abadia paulistana, D. Gerardo designa D. Miguel Kruse para tomar posse do mosteiro como seu representante. Logo em seguida são enviados a São Paulo outros monges, e inicia-se ali, também, a vida regular.

Durante esses anos iniciais do século XX, segundo D. Martinho Johnson, a ordem beneditina de São Paulo recebe “uma intimação da Câmara Municipal de Sorocaba para, em atenção à saúde pública, demolir o mosteiro em ruínas, ou restaurá-lo.” D. Gerardo opta por esta segunda hipótese e em carta dirigida ao abade geral em janeiro de 1905, afirma que o mosteiro de Sorocaba “está em obras de reconstrução”¹⁹⁴. Elas iniciaram-se, porém, bem antes, pois em janeiro de 1904 já estavam em andamento e sob a direção do mesmo Pe. Luiz Scicluna que acompanhou, como vimos anteriormente, as obras de

¹⁹³ Cf. LUNA, D. Joaquim G. de, OSB., op. cit., pp. 39-60, que correspondem ao V capítulo intitulado *Restauração da Congregação*, onde nos baseamos para redigir este breve resumo sobre o assunto.

¹⁹⁴ JOHNSON, D. Martinho, OSB, op. cit., p.13.

reconstrução da capela mor em 1900. Conforme as notícias que coletamos da imprensa local da época:

"Vão adeantadas as obras do velho mosteiro de S. Bento, desta cidade.

*Os trabalhos estão sendo executados sob a competente direcção do rev. padre Luiz Sichuna, ao que parece, a ordem beneditina vae fazer passar aquelle edificio velho por uma verdadeira transformação, tornando-o digno do nosso estado de progresso."*¹⁹⁵

Em setembro de 1904, os jornais voltam a dar notícias acerca das obras do mosteiro, mas a ênfase agora recai sobre a figura de D. Gerardo van Caloen que, como vimos, foi o líder das missão vinda da Bélgica para a restauração da Congregação Brasileira:

"Como havíamos noticiado, chegou ante-hontem a esta cidade, o revmo. abbade geral da ordem beneditina no Brasil, don Gerardo von Calloen, que veio acompanhado pelo revmo. frei Dyonisio Verdin, presidente dos mosteiros de S. Bento de Santos e desta cidade.

S. revma. visitou as obras a que se procedem no antigo edificio do mosteiro de S. Bento, que está sendo inteiramente reformado para servir a um grande estabelecimento de ensino. Agradavelmente impressionado com o que o observou, s. revma., deu providencias que julgou necessarias para perfeita conclusão dos trabalhos [...].

*O illustre chefe da preclara ordem religiosa esteve hospedado em casa do revmo. padre Luiz Scicluna, à cuja alta proficiencia estão confiadas as obras a que acima alludimos."*¹⁹⁶

Segundo Aluísio de Almeida, ao Pe. Luiz Scicluna esteve também confiada a reforma da igreja matriz de Sorocaba entre 1918 e 1924, designando-o, inclusive, como "autor, arquiteto e administrador das obras"¹⁹⁷.

A obra do mosteiro, então em andamento, pode ser vista na fotografia que reproduzimos na *Figura III. 12*. Comparando com esta última, a fotografia que reproduzimos na *Figura III. 11*, vemos que as reformas se iniciam pela ala da residência, onde se construiu uma parede cortina de alvenaria de tijolos junto a de taipa. Contrariando os aspectos tradicionais de funcionalidade, a solução adotada recorre a todos os meios disponíveis para submeter a fachada principal do mosteiro a uma composição rigidamente simétrica, não sem se suggestionar pela situação anterior que já apresentava os corpos salientes nas extremidades. Para tanto, a antiga porta principal é

¹⁹⁵ "Mosteiro de S. Bento". In: *O 15 de Novembro*, 31/01/1904, p. 3.

¹⁹⁶ "Mosteiro de S. Bento". In: *O 15 de Novembro*, 15/09/1904, p. 3.

¹⁹⁷ ALMEIDA, Aluísio de. *A Diocese de Sorocaba e seu primeiro bispo*. Sorocaba, Catedral de Sorocaba, 1974, pp. 16-17.

deslocada da extremidade junto à igreja para o centro da ala e a cela central do andar inferior passa a desempenhar a função de portaria. O vão da esquadria da cela central do andar superior é duplicado para ficar com a mesma largura da porta. O conjunto é demarcado por duas ordens sobrepostas de pilastras e meias colunas duplas, por uma inscrição, por ressaltos no entablamento e coroado pela aplicação de conjuntos escultóricos sobre a platibanda, tudo para criar o eixo central de simetria antes inexistente. As extremidades, por sua vez, são realçadas pela introdução de uma ordem gigante de pilastras com capitéis coríntios e as envasaduras, recompostas a partir da posição das duas janelas antigas do salão sobre a portaria, recebem tímpanos arqueados no andar inferior e triangulares no superior. A dimensão de todas as janelas, antes diferentes distinguindo cela e salão, foram igualadas. (ver *Figuras III. 13 a III. 18*).

Todo o corpo da ala do mosteiro sofre um alteamento da cobertura, cuja extensão foi revelada pelo levantamento métrico arquitetônico, conforme a sua representação com a linha tracejada em vermelho no Corte BB. Esse alteamento possibilitou as aberturas dos vãos em arco pleno, acima das portas balcões, para aumento da iluminação do corredor das celas do andar superior, conforme a fotografia reproduzida na *Figura III. 38*. Com a elevação da cobertura e a substituição do antigo beiral por uma platibanda o corpo do mosteiro busca relacionar-se com a altura da igreja. À parte a esquadria da antiga porta deslocada, todas as demais foram substituídas apesar de preservarem as antigas localizações e mais ou menos as mesmas dimensões dos vãos. Conforme uma solução sempre adotada nos mosteiros, é interessante ressaltar que todas as celas têm a abertura dos vãos de suas janelas e portas alinhadas e deslocadas para um canto do cômodo como se pode perceber nas plantas do levantamento métrico arquitetônico. Inclusive, na *Figura III. 11*, pode-se verificar que, descontados os efeitos da perspectiva, a janela da última cela está mais próxima do ressalto do corpo saliente daquela extremidade, do que a janela da primeira cela em relação ao ressalto do corpo saliente da portaria, uma vez que os vãos estão deslocados para a esquerda das celas para quem se posiciona defronte à fachada. Esses vãos não foram deslocados para o centro das celas para se obter a simetria na fachada. O artifício utilizado foi o deslocamento de um dos ressaltos que eram a expressão externa das duas paredes que dividiam os salões das celas. Hoje a seção da parede saliente da fachada do mosteiro na extremidade oposta à igreja, não corresponde mais à dimensão do salão, conforme pode-se verificar nas plantas do nosso levantamento métrico arquitetônico.

Internamente, a principal modificação foi o deslocamento da escada do interior da ala dos dormitórios para o corredor do claustro, como já mencionado. Preservando-se a antiga porta de entrada superior das celas, a escada foi posicionada paralelamente à parede voltada para o claustro, conforme a *Figura III. 37*, para que o seu acesso ficasse o mais próximo possível do centro dessa ala, para onde foi deslocada a porta externa de entrada. Para tanto, a antiga porta que através da portaria dava acesso ao claustro foi emparedada, e é ainda visível no desvão por debaixo da escada (ver *Figura III. 39*), e uma nova porta substituindo-a foi aberta no corredor das celas debaixo. Todas as esquadrias foram substituídas e os vãos do andar inferior alterados apresentando aberturas em arco pleno (ver o Corte AA do levantamento métrico arquitetônico).

A localização da atual cozinha é, provavelmente, o resultado do fechamento de dois vãos do corredor do claustro, correspondente às duas últimas celas junto ao refeitório, executado nessa mesma época conforme a espessura da parede de fechamento

sugere. A hipotética localização dos antigos pilares que previam, inclusive, a construção de uma terceira ala ao redor do claustro, segundo a lógica dos vãos do outro extremo do corredor junto à igreja, está indicada por meio de linhas vermelhas e tracejadas na planta do andar inferior do levantamento métrico arquitetônico.

A reforma iniciada por volta de 1904 atinge, num segundo momento, a fachada da igreja, deixando a torre campanária, de construção relativamente recente, inalterada. É o que se pode perceber comparando a fotografia reproduzida na *Figura III. 12* com as *Figuras III. 13, III. 14 e III. 15*. A única ordem formada pelas três pilastras sem capitéis que articulavam a fachada da igreja e a base da torre, foi, em grande parte, substituída. A segunda pilastra que fazia a transição da igreja para a base da torre e a terceira que se localiza na sua extremidade foram preservadas. Com a reforma substituiu-se a antiga ordem da igreja por uma nova de pilastras com capitéis coríntios similares aos utilizados nas extremidades da ala do mosteiro. Essa nova ordem arquitetônica não estabelece com o trecho preservado nenhuma lógica. Ao contrário, cria uma tensão e um descompasso, pois o novo entablamento tem outro desenho e está posicionado mais acima do anterior dando a impressão de uma obra paralisada a meio caminho e que se estenderia no futuro pelo intervalo da base da torre (ver o canto inferior esquerdo da *Figura III. 20*)

As novas pilastras que não ocupam, portanto, a posição das antigas, estão mais próximas entre si. Essa solução ocasionou o deslocamento das janelas laterais do coro para o centro, fundindo-as com a janela central e criando um único vão com as três esquadrias acopladas. Manteve-se, porém, as suas vergas curvas, bem como a da antiga porta principal. A nova ordem coríntia tem sua terminação em um frontão triangular retilíneo, demonstrando aqui, assim como na solução rigidamente simétrica da ala do mosteiro, uma clara intenção classicizante.

Internamente, a principal modificação consistiu na já mencionada ampliação do coro para a adaptação da balaustrada curva que pertencia à antiga igreja do mosteiro de São Paulo. Referindo-se a ela, Silva-Nigra relata que:

*“Não devemos olvidar os méritos do modesto mestre-carpinteiro Joaquim Xavier dos Santos que, entre 1776 e 1778, talhou a cruz para a imagem do Senhor Morto, de Mutas, a grande caixa do órgão, e torneou os balaústres das tribunas e do coro. Parte deste último trabalho se encontra hoje na igreja beneditina de Sorocaba.”*¹⁹⁸ (ver *Figura III. 24*)

Vieram também da antiga igreja do mosteiro de São Paulo, conforme se vê numa fotografia da nave feita por Gaensly em 1905, as quatro pinturas a óleo sobre tela, que hoje se encontram nas paredes laterais da igreja de Sorocaba. Representam as pinturas da parede do lado do Evangelho, “Jesus no Horto” e “São João Batista”, e na parede do lado da Epístola, “Fuga para o Egito” e “Nossa Senhora com o Menino Jesus e São João Batista Criança”, reproduzidas nas *Figuras III. 51 a III. 54*. Esta última foi inspirada na pintura do mesmo tema realizada por Rafael e que faz parte hoje do acervo do Louvre. Tudo indica, mas devemos ainda confirmar, que elas foram trazidas da Europa pelos “monges restauradores”.

¹⁹⁸ SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da, OSB. “A ordem dos beneditinos na cidade de São Paulo”. In: *O Estado de S. Paulo*, 25-1-1954, p. 45 [Edição comemorativa do IV centenário da cidade de São Paulo].

Ora, como a antiga igreja do mosteiro de São Paulo foi demolida em 1910, deduzimos que o fim das obras de reforma empreendidas pelos monges restauradores em Sorocaba, coincide com esta data, mesmo porque temos a informação de que a partir de 1910 são ali implantados o curso dos Estudos Superiores de Filosofia e Teologia e que lá funcionou, a partir de 1911, o Noviciado Canônico da Abadia que fora transferido de São Paulo durante as obras de construção da nova igreja abacial.¹⁹⁹

Terminada a reforma empreendida pela Restauração, que estabelece o fim do período que nos propomos a analisar, o mosteiro adquire, genericamente, as características que mantém até hoje, uma vez que poucas foram as transformações ocorridas desde aquela data.

*

Tombado em 1976 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), o mosteiro de São Bento de Sorocaba passou por obras de restauração da torre campanária em 1986 e aguarda, ainda hoje, a continuidade daqueles serviços.

Convém estabelecer aqui, para concluir este capítulo, algumas diretrizes genéricas tendo em vista a futura intervenção de restauro que se mostra cada vez mais urgente e inevitável. Diretrizes genéricas porque, se por um lado, todo projeto e obra de restauração pressupõe um estudo prévio e uma pesquisa histórica aprofundada como aquela que aqui realizamos, que condiciona e justifica as soluções adotadas, por outro lado, o momento do projeto tem resguardada, mesmo assim, a sua autonomia. Basta pensar que, tratando-se no caso de Sorocaba de um "monumento vivo", a formulação de um programa de uso é um dos pressupostos básicos que garante a sua conservação no futuro e um fator que também condiciona as soluções de projeto a serem adotadas. Programa de uso que, porém, não cabe nesta sede formular.

Estabelecida esta premissa, podemos agora fixar alguns pressupostos básicos que orientarão a formulação daquelas diretrizes. O primeiro deles é a idéia, que compartilhamos, de que em matéria de restauro é perigoso determinar um "a priori" pois cada intervenção é, quase sempre, um caso a parte. De fato, a historiografia recente tem enfatizado que a questão do restauro se resume em definir graus de valores para os casos específicos que são cada vez diferentes uns dos outros. Nas intervenções de restauro, segundo Paolo Marconi:

*"[...] dovremmo impegnarci a valutare, di volta in volta, qual è il valore da salvaguardare nel singolo oggetto del nostro intervento - [...] - senza preclusione o diktat assurdi o semplicemente manichei."*²⁰⁰

Deixamos claro no decorrer de nosso trabalho que o mosteiro de São Bento de Sorocaba é, hoje, o produto arquitetônico de uma série de transformações - ampliações, alteamentos, etc. - que, iniciadas na segunda metade do século XVII, prosseguiram no

¹⁹⁹ Cf. JOHNSON, D. Martinho, OSB, op. cit., p. 13.

²⁰⁰ MARCONI, Paolo. *Il restauro e l'architettura. Teoria e pratica in due secoli di dibattito*. Venezia, Marsilio Editore, 1993, p. 5.

decorrer do século XVIII, pelo menos em alguns momentos do século XIX e, na verdade, nunca cessaram, apesar de que as transformações sofridas depois da reforma do início deste século foram relativamente menores. Por um lado, guarda uma subdivisão em planta e uma articulação volumétrica que são, como vimos, fruto das transformações sofridas, preponderantemente, até o fim do século XVIII. Por outro lado, um repertório ornamental e uma concepção estilística que são o resultado das alterações de meados do século XIX somadas àquelas do início deste século. É o produto, portanto, da somatória no tempo dessas transformações e não guarda uma unidade arquitetônica fruto de uma concepção de um autor ou de um período relativamente curto da história. Enfatizamos várias vezes também, no decorrer de nosso trabalho, que o mosteiro de Sorocaba guarda - na articulação volumétrica em "L", nos dois lanços do claustro incompleto, na medida exígua do vão do corpo da nave que é exatamente o mesmo do comprimento dos salões dos extremos do corpo da residência e na disposição e no número das suas dependências - características primitivas pelas quais passaram, antes de renovados, os mosteiros de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Olinda.

Dessas considerações podemos inferir que, no caso específico do mosteiro de Sorocaba, é preponderante o seu valor histórico, testemunho de uma etapa da elaboração da arquitetura monástica no Brasil, em relação ao seu valor estético.

Por outro lado, deve-se levar em consideração, para fins de restauro, segundo Cesare Brandi, não somente a matéria de que é constituída uma obra mas a sua dupla instância, estética e histórica. A instância estética corresponde ao grau de seu valor artístico que faz da obra uma obra de arte. A instância histórica corresponde ao produto da atividade humana num determinado tempo e num determinado lugar.²⁰¹ Referindo-se, particularmente, aos acréscimos, às transformações que uma obra sofre no tempo, Brandi, assim como Marconi, ressalta a importância da definição de um juízo de valor na conduta de um restauro. Segundo ele:

*"È [...] sempre un giudizio di valore che determina la prevalenza dell'una o dell'altra istanza nella conservazione o nella remozione delle aggiunte."*²⁰²

Ao analisar a questão sob o prisma da instância histórica, Brandi ressalta, ainda, a importância da conservação daquelas transformações:

*"Dal punto di vista storico l'aggiunta subita da un'opera d'arte non è che una nuova testimonianza del fare umano e dunque della storia: in questo senso l'aggiunta non differisce dal ceppo originario ed ha gli stessi diritti ad essere conservata. Invece la remozione, [...], in realtà distrugge un documento e non documenta se stessa, [...]"*²⁰³

Portanto, podemos estabelecer genericamente uma primeira diretriz: deve-se descartar a hipótese de cancelar, no restauro, qualquer vestígio da passagem do mosteiro

²⁰¹ Cf. BRANDI, Cesare. *Teoria del restauro*. Torino, Giulio Einaudi Editore, 1977, p.6.

²⁰² *Ibid.*, p.44.

²⁰³ *Ibid.*, pp. 34-35.

de São Bento de Sorocaba no tempo. De fato, parece-nos já ultrapassada a fase que por intermédio do restauro buscava-se "reviver a integridade das formas perdidas, a harmonia originária", já que as alterações posteriores "maculavam a imagem que os dignificavam enquanto símbolos da legítima produção artística nacional".²⁰⁴ Qualquer tentativa de "recuperar" aqueles elementos do repertório arquitetônico relacionados ao estilo barroco, em particular as linhas curvas do antigo frontão, parece-nos, no caso do mosteiro sorocabano, portanto, uma operação injustificada e arbitrária.

As intervenções mais recentes de restauro, porém, no afã de demonstrar o respeito pelas diversas fases pela qual passou um monumento, não mede esforços no sentido de fazer aflorar na sua superfície, simultaneamente, qualquer vestígio de épocas distintas antes ocultos. Essas iniciativas, "com o intuito de apresentar os edifícios desnudados nas estratigrafias arquitetônicas que se sobrepuseram no tempo"²⁰⁵, conduz o edifício, segundo o perspicaz jogo de palavras de Antônio Dias de Andrade a partir da célebre definição de restauro dada por Viollet-le-Duc, a um "estado *repleto* que pode jamais ter existido"²⁰⁶. Um equívoco que cabe sempre que possível também evitar.

Nesse sentido, o projeto e a intervenção de restauro do mosteiro de São Bento de Sorocaba deparar-se-á com alguns problemas que deverá necessariamente solucionar e que cabe aqui, sucintamente, apontar. Um exemplo é a atual escada que do claustro dá acesso às celas do primeiro andar e que, como vimos, é fruto das reformas empreendidas no início deste século. Apesar de conviver e conduzir à porta mais antiga do primeiro andar, esconde e intercepta o vão hoje emparedado da antiga porta do térreo que, da portaria, dava acesso ao claustro. O restauro deverá, sem cancelar o testemunho dessa terceira escada construída ao longo da história do mosteiro, reintegrar o vão da porta visualmente no edifício. Problema semelhante apresenta o piso superior do corredor lateral da parte da Epístola que intercepta à meia altura o vão da porta de acesso ao púlpito.

Finalmente, a intervenção de restauro poderá ser, ainda, o momento propício para a comprovação de algumas hipóteses levantadas ao longo do nosso trabalho. Por exemplo, para se somar aos indícios que nos levaram a afirmar que a capela mor era mais profunda, poderá ser feita uma prospecção no solo, já que se trata hoje de uma área externa ao edifício. É bom que se esclareça que não se trata de recuperar fisicamente a capela mor por meio do deslocamento da parede e do retábulo, mas verificar e documentar a eventual existência de vestígios da sua antiga fundação.

Essas soluções não devem estar desvinculadas, porém, de outras ligadas à destinação do edifício pois, como afirmamos antes, só assim fica assegurada e garantida a conservação de um monumento no futuro.

*

Com o intuito de colaborar para a compreensão histórica do percurso e das mudanças pelas quais passou, buscamos com este capítulo, pelo menos, suprir a falha que a declaração de Etzel expressa em relação ao mosteiro de São Bento de Sorocaba:

²⁰⁴ ANDRADE, Antônio Luiz Dias de. *Um estado completo que pode jamais ter existido*. São Paulo, FAUUSP, 1993, [dissertação de doutorado], p. 121.

²⁰⁵ *Ibid.*, p. 157.

²⁰⁶ Cf. *Ibid.*

“Nada se sabe de positivo sobre a Igreja do Mosteiro. Nenhum documento sobre sua construção e reformas, que esclarecesse a origem do que lá se encontra.”²⁰⁷

²⁰⁷ ETZEL, Eduardo. *O barroco no Brasil: psicologia e remanescentes em São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul*. São Paulo, Melhoramentos; Ed. da Universidade de São Paulo, 1974, p.176.

Conclusão

Para as nossas considerações finais, podemos partir de uma afirmação do historiador Robert Smith, aparentemente sem maiores consequências, relativa aos mosteiros de Portugal. Após constatar que, graças aos "Estados", é possível acompanhar em detalhe "a vasta campanha de edificação e enriquecimento de estruturas que se realizou nas casas da Ordem de S. Bento por todo o reino de Portugal", tanto no século XVII quanto no século XVIII, Smith constata que "nas casas menores, imitava-se o processo de renovação que se realizava nas maiores"¹ e dá como exemplo o mosteiro de São João Batista de Cabanas. Pelo que tudo indica, nesse período em Portugal, os processos de renovação já não modificavam o caráter, maior ou menor, de um mosteiro, definidos em função da importância maior ou menor das regiões e dos centros nos quais haviam se estabelecido.

No Brasil, ao contrário, onde a diferença entre as regiões mais ricas e aquelas mais pobres, no início da colonização, não estavam de antemão estabelecidas como em Portugal, pudemos observar que os edifícios construídos para marcar as fundações beneditinas eram muito semelhantes em todas as regiões do país, tanto ao longo da faixa litorânea, quanto no planalto paulista. Naquelas regiões em que o número de vocações cresceu e o patrimônio de terras e demais bens de raiz aumentou, os mosteiros sofreram renovações que transformaram os edifícios antes simples, em estruturas arquitetônicas mais complexas e elaboradas, ricas na ornamentação de seus retábulos e alfaias. Os mosteiros das regiões periféricas que ficaram à margem dos centros mais desenvolvidos, mantiveram-se, apesar das modificações ao longo do tempo, mais próximos das conformações iniciais e guardam, portanto, características primitivas que os mosteiros mais ricos apresentavam no passado. É o caso do mosteiro de São Bento de Sorocaba como exaustivamente verificamos ao longo do nosso trabalho. Chamamos a atenção, mais uma vez, para esse fato pois, nos parece, que ele abre uma outra perspectiva na forma de encarar esses monumentos mais "pobres".

Numa análise comparativa entre os mosteiros beneditinos do Brasil e os mosteiros beneditinos de Portugal, surpreendemo-nos com a ausência de correspondência na articulação do corpo da igreja e o corpo da residência. No Brasil, os beneditinos adotaram para a fachada a solução dos mosteiros "úrbicos" de Portugal que são os últimos ali construídos. Nesses mosteiros, o de S. Bento da Vitória na cidade do Porto e os dois mosteiros de Lisboa, como vimos, a fachada da residência foi construída alinhada com a fachada da igreja. A solução que ali apenas se ensaiara foi aqui amplamente utilizada. Por outro lado, nos dois mosteiros portugueses construídos em Lisboa, adotou-se a disposição simétrica das alas em relação à igreja que ocupava o centro da composição. No Brasil, ao contrário, essa solução nunca foi adotada. Portanto, é o mosteiro do Porto, nesse aspecto uma exceção em Portugal, aquele que mais se aproxima do esquema que foi adotado pela maioria dos mosteiros brasileiros. Provavelmente, essa solução teria tido continuidade em Portugal, se outros mosteiros tivessem sido lá construídos. A Congregação Beneditina Portuguesa optou, porém, naquele momento, por expandir o seu patrimônio na América portuguesa. Dessa forma, o último modelo adotado em Portugal tem a sua continuidade no Brasil.

¹ SMITH, Robert C. Dois estudos beneditinos. *Belas Artes - Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes*, n. 27: 69-101, 1972, p. 69.

O mosteiro de São Bento de Sorocaba, assim como o mosteiro de São Bento de Santos, conserva, como vimos anteriormente, algumas soluções arquitetônicas que relacionamos com a tese das "permanências medievais" de Weckmann. De fato, há nesses mosteiros, resquícios de um tratamento que se distancia dos cânones clássicos. Além dos aspectos já tratados, pode-se observá-lo também na composição das envasaduras das fachadas. Em Sorocaba, a fachada do mosteiro apresentava, antes da reforma do início deste século, um deslocamento das janelas das celas para a esquerda, de quem a observava, em relação aos corpos salientes das extremidades e a dimensão diferenciada entre essas janelas das celas e as janelas correspondentes aos salões das extremidades da ala (ver *Figura III. 11*). Em Santos, da mesma forma, a existência nas fachadas, frontal e lateral norte, de janelas mais altas e mais largas entremeadas às outras mais baixas e mais estreitas correspondentes às celas, além de demarcar também o início dos salões das extremidades das alas, são a expressão externa dos eixos de circulação interna do mosteiro (ver *Figuras II. 27 e II. 28*). São atitudes que, se por um lado, expressam no exterior as diferentes funções internas, por outro e principalmente, procuram abrir nas fachadas os vãos na posição e com a dimensão necessárias para a iluminação e funcionamento adequados dos diferentes ambientes internos. Ou seja, atendem às exigências internas das salas sem se importar com o aspecto externo. John Ruskin, ao chamar a atenção para o fato que as quatro janelas correspondentes à sala do Grande Conselho estão mais elevadas que as outras duas da mesma fachada do Palácio Ducal de Veneza voltada para o Canal Grande, afirma que:

*"In questa disposizione si può ravvisare uno degli esempi più notevoli che conosca dell'ardito sacrificio della simmetria alla funzionalità che, come ho ricordato nel capitolo 'La natura del gotico', costituisce l'aspetto più nobile di quell'arte."*²

Portanto, essas atitudes, assim como o esquema tradicional das plantas e a conformação dos claustros desses mosteiros são expressões arquitetônicas que dificilmente se explicam a partir das categorias estilísticas que "a priori" se adotam para analisá-los. No início do primeiro capítulo, dissemos que estilisticamente a arquitetura desses mosteiros, assim como a arquitetura colonial em geral, está vinculada à arquitetura do classicismo que se produzia na Europa no mesmo período. Porém, as categorias estilísticas do "maneirismo, barroco e rococó"³, não bastam para explicar ou, pelo menos, para esgotar a análise arquitetônica desses mosteiros. Por um lado, a tradição medieval marcou tanto as ordens religiosas fundadas nesse período, quanto a cultura portuguesa que herdamos e, portanto, essas "heranças" estão presentes nas suas manifestações. Por outro, as atitudes dos construtores dos mosteiros de Sorocaba e de Santos não estão, com certeza, marcadas pelas intenções deliberadamente anticlássicas que a categoria do "maneirismo" tem na Europa.

² RUSKIN, John. *Le pietre di Venezia*. Milano, Arnoldo Mondadori Editore S.p.A., 1982, p. 214. Utilizamos a edição italiana do livro de Ruskin, porque esse trecho está traduzido, como se pode notar, de forma sucinta na versão em língua portuguesa: "É um dos mais notáveis exemplos dos sacrifícios consentidos pela idéia gótica em favor das conveniências internas." (*As pedras de Veneza*. São Paulo, Martins Fontes, 1992, p. 83).

³ Conforme o título do capítulo que Benedito Lima de Toledo escreveu para o livro organizado por Walter Zanini citado na nossa bibliografia.

Finalmente, a menção e a utilização desmedida mas profícua dos documentos, revelou-se bastante proveitosa e possibilitou-nos um aprofundamento da análise. Com os "Estados", acompanhamos detalhadamente as alterações que o mosteiro de Sorocaba sofreu no decorrer da segunda metade do século XVIII. Essa análise demonstrou não só que a conformação volumétrica já estava próxima da atual, mas revelou-nos também as características e a terminologia relacionadas às suas dependências, inclusive a terminologia técnica utilizada na época da sua construção. A revelação do esquema de acesso às celas e da circulação geral da ala dos dormitórios possibilitou-nos estabelecer relações comparativas com os mosteiros do Rio de Janeiro e, principalmente, de Olinda.

A iconografia do século XIX, em particular as vistas panorâmicas da cidade de Sorocaba, permitiu-nos datar as reformas do edifício da igreja que incluíam a adoção do frontão curvo e da construção da atual torre campanária. Essa documentação, ao contrário do que os fatos históricos poderiam fazer supor, mostra que, mesmo no período de perseguição às ordens religiosas que resultou na diminuição drástica do número de monges, próxima à sua extinção, as atividades relacionadas às obras e reformas dos mosteiros tiveram prosseguimento. E que, nas regiões distantes dos centros mais desenvolvidos, como é o caso de Sorocaba, os repertórios estilísticos vinculados ao barroco e ao neoclássico tem o seu período de gestação defasado, já que datamos as reformas relacionadas ao primeiro estilo entre 1860 e 1870 e aquelas vinculadas ao segundo ocorreram somente no início deste século.

Durante os estudos que, em 1976, culminaram com o tombamento do mosteiro de São Bento de Sorocaba pelo CONDEPHAAT, a historiadora Julita Scarano, após salientar aqueles aspectos do edifício que a levaram a afirmar que do "ponto de vista histórico é bastante significativo", restringiu a sua apreciação arquitetônica à seguinte constatação:

*"Esse mosteiro, quando da visita de Zaluar em 1860, 61, não lhe pareceu merecer destaque pela sua arquitetura ou arte. Apresenta entretanto algumas características importantes, sobretudo suas paredes de taipa."*⁴

Se, para além das "paredes de taipa", elucidamos por meio do nosso trabalho pelo menos uma parte dessas importantes características arquitetônicas, teremos já atingido os objetivos a que nos propusemos.

⁴ SCARANO, Julita. *Mosteiro de Sorocaba*. São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia, [s.d.], mimeografado, p. 5.

Figuras do capítulo I

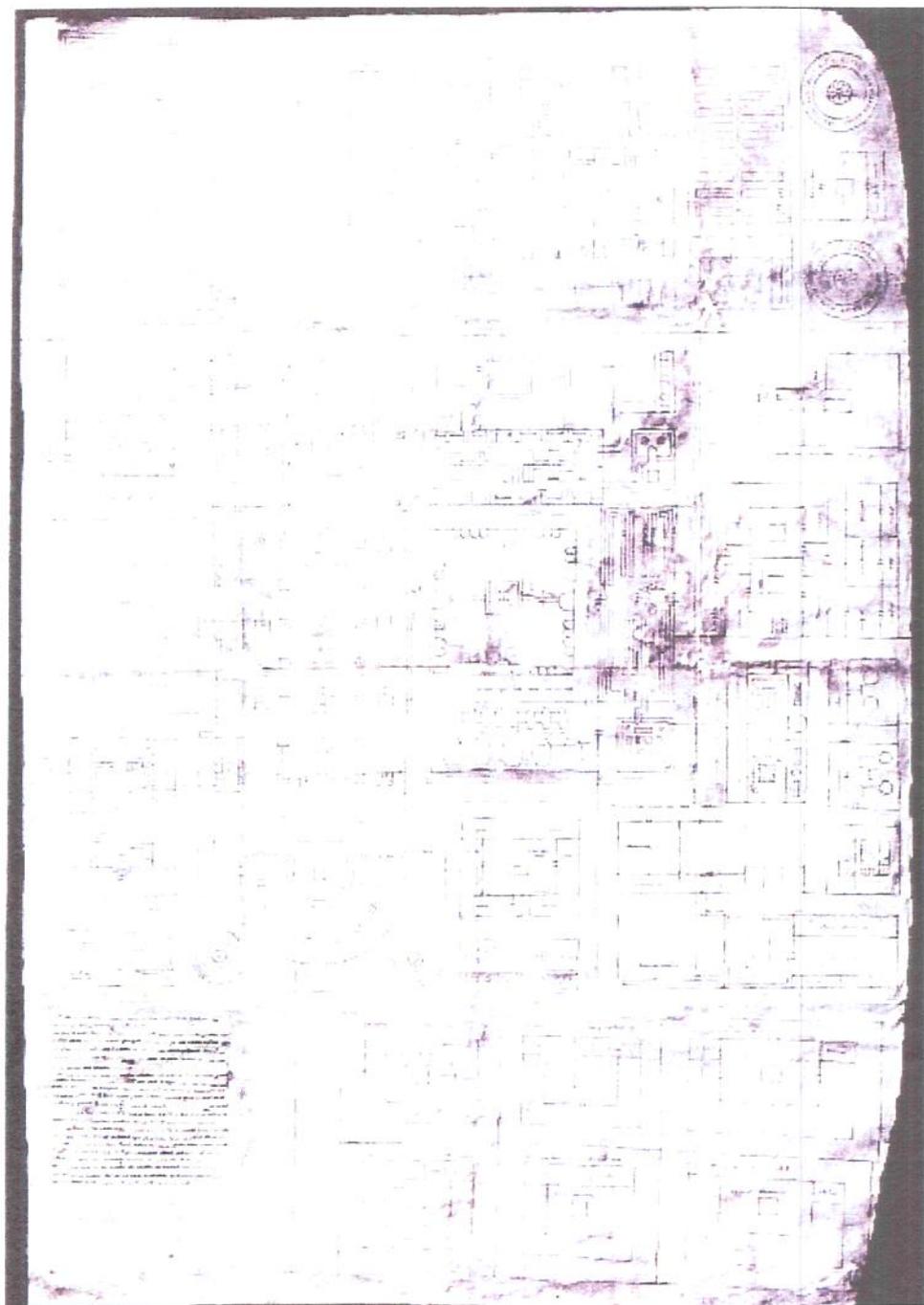
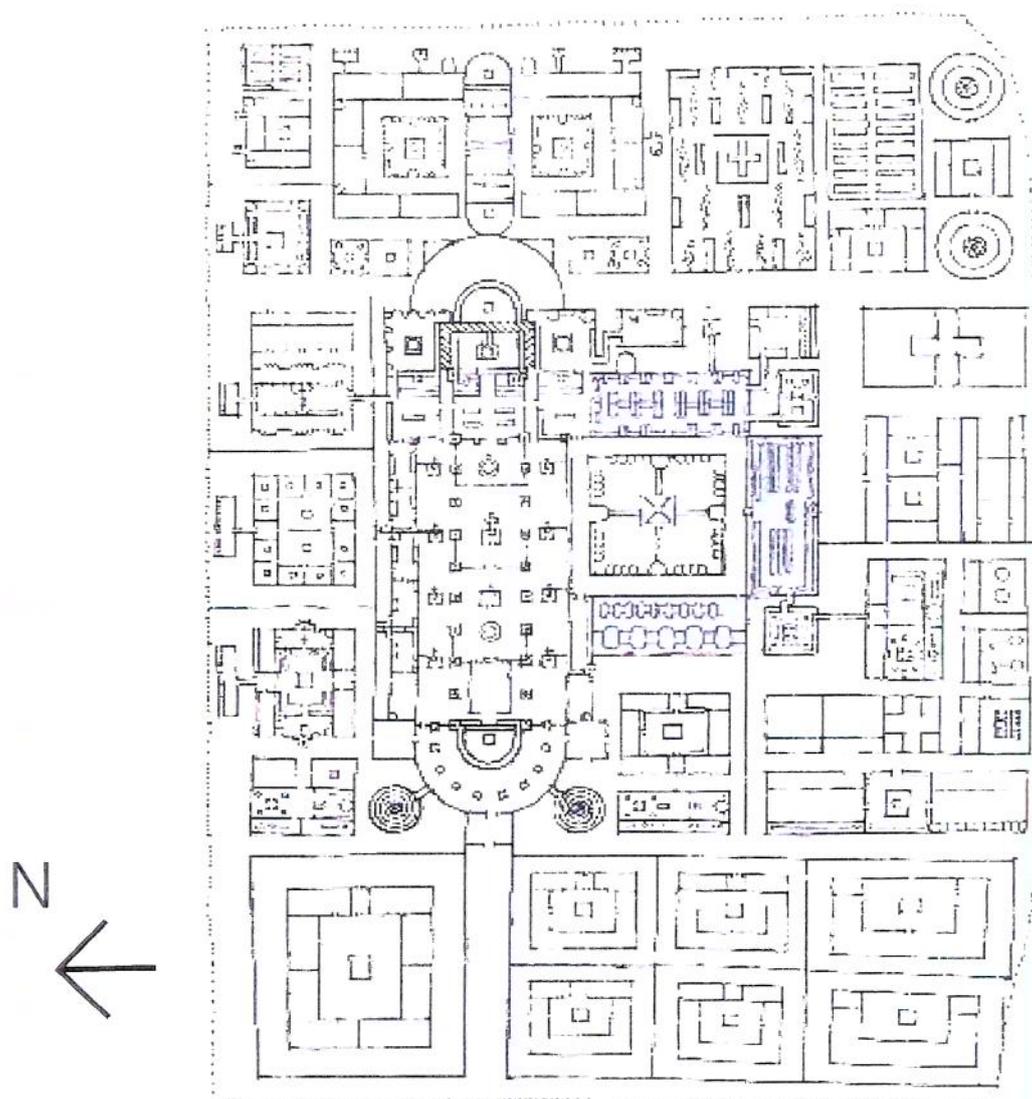


Figura I.1 - Sankt Gallen, Suíça. O plano do mosteiro de Sankt Gallen

Publicada em BRAUNFELS, Wolfgang. *Monasteries of Western Europe: the architecture of the orders*. London, Thames and Hudson Ltd., 1993, p. 38.



O plano do mosteiro de Sankt Gallen, por volta de 825. Biblioteca Abacial de Sankt Gallen, Cod. Sang. 1092. Desenhos dos contornos.

Figura I. 2 - Sankt Gallen, Suíça. O plano do mosteiro de Sankt Gallen.

Publicada no folheto da Exposição "A Cultura da Abadia de Sankt Gallen". Museu da Casa Brasileira, 1 a 26 de agosto de 1996, p. 5.

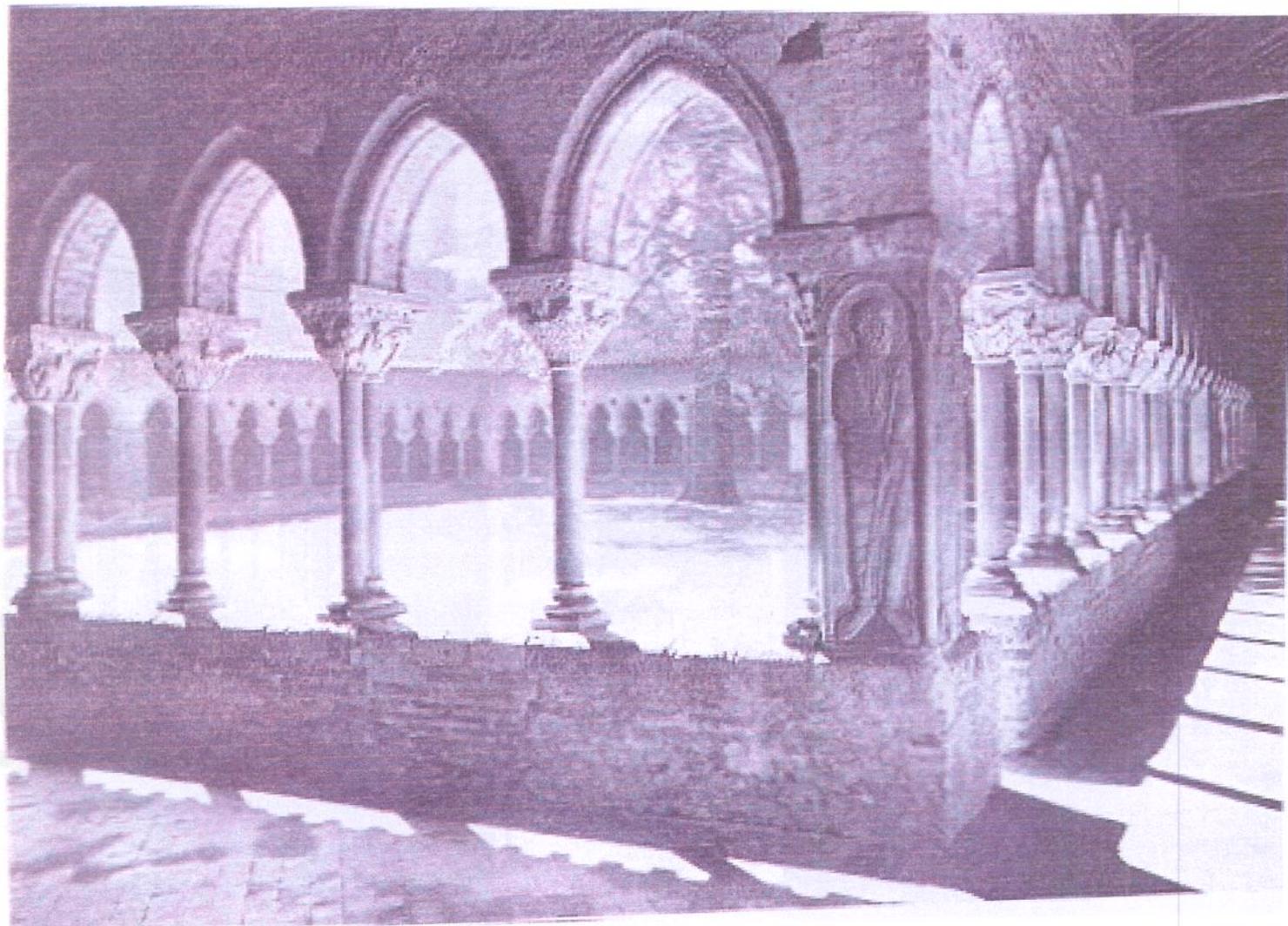


Figura I. 3 - Moissac, França. Mosteiro de Moissac. Claustro.

Publicada em BRAUNFELS, Wolfgang. *Monasteries of Western Europe: the architecture of the orders*. London, Thames and Hudson Ltd., 1993, p. 64.

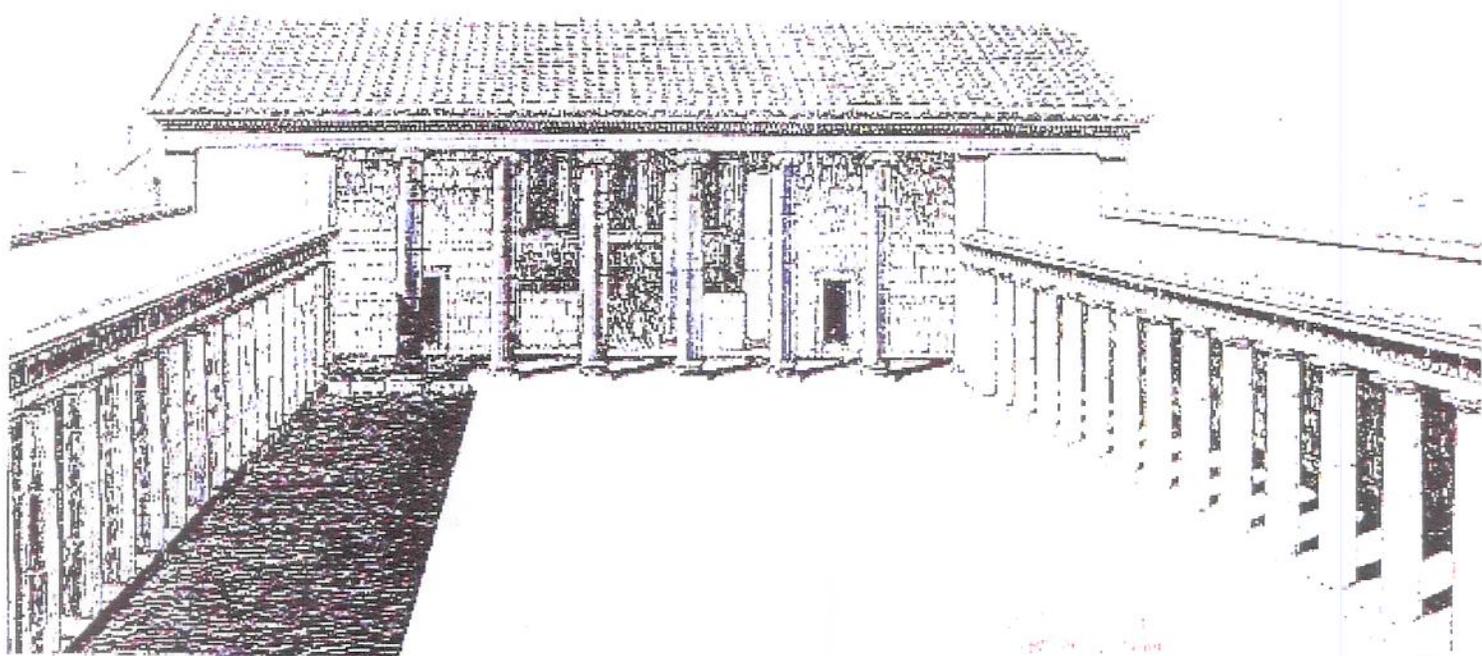


Figura I. 4 - Mileto, Grécia. Palestra, restituição gráfica (segundo A. Von Gerkan e F. Krischen. Milet, I, 9, pl. VI).

Publicada em FRAZER, Alfred Knox. Modes of European courtyard design before the Medieval cloister. *Gesta* 12, n. 1-2: 1-12, 1973, p. 2.

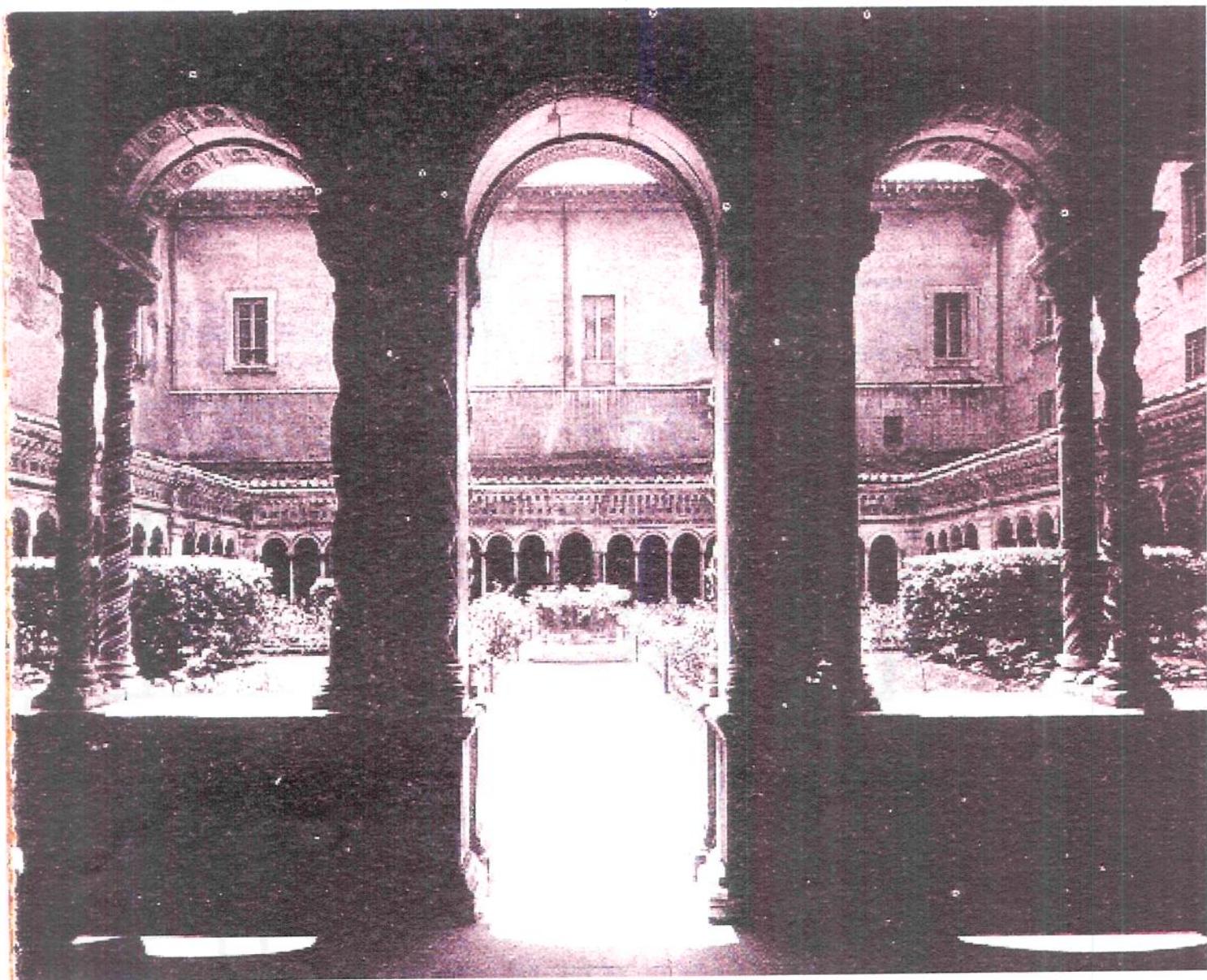
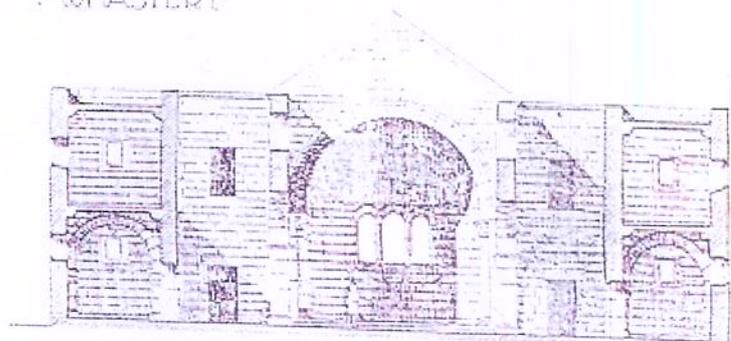


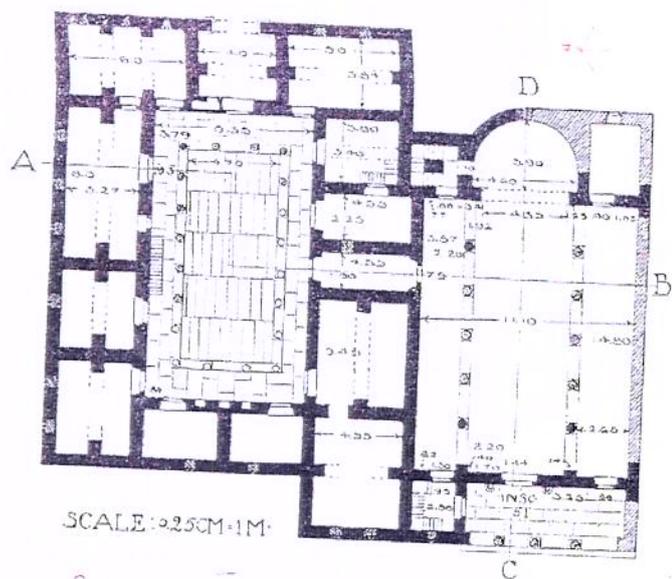
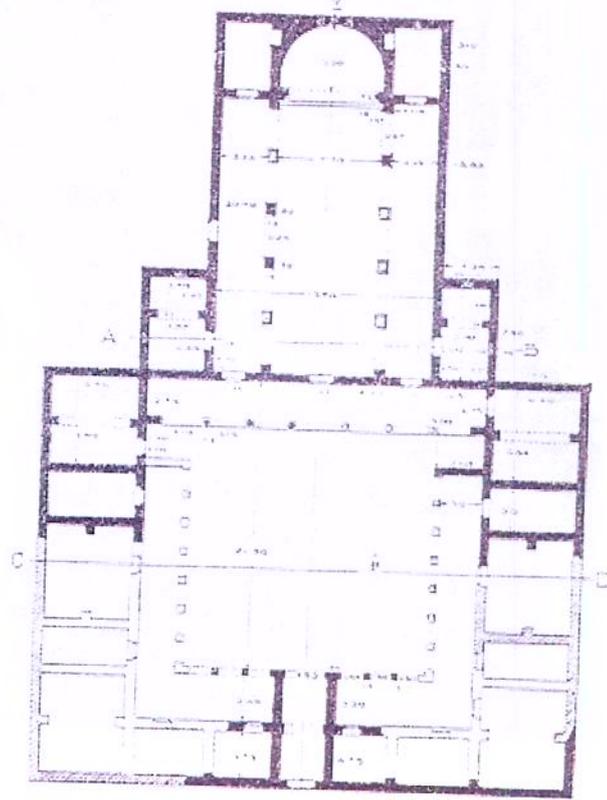
Figura I. 5 - Roma, Itália. S. Paolo fuori le Mura. Claustro.

Publicada em MASSON, Georgina. *Italian Gardens*. New York, Harry N. Abrams, Inc. Publishers, s.d., p. 47.

ID-DÊR-
MONASTERY



SECTION A-B RESTORED



SCALE: 1:25CM=1M



Figura I. 6 - Umm-is-Surab, sul da Síria. Convento de SS. Sergios e Bacchos. 489 d.C..
Planta (segundo Butler, 1929, p. 47, fig. 45).

Id-Dêr, sul da Síria. Mosteiro, séc. V. Planta e corte (segundo Butler, 1929, 88, fig.91)

Publicada em HORN, Walter William. On the origins of the medieval cloister. *Gesta* 12, n. 1-2: 13-52, 1973, pp. 20-21.

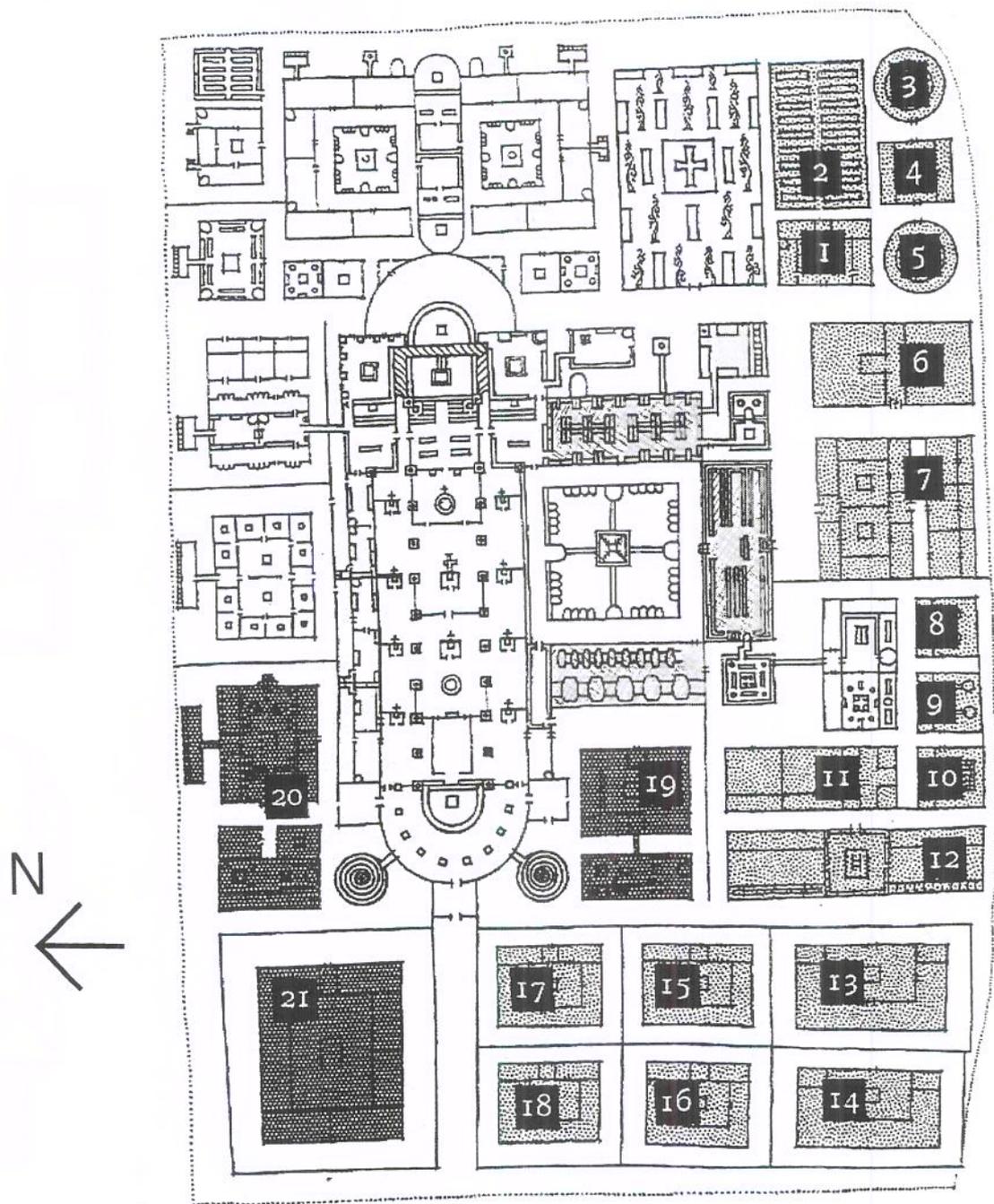


Figura I. 7 - Sankt Gallen, Suíça. O plano do mosteiro de Sankt Gallen.

Publicada em HORN, Walter William. On the origins of the medieval cloister. *Gesta* 12, n. 1-2: 13-52, 1973, p. 41.

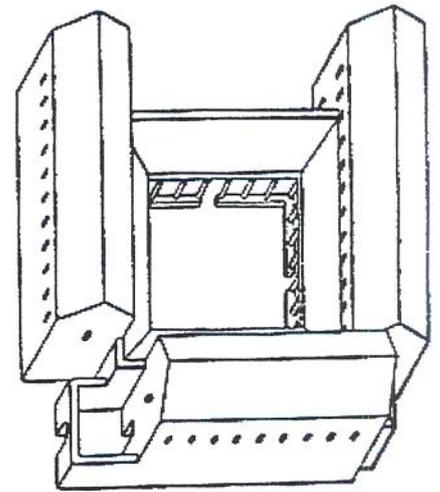
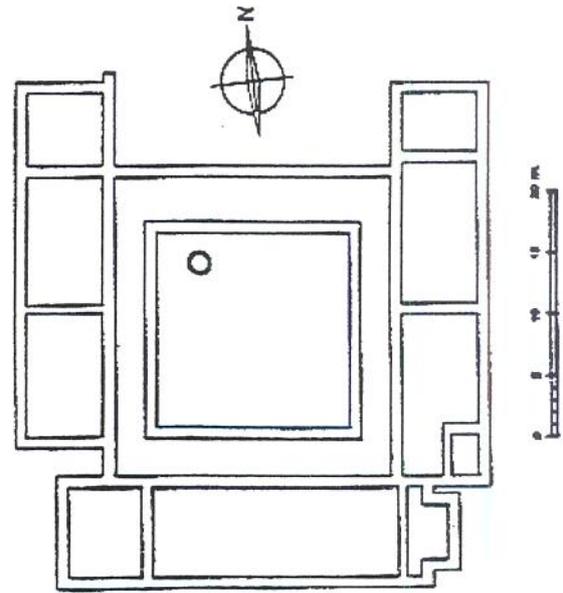


Figura I. 8 - Lorsch, Alemanha. Mosteiro do abade Gundeland, 765-775.
Planta e reconstrução isométrica (segundo Selzer, 1955, 14 e Behn, 1949, pl.1)

Publicada em HORN, Walter William. On the origins of the medieval cloister. *Gesta* 12, n. 1-2: 13-52, 1973, p. 42.

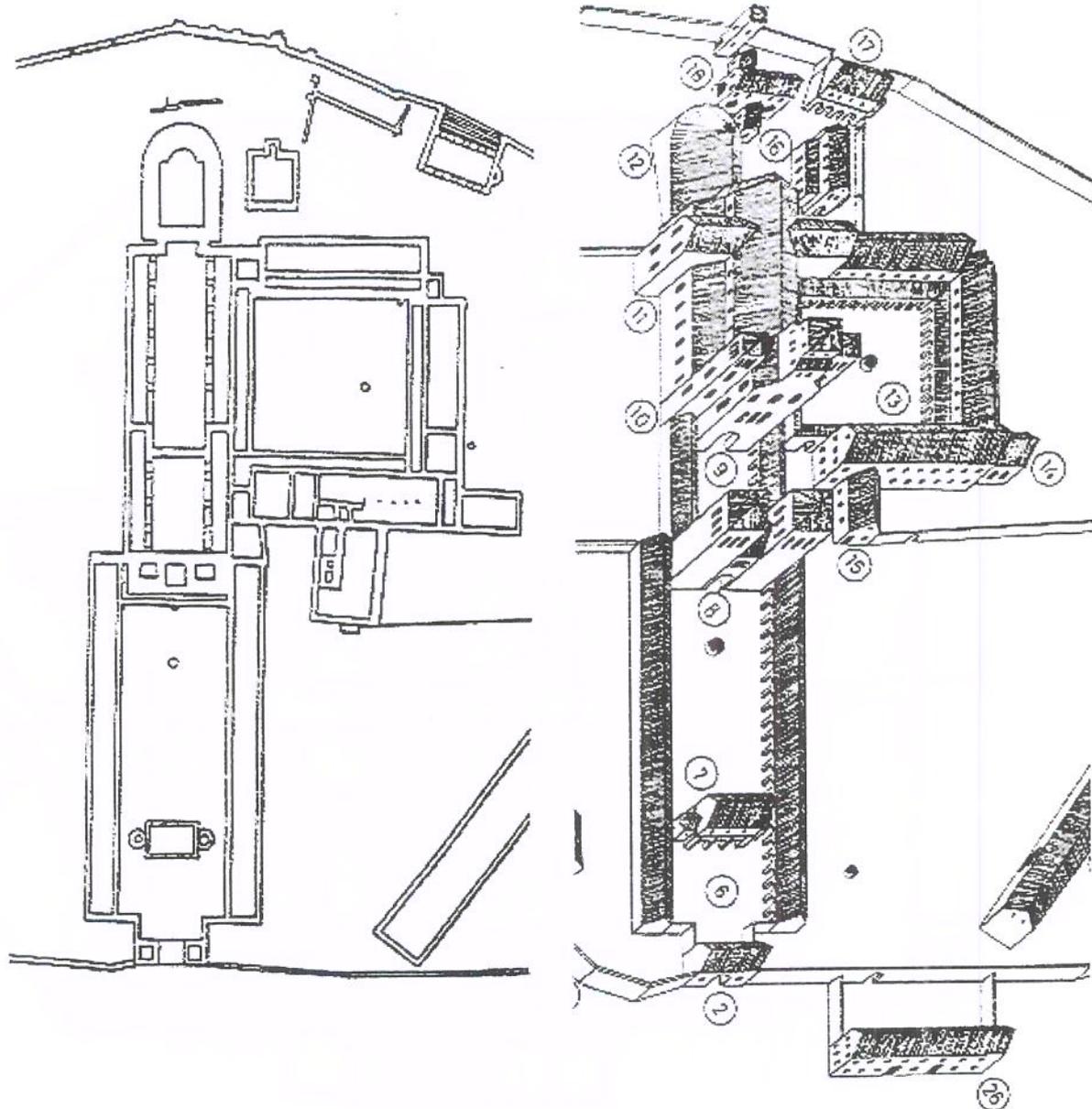


Figura I. 9 - Lorsch, Alemanha. Mosteiro do abade Richbold, 784-804.
Planta e reconstrução isométrica (segundo Behn, 1964, 117 e Selzer, 1964, 127).

Publicada em HORN, Walter William. On the origins of the medieval cloister. *Gesta* 12, n. 1-2: 13-52, 1973, p. 44.

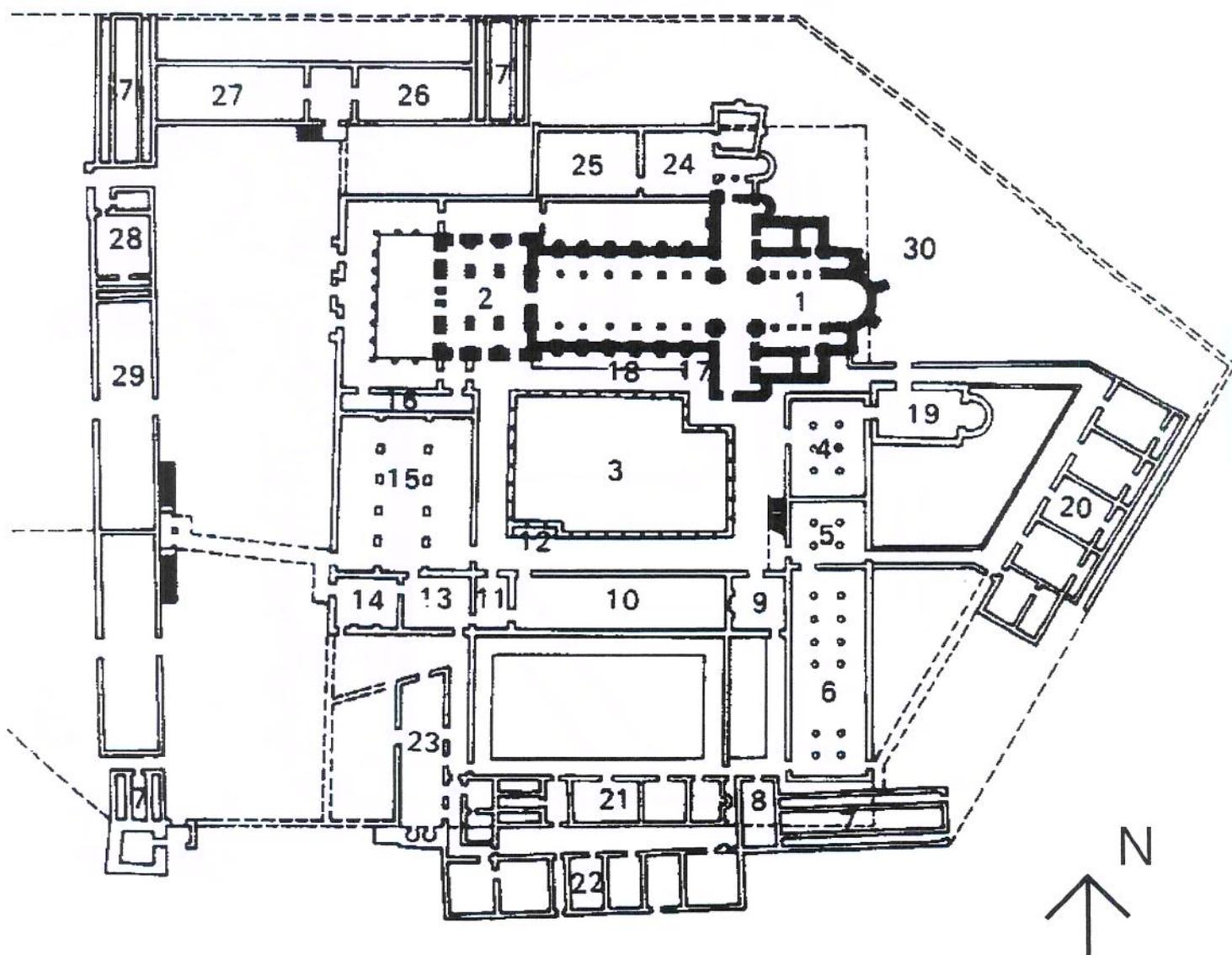


Figura 1.10 - Cluny, França. Planta do mosteiro de Cluny II, cerca de 1043 (segundo Conant)

Publicada em BRAUNFELS, Wolfgang. *Monasteries of Western Europe: the architecture of the orders*. London, Thames and Hudson Ltd., 1993, p. 55.

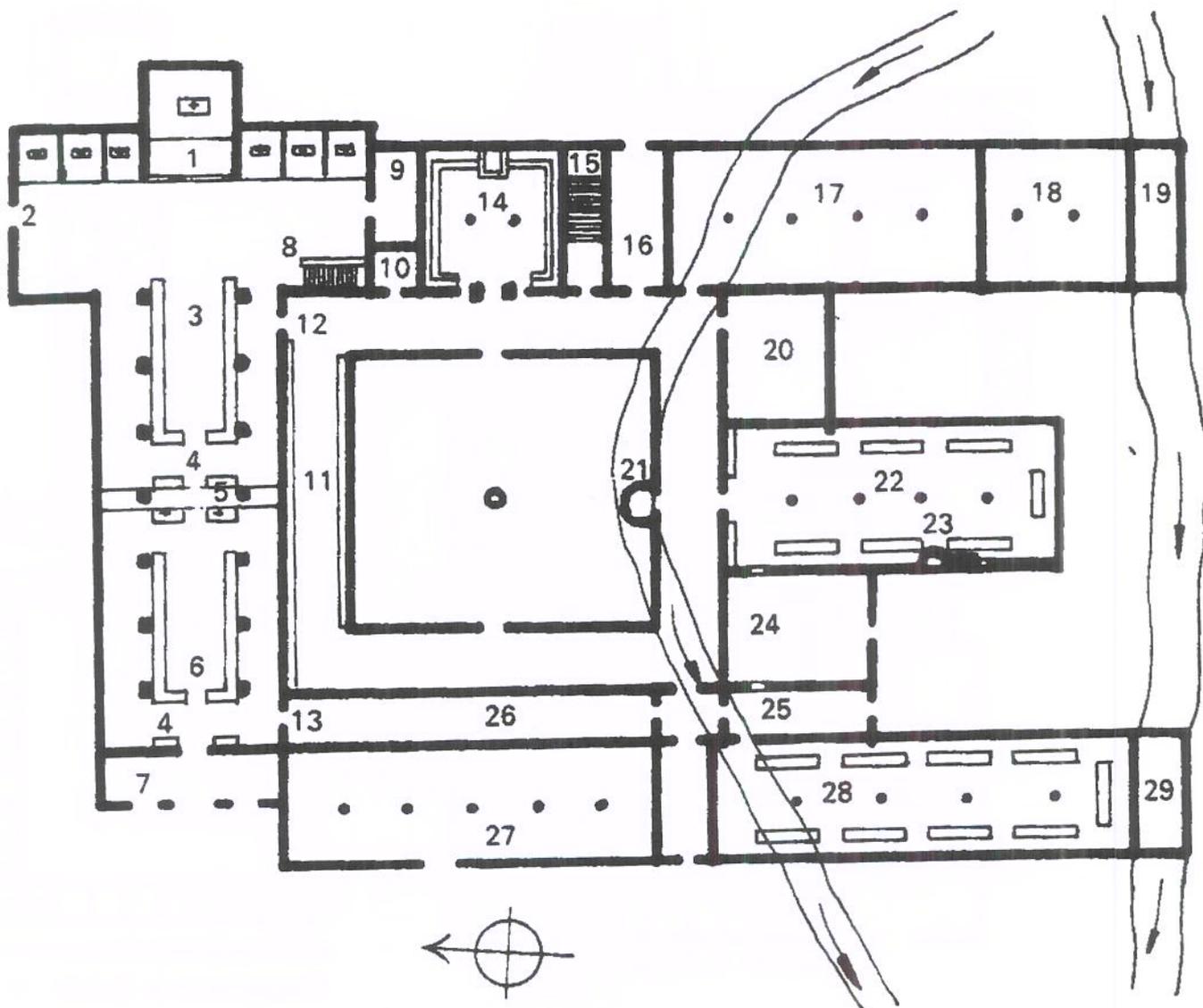


Figura I.11 - Plano do mosteiro cisterciense ideal (segundo Marcel Aubert e Father Dimier)

Publicada em BRAUNFELS, Wolfgang. *Monasteries of Western Europe: the architecture of the orders*. London, Thames and Hudson Ltd., 1993, p. 75.

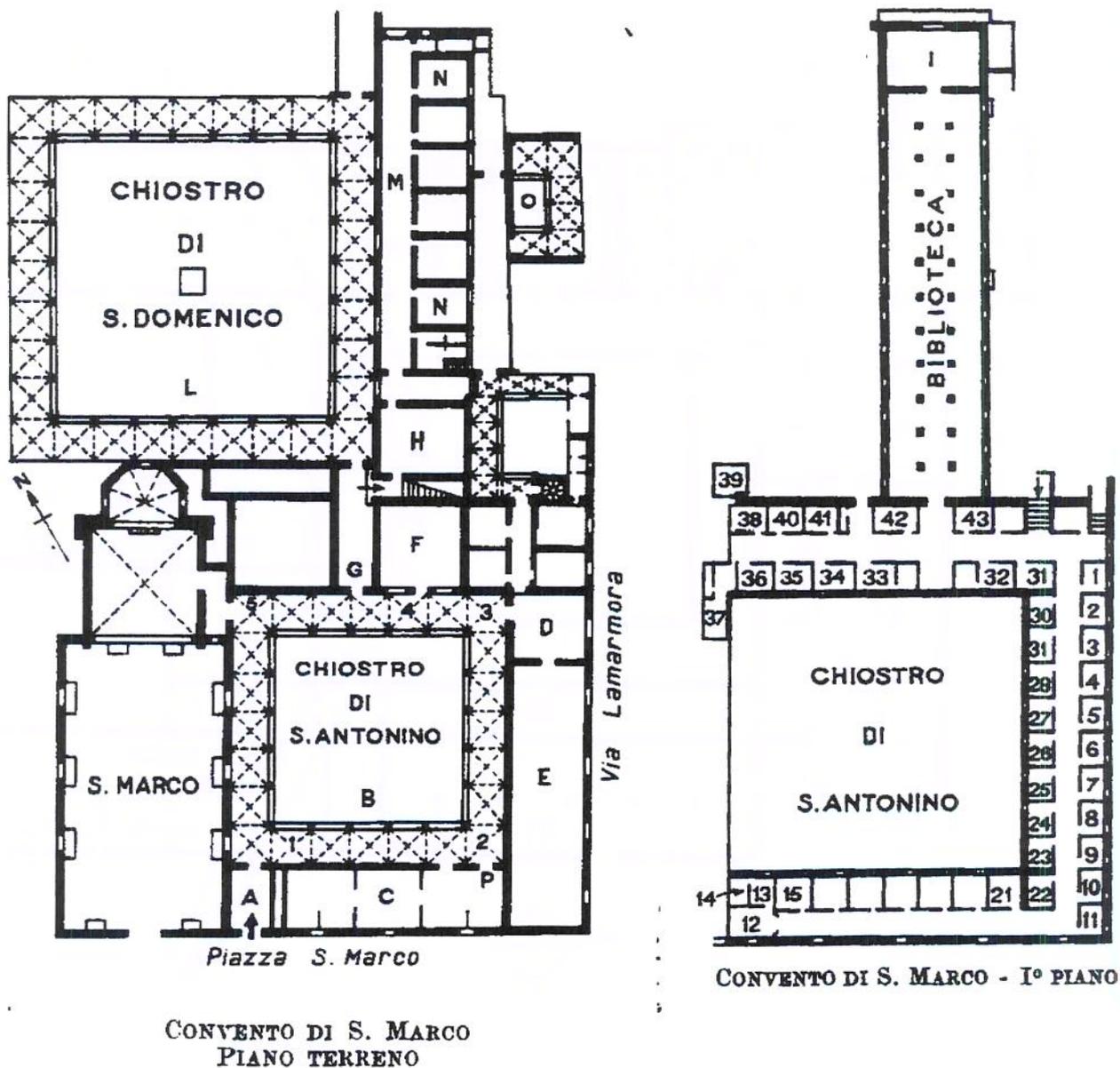


Figura 1.12 - Florença, Itália. Convento de San Marco. Plantas térreo e primeiro pavimento

Publicada em *Guida d'Italia del Touring Club Italiano - Firenze e dintorni*, Milão, Touring Club Italiano, 1974, pp. 242 e 245.



Figura I.13 - Mire de Tibães, Portugal. Igreja e Mosteiro de S. Martinho de Tibães

Publicada em GIL, Júlio. *As mais belas igrejas de Portugal*. Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 1992, p.45.



Figura I.14 - Santo Tirso, Portugal. Mosteiro de São Bento. Claustro

Publicada em GIL, Júlio. *As mais belas igrejas de Portugal*. Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 1992, p.73.

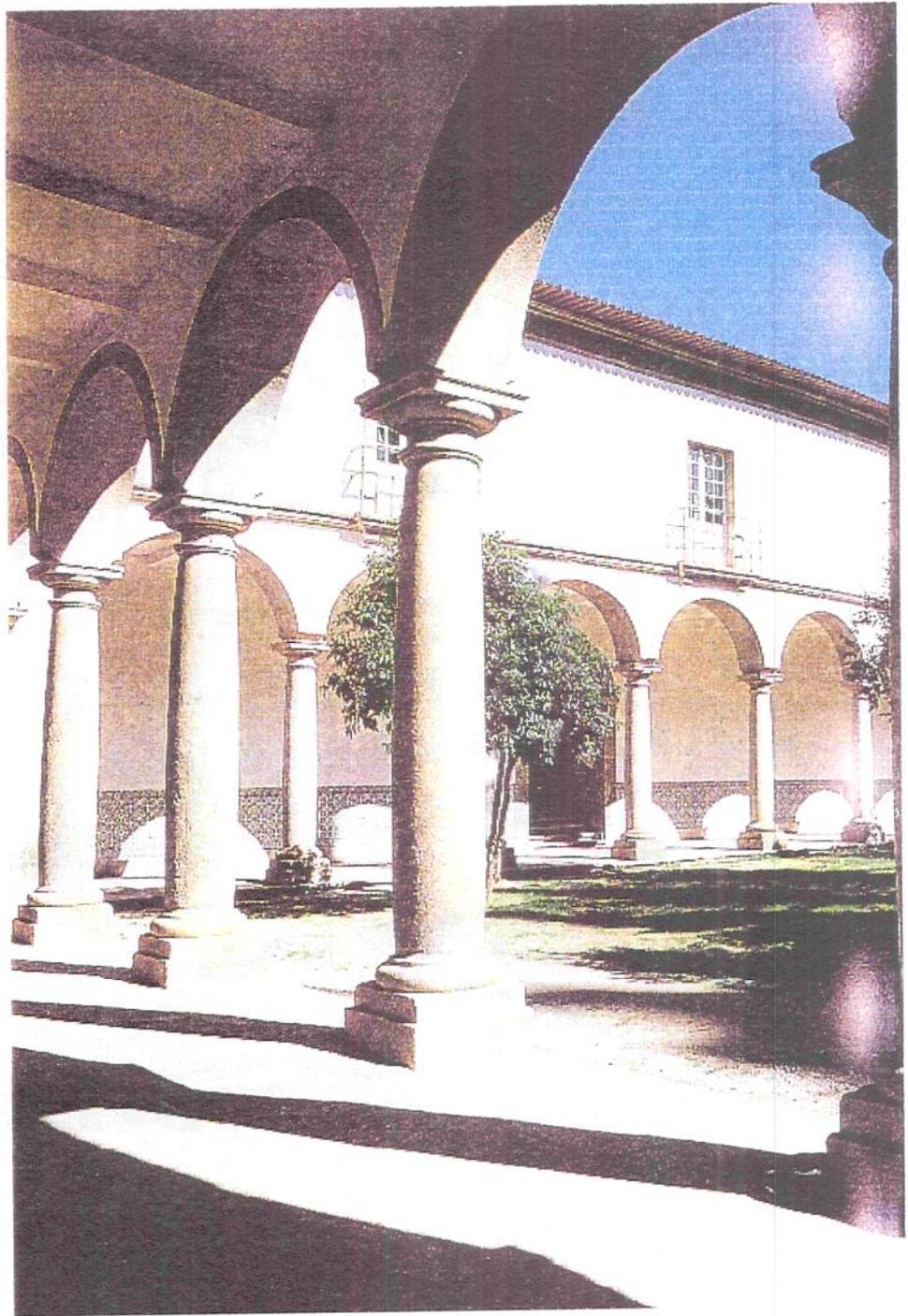


Figura I.15 - Cabeceiras de Basto, Portugal. Mosteiro de Refojos de Basto. Claustro

Publicada em GIL, Júlio. *As mais belas igrejas de Portugal*. Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 1992, p.94.

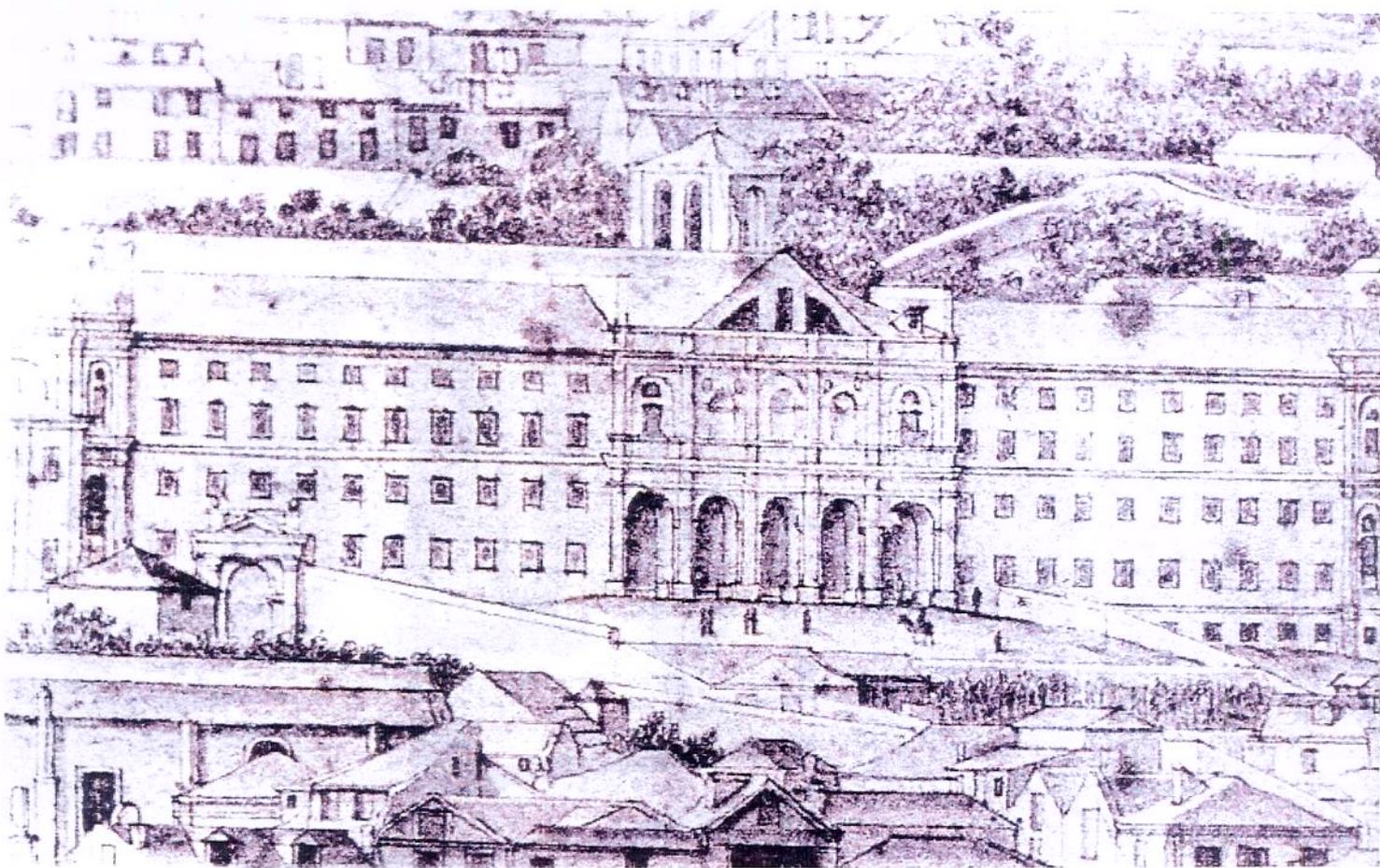


Figura 1.16 - Lisboa, Portugal. Mosteiro de São Bento. Vista externa (Cerca de 1767)

Publicada em KUBLER, George. *A Arquitetura portuguesa chã entre as especiarias e os diamantes. 1521-1706*. Lisboa, Veja Editora, 1985, gravura 20.

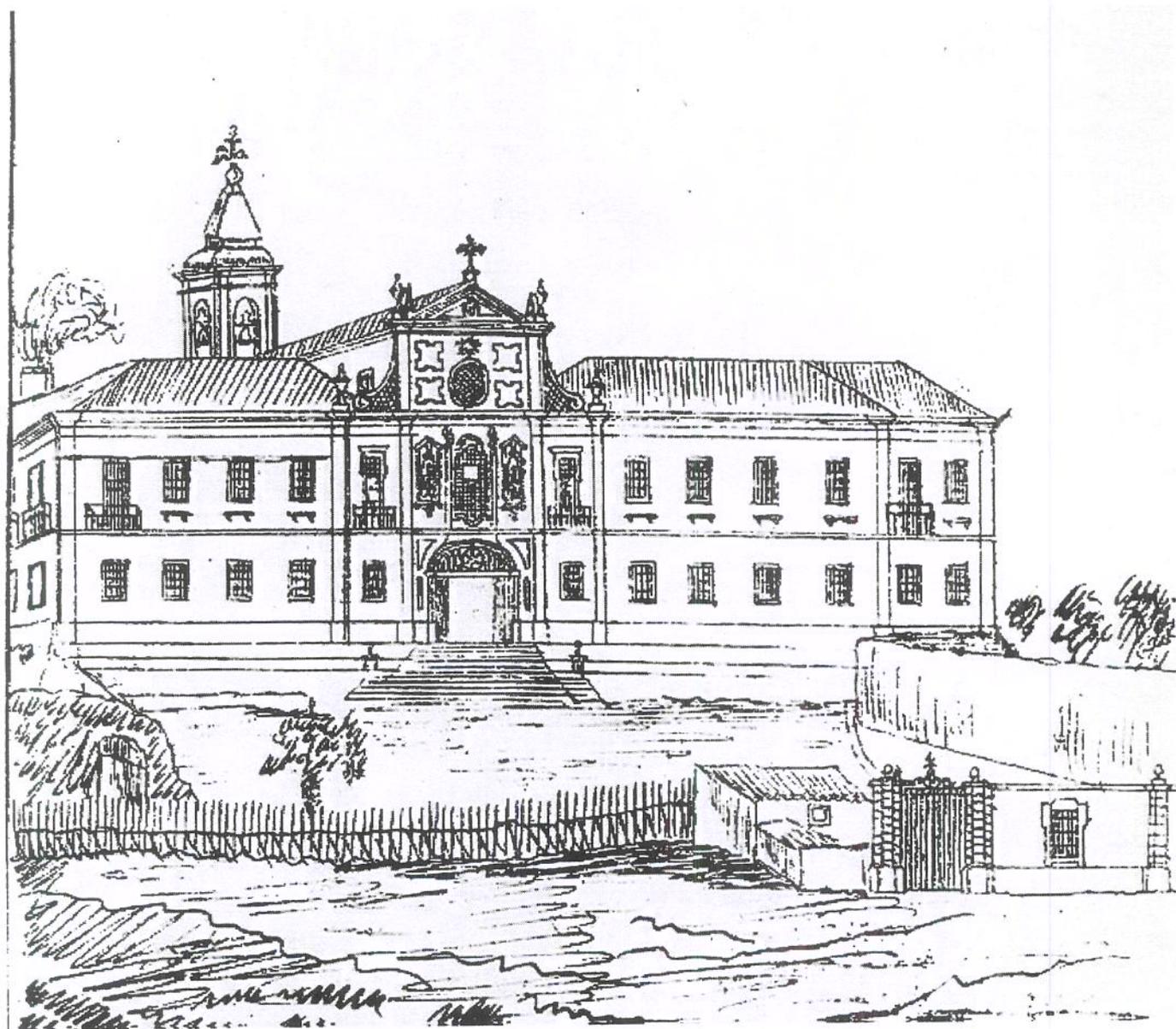


Figura I.17 - Lisboa, Portugal. Colégio de Nossa Senhora da Estrela. Vista geral (cópia de um desenho de Luís Gonzaga Pereira de 1833)

Publicada em SMITH, Robert. Dois Estudos Beneditinos. *Belas Artes - Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes*, nº 27: 69-101, 1972, fig. 5.

Figuras do capítulo II

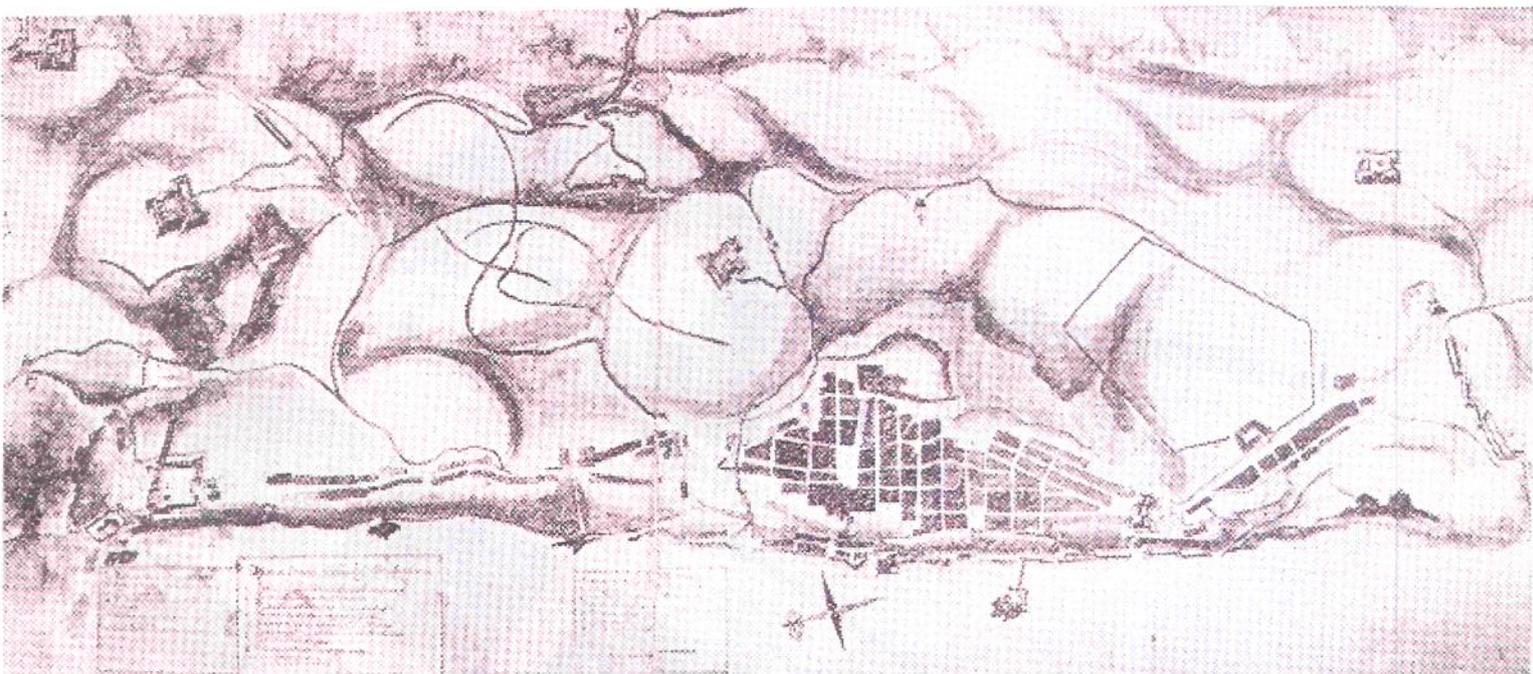
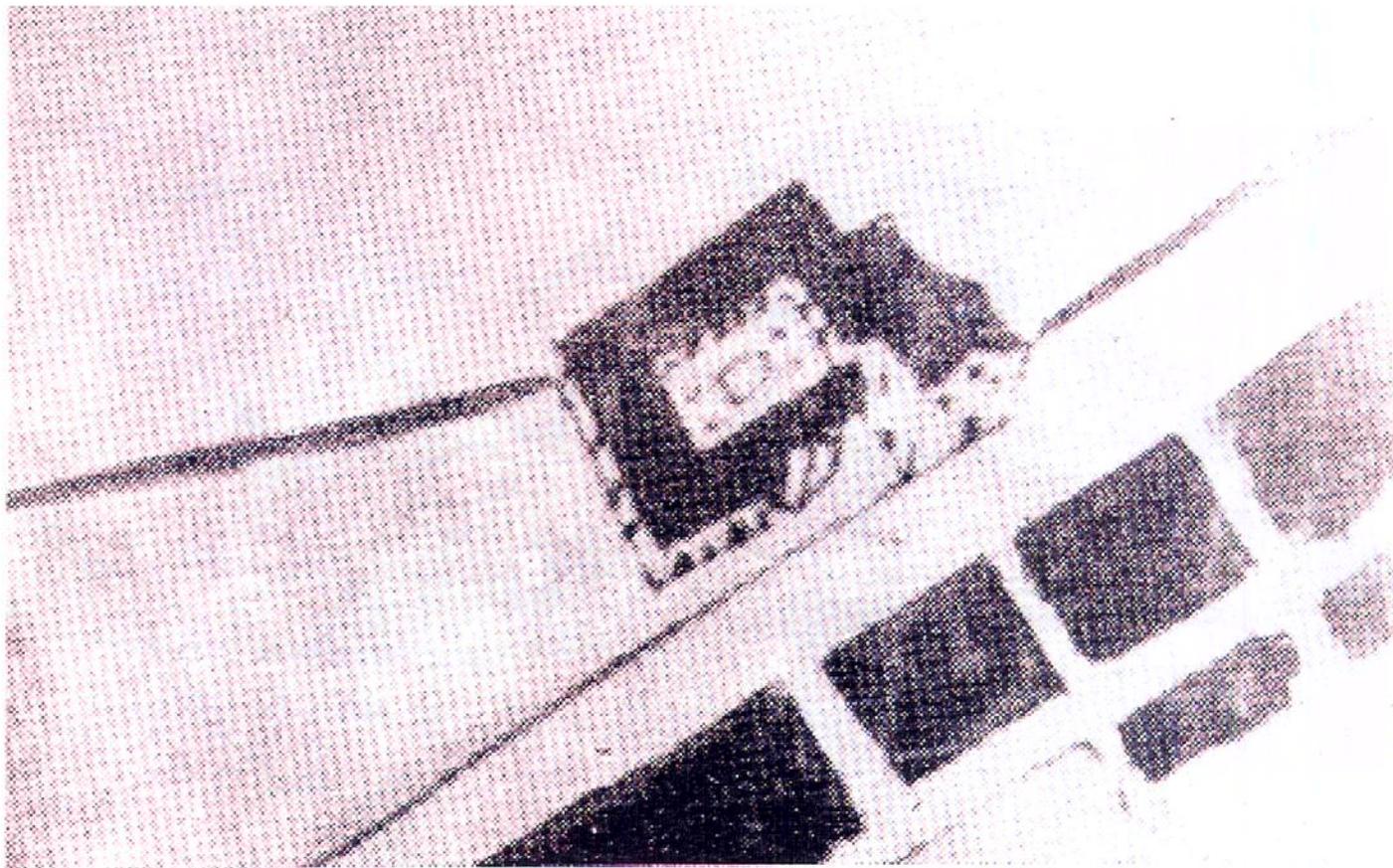


Figura II. 1 - Planta da cidade de Salvador - 1638.

Publicada em REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1968, p. 198, fig. 13.



N ↙

Figura II. 2 - Planta da cidade de Salvador - 1638 - Mosteiro de São Bento (Detalhe da Figura II.1)

Publicada em REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1968, p.226, fig. 61.

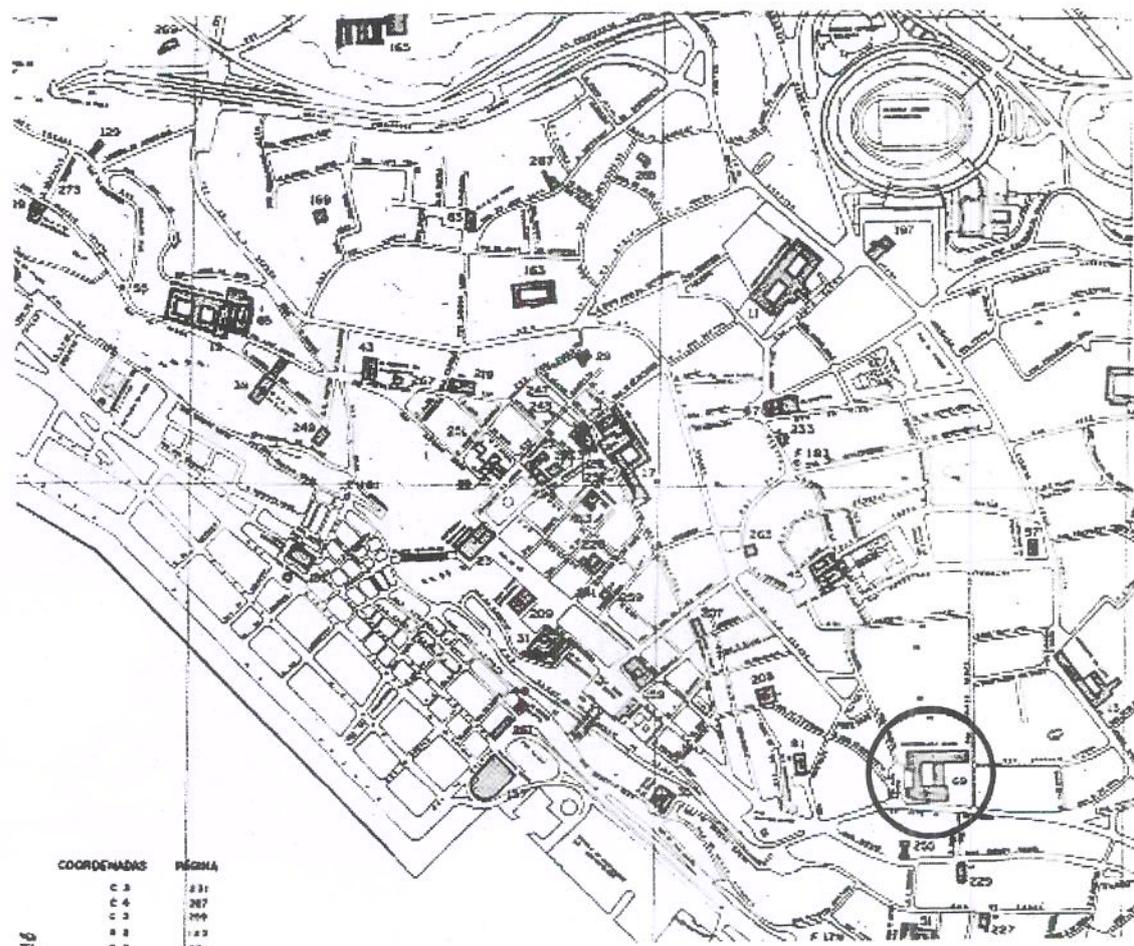


Figura II. 3 - Planta da cidade de Salvador - 1975.

Publicada em *IPAC - BA: inventário de proteção do acervo cultural, vol. I - monumentos do município de Salvador - Bahia*. Salvador, Secretaria da Indústria e Comércio, 1975, p. 7

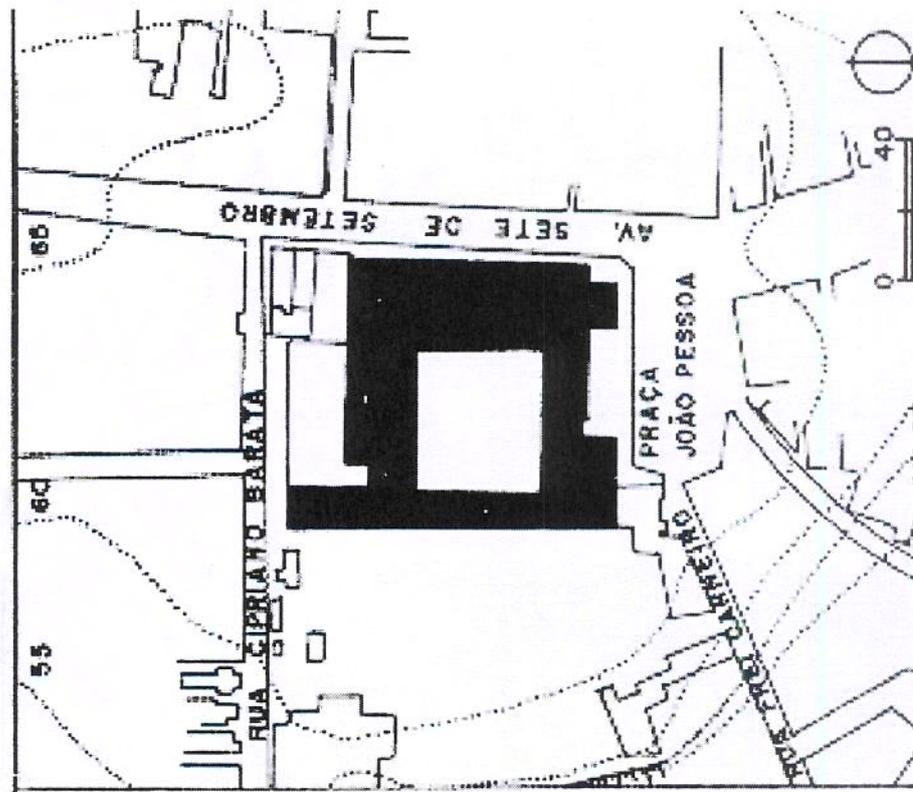


Figura II. 4 - Mosteiro de São Bento de Salvador - Implantação.

Publicada em *IPAC - BA: inventário de proteção do acervo cultural, vol. I - monumentos do município de Salvador - Bahia*. Salvador, Secretaria da Indústria e Comércio, 1975, p. 70.

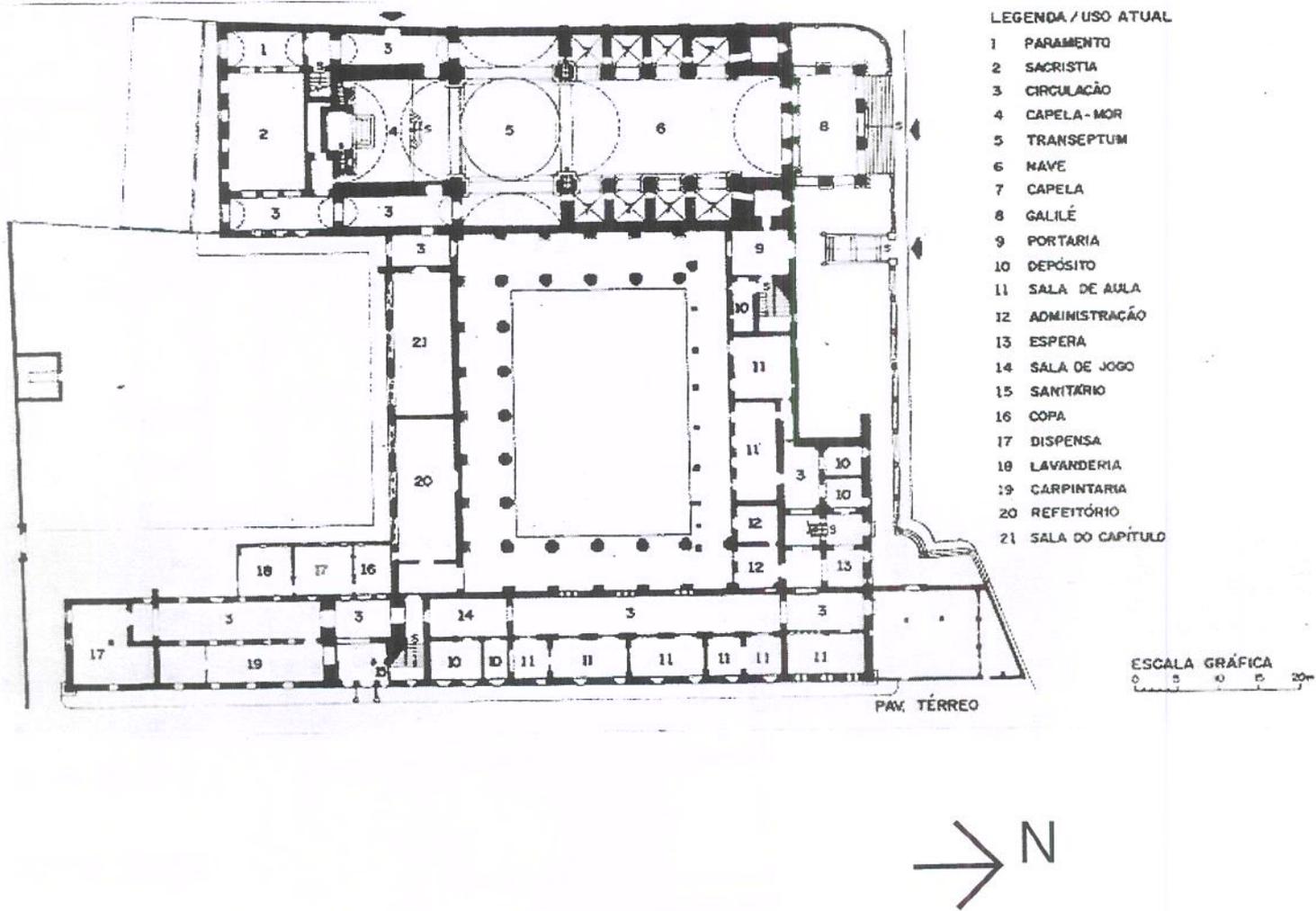
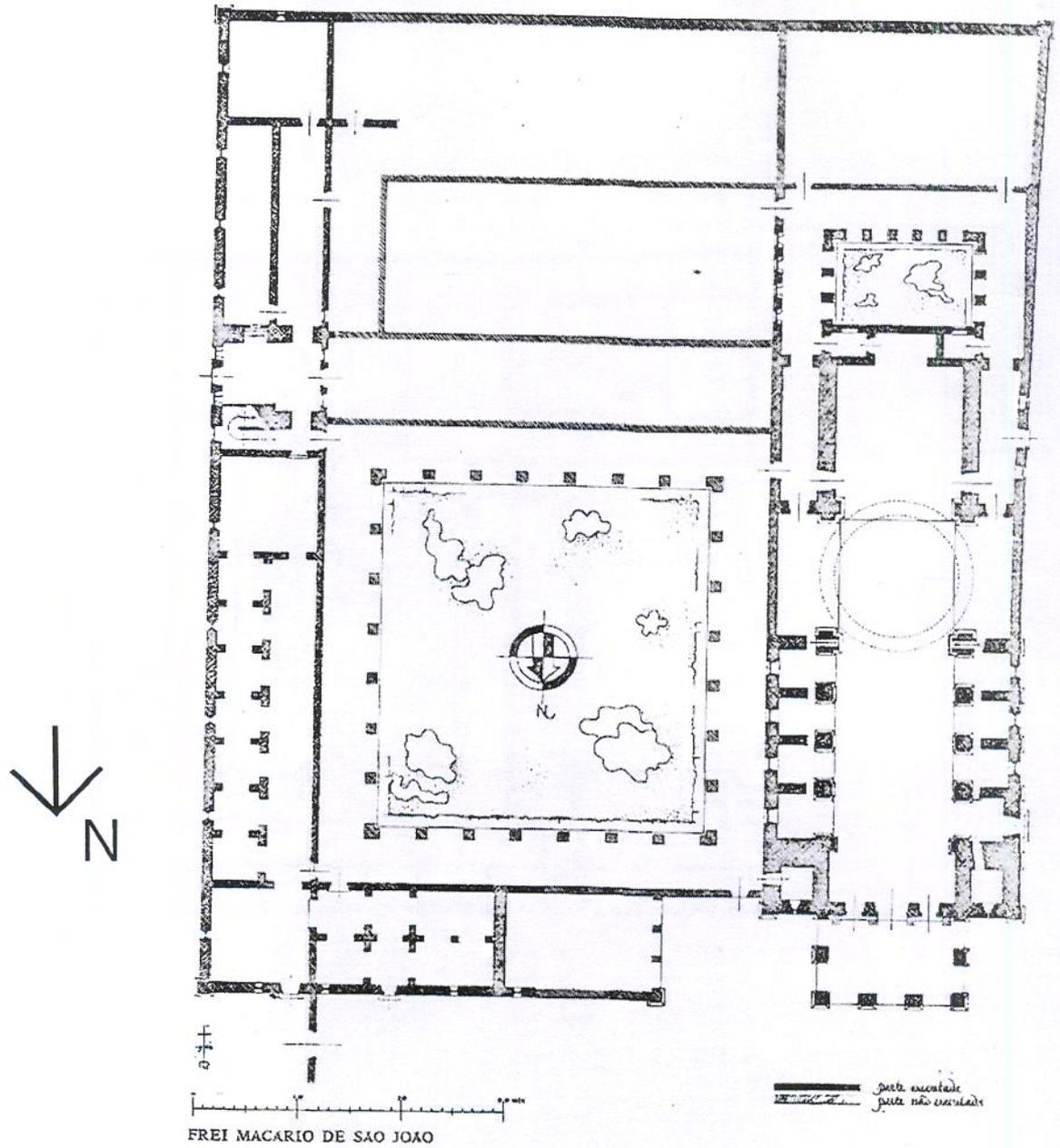


Figura II. 5 - Mosteiro de São Bento de Salvador - Planta do pavimento térreo.

Publicada em IPAC - BA: inventário de proteção do acervo cultural, vol. I - monumentos do município de Salvador - Bahia. Salvador, Secretaria da Indústria e Comércio, 1975, p. 69.



FREI MACARIO DE SAO JOAO

fig. 4. Planta do Mosteiro de São Bento, feita por Frei Macário de São João em 1650. Reconstituição feita por Irmão Paulo Lachenmayer. Texto ps. 93-99. 112

Figura II.6 - Mosteiro de São Bento de Salvador. Reconstituição da planta de Frei Macário de São João - 1650.

Publicada em SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da, OSB. *Os dois escultores Frei Agostinho da Piedade, Frei Agostinho de Jesus e o arquiteto Frei Macário de São João*. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1971, p. 112.

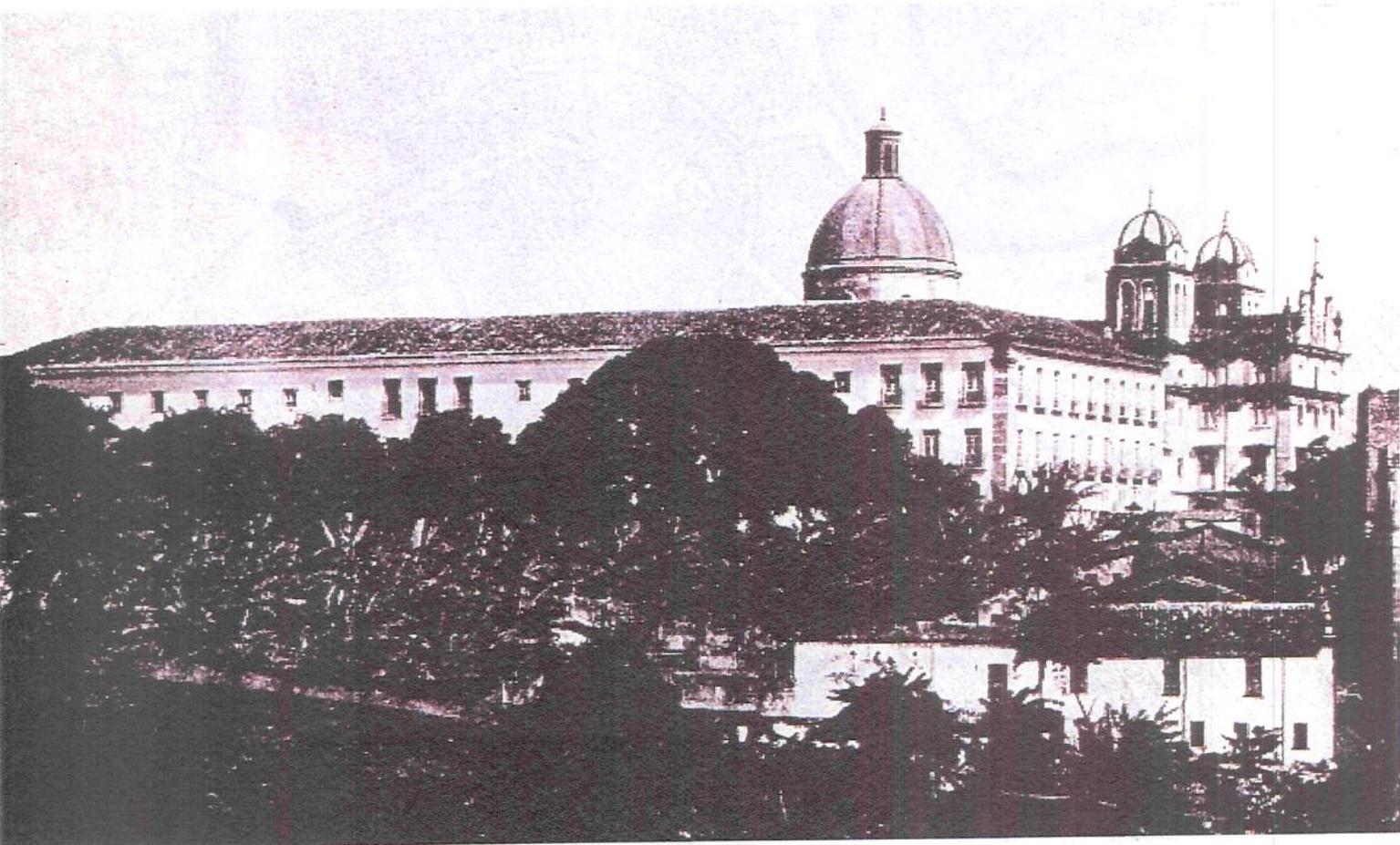


Figura II. 7 - Mosteiro de São Bento de Salvador. Vista externa.

Publicada em LUNA, D. Joaquim G. de, OSB. *Os monges beneditinos no Brasil*. Rio de Janeiro, Edições 'Lumen Christi', 1947, pp. 16-17.

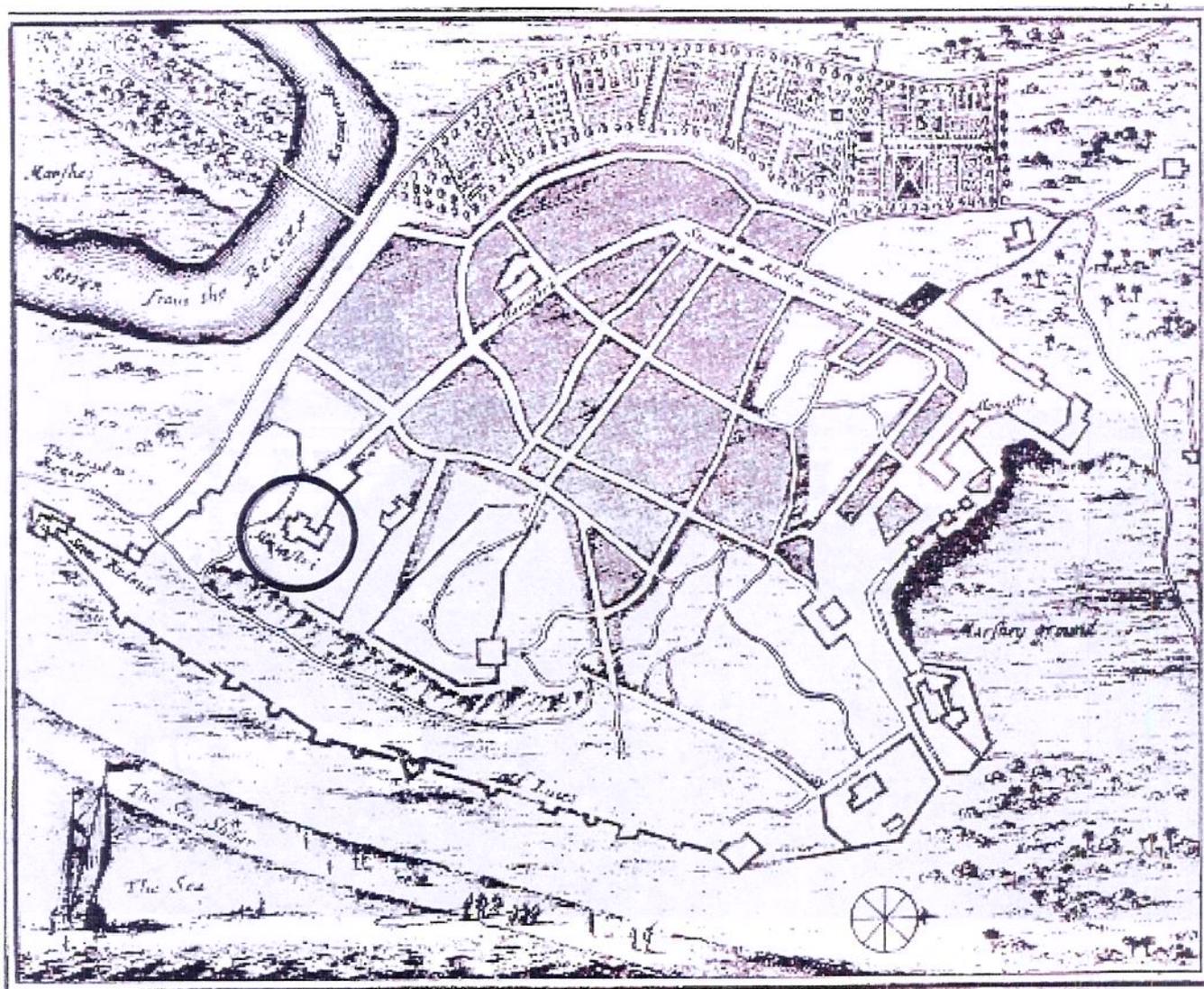


Figura II. 8 - Planta da cidade de Olinda - c. 1645.

Publicada em REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1968, p.204, fig. 20.

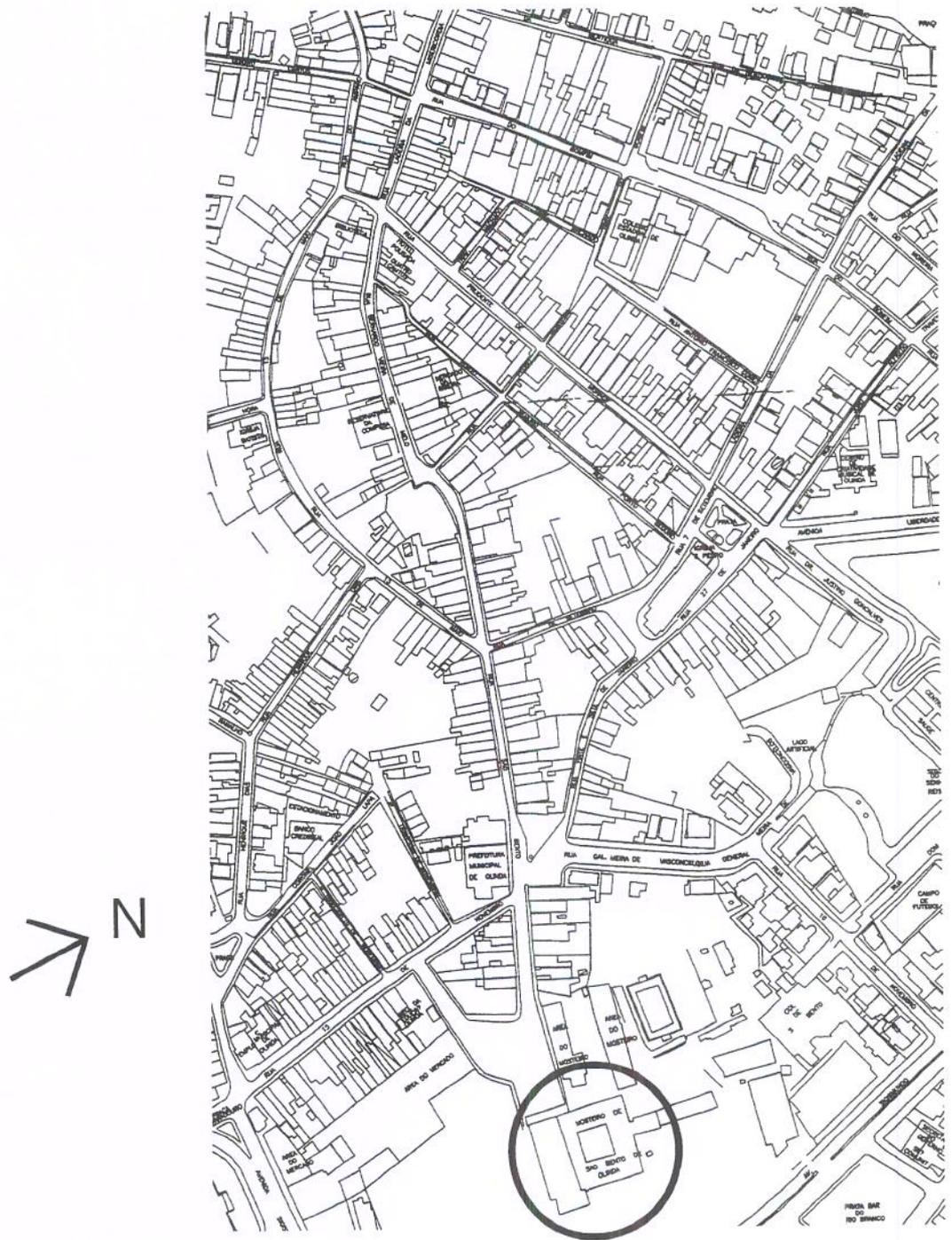


Figura II. 9 - Planta da cidade de Olinda - 1993.

Planta cadastral da cidade de Olinda - Escala 1: 2000. Executada pela Terrafoto em 1993. Pertence à prefeitura municipal de Olinda.

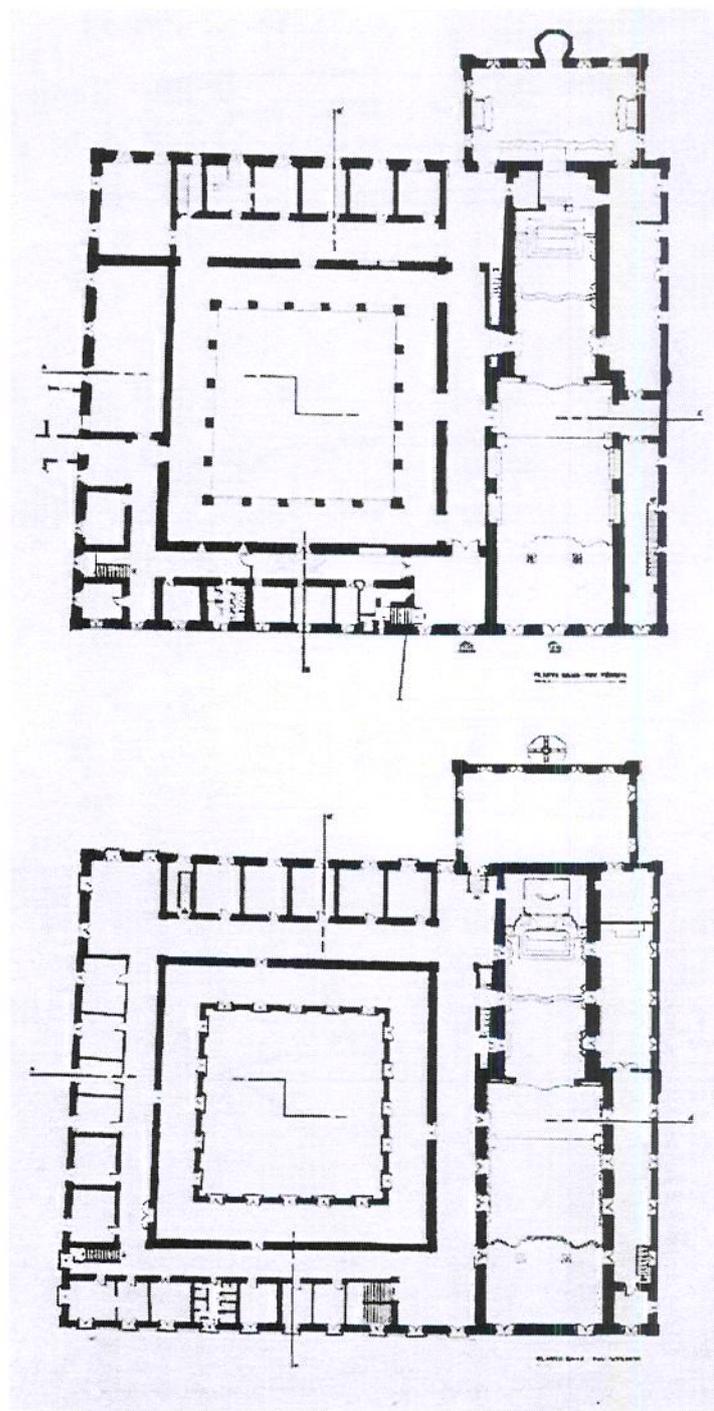


Figura II. 10 - Mosteiro de São Bento de Olinda - Plantas do pavimento térreo e do pavimento superior

Publicada em BONANNI, Hugo (coord.). *Benedictinos em Olinda: 400 anos*. São Paulo, Sanbra - Sociedade Algodoeira da Nordeste Brasileiro S. A., 1986, p. 146.

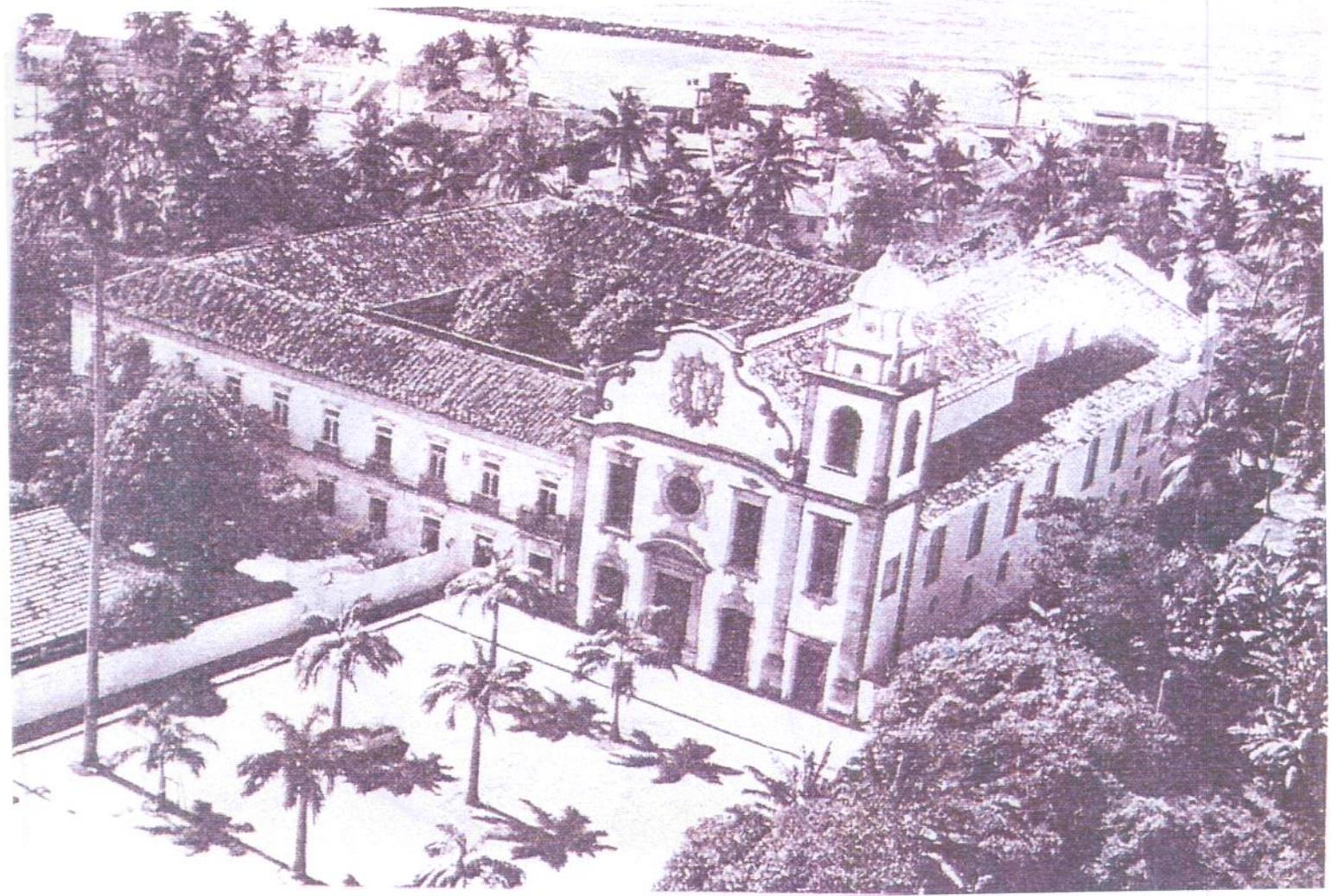


Figura II. 11 - Mosteiro de São Bento de Olinda. Vista externa

Publicada em LUCARELLI, Francesco. *Ouro Preto e Olinda: centri storici del Brasile 'memória' per l'umanità*. Napoli, Edizioni Scientifiche Italiane, 1985, fig. 45.

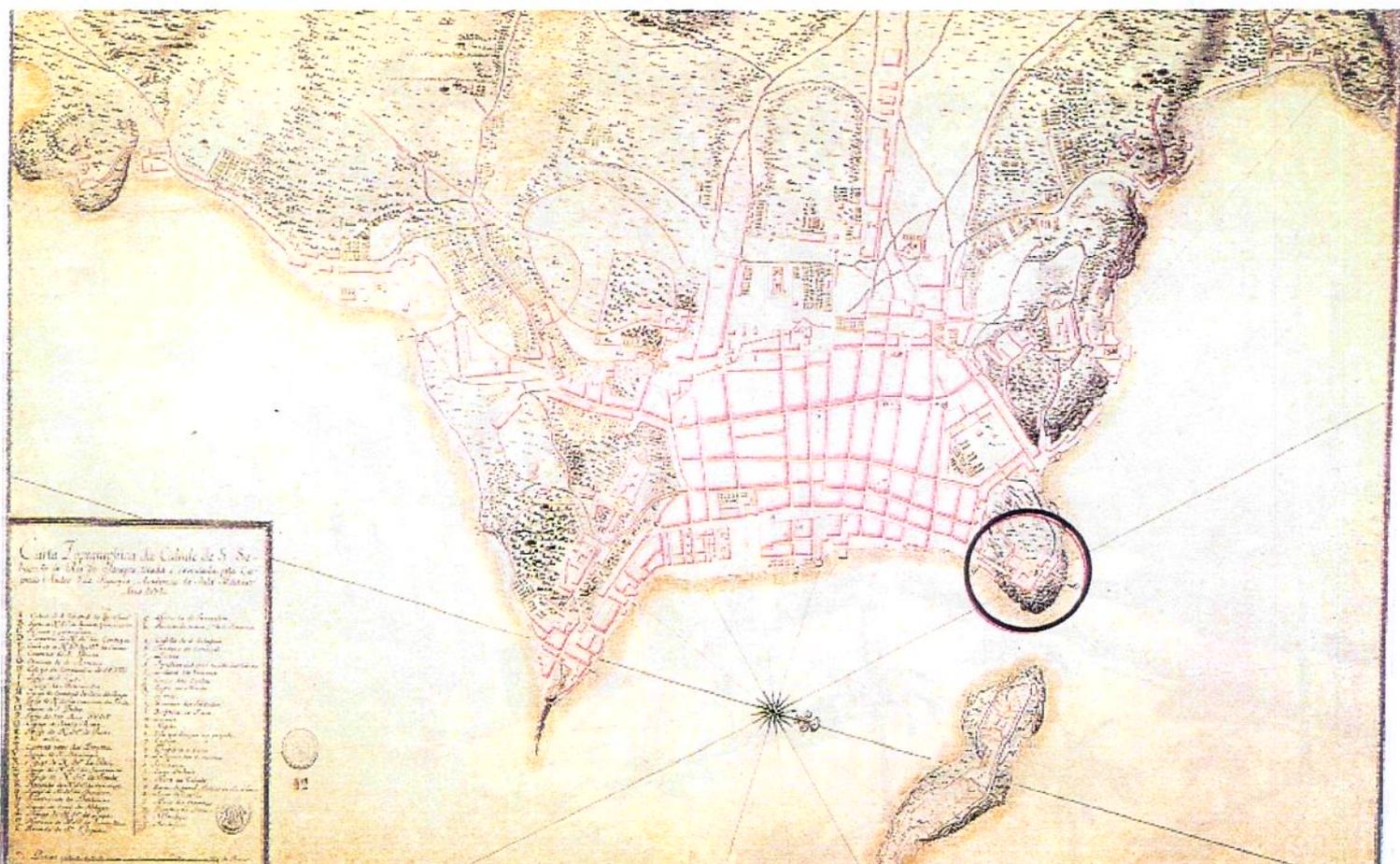


Figura II. 12 - Planta da cidade do Rio de Janeiro - 1750.

Publicada em *MAPA: imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro, Fundação Emílio Odebrecht, 1993, p. 247.



Figura II. 13 - Detalhe do Mapa do Rio de Janeiro - 1624 - Mosteiro de São Bento.

Publicada em SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da, OSB. *Construtores e artistas do mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*. Salvador, Tipografia Beneditina Ltda., 1950, p. 308*.

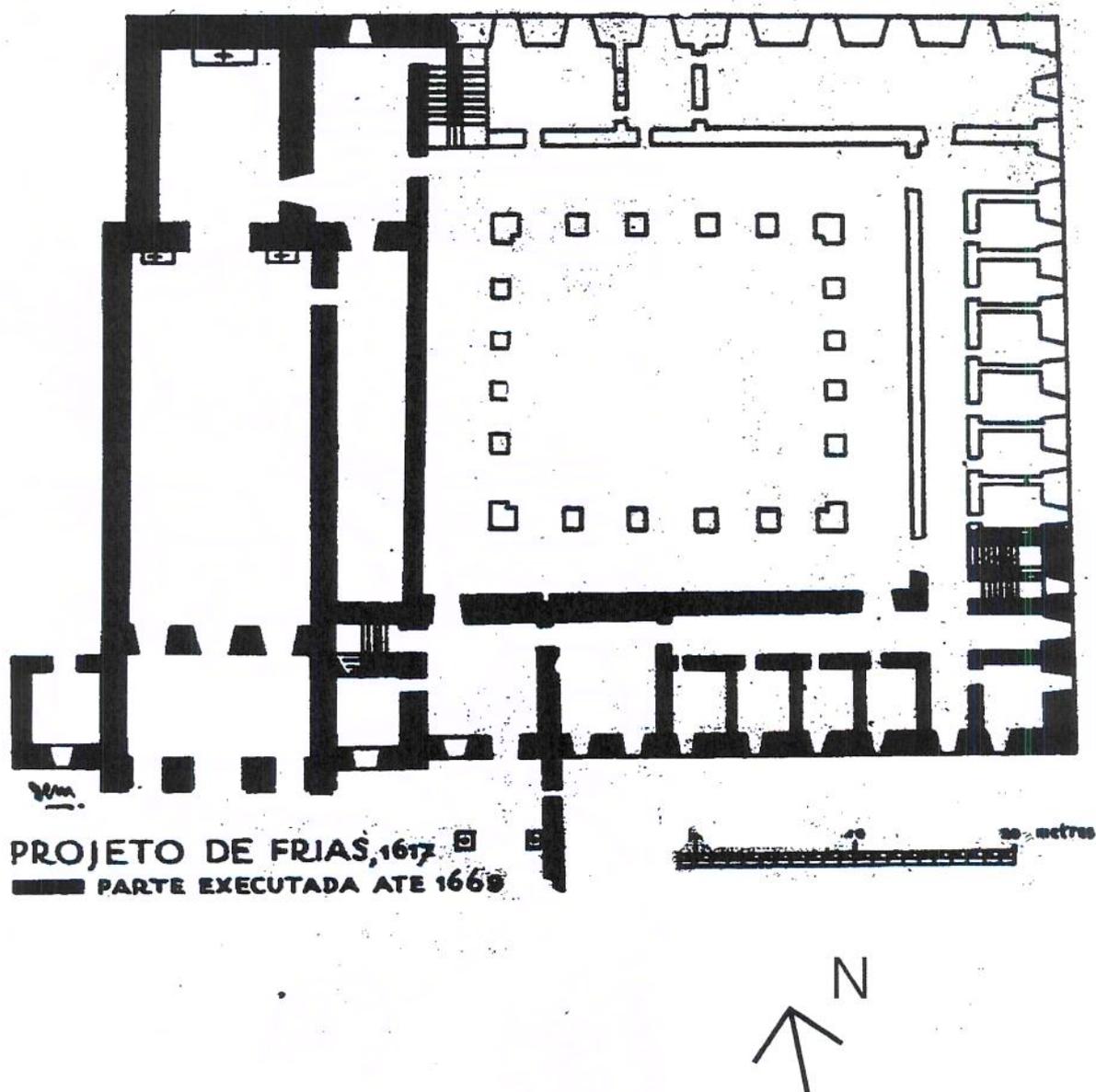
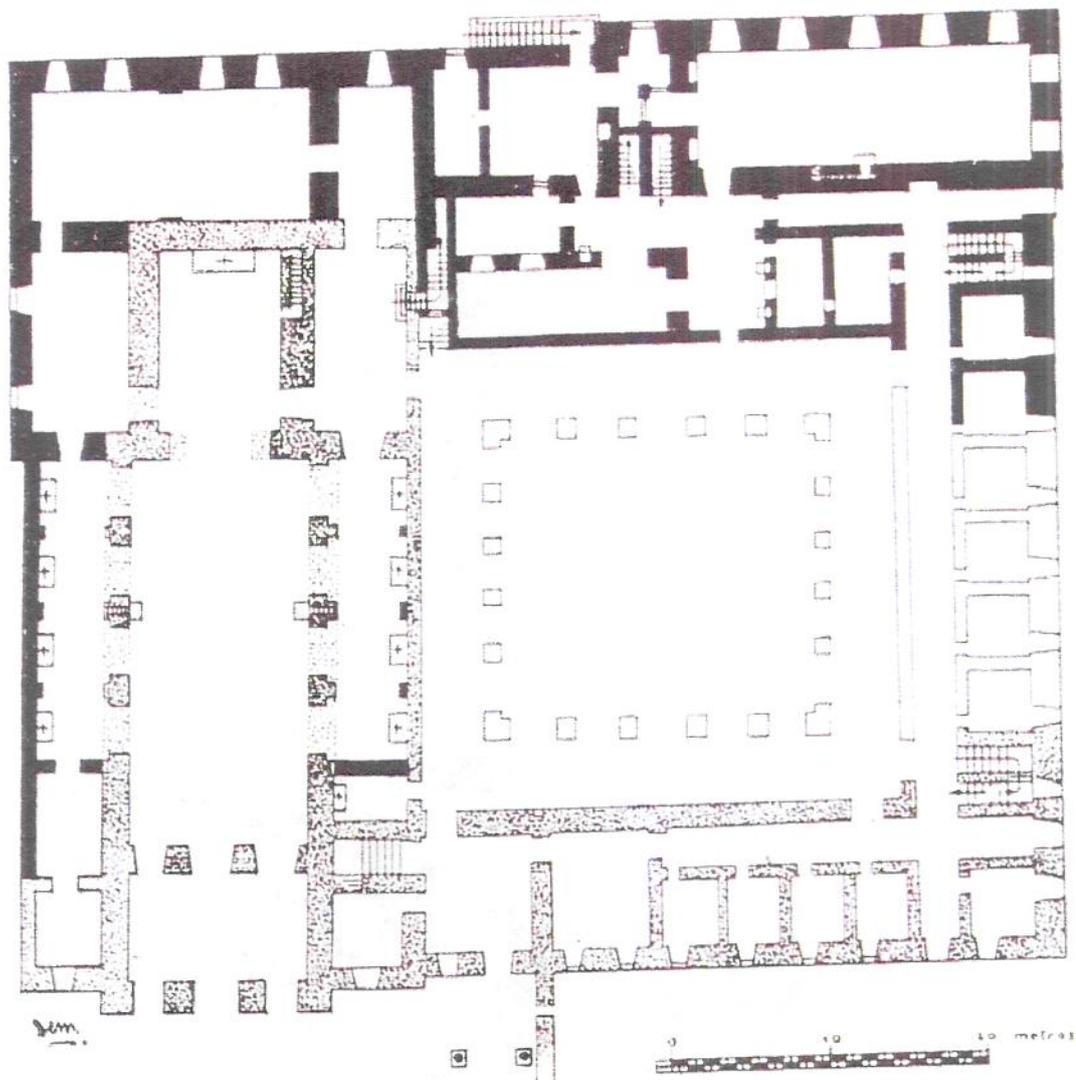


Figura II. 14 - Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro - Planta do projeto de Frias - 1617.

Publicada em SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da, OSB. *Frei Bernardo de São Bento: o arquiteto seiscentista do Rio de Janeiro*. Salvador, Tipografia Beneditina Ltda., 1950, p. 23.



PLANTAS DE 1684

- CONSTRUÇÃO NOVA, PROJETADA POR FREI BERNARDO DE SÃO BENTO
- - - CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE FRIAS, DE 1617, E TERMINADA EM 1669
- PARTES DO PROJETO DE FRIAS, AINDA NÃO EXECUTADAS EM 1684
- CORTES FEITOS POR FR. BERNARDO NA CONSTRUÇÃO PROJETADA POR FRIAS



Figura II. 15 - Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Planta do projeto de Frei Bernardo de São Bento - 1684

Publicada em REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1968, p.227, fig. 63.

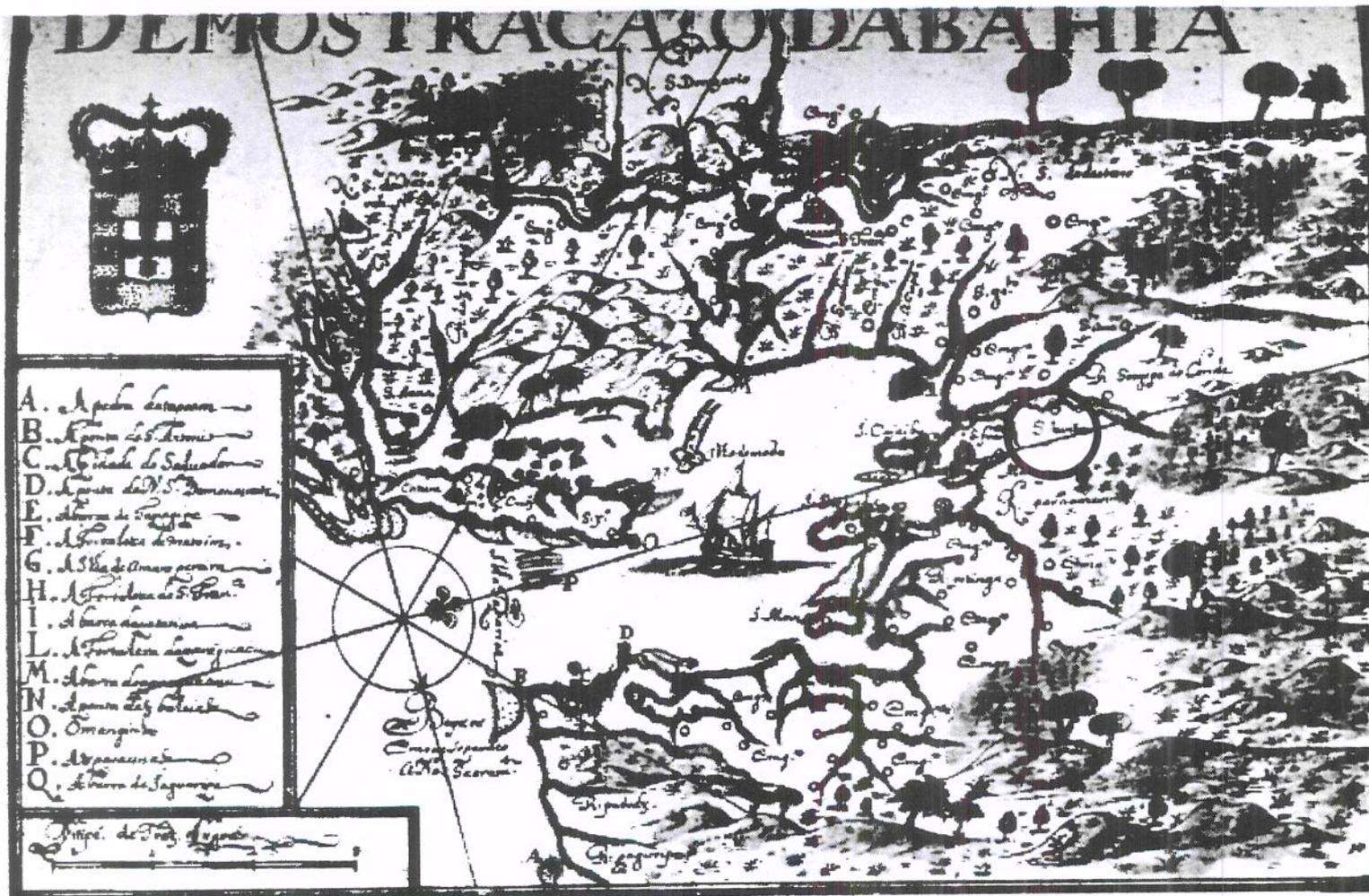


MOSTEIRO DE S. BENTO

NO RIO DE JANEIRO.

Figura II. 16 - Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro - Perspectiva.

Publicada em ENDRES, D. José Lohr, OSB. *A ordem de São Bento no Brasil quando província (1582-1827)*. Salvador, Ed. Beneditina Ltda., 1980, p. 251.



Mapa - "Demonstração da Bahia" - Mapa do século XVIII, não publicado, que mostra a localização de alguns engenhos

Figura II. 17 - Mapa do Recôncavo Baiano - século XVIII.

Publicada em SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 175.

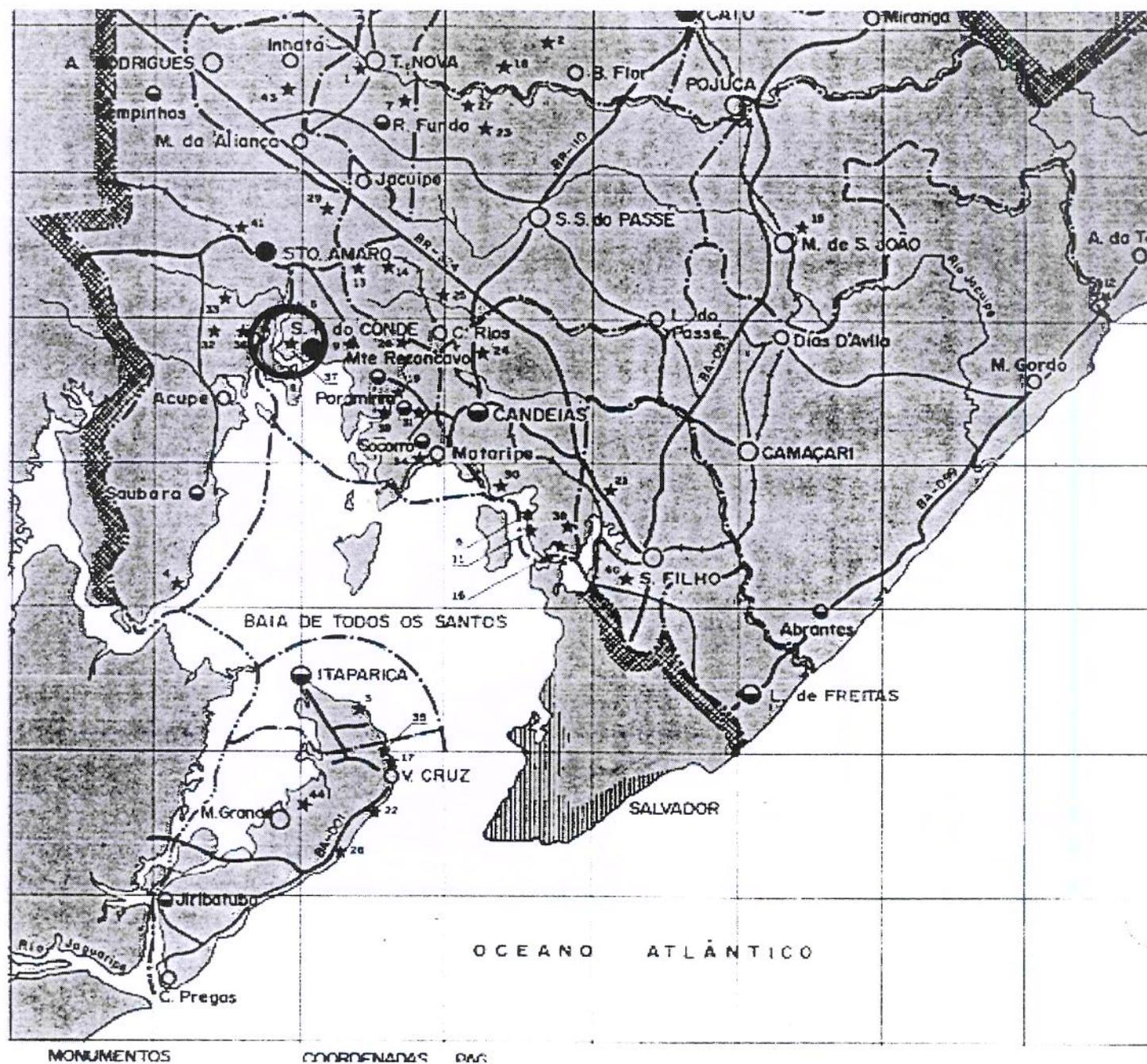


Figura II. 18 - Mapa do Recôncavo Baiano - 1978.

Publicada em IPAC - BA: inventário de proteção do acervo cultural, vol. II - monumentos e sítios do Recôncavo, I Parte - Bahia. Salvador, Secretaria da Indústria e Comércio, 1978, p. 17.



Figura II. 19 - Planta do Rio de Janeiro - 1828.

Publicada em SMITH, Robert S. O mosteiro beneditino do Rio de Janeiro e sua fazenda da vargem no século XVIII. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 304: 158-200, 1974.

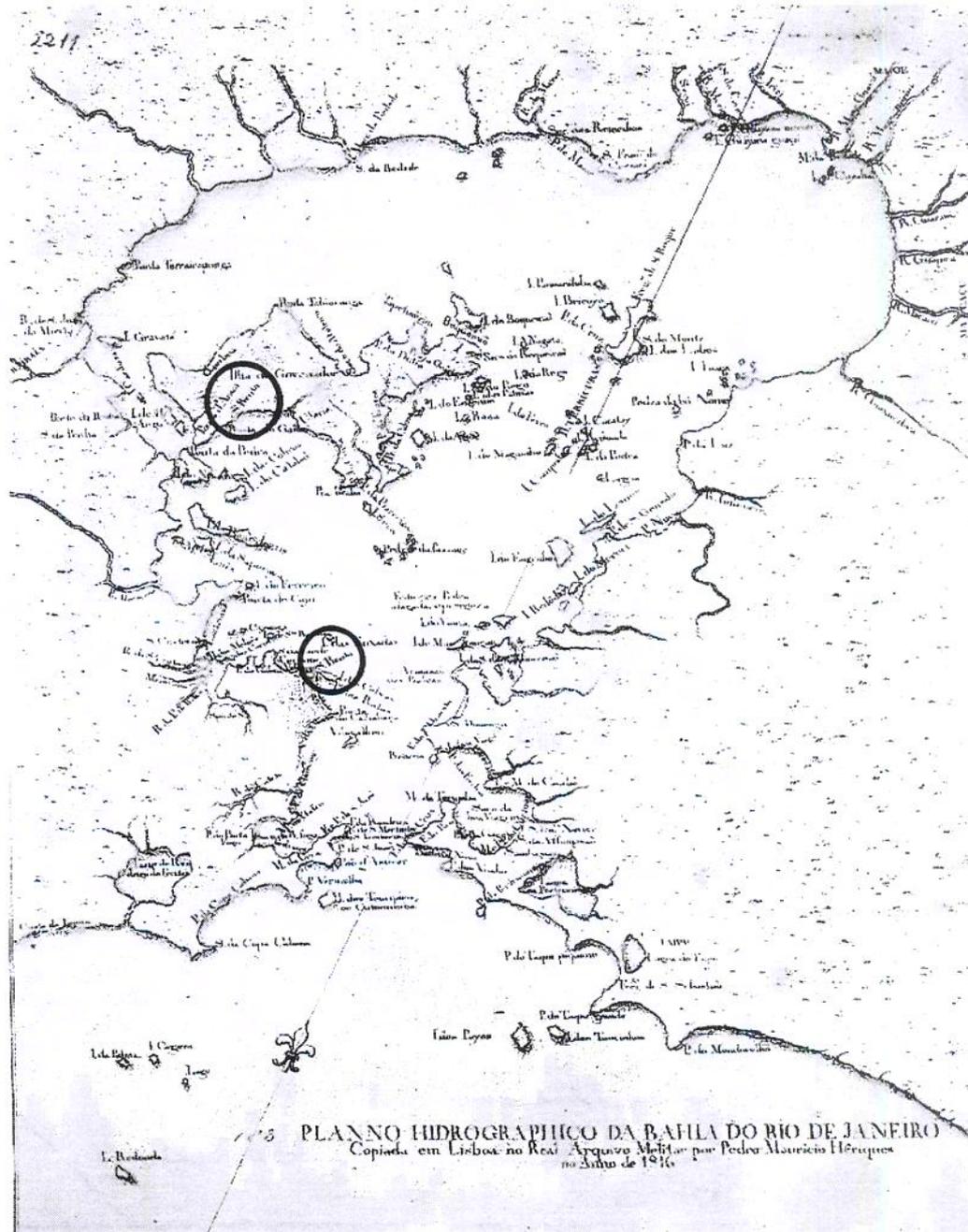


Figura II. 20 - Planta da baía do Rio de Janeiro - 1816.

Publicada em *MAPA: imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro, Fundação Emílio Odebrecht, 1993, p. 237.

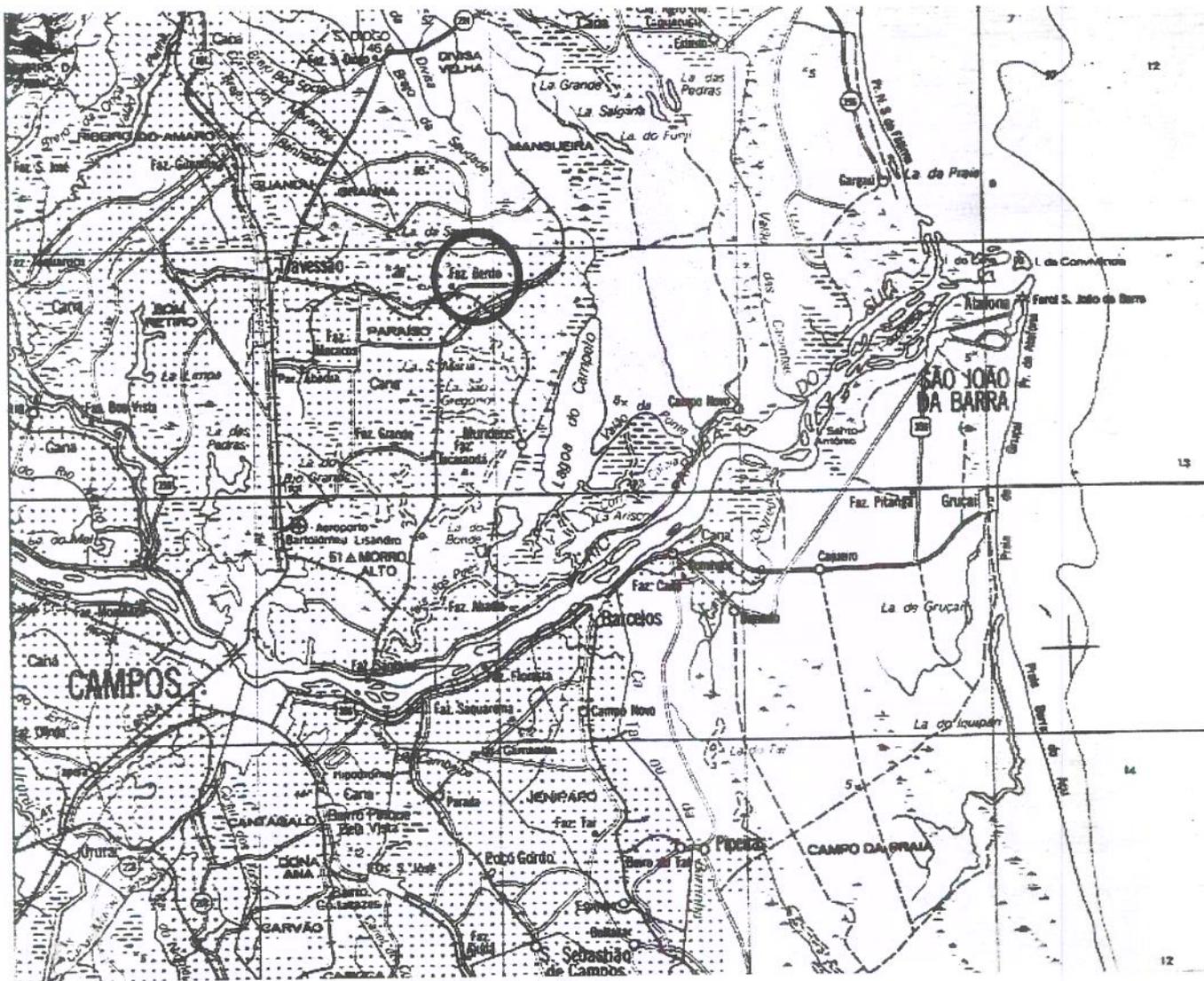


Figura II. 21 - Planta da região de Campos no Estado do Rio de Janeiro - 1980.

Mapa do IBGE, Folha de Campos, escala 1: 250000, 1980.



Figura II. 23 - Sede da Fazenda de São Bento de Iguaçu - Rio de Janeiro.

Publicada em SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da, OSB. A antiga fazenda de São Bento de Iguaçu. *Revista do SPHAN*, n. 7: 257-282, 1943, p. 273.

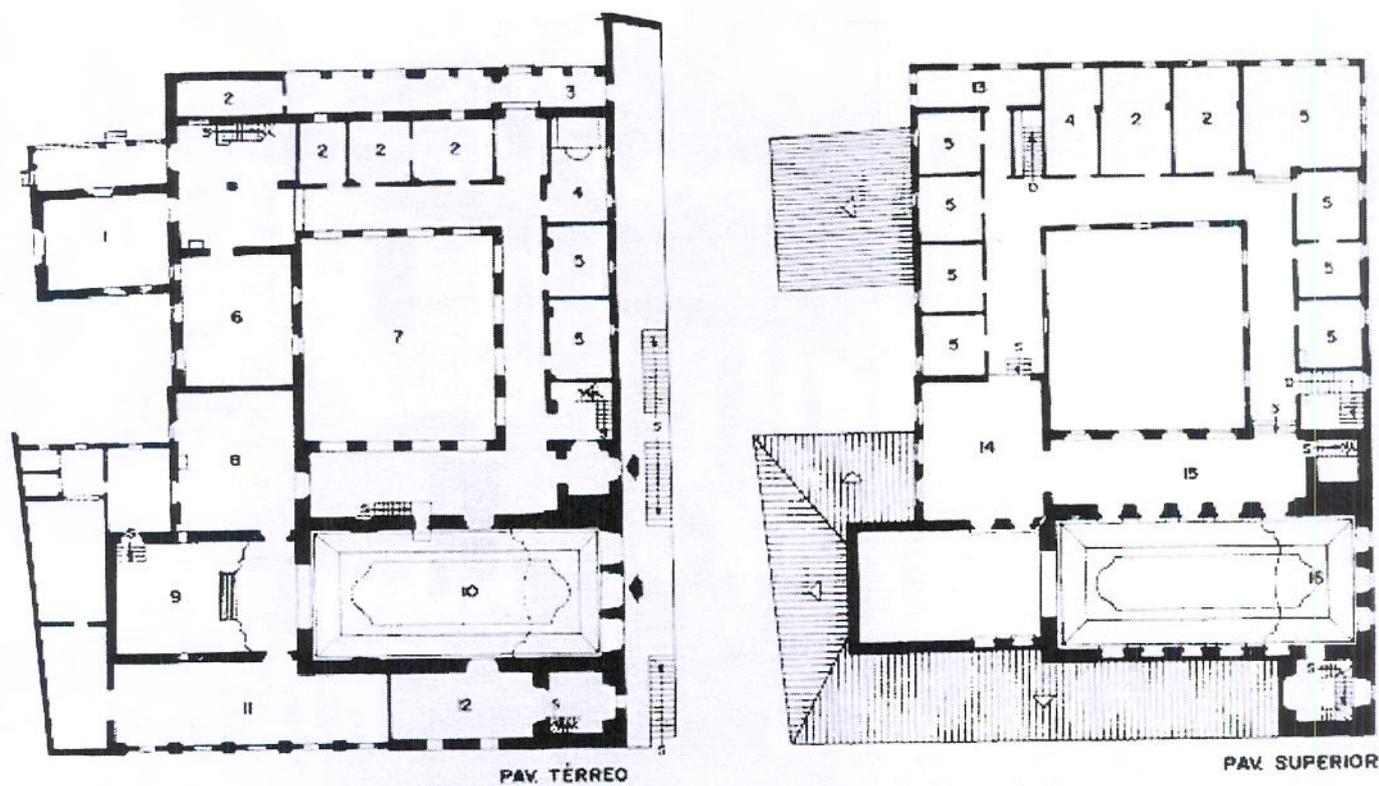


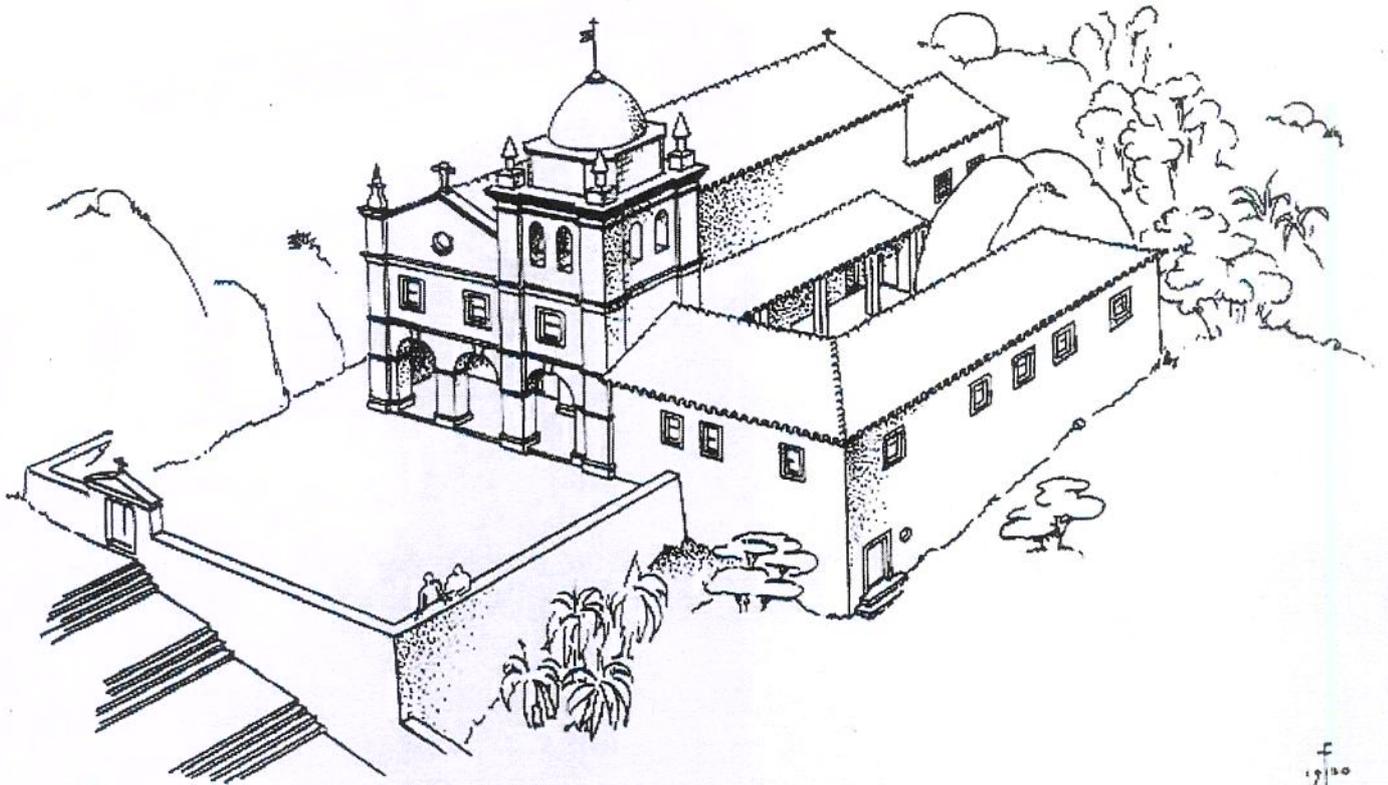
Figura II. 24 - Mosteiro de Nossa Senhora da Graça. Plantas do pavimento térreo e do pavimento superior

Publicada em *IPAC - BA: inventário de proteção do acervo cultural, vol. I - monumentos do município de Salvador - Bahia*. Salvador, Secretaria da Indústria e Comércio, 1975, p. 71.



Figura II. 25 - Mosteiro de Nossa Senhora da Graça. Vista externa

Publicada em *IPAC - BA: inventário de proteção do acervo cultural, vol. I - monumentos do município de Salvador - Bahia*. Salvador, Secretaria da Indústria e Comércio, 1975, p. 71.



Santos, Mosteiro de São Bento, projeto de fr. Gregório de Magalhães em 1649

Figura II. 26 - Mosteiro de São Bento de Santos. Reconstituição gráfica do projeto de Fr. Gregório de Magalhães - 1649

Publicada em SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da, OSB. *Construtores e artistas do mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*. Salvador, Tipografia Beneditina Ltda., 1950, p. 40*.

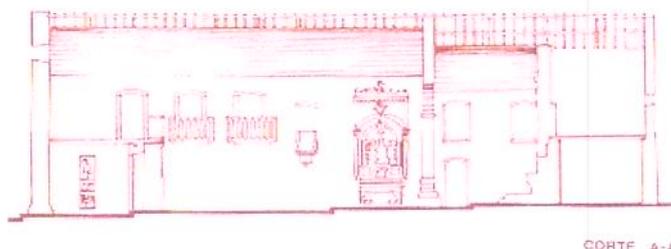
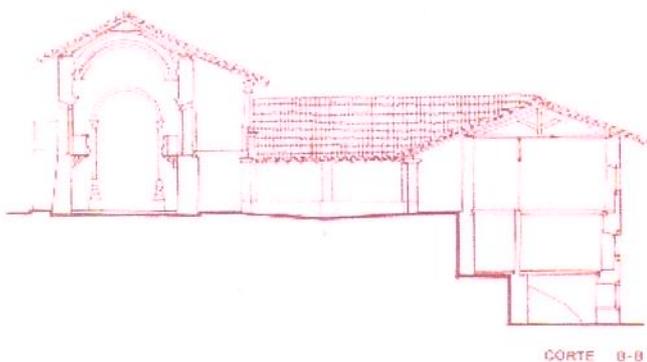
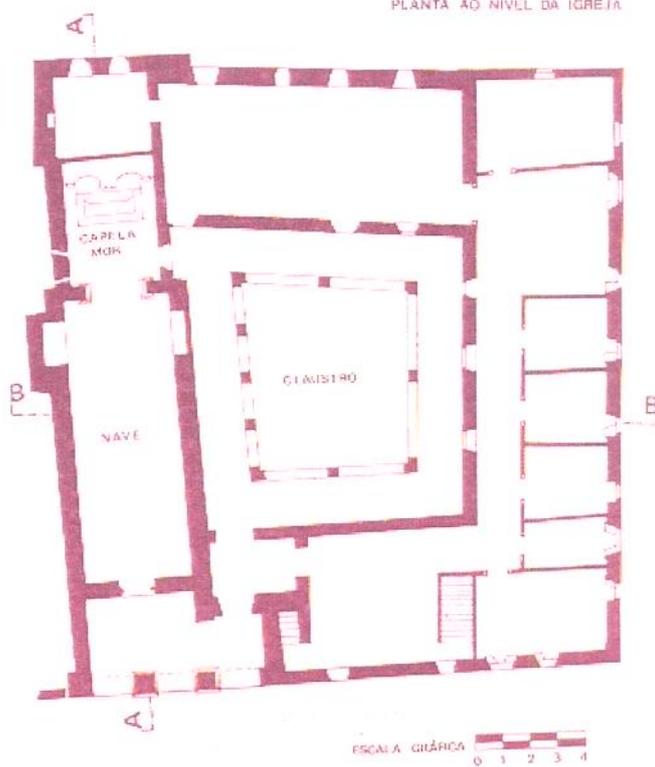


Figura II. 27 - Mosteiro de São Bento de Santos. Planta e cortes

Publicada em *Condephaat/Documentos 4 - Mosteiro de São Bento - Santos*. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo/Prefeitura Municipal de Santos, 1980, p.8.



Figura II. 28 - Mosteiro de São Bento de Santos. Desenho de William J. Burchell - 1826

Publicada em FERREZ, Gilberto (org.). *O Brasil do Primeiro Reinado visto pelo botânico William John Burchell, 1825/1829*. Rio de Janeiro, Fundação João Moreira Salles, Fundação Nacional Pró-Memória, 1981, p.85.



Figura II. 29 - Mosteiro de São Bento de Santos. Vista do claustro.

Reproduzida de um cartão postal (Ed. Ambrosiana) do Museu da Arte Sacra de Santos.

Plano da Igreja de São Bento de São Paulo

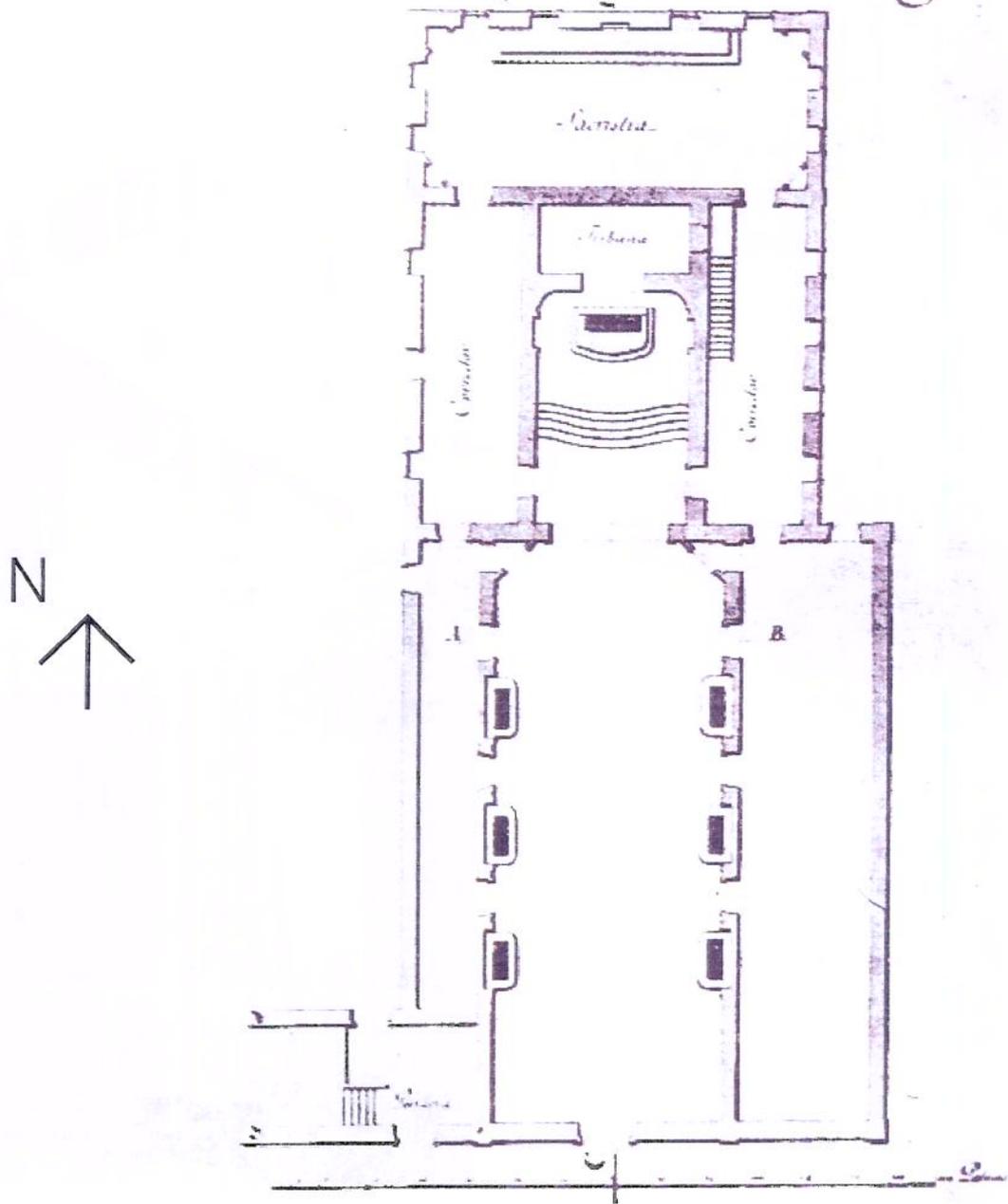


Figura II. 30 - Mosteiro de São Bento de São Paulo. Planta da igreja elaborada pelo Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria - 1772.

Publicada em *Mosteiro de São Bento - São Paulo*. São Paulo. Patrocínio Cultural Companhia Antarctica Paulista, 1988, p. 54.

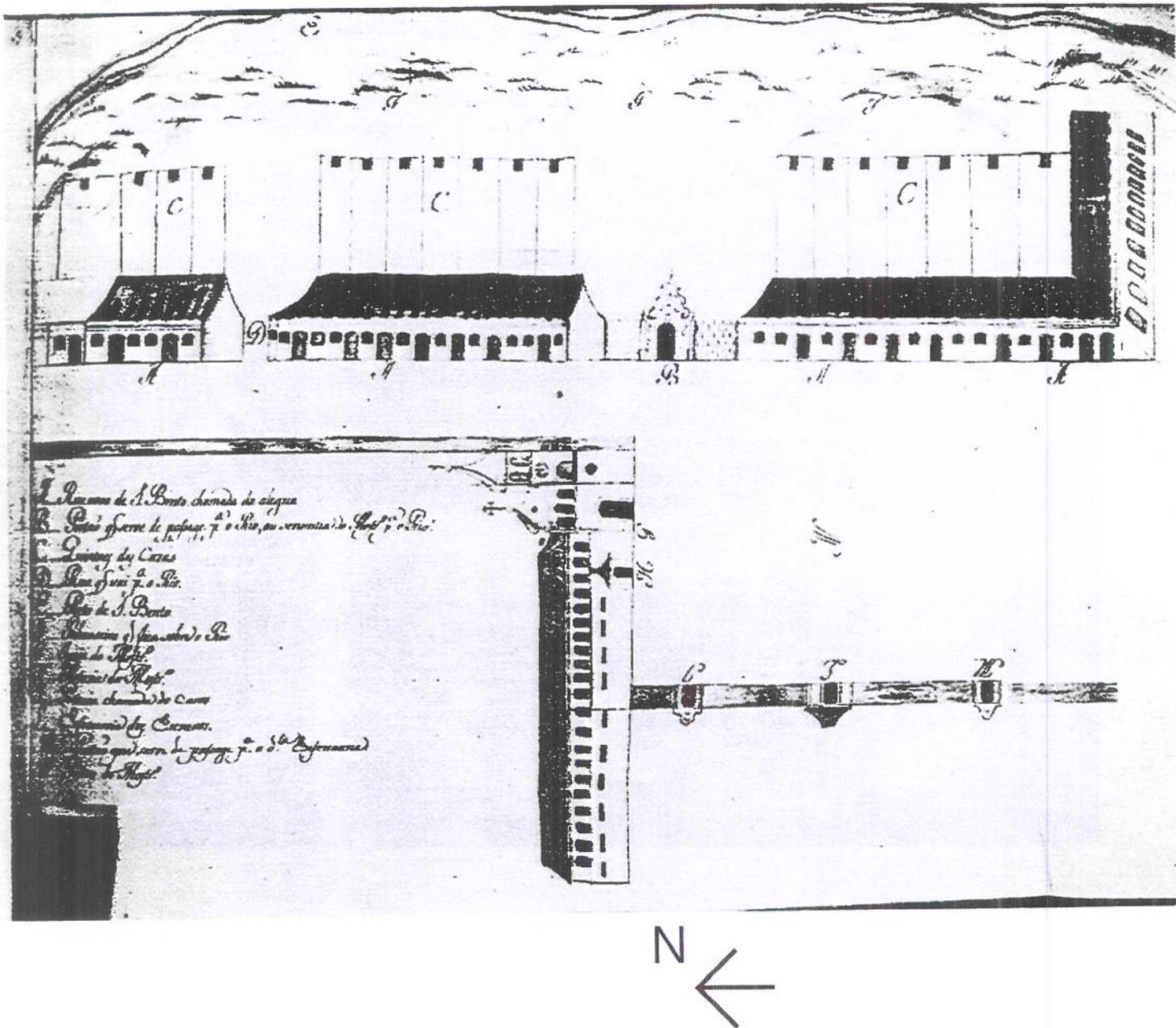


Figura II. 31 - Mosteiro de São Bento de São Paulo e adjacências - c. 1787

Publicada em LISANTI FILHO, Luís. *Negócios coloniais: uma correspondência comercial do século XVIII*. Brasília, Ministério da Fazenda; São Paulo, Visão Editorial, 1973, vol. I, s/ pag.

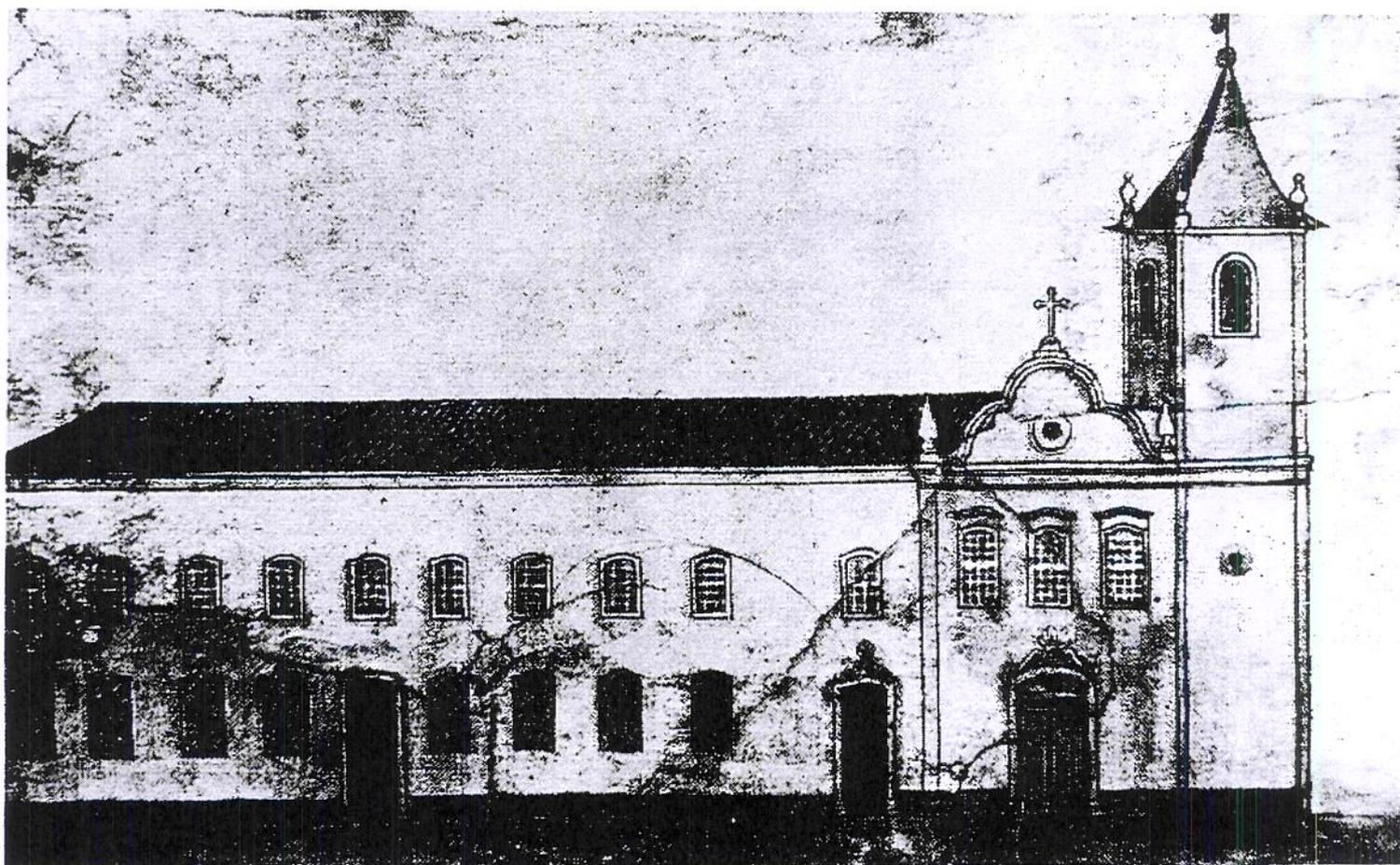


Figura II. 32 - Mosteiro de São Bento de São Paulo. Aquarela de Miguel Dutra - c. 1847

Publicada em *Mosteiro de São Bento - São Paulo*. São Paulo. Patrocínio Cultural Companhia Antarctica Paulista, 1988, p. 22.



Figura II. 33 - Mosteiro de São Bento de São Paulo - c. 1870.

Reproduzida de uma fotografia pertencente à Seção Arquivos de Negativos DIM / DPH / SMC / PMSP, n. 159E



Figura II. 34 - Mosteiro de São Bento de São Paulo. Porta da antiga igreja

Reproduzida de uma fotografia pertencente à Seção Arquivos de Negativos DIM / DPH / SMC / PMSP, n. 162E



Figura II. 35 - Planta da cidade de São Paulo. Elaborada pelo Engenheiro V. Huet de Bacellar - 1893

Publicada em TOLEDO, Benedito Lima de. *Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo*. São Paulo, Empresa das Artes, 1996, pp. 68-69.

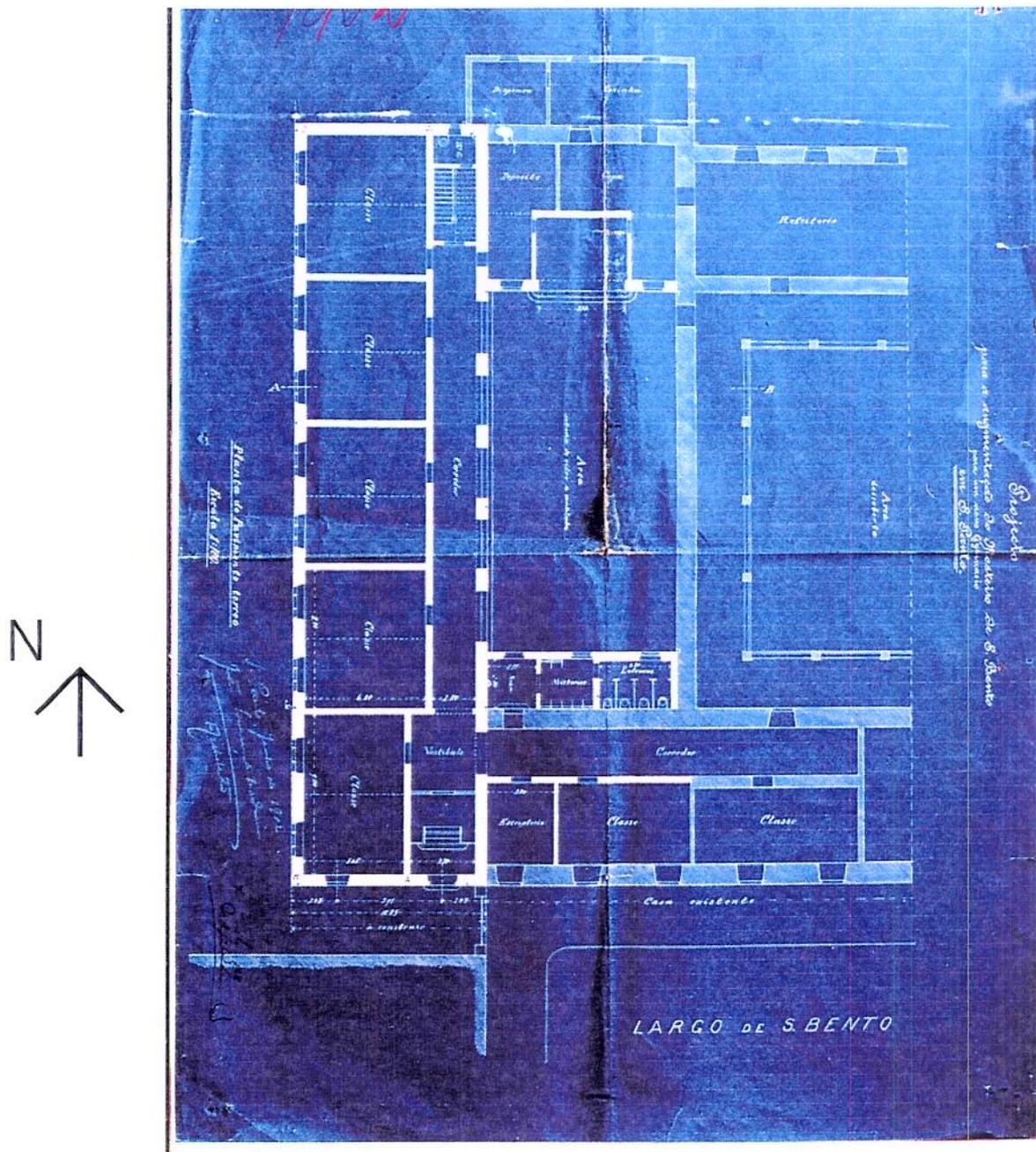


Figura II. 36 - Mosteiro de São Bento de São Paulo. Projeto de aumento do mosteiro de São Bento para a construção de um ginásio. Eng. João Lourenço Maiden - 1902

Reproduzida de uma planta pertencente à Divisão do Arquivo Histórico / DPH / SMC / PMSP, O. Part. Pl. Av. VI. D. 8 - A/1



T

Figura II. 38 - "Aclamação de Amador Bueno". Óleo sobre tela de Oscar Pereira da Silva - 1930

Reproduzida de um calendário de 1998 da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

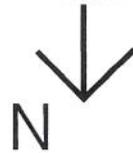
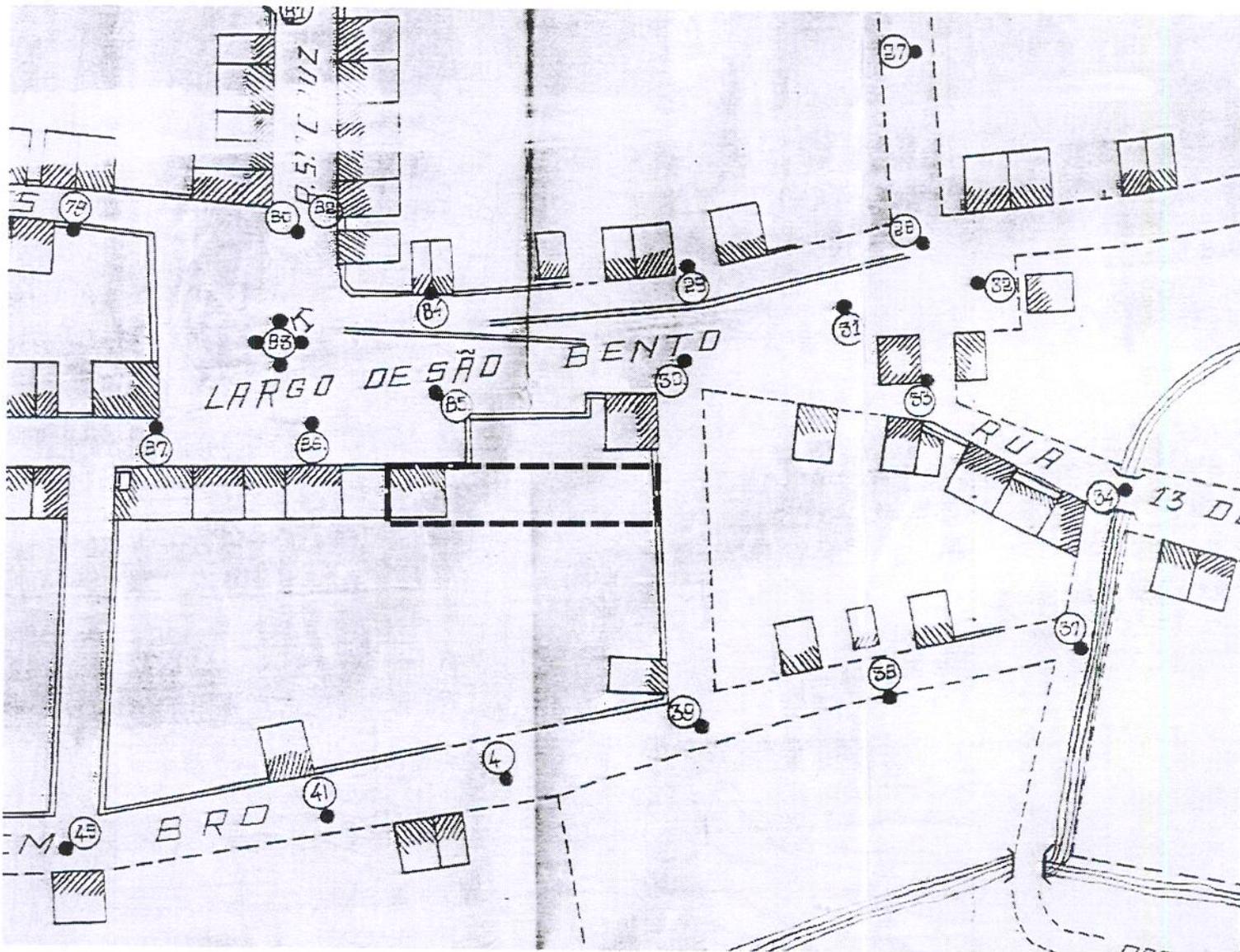


Figura II. 40 - Planta da cidade de Parnaíba - 1939

Reproduzida de uma cópia pertencente ao Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC.

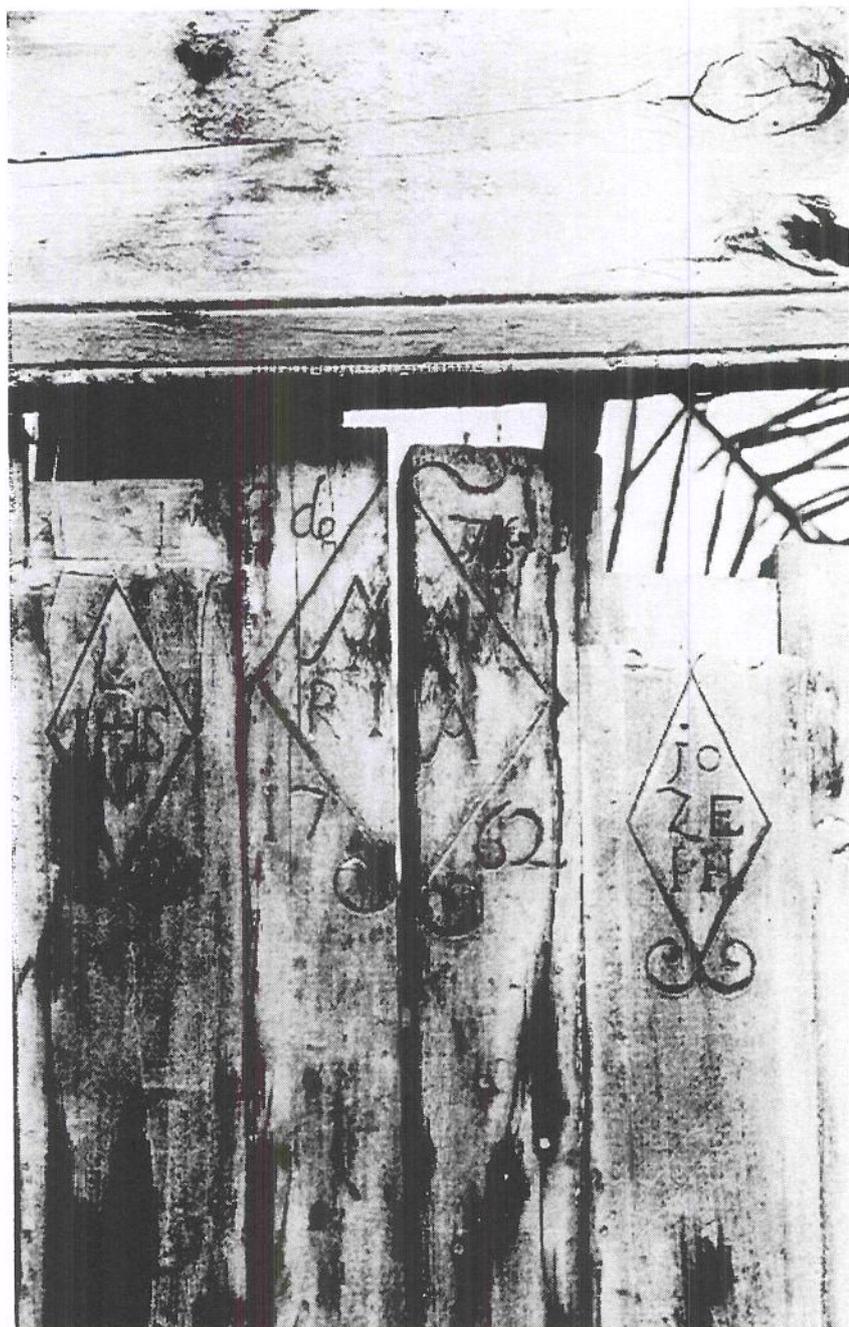


Figura II. 41 - Mosteiro de São Bento de Santana de Parnaíba. Porta com inscrições

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 948. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

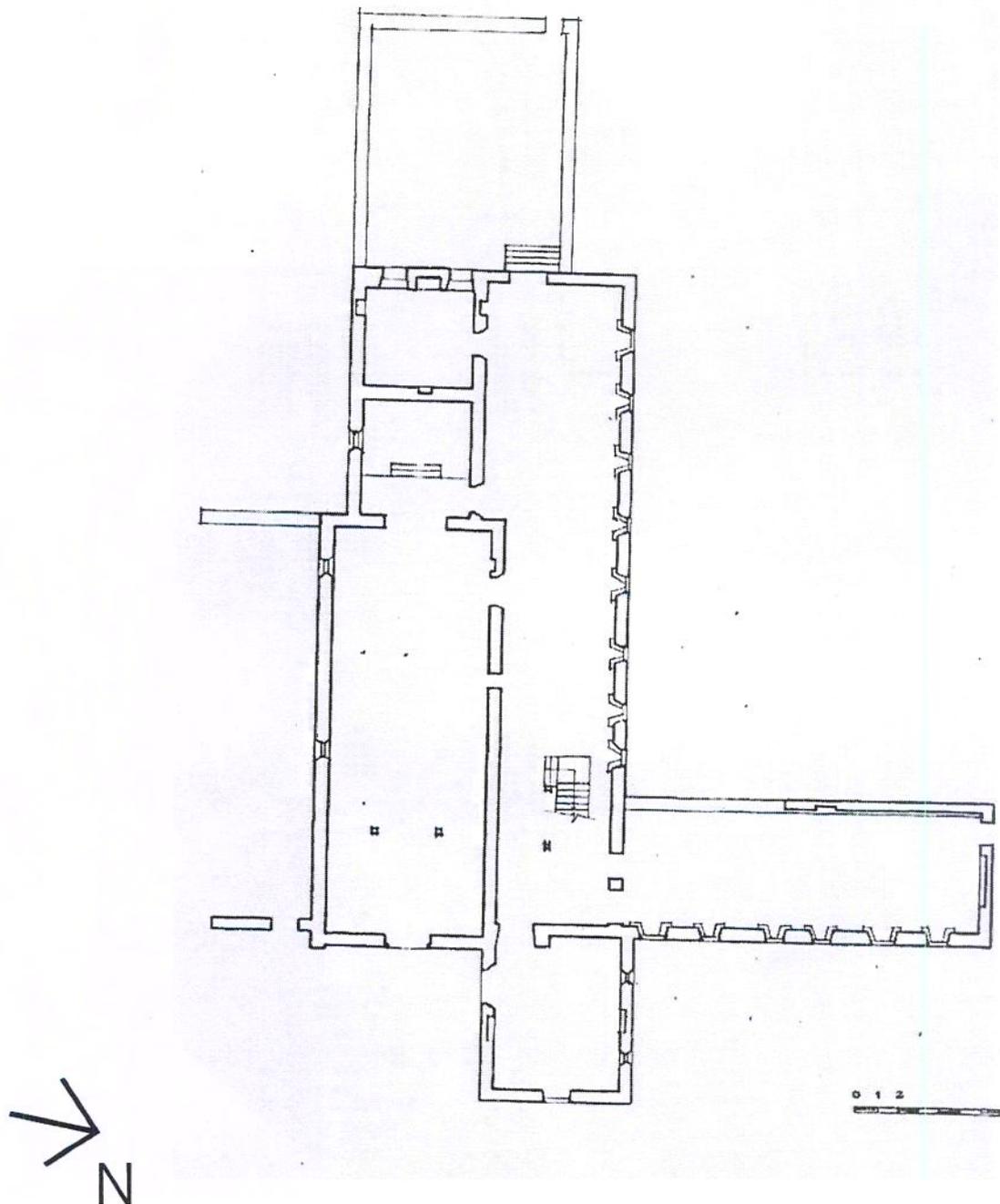


Figura II. 42 - Convento de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém. Planta

Publicada em CERQUEIRA, Carlos G. F. *Igreja e convento franciscano de Itanhaém*. São Paulo, 9^a. DR SPHAN / FNPM, [s. d.], datilografado.



Figura II. 43 - Convento de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém. Vista externa

Fotografia pertencente ao Arquivo do Condephaat. Reproduzida do Arquivo de E. Brancante.



Figura II. 44 - Igreja de Santo Agostinho de Extremoz. Vista externa

Publicada em REIS, Humberto e CHICÓ, Mário Tavares. *A arquitetura religiosa do Alto Alentejo na segunda metade do século XVI e nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983, n. XVII.

Figuras do capítulo III

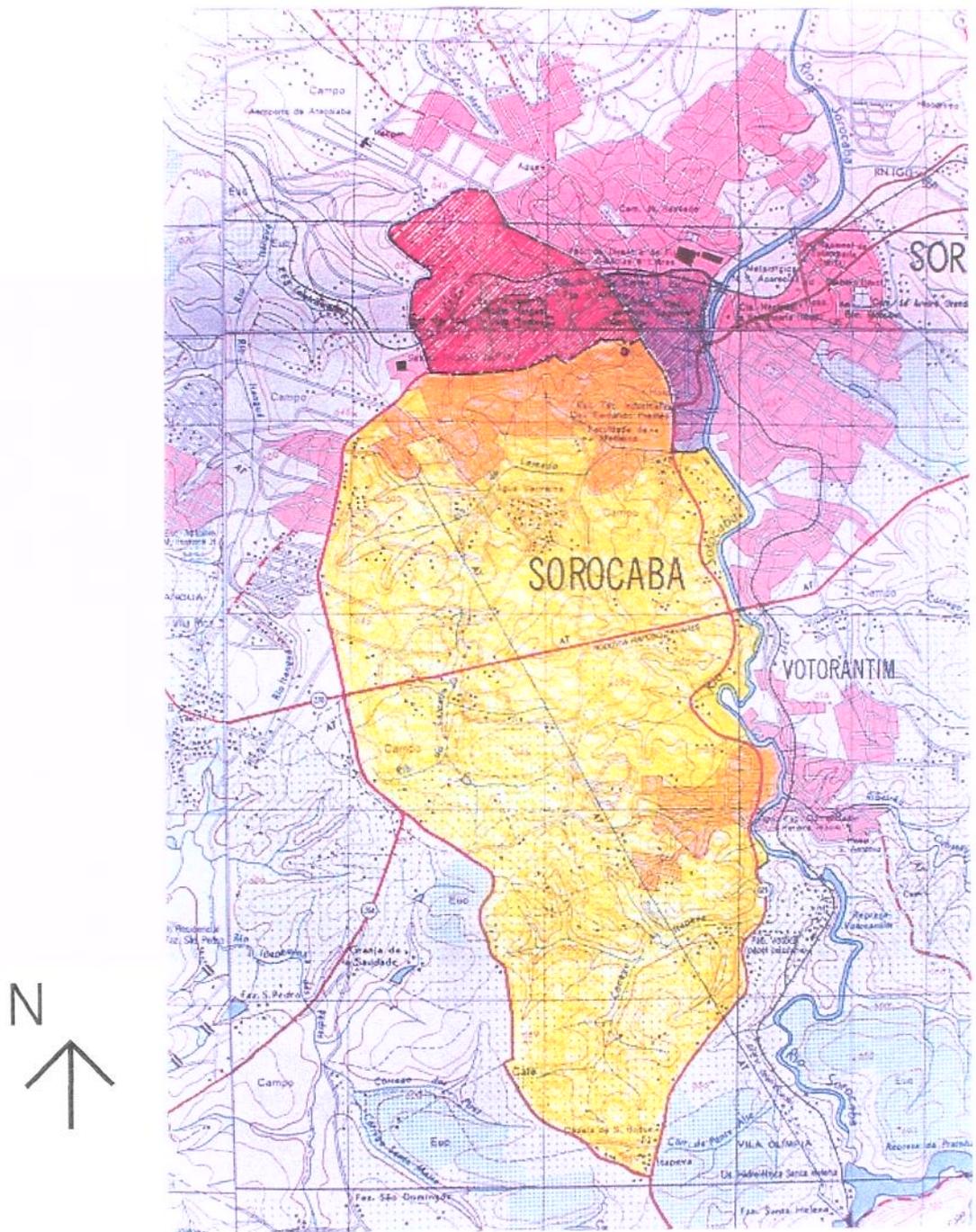


Figura III. 1 - Terras do mosteiro de São Bento de Sorocaba.

-  - Terras subtraídas do patrimônio do mosteiro na doação de 1667.
-  - Terras subtraídas do patrimônio do mosteiro no "Auto de Composição" de 1728.
-  - Terras correspondentes ao "Auto de Demarcação" de 1774.
-  - Área urbana atual.

Elaborada pelo autor sobre carta do IBGE - Escala 1: 50000.

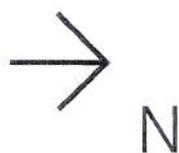
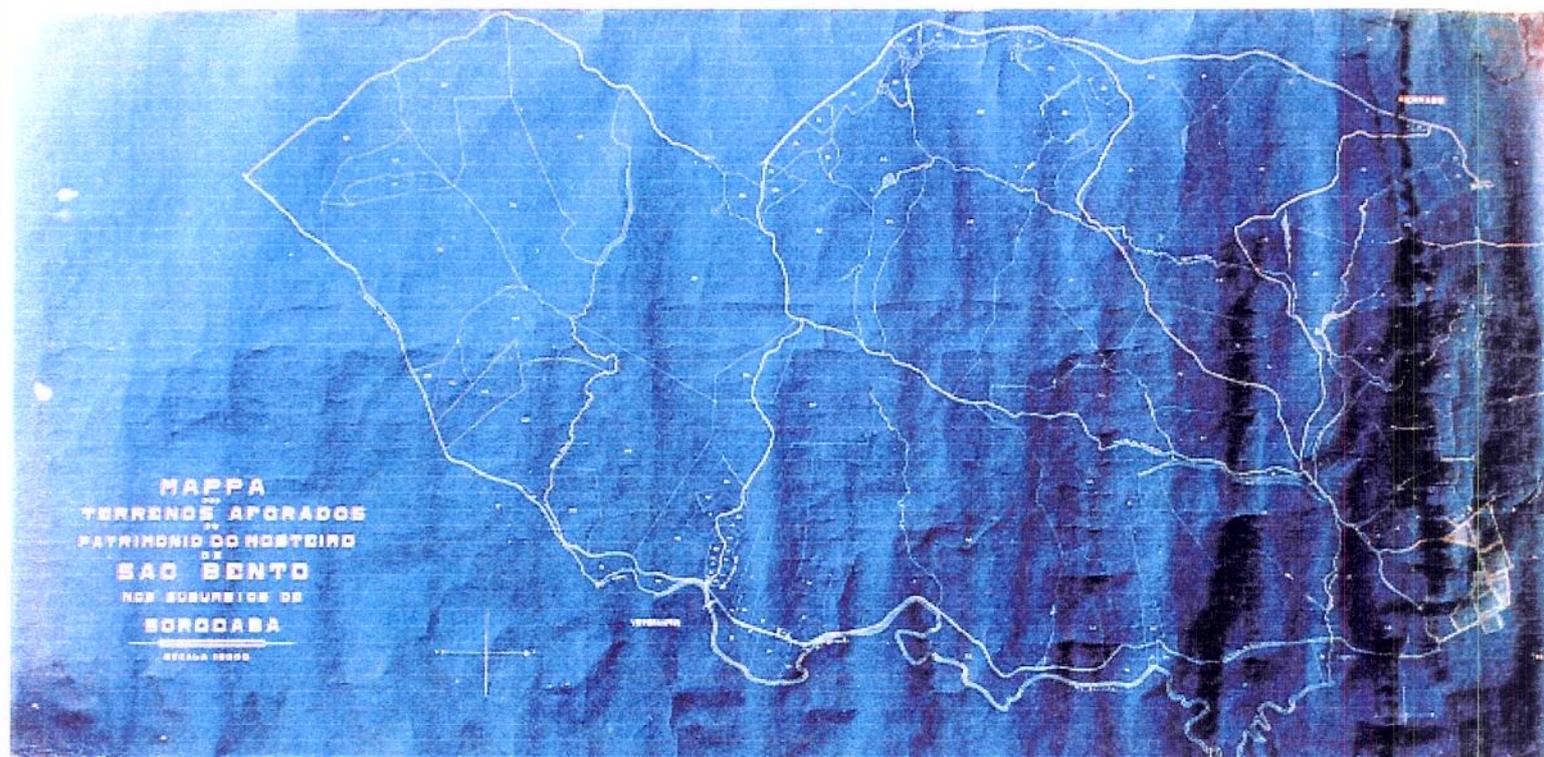


Figura III. 2 - Terras do mosteiro de São Bento de Sorocaba correspondentes ao "Auto de Demarcação" de 1774.

“Mappa dos terrenos aforados do patrimônio do mosteiro de São Bento nos subúrbios de Sorocaba - Escala 1: 5000”. Pertence ao mosteiro de São Bento de Sorocaba.

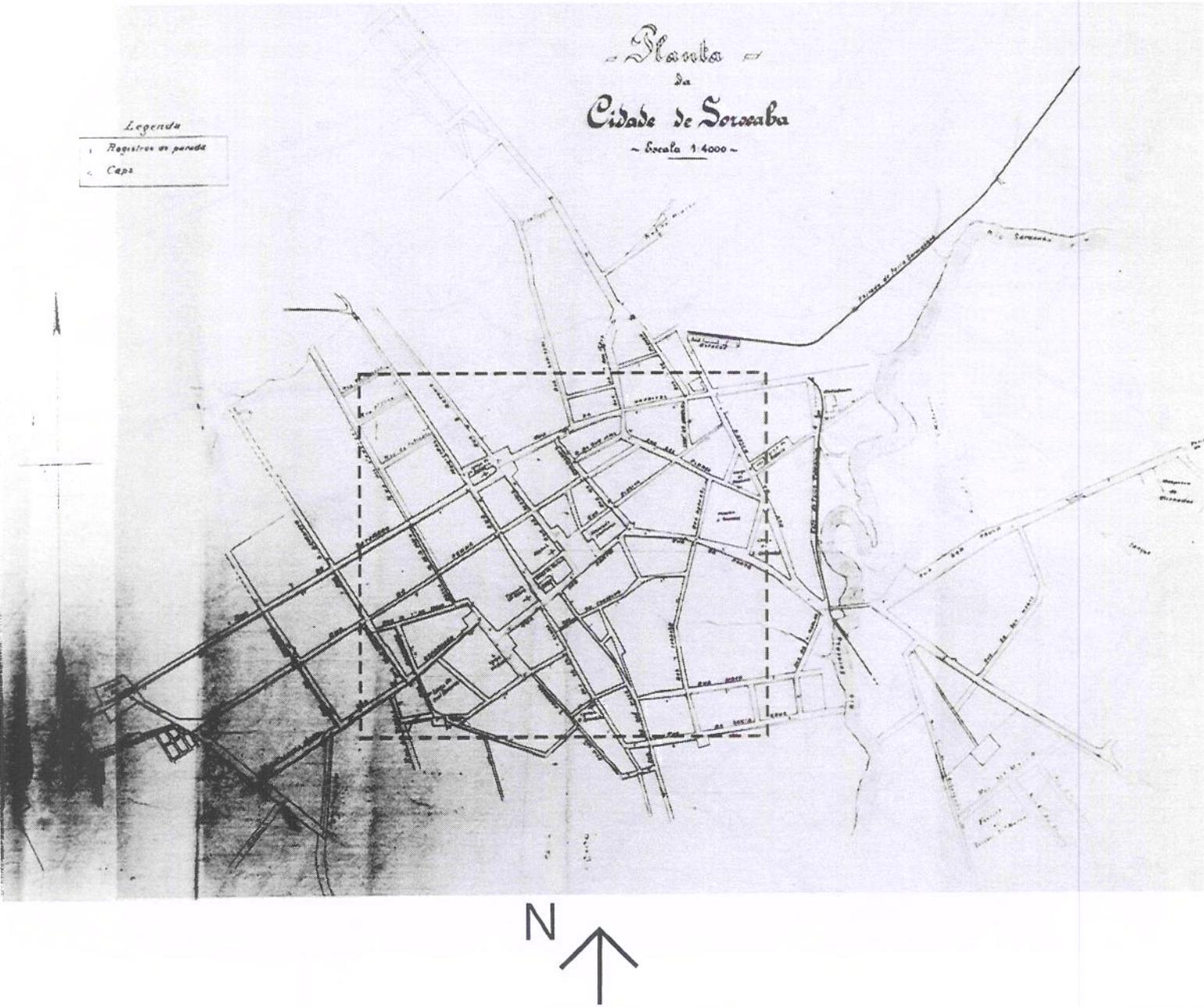


Figura III. 3 - Planta da cidade de Sorocaba - 1901

“Planta da cidade de Sorocaba - 1901 - Escala 1: 4000”. Pertence ao Arquivo do Estado de São Paulo. “Ofícios diversos da Secretaria da Agricultura - ordem n. 4426”.

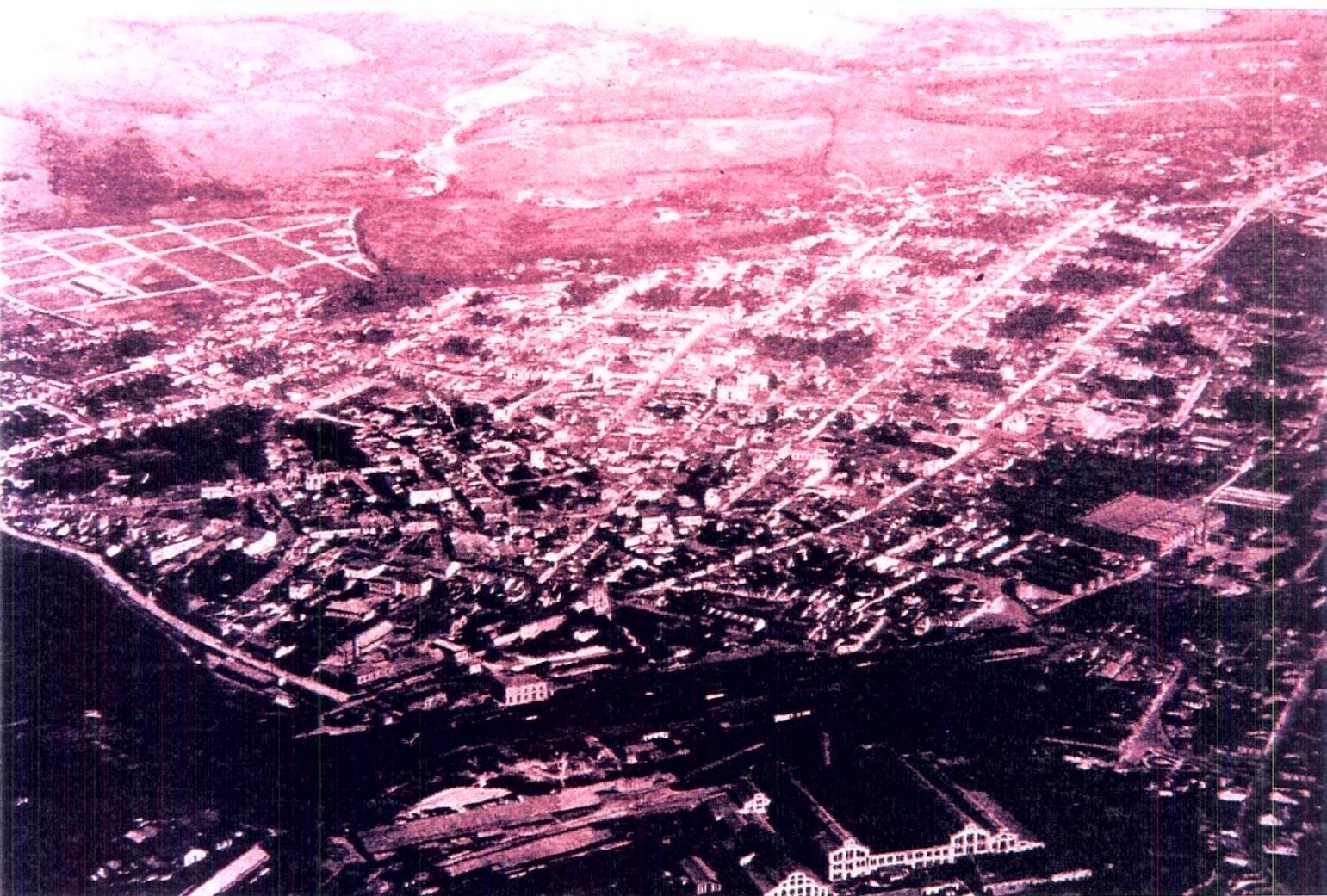


Figura III. 5 - Vista aérea da cidade de Sorocaba - c. 1945

Publicada em LEFÈVRE, Valdemar. Aspectos geográficos do Estado de São Paulo. *Revista do Instituto Geográfico e Geológico*, vol.III, n. 1: 3-12, jan-mar 1945, p. 10.

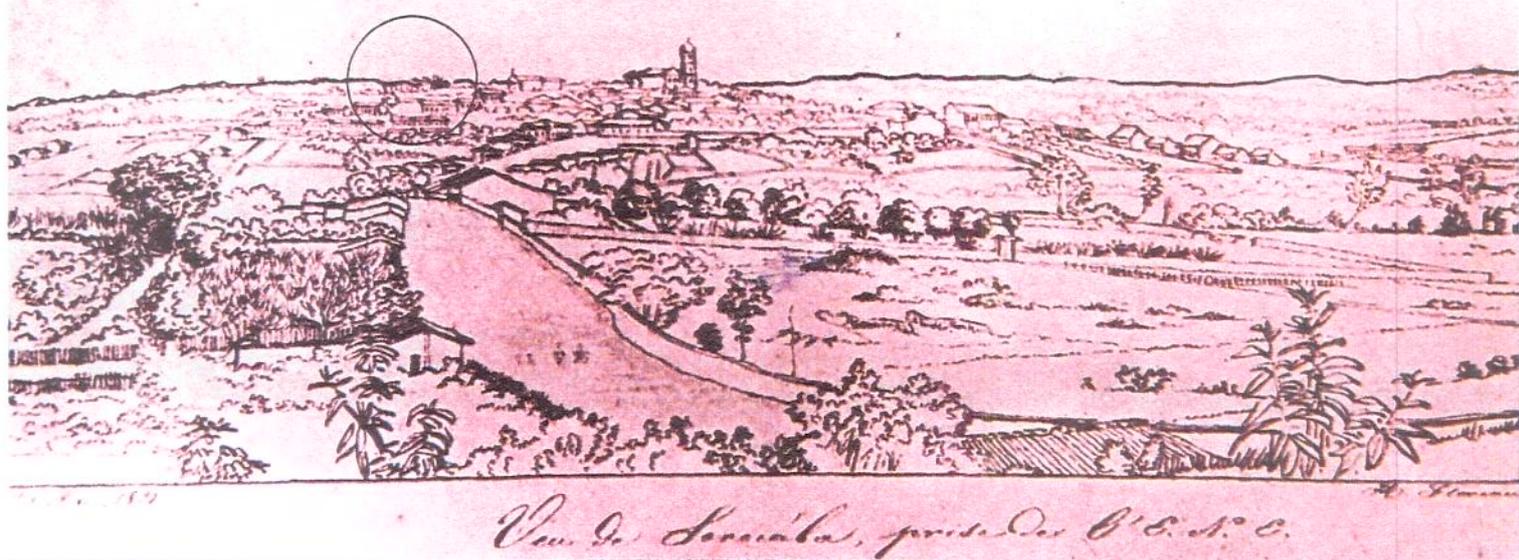


Figura III. 6 - Vista de Sorocaba (*Vue de Sorocaba, prise de L' E. N. E.*) - H. Florence - 1831.

Reproduzida de uma cópia pertencente ao Arquivo do Museu Histórico Sorocabano (MHS). Arquivista Adolfo Frioli.

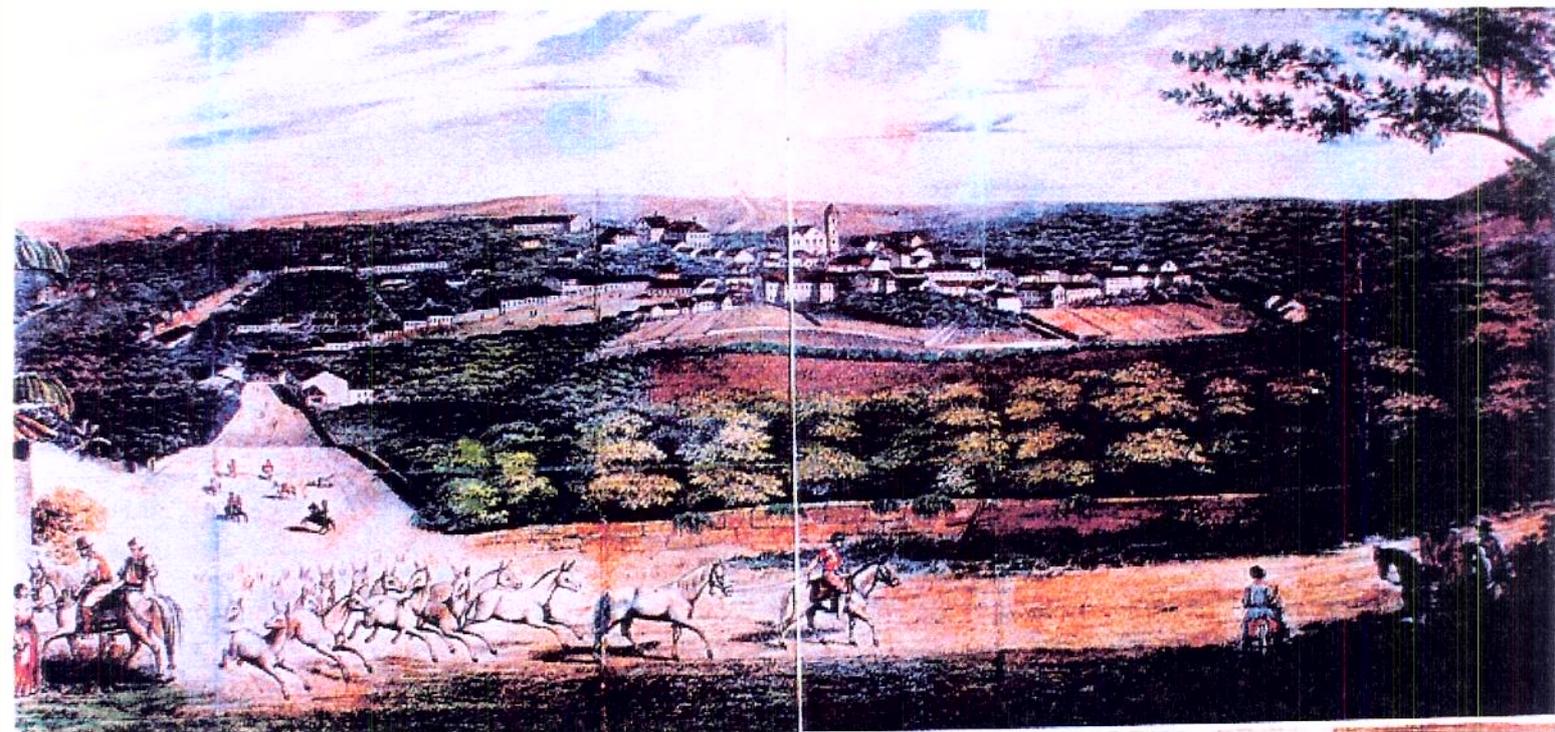


Figura III. 7 -Vista de Sorocaba. Anônimo - c. 1862.

Publicada em TRINDADE, Jaelson Bitran. *Tropeiros*. São Paulo, Ed. Publicações e Comunicações Ltda., 1992, pp. 66-67.

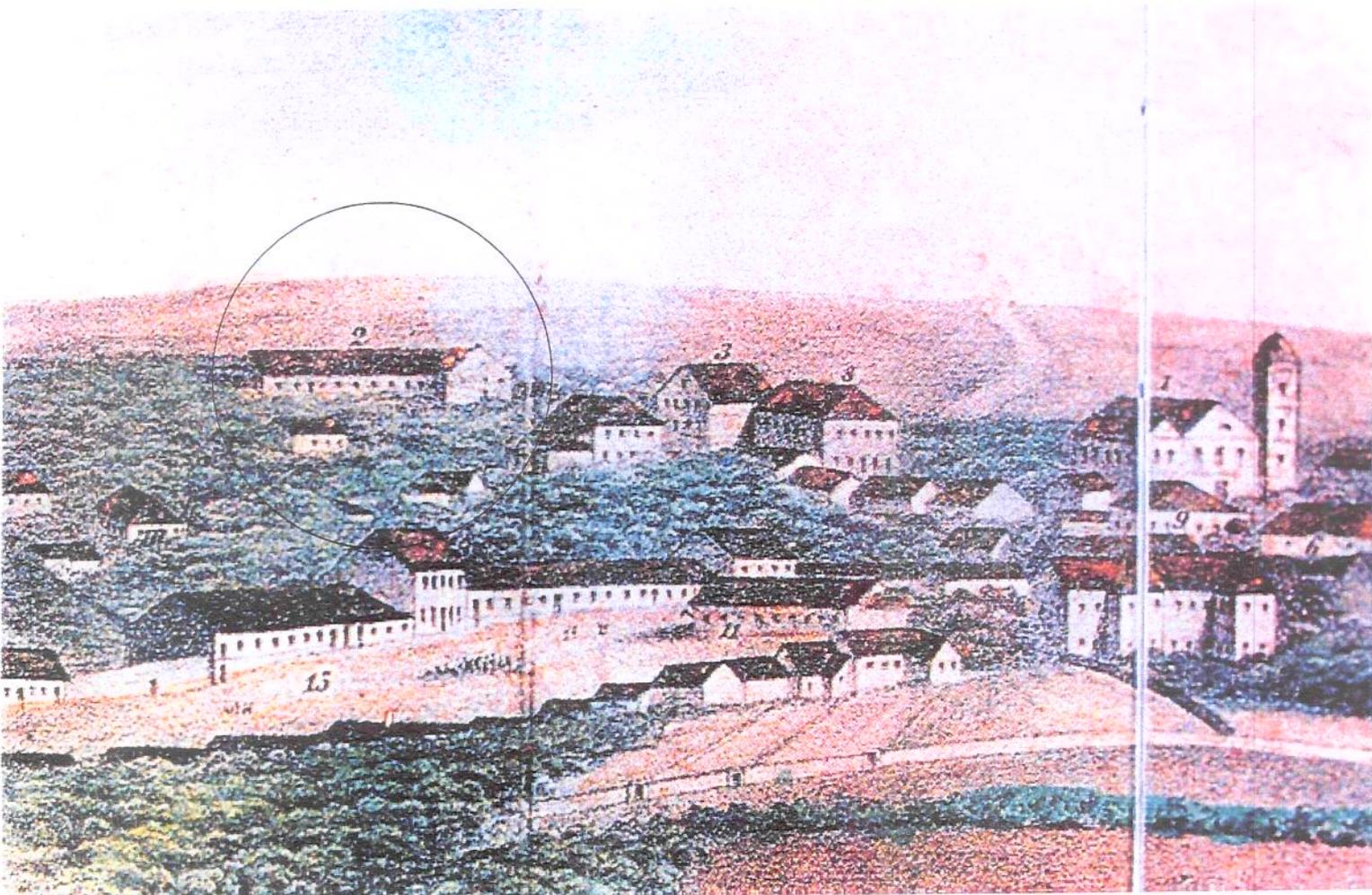


Figura III. 7a -Vista de Sorocaba. Anônimo - c. 1862. (Detalhe da Figura 7)

Publicada em TRINDADE, Jaelson Bitran. *Tropeiros*. São Paulo, Ed. Publicações e Comunicações Ltda., 1992, pp. 66-67.



Figura III. 8 - Vista de Sorocaba - Adolpho Züricher - 1871.

Publicada em GASPAR, Antônio Francisco. *Histórico do início, fundação, construção e inauguração da Estrada de Ferro Sorocabana, 1870-1875*. São Paulo, Ed. Estabelecimento Graphico Eugênio Cupolo, 1930, pp. 30-31.

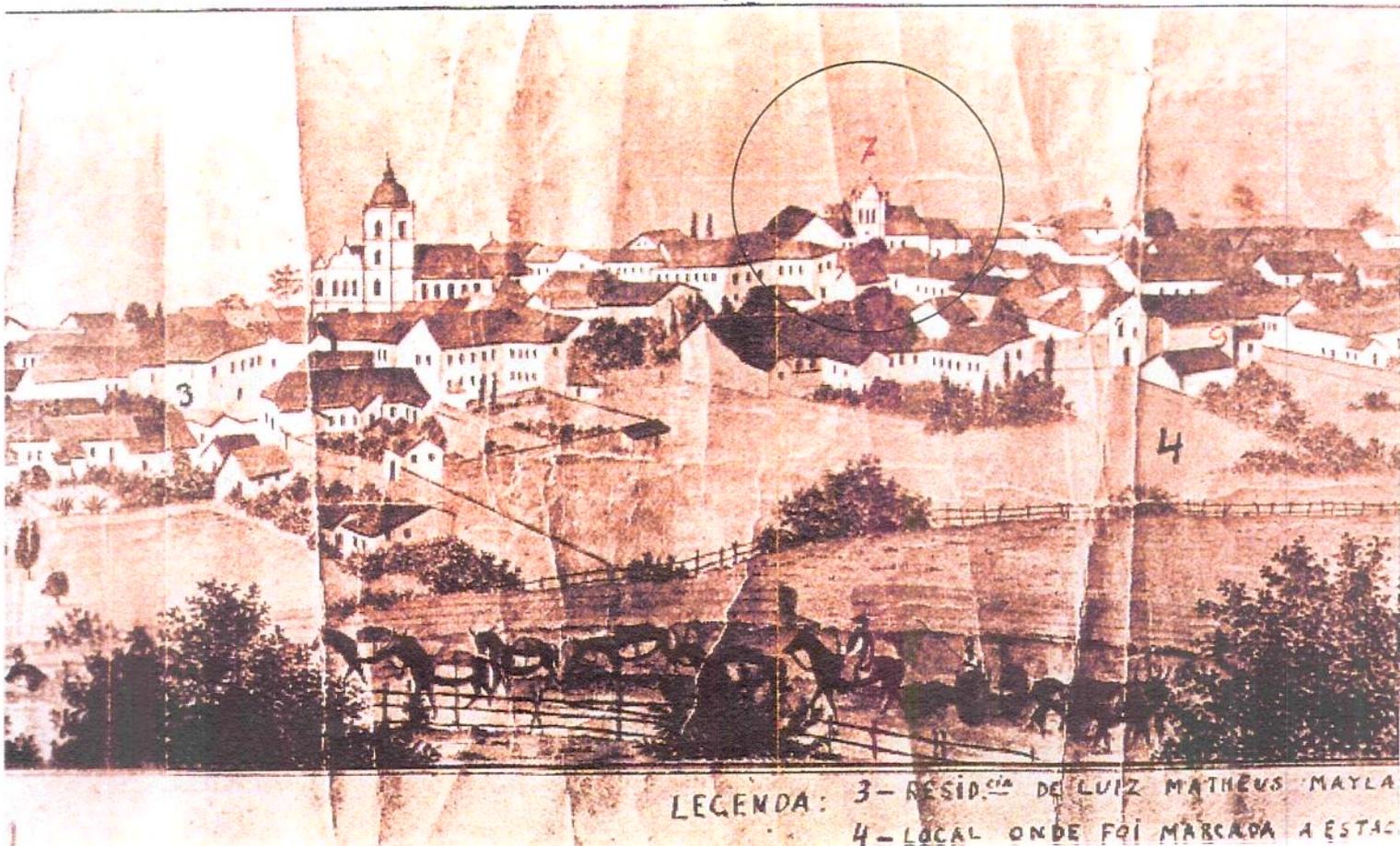


Figura III. 8a - Vista de Sorocaba - Adolpho Züricher - 1871 - Detalhe da Figura 8.

Publicada em GASPAR, Antônio Francisco. *Histórico do início, fundação, construção e inauguração da Estrada de Ferro Sorocabana, 1870-1875*. São Paulo, Ed. Estabelecimento Graphico Eugênio Cupolo, 1930, pp. 30-31.



*Figura III. 9 - Restituição hipotética do mosteiro de São Bento de Sorocaba.
Sorocaba - Largo S. Bento 1660-1661 - Ettore Marangoni - c. 1967.*

Reproduzida de uma cópia pertencente ao Arquivo do mosteiro de São Bento de São Paulo. Arquivista D. Martinho Johnson.

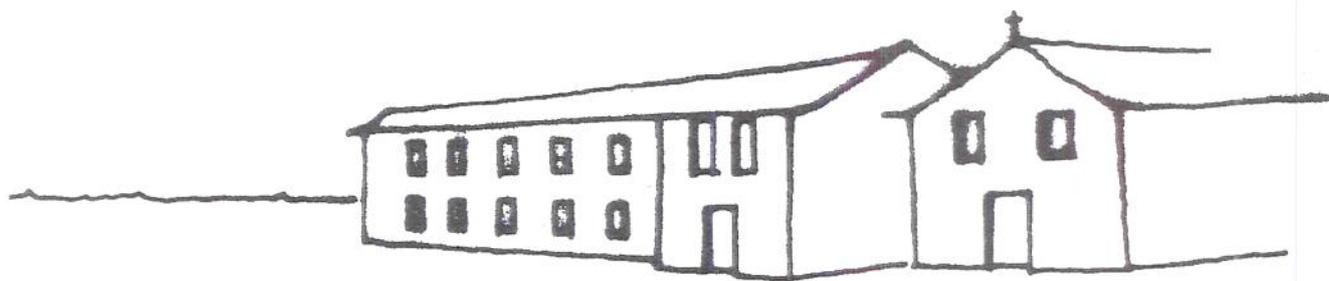


Figura III. 10 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. “Croquis” elucidativo das obras empreendidas em meados do século XVIII.

Elaborada pelo autor.



Figura III. 11 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba - c. 1903.

Publicada em *Almanach de Sorocaba para o ano de 1903*. Sorocaba, M. Silva & Comp. Editores, 1903, s/ pag.



Figura III. 12 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba - c. 1905.

Reproduzida de uma fotografia pertencente ao Arquivo do Mosteiro de São Bento de São Paulo.
Arquivista D. Martinho Johnson.



Figura III. 13 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba - 1924.

Reproduzida de um cartão postal (Ed. da Photographia Neves - Sorocaba 1924),
pertencente ao Arquivo do Museu histórico Sorocabano. Arquivista Adolfo Frioli.



Figura III. 14 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba - c. 1929.

Reproduzida de um cartão postal pertencente ao Arquivo do mosteiro de São Bento de São Paulo. Arquivista D. Martinho Johnson.



Figura III. 15 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba - 1940.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9^a. CR/SP, n. 642. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).



Figura III. 16 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba - c. 1914.

Reproduzida de um cartão postal (Ed. Camillo Lellis de Itapetininga, s/ data) pertencente à coleção do Monsenhor Jamil Abib.



Figura III. 17 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba - 1924.

Reproduzida de um cartão postal (Ed. da Photographia Neves - Sorocaba 1924)
pertencente à coleção do Monsenhor Jamil Abib.



Figura III. 18 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba - 1947.

Reproduzida de um cartão postal (Ed. Wessel) pertencente à coleção do Monsenhor Jamil Abib.



Figura III. 19 - Rua São Bento - Sorocaba - c. 1905.

Reproduzida de um cartão postal (Ed. Union Postale Universelle) pertencente ao Arquivo do Museu Histórico Sorocabano (MHS). Arquivista Adolfo Frioli.



Figura III. 20 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Fachada frontal, detalhe da torre.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9^a. CR/SP, n. 643. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

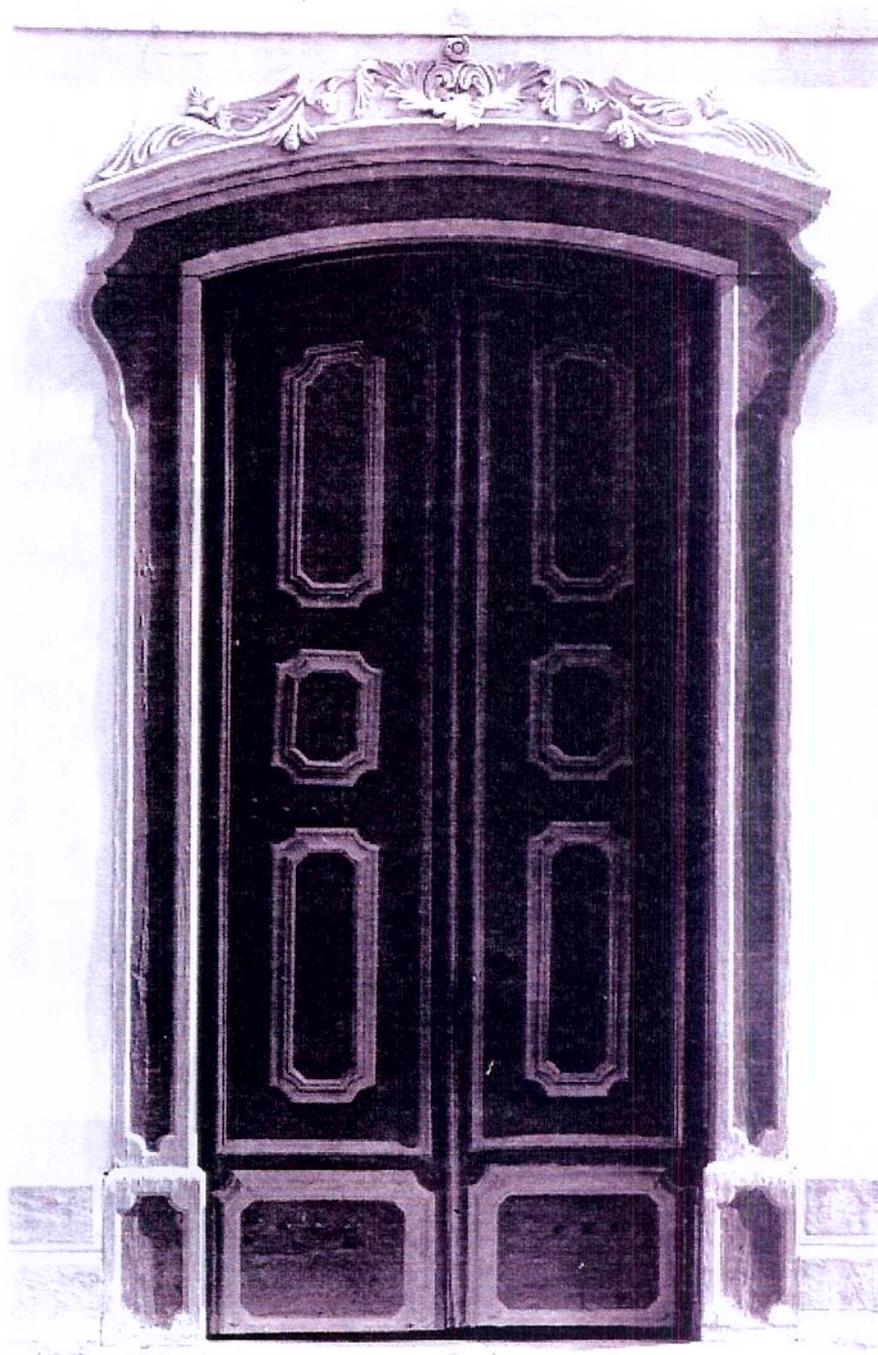


Figura III. 21 - Mosteiro de São Bento de Sorcaba. Porta da fachada frontal da Igreja.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9^a. CR/SP, n. 644. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).



Figura III. 22 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Porta da fachada frontal do mosteiro.

Fotografado pelo autor.

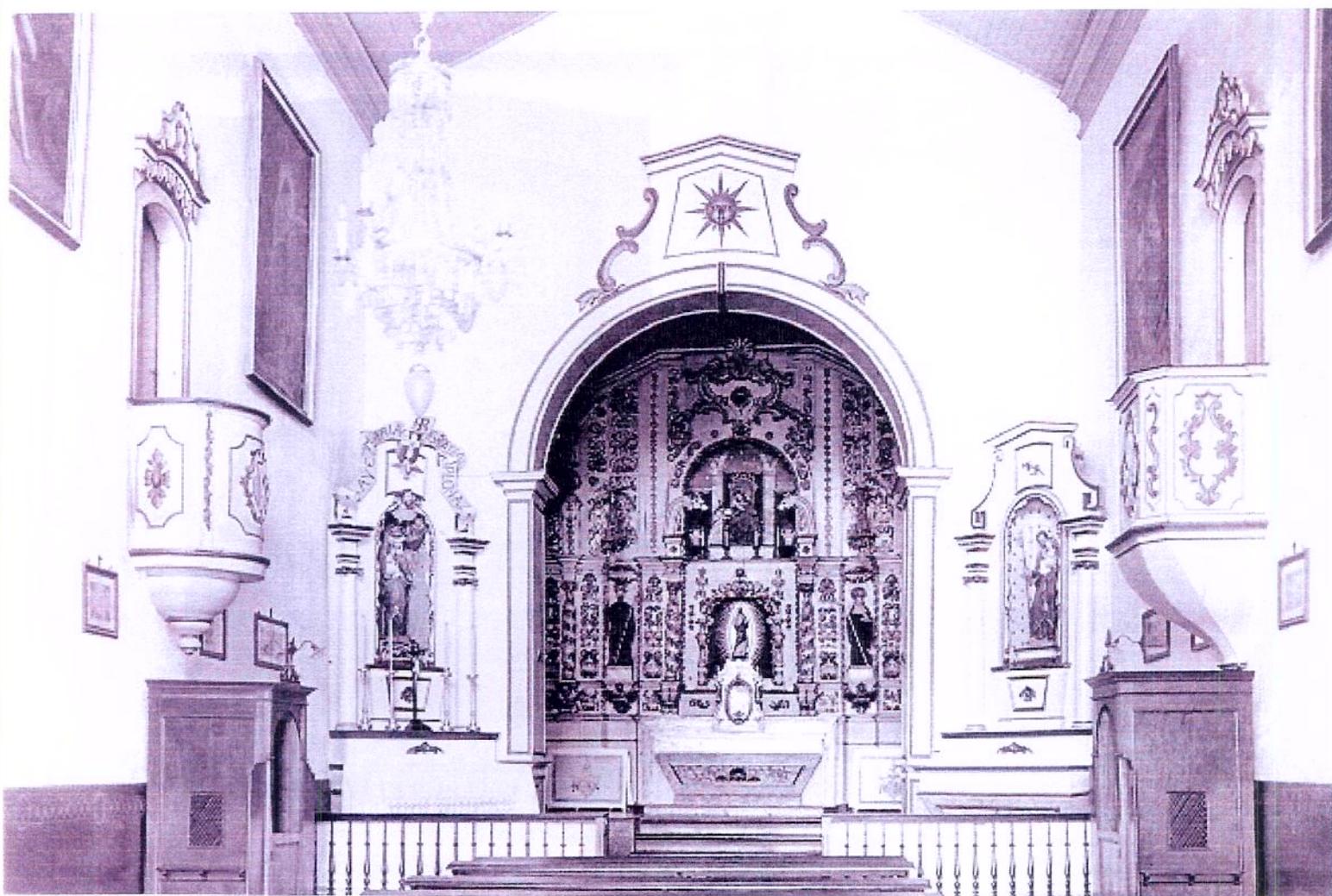


Figura III. 23 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Vista interna da nave.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9^a. CR/SP, n. 644. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

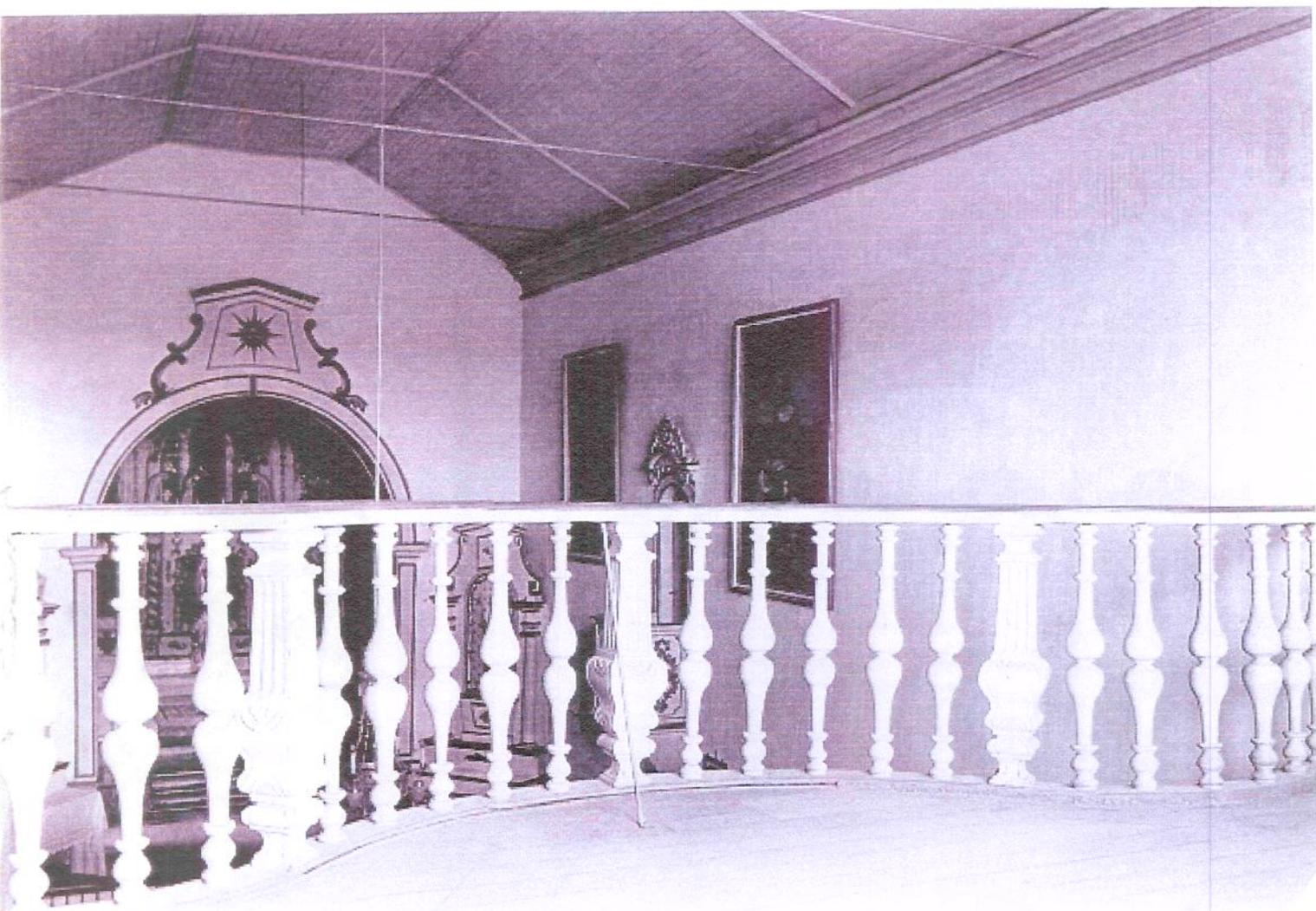


Figura III. 24 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Gradil do coro que pertenceu ao antigo mosteiro de São Bento de São Paulo.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9^a. CR/SP, n. 632. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

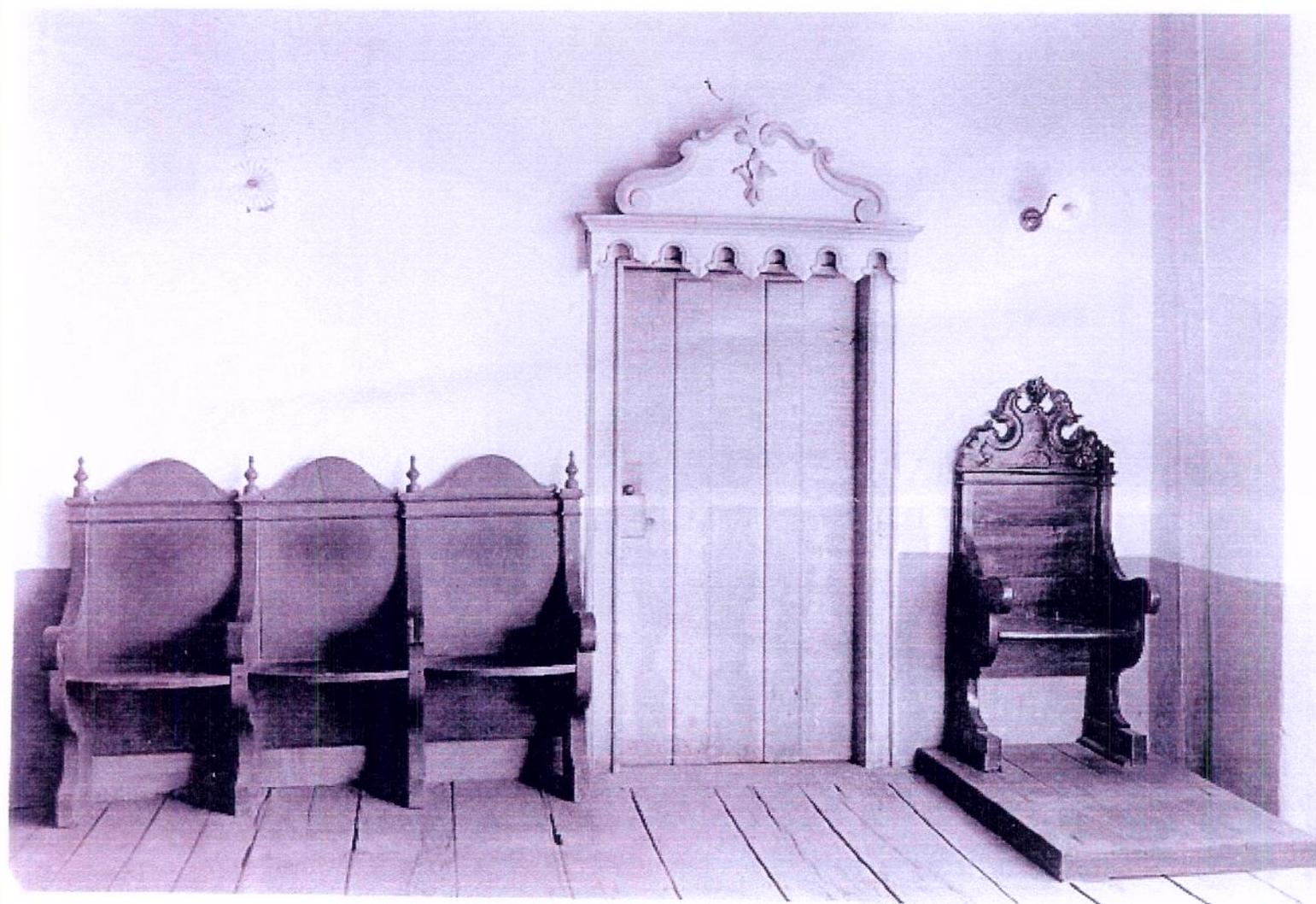


Figura III. 25 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Coro e porta de acesso à torre campanária.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9^a. CR/SP, n. 631. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

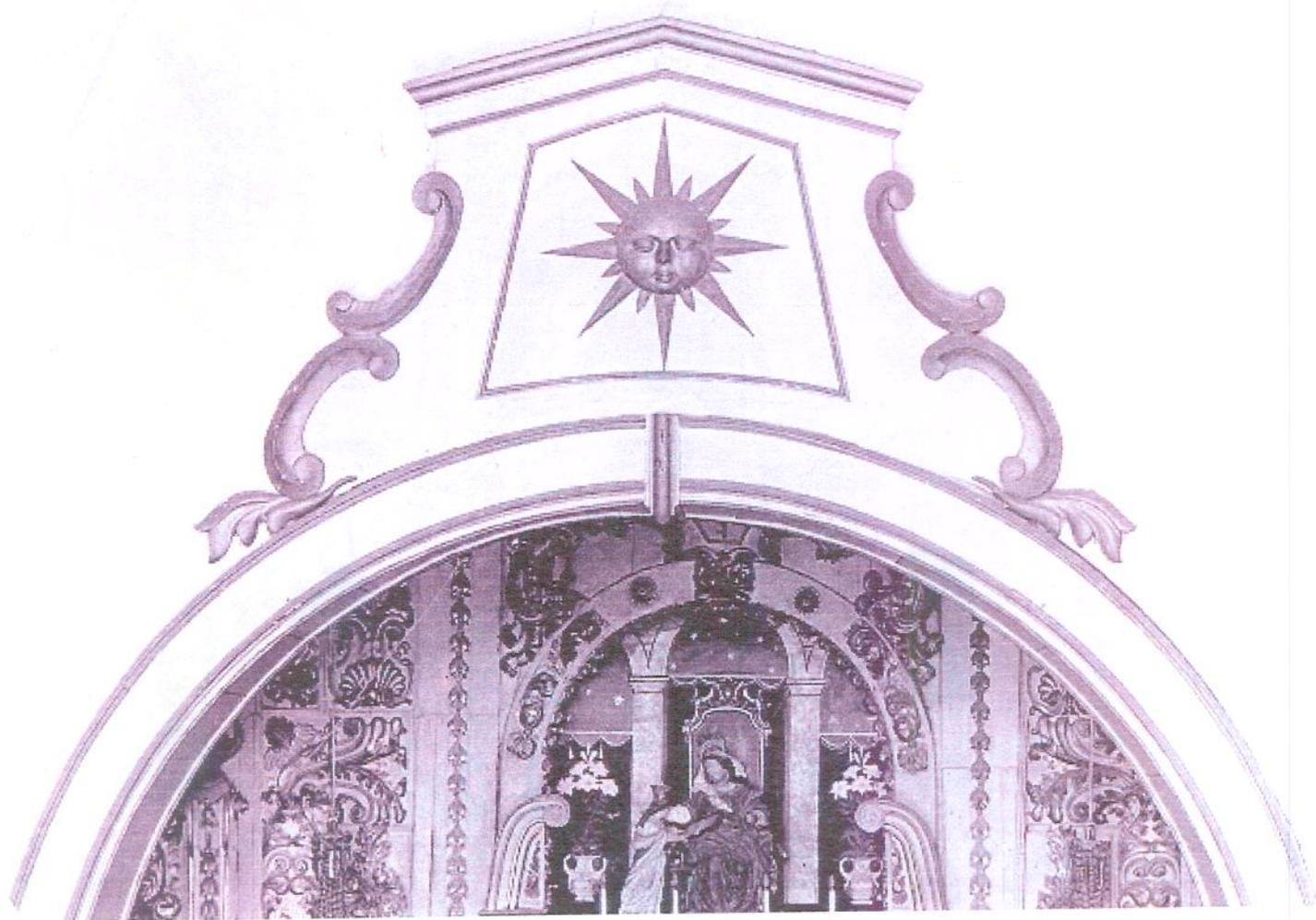


Figura III. 26 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Detalhe do arco cruzeiro.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 630. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

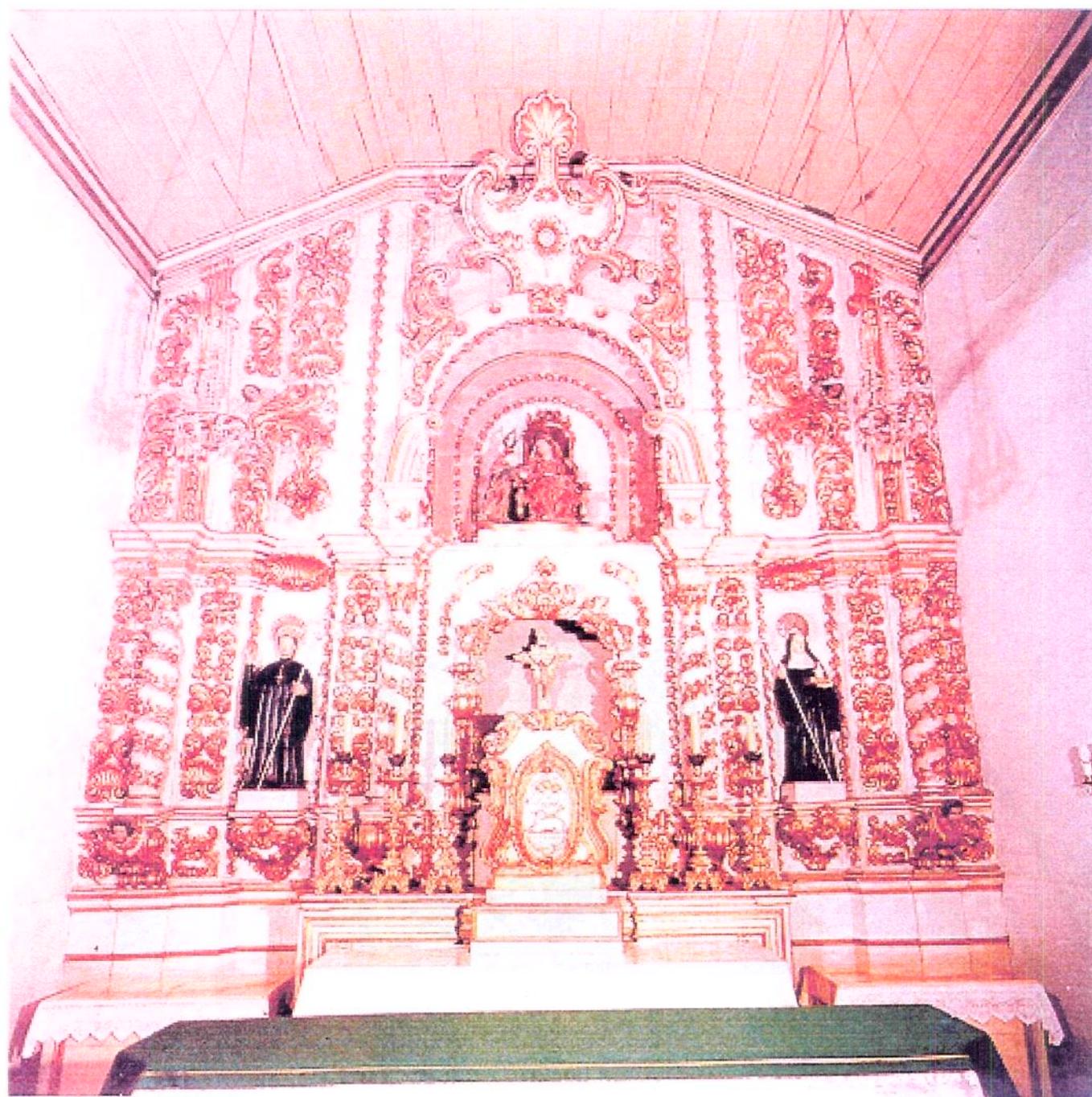


Figura III. 27 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Altar-mor que pertenceu ao antigo Mosteiro de São Bento de Santana de Parnaíba.

Publicada em *Mosteiro de São Bento - São Paulo*. São Paulo, Patrocínio Cultural Companhia Antarctica Paulista, 1988, p.164.

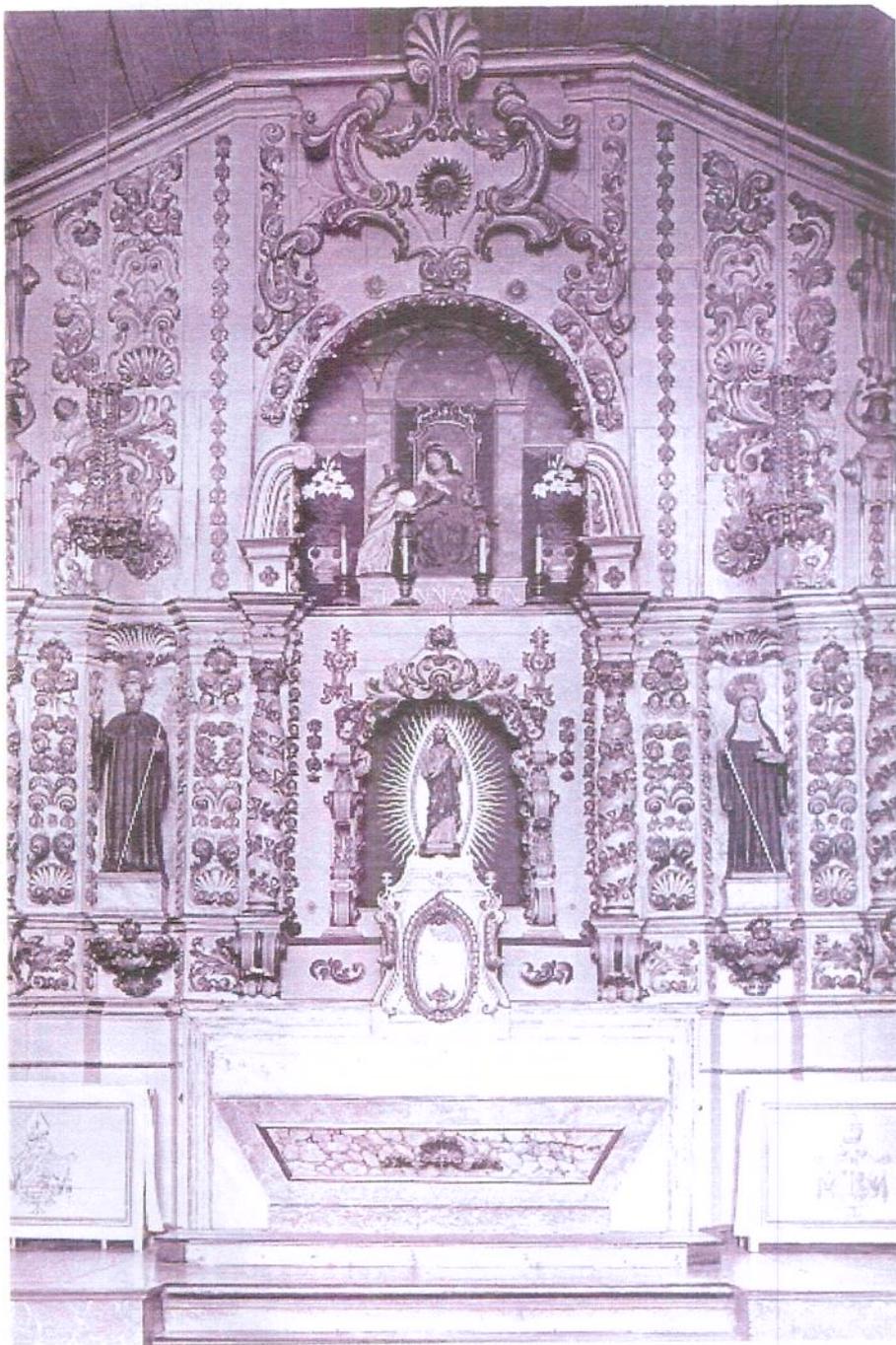


Figura III. 27a - Mosteiro de São Bento de Sorocaba Altar-mor. (Ver Figura 26)

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9^a. CR/SP, n. 626. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).



Figura III. 28 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Detalhe do altar-mor.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 629. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

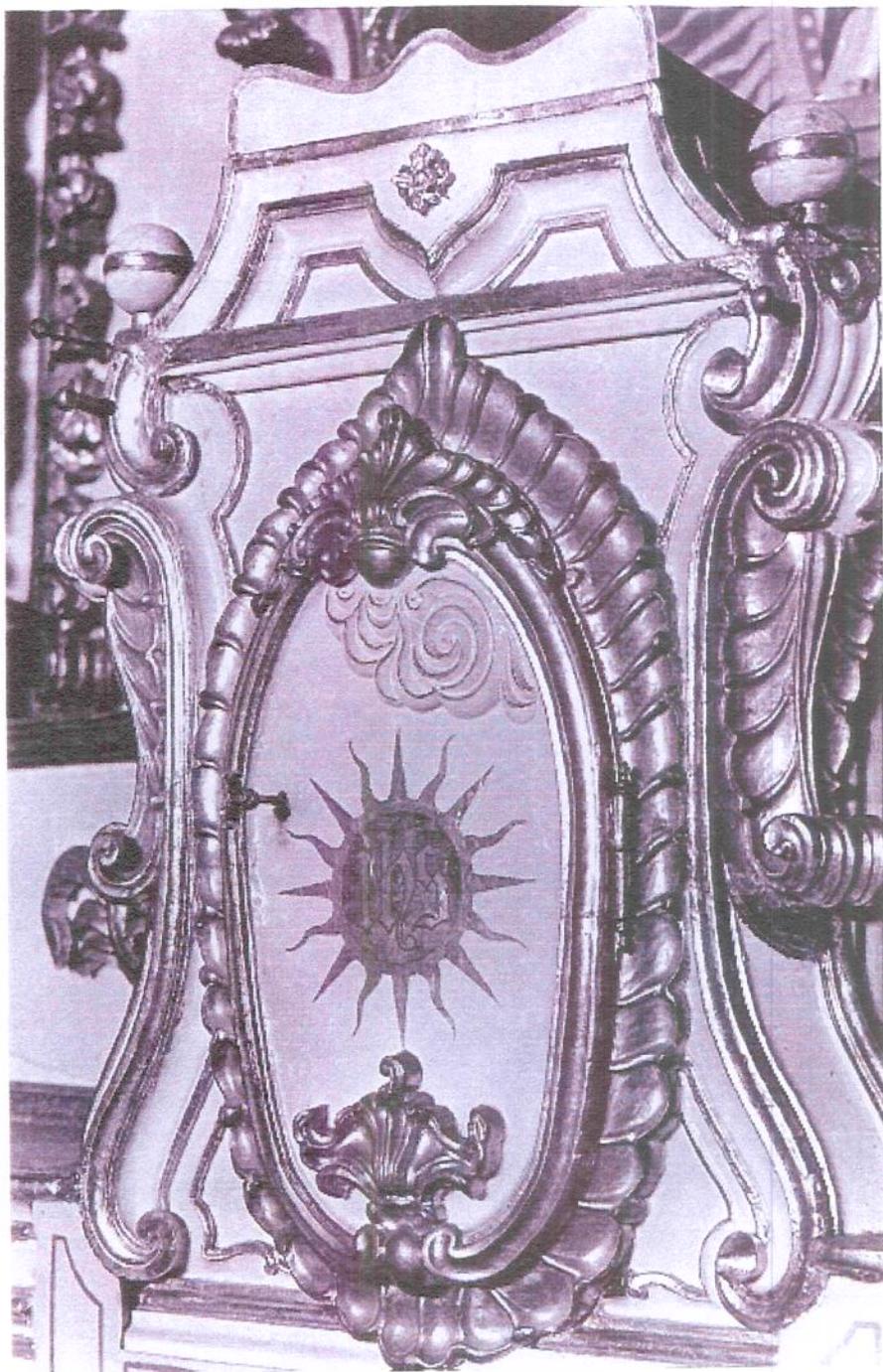


Figura III. 29 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Sacrário do altar-mor.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 633. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

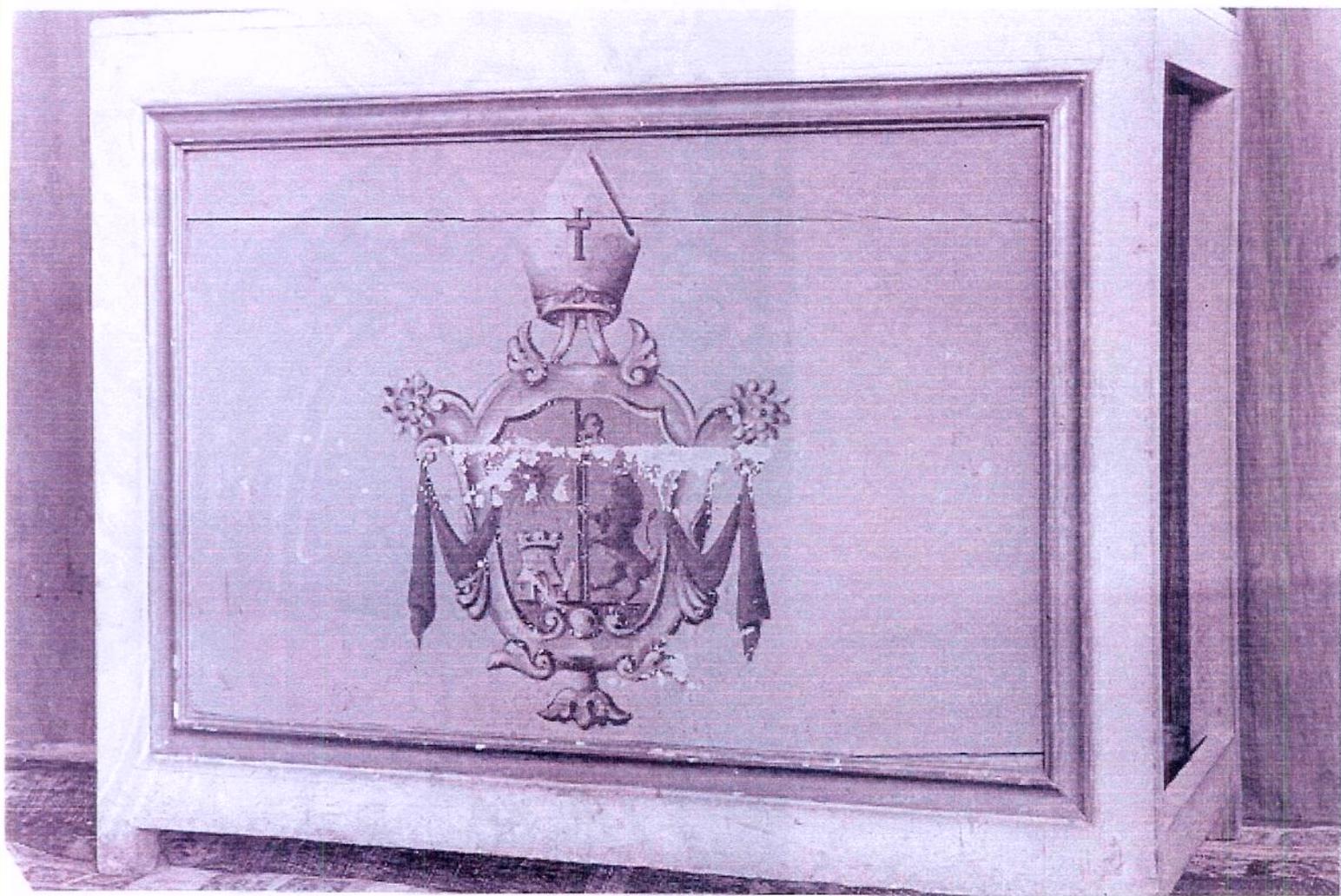


Figura III. 30 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Credência do altar-mor.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 635. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

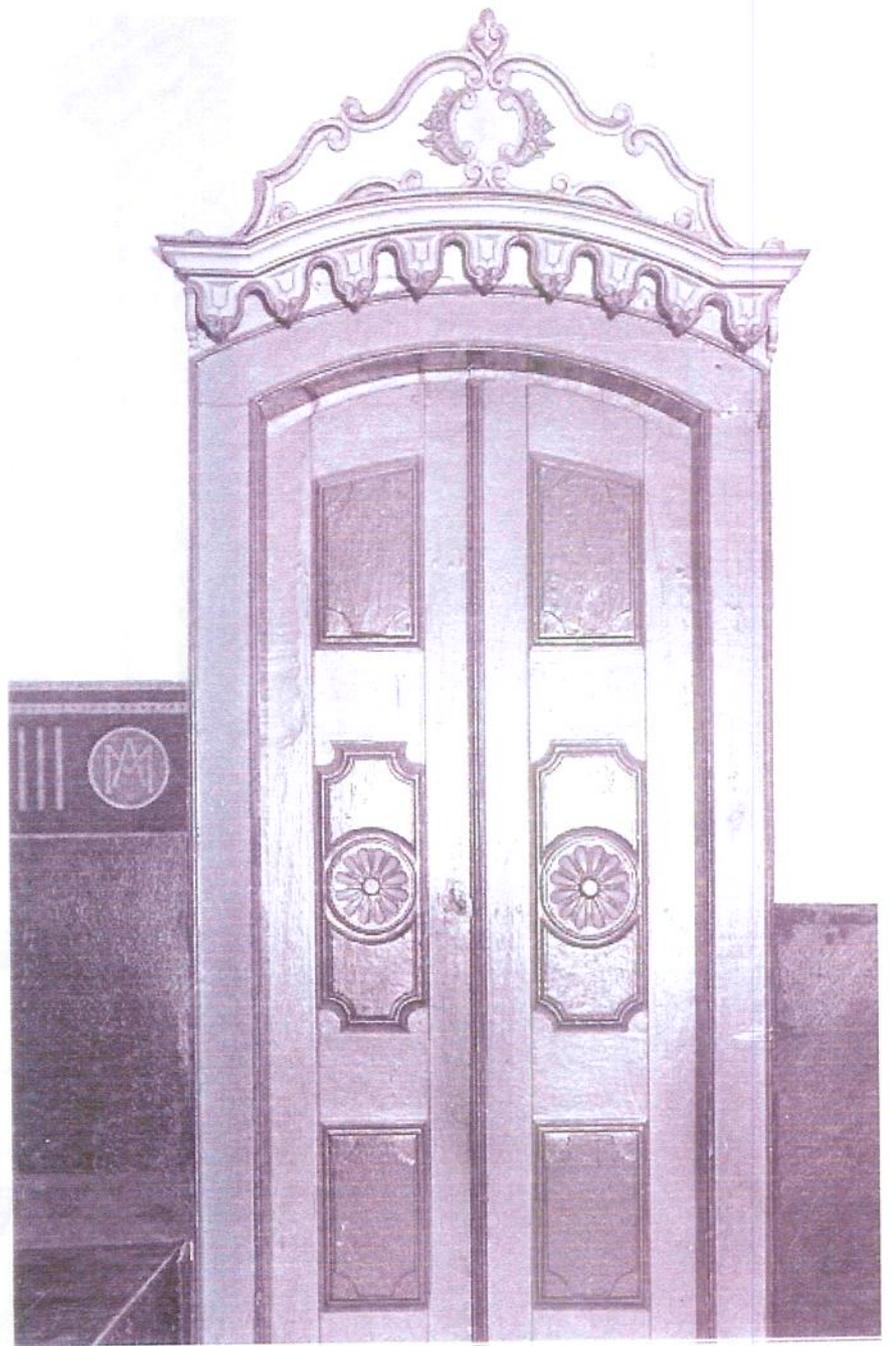


Figura III. 31 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Capela-mor. Porta de acesso à sacristia.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9^a. CR/SP, n. 641. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

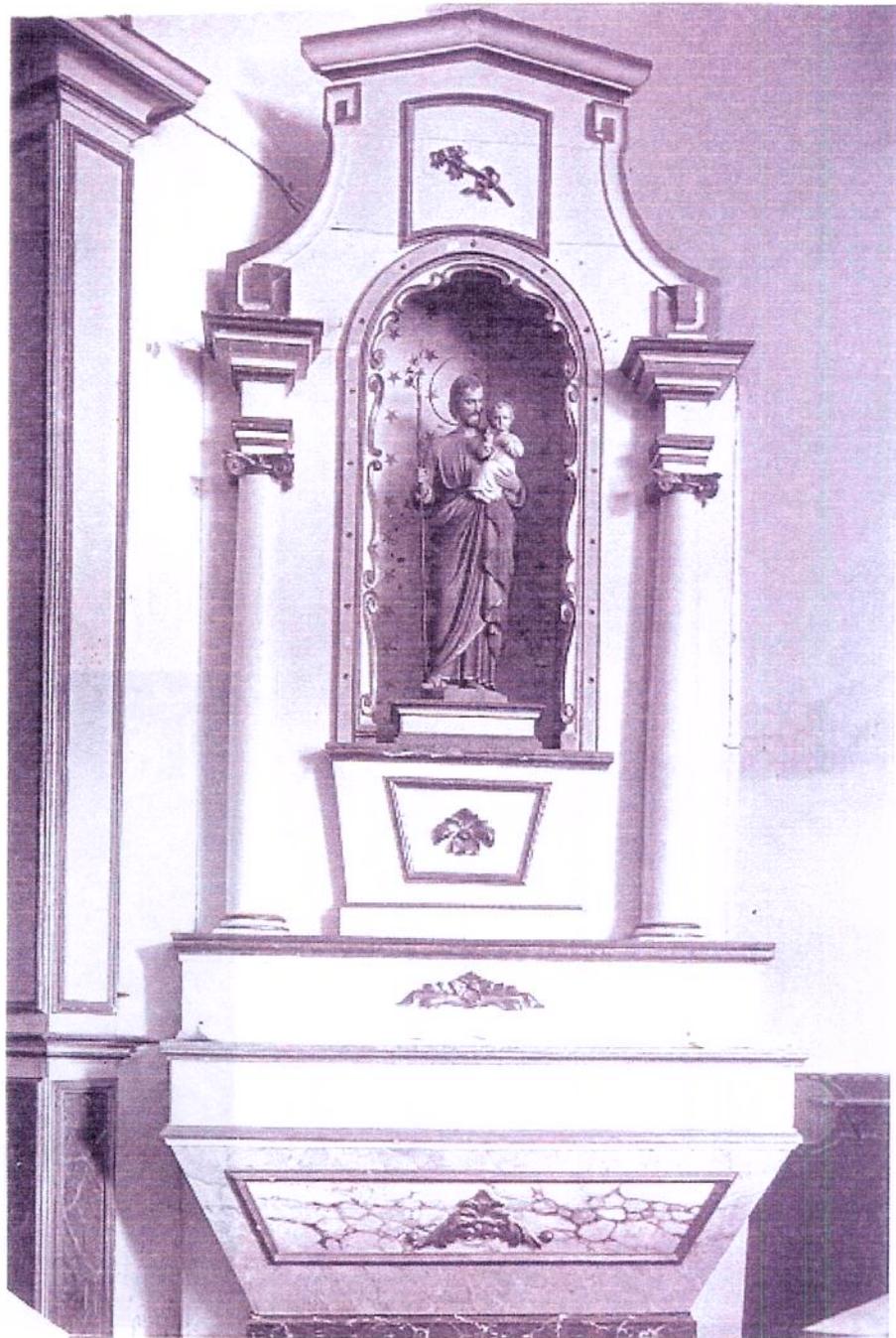


Figura III. 32 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Altar lateral do lado da Epístola.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9^a. CR/SP, n. 627. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).



Figura III. 33 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Vista do claustro.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 646. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

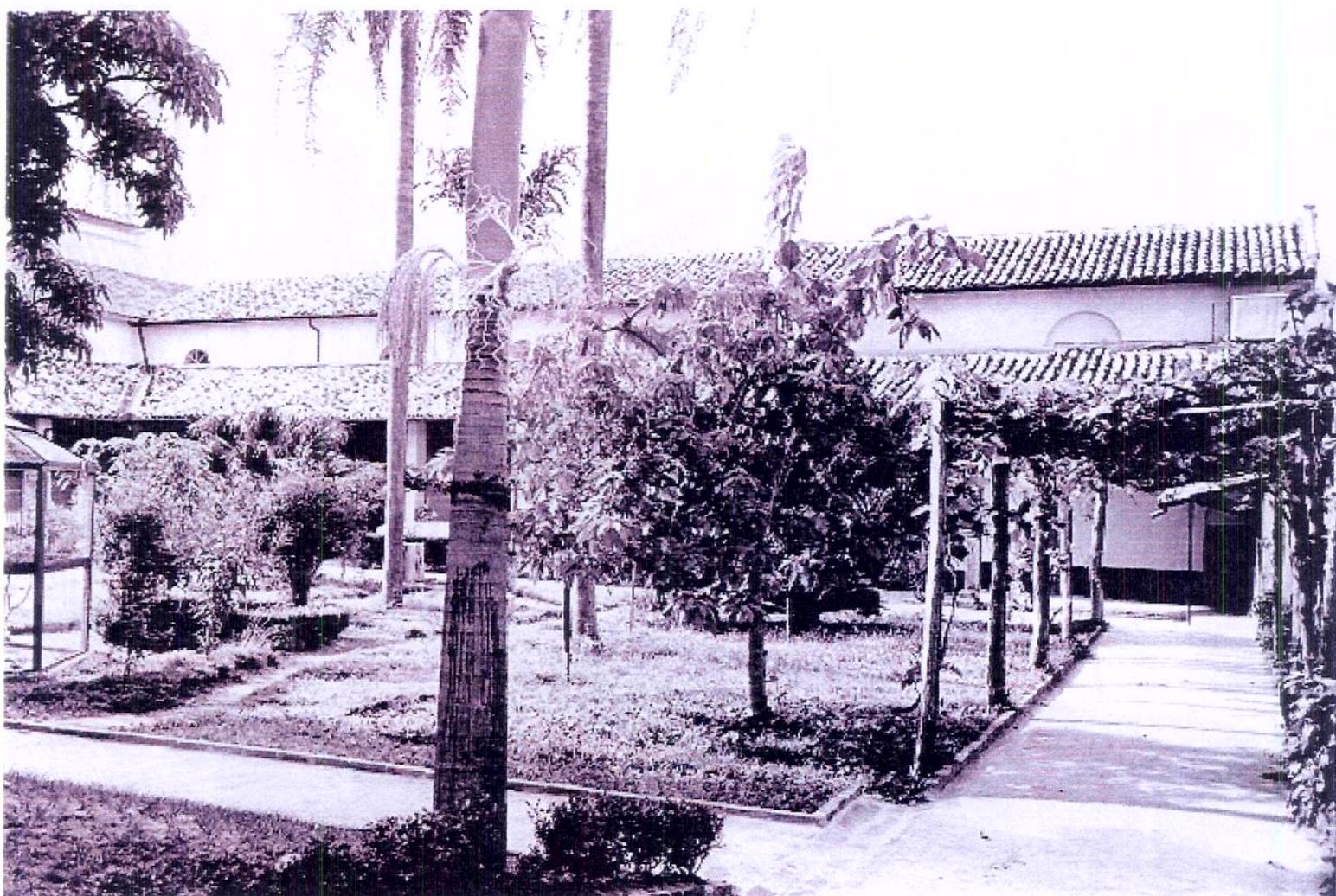


Figura III. 34 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Vista do claustro.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 647. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).



Figura III. 35 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Vista do claustro.

Reproduzida de um cartão postal.

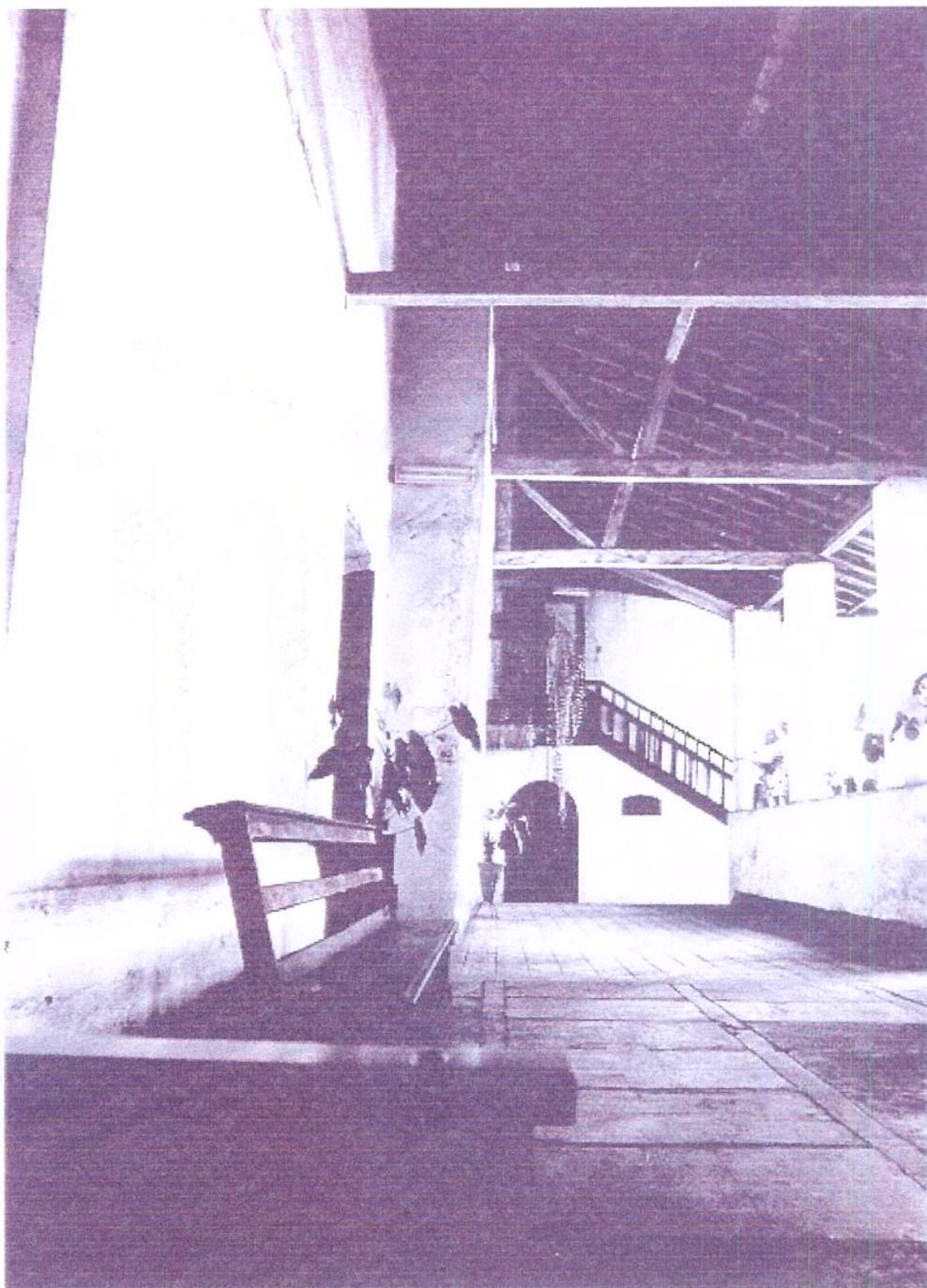


Figura III. 36 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Vista do corredor do claustro.

Fotografada pelo autor (1986).



Figura III. 37 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Vista da escada de acesso às celas do primeiro andar.

Fotografada pelo autor (1986).



Figura III. 38 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Corredor das celas do primeiro andar.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 645. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

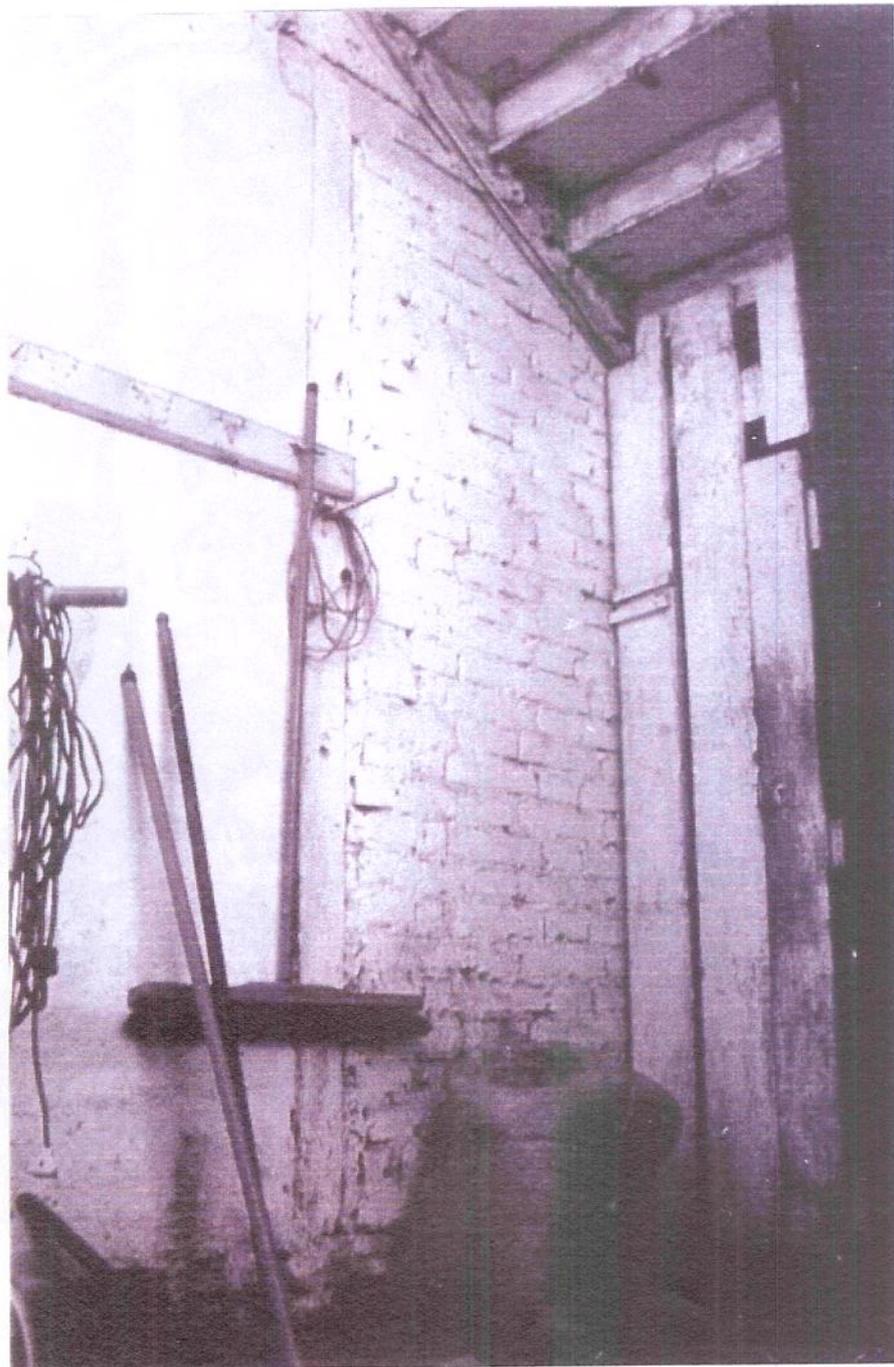


Figura III. 39 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Detalhe da porta emparedada sob a escada de acesso às celas do primeiro andar.

Fotografada pelo autor (1986).



Figura III. 40 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Imagem de São Bento, madeira policromada, século XVIII, altura 115cm.

Publicada em *Mosteiro de São Bento - São Paulo*. São Paulo, Patrocínio Cultural Companhia Antarctica Paulista, 1988, p.162.



Figura III. 41 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Imagem de Santa Escolástica, madeira policromada, século XVIII, altura 115 cm.

Publicada em *Mosteiro de São Bento - São Paulo*. São Paulo, Patrocínio Cultural Companhia Antarctica Paulista, 1988, p.163.

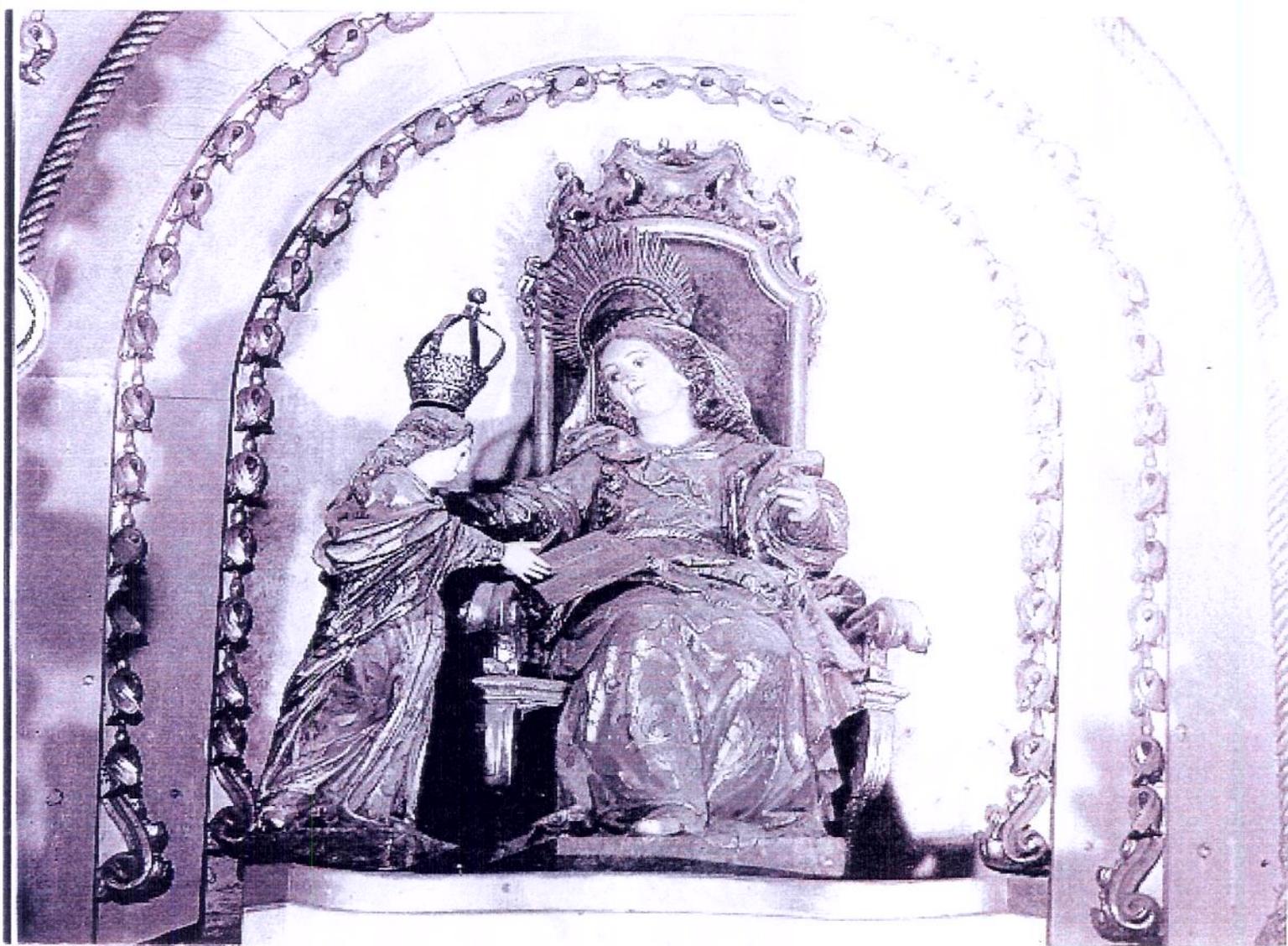


Figura III. 42 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Imagem de Santana e Nossa Senhora Menina, madeira policromada, século XVIII, altura 110 cm.

Publicada em *Mosteiro de São Bento - São Paulo*. São Paulo, Patrocínio Cultural Companhia Antarctica Paulista, 1988, p.165.



Figura III. 43 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Imagem de Santa Gertrudes, madeira policromada, 1759-1769, altura 116 cm.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9^a. CR/SP, n. 634. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).



Figura III. 44 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Imagem de Nossa Senhora do Pilar, madeira policromada, 1711-1718, altura 44 cm.

Publicada em *Mosteiro de São Bento - São Paulo*. São Paulo, Patrocínio Cultural Companhia Antarctica Paulista, 1988, p. 156.



Figura III. 45 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Imagem do Senhor Flagelado, madeira policromada, século XVIII, altura 148 cm.

Publicada em *Mosteiro de São Bento - São Paulo*. São Paulo, Patrocínio Cultural Companhia Antarctica Paulista, 1988, p. 158.



Figura III. 46 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Crucifixo, madeira policromada, século XVIII, altura 300 cm
Pertenceu ao antigo convento de Santa Clara de Sorocaba.

Publicada em *Mosteiro de São Bento - São Paulo*. São Paulo, Patrocínio Cultural
Companhia Antarctica Paulista, 1988, p.160.



Figura III. 47 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Crucifixo, madeira policromada e prata cinzelada, século XVIII, altura 85 cm.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 624. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

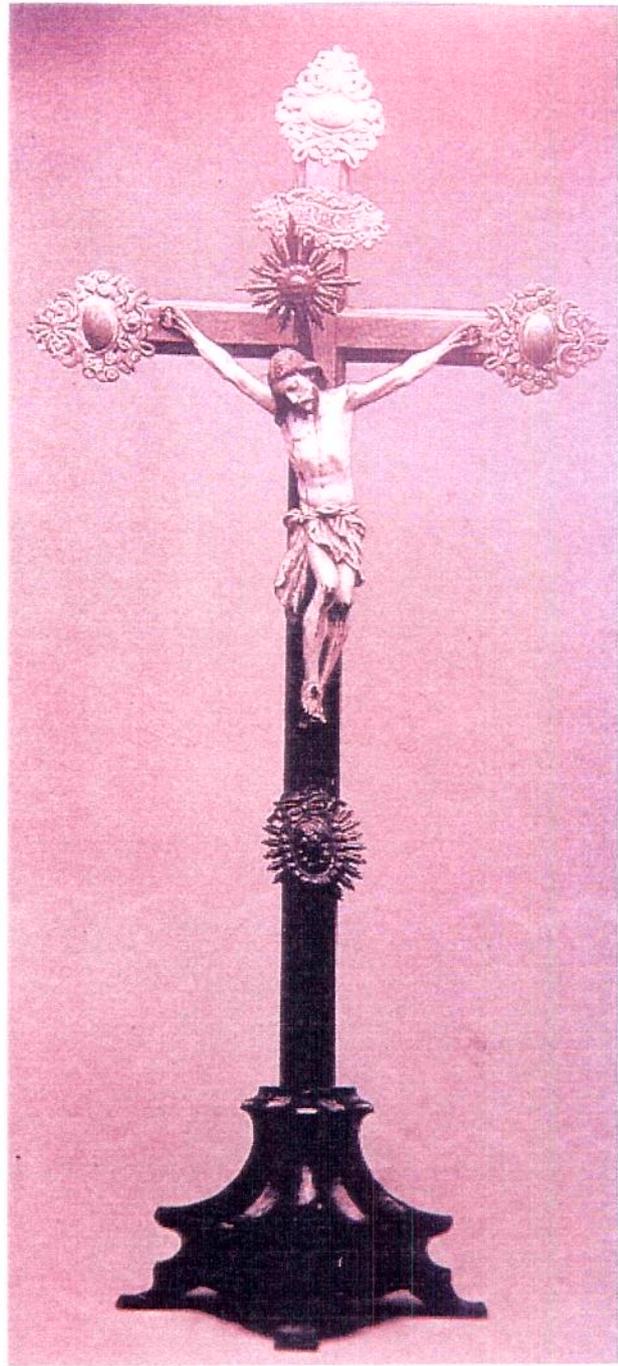


Figura III. 48 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Crucifixo, madeira policromada e prata cinzelada, século XVIII, altura 90 cm.

Publicada em *Mosteiro de São Bento - São Paulo*. São Paulo, Patrocínio Cultural Companhia Antarctica Paulista, 1988, p. 155.



Figura III. 49 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Crucifixo, madeira dourada, século XVIII, altura 92 cm.

Publicada em *Mosteiro de São Bento - São Paulo*. São Paulo, Patrocínio Cultural Companhia Antarctica Paulista, 1988, p. 159.



Figura III. 50 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Par de tocheiros (conjunto de 6 unidades), madeira entalhada e dourada, século XVIII, altura 80 cm.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9^a. CR/SP, n. 623. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

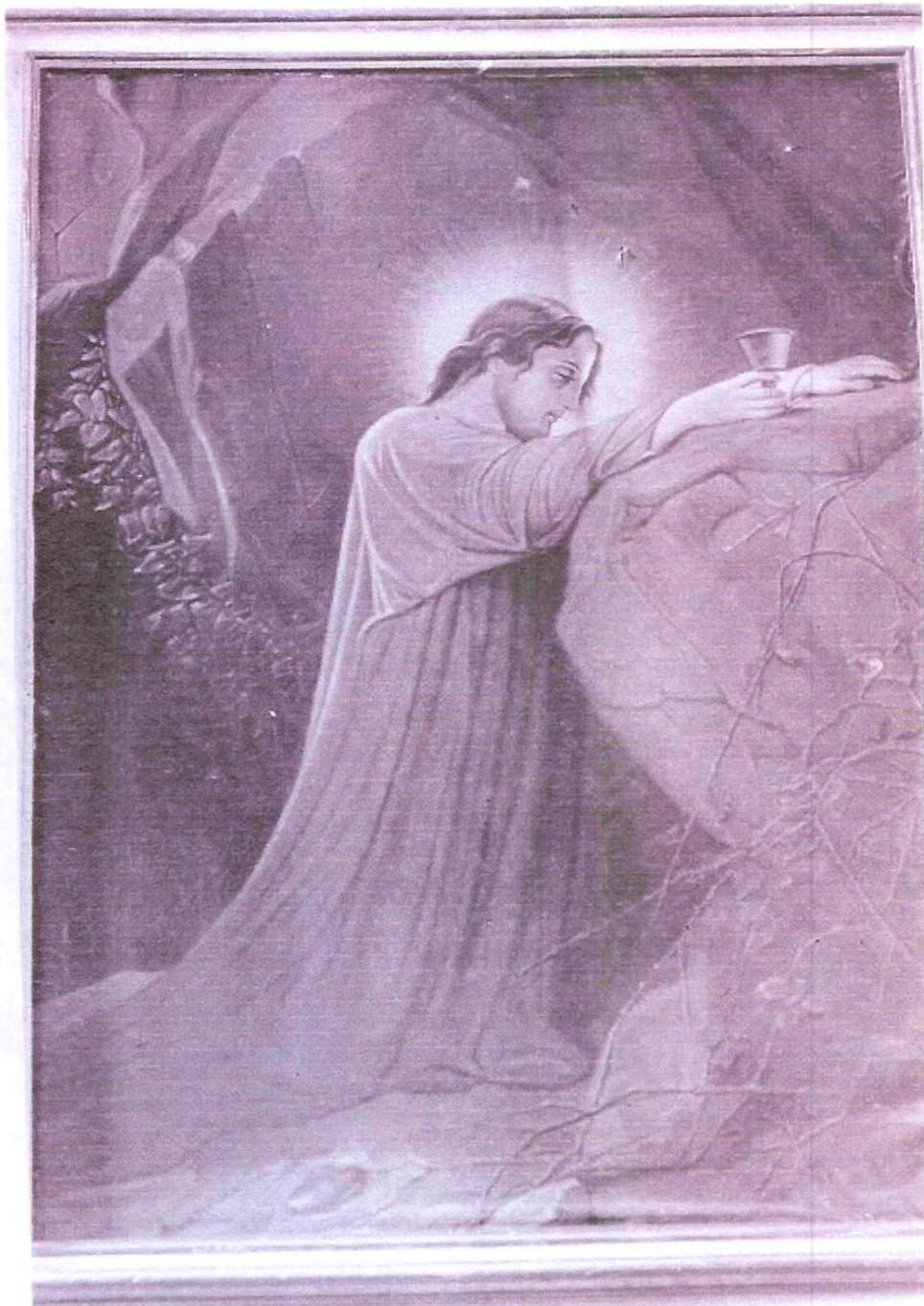


Figura III. 51 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. "Jesus no Horto", óleo sobre tela, 180x270 cm. Pertenceu ao antigo Mosteiro de São Bento de São Paulo.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9^a. CR/SP, n. 637. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).



Figura III. 52 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. "Fuga para o Egito", óleo sobre tela, 180x270 cm. Pertenceu ao antigo Mosteiro de São Bento de São Paulo.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9^a. CR/SP, n. 638. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).



Figura III. 53 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. "Nossa Senhora com o Menino Jesus e São João Batista Criança", óleo sobre tela, 180x270 cm. Pertenceu ao antigo Mosteiro de São Bento de São Paulo.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 639. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).



Figura III. 54 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. "S. João Batista Criança", óleo sobre tela, 180x270 cm. Pertenceu ao antigo Mosteiro de São Bento de São Paulo.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9^a. CR/SP, n. 640. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).



Figura III. 55 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Lampadário de prata, século XVIII.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 625. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).



Figura III. 56 - Interior de igreja. Desenho de Hércules Florence.

Publicada em PRESTES, Lucinda Ferreira. *A vila tropeira de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba: seus aspectos sócio-econômicos e a arquitetura das classes dominantes (1750-1888)*. São Paulo, FAUUSP, 1997, p. 112. [dissertação de mestrado]

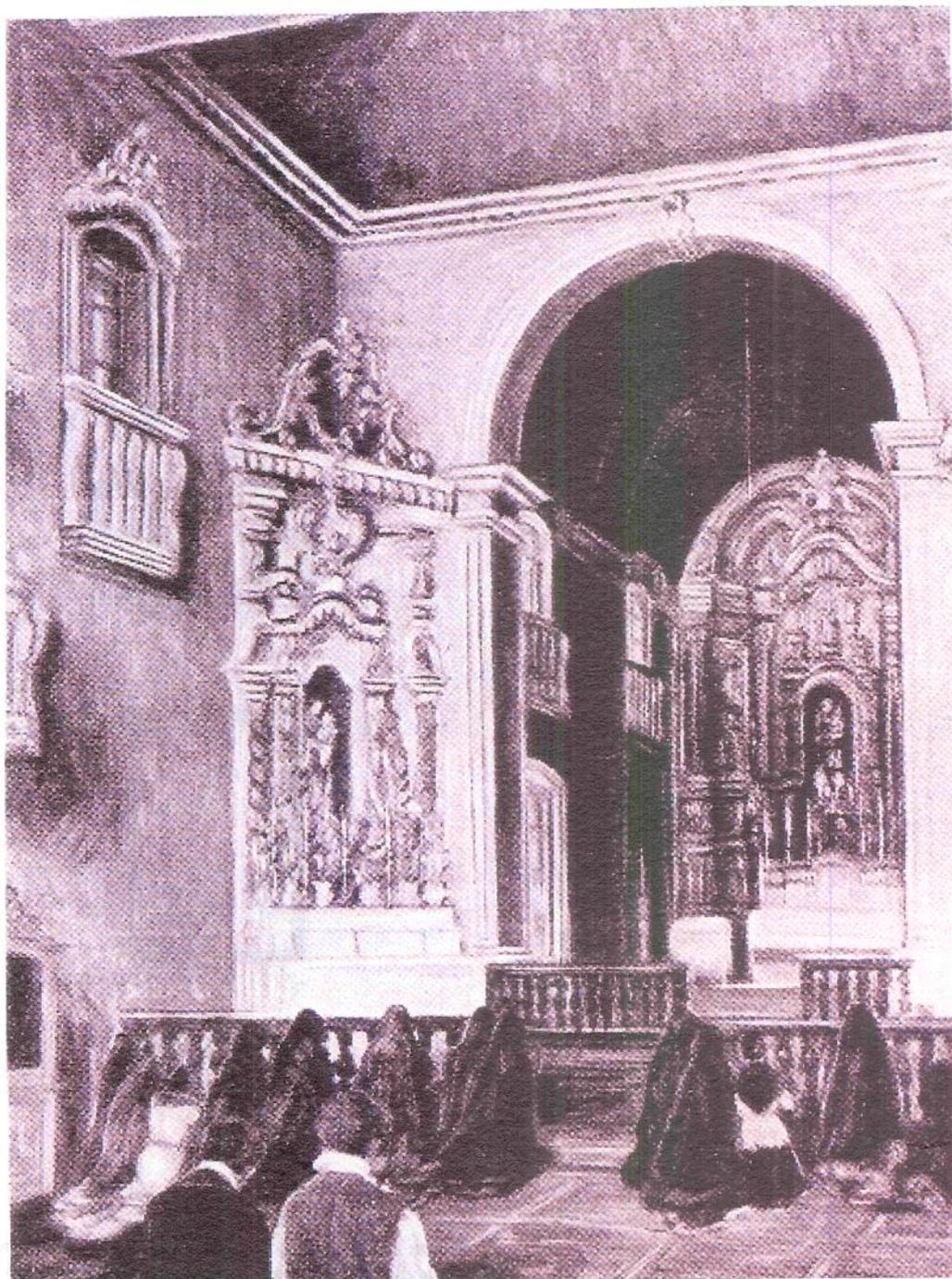


Figura III. 57 - "Interior da igreja de Santo Antônio em 1862. Original de Hércules Florence, óleo de J. Wash Rodrigues (Museu Paulista)."

Publicada em TAUNAY, Affonso de E. *História da cidade de São Paulo*. São Paulo, Edições Melhoramentos, [1954], p. 190.

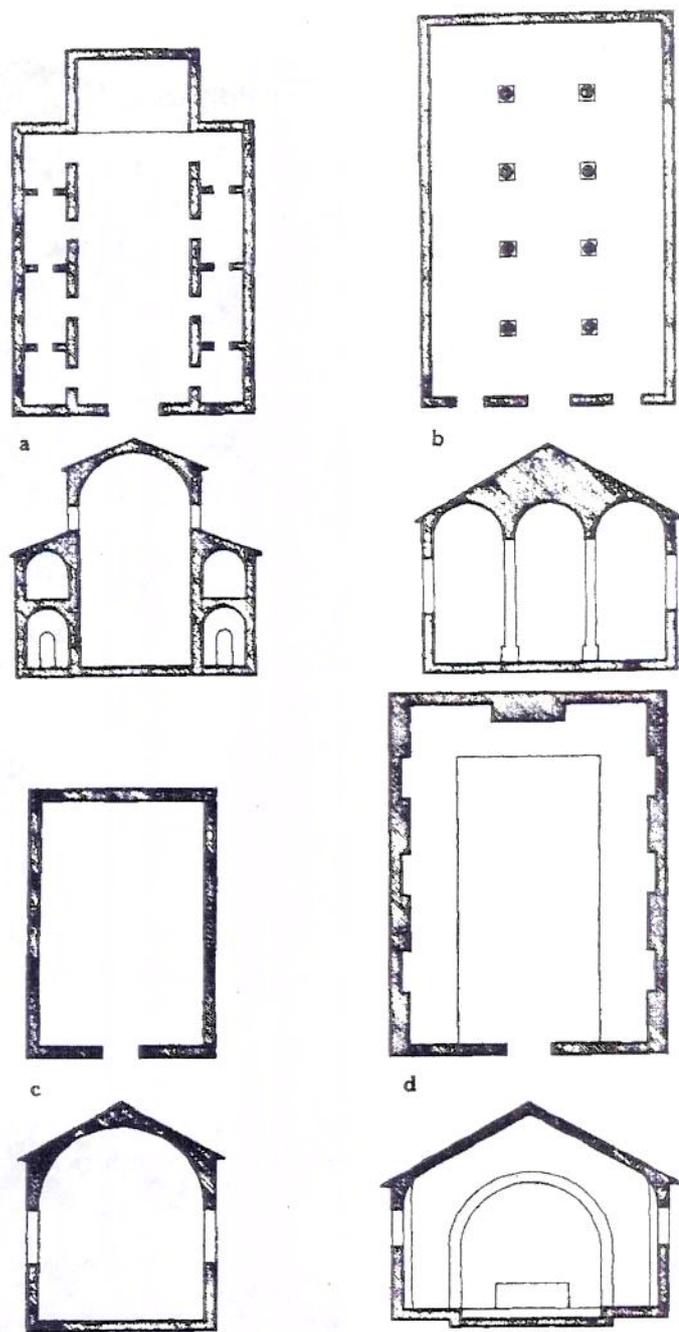


Figura 37. Principais tipos de igrejas portuguesas após 1550: a) criptocolateral; b) igreja-salão; c) nave em forma de caixa; d) nave-sala (desenho de Edward G. A. Kubler).

Figura III. 58 - Principais tipos de igrejas portuguesas após 1550, segundo George Kubler.

Publicada em KUBLER, George. *A arquitetura portuguesa chã entre as especiarias e os diamantes 1521-1706*. Lisboa, Vega Editora, 1985, p. 165.

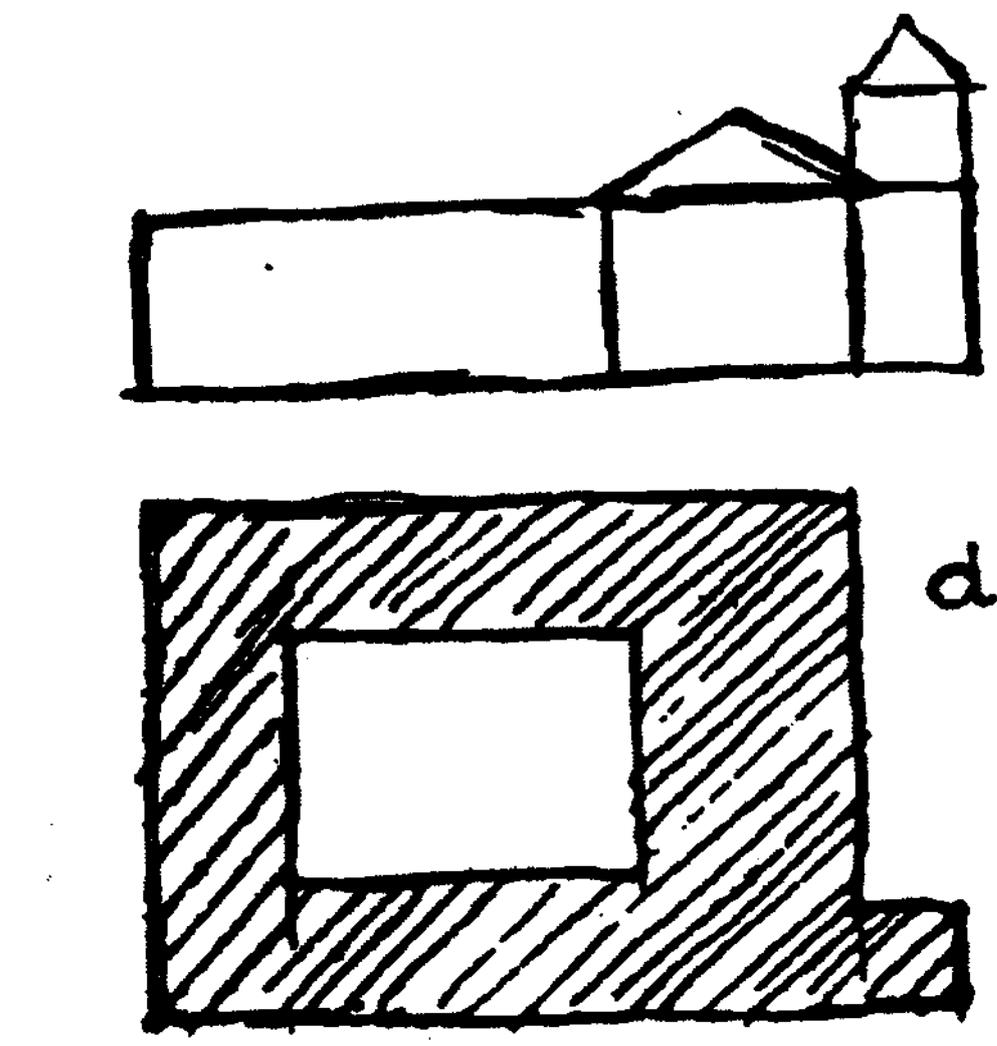


Figura III. 59 - Desenho de Lúcio Costa referente à arquitetura dos jesuítas no Brasil.

Publicada em COSTA, Lúcio. "A arquitetura dos jesuítas no Brasil". In: *Arquitetura religiosa*. São Paulo, FAUUSP e MEC-IPHAN, 1978, p. 32.

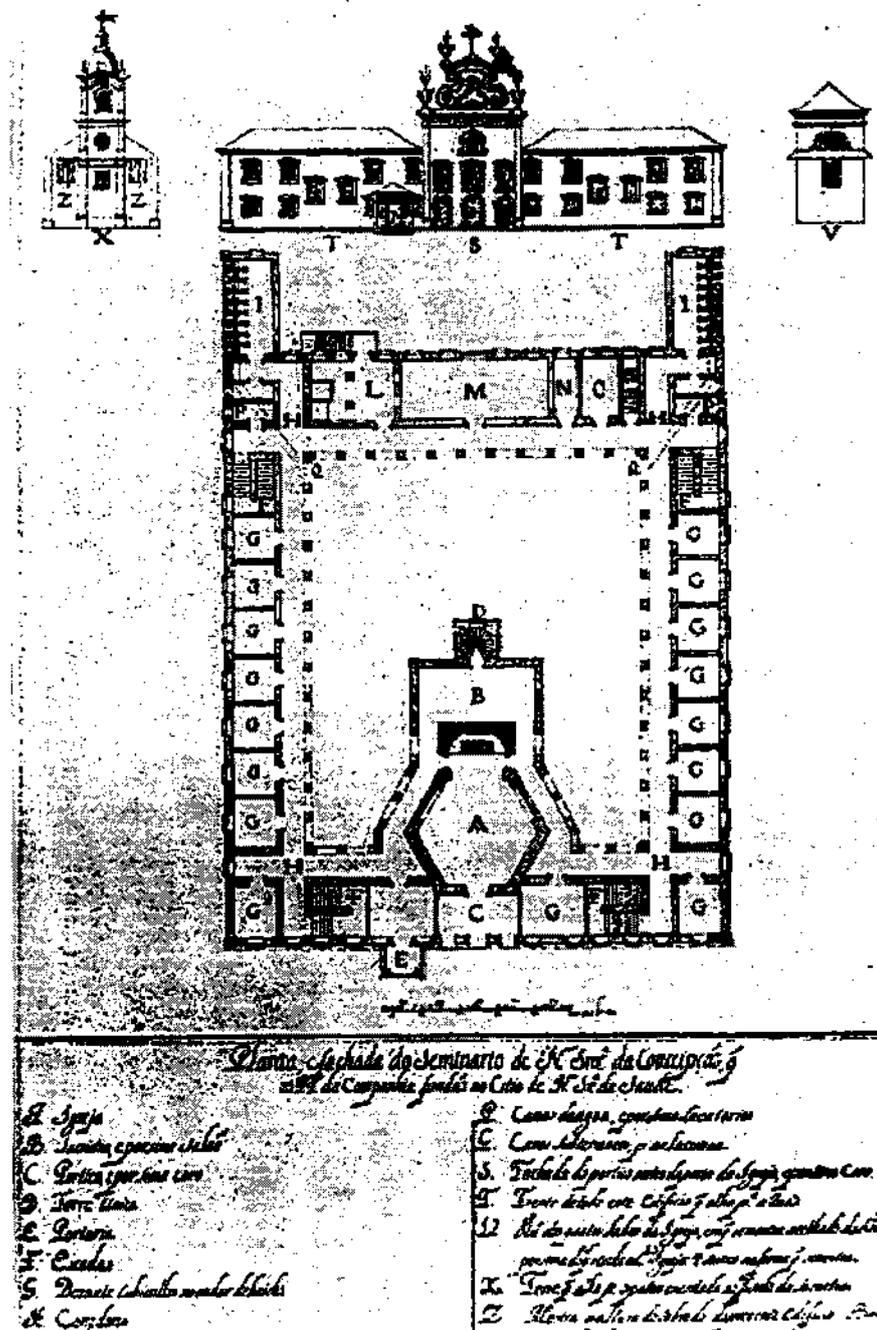


Figura III. 60 - Seminário jesuíta de Nossa Senhora da Conceição em Salvador.
 Planta e elevação elaborada pelo engenheiro militar José Antônio Caldas em 1751.

Publicada em SMITH, Robert Chester. Jesuitic buildings in Brazil. *The Art Bulletin*, vol. XXX, n. 3: 186-213, set 1948, fig. 1.

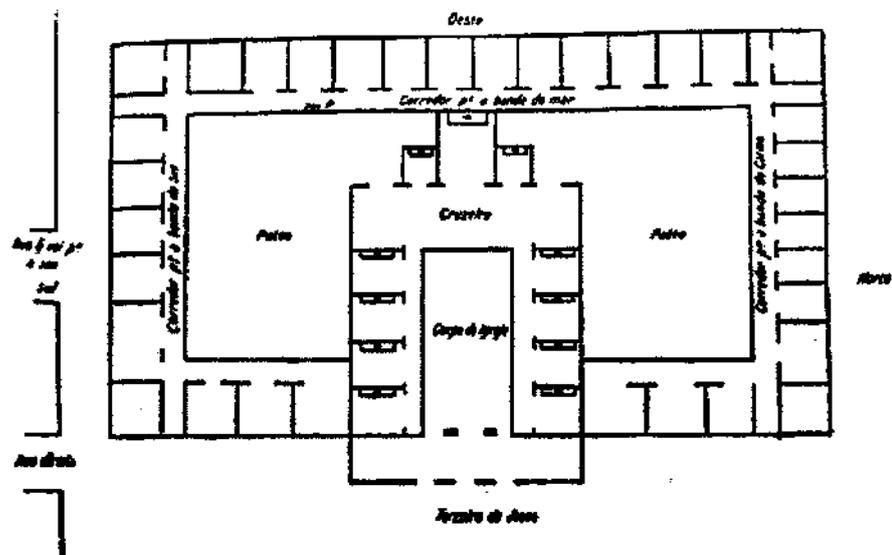


Fig. 21 — Projeto proposto em 1654 pelo Pe. Simão de Vasconcellos para o colégio de Salvador (Bahia). (Croqui extraído de S. Leite, História da Companhia de Jesus no Brasil.)

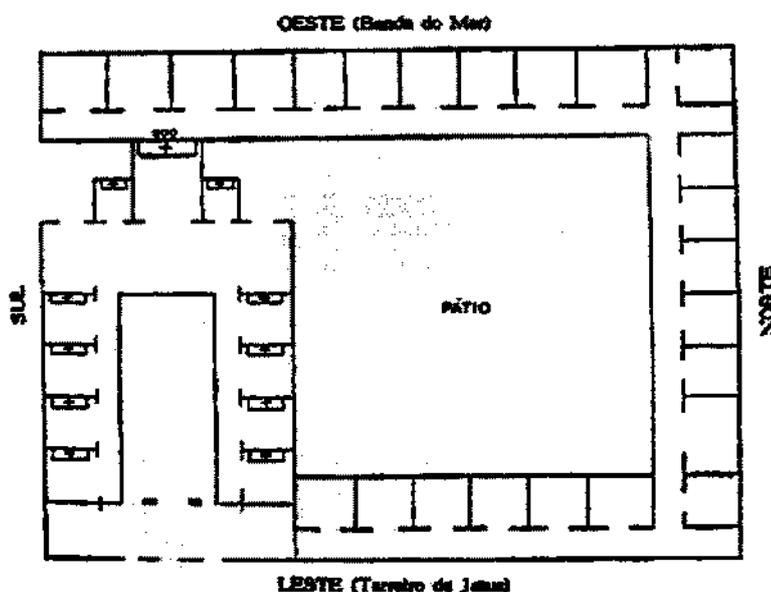


Fig. 22 — Projeto proposto em 1654 pelo Pe. Belchior Pires para o colégio de Salvador (Bahia). (Croqui extraído de S. Leite, História da Companhia de Jesus no Brasil.)

Figura III. 62 - Igreja e colégio jesuíta de Salvador. Plantas alternativas para a reconstrução em 1654.

Publicada em BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1983, vol. I, p. 95.

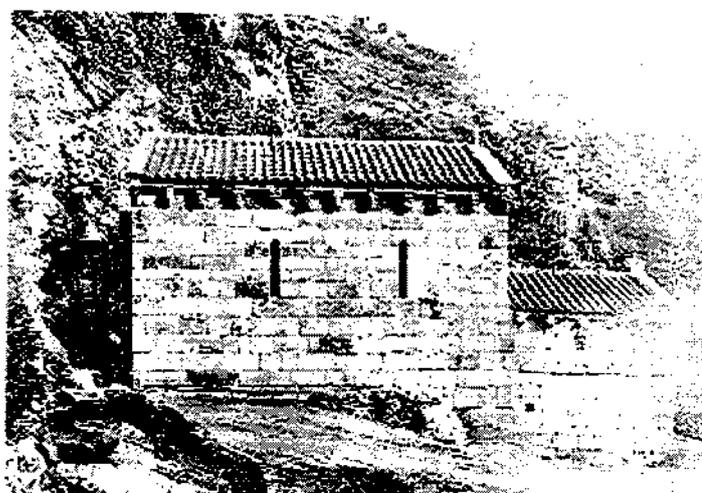
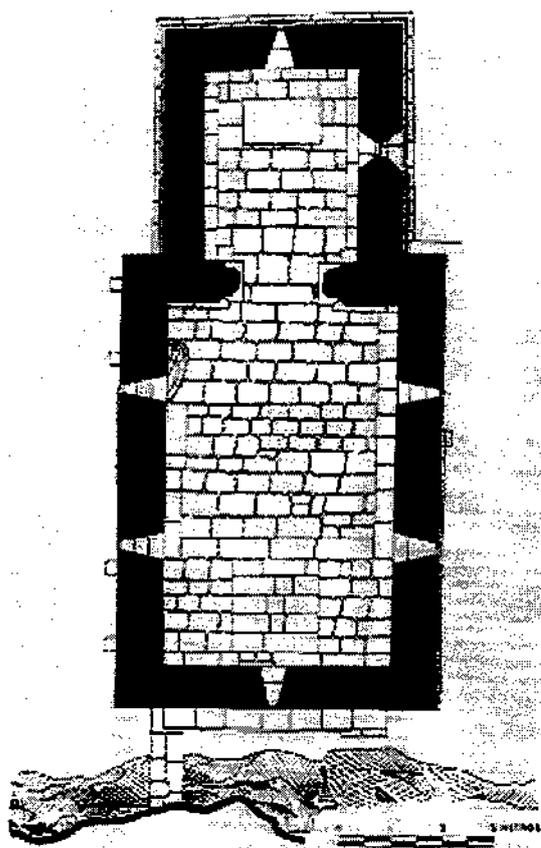


Figura III. 63 - Igreja de São Pedro das Águias. Portugal, século XII.

Publicada em MIRANDA, Maria Adelaide & VIEIRA DA SILVA, José Custódio.
História da arte portuguesa. Época medieval. Lisboa, Universidade Aberta, 1995, p. 76.

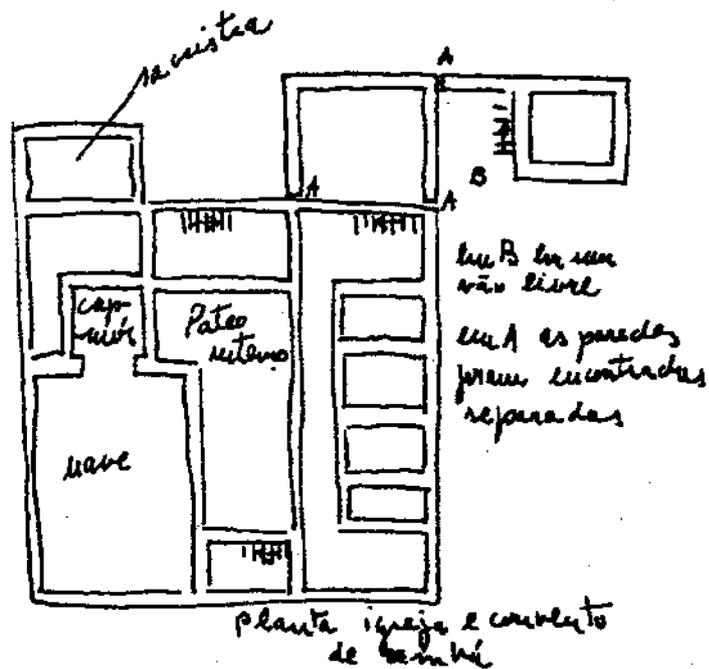


Figura III. 64 - Convento jesuíta de N. Sra. do Rosário de Embu. Planta e perspectiva.

Publicada em SAIA, Luís. Uma reliquia do nosso patrimônio histórico. *Revista Arquitetura e Urbanismo*, n. : 166- 171, mai-jun 1940, pp. 167 e 170.

Fonte das Figuras

Capítulo I:

Figura I.1 - Sankt Gallen, Suíça. O plano do mosteiro de Sankt Gallen
Publicada em BRAUNFELS, Wolfgang. *Monasteries of Western Europe: the architecture of the orders*. London, Thames and Hudson Ltd., 1993, p. 38.

Figura I.2 - Sankt Gallen, Suíça. O plano do mosteiro de Sankt Gallen
Publicada no folheto da Exposição “A Cultura da Abadia de Sankt Gallen”. Museu da Casa Brasileira, 1 a 26 de agosto de 1996, p. 5.

Figura I.3 - Moissac, França. Mosteiro de Moissac. Claustro
Publicada em BRAUNFELS, Wolfgang. *Monasteries of Western Europe: the architecture of the orders*. London, Thames and Hudson Ltd., 1993, p. 64.

Figura I.4 - Mileto, Grécia. Palestra, restituição gráfica (segundo A. von Gerkan e F. Krischen. *Milet, I*, 9, pl. VI)
Publicada em FRAZER, Alfred Knox. *Modes of European courtyard design before the Medieval cloister*. *Gesta* 12, n. 1-2: 1-12, 1973, p. 2.

Figura I.5 - Roma, Itália. Basílica de S. Paolo fuori le Mura. Claustro
Publicada em MASSON, Georgina. *Italian Gardens*. New York, Harry N. Abrams, Inc. Publishers, s.d., p. 47.

Figura I.6 - Umm-is-Surab, sul da Síria. Convento de SS. Sergios e Bacchos, 489 d.C..
Planta (segundo Butler, 1929, p.47, fig. 45)
Id-Dêr, sul da Síria. Mosteiro, séc. V. Planta e corte (segundo Butler, 1929, 88, fig.91)
Publicada em HORN, Walter William. *On the origins of the medieval cloister*. *Gesta* 12, n. 1-2: 13-52, 1973, pp. 20-21.

Figura I.7 - Sankt Gallen, Suíça. O plano do mosteiro de Sankt Gallen
Publicada em HORN, Walter William. *On the origins of the medieval cloister*. *Gesta* 12, n. 1-2: 13-52, 1973, p. 41.

Figura I.8 - Lorsch, Alemanha. Mosteiro do abade Gundeland, 765-775. Planta e reconstrução isométrica (segundo Selzer, 1955, 14 e Behn, 1949, pl.1)
Publicada em HORN, Walter William. *On the origins of the medieval cloister*. *Gesta* 12, n. 1-2: 13-52, 1973, p. 42.

Figura I.9 - Lorsch, Alemanha. Mosteiro do abade Richbold, 784-804. Planta e reconstrução isométrica (segundo Behn, 1964, 117 e Selzer, 1964, 127)
Publicada em HORN, Walter William. *On the origins of the medieval cloister*. *Gesta* 12, n. 1-2: 13-52, 1973, p. 44.

Figura I.10 - Cluny, França. Planta do mosteiro de Cluny II, cerca de 1043 (segundo Conant)

Publicada em BRAUNFELS, Wolfgang. *Monasteries of Western Europe: the architecture of the orders*. London, Thames and Hudson Ltd., 1993, p. 55.

Figura I.11 - Plano do mosteiro cisterciense ideal (segundo Marcel Aubert e Father Dimier)

Publicada em BRAUNFELS, Wolfgang. *Monasteries of Western Europe: the architecture of the orders*. London, Thames and Hudson Ltd., 1993, p. 75.

Figura I.12 - Florença, Itália. Convento de San Marco. Plantas térreo e primeiro pavimento

Publicada em *Guida d'Italia del Touring Club Italiano - Firenze e dintorni*. Milano, Touring Club Italiano, 1974, pp. 242 e 245.

Figura I.13 - Mire de Tibães, Portugal. Igreja e Mosteiro de S. Martinho de Tibães

Publicada em GIL, Júlio. *As mais belas igrejas de Portugal*. Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 1992, p.45.

Figura I.14 - Santo Tirso, Portugal. Mosteiro de São Bento. Claustro

Publicada em GIL, Júlio. *As mais belas igrejas de Portugal*. Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 1992, p.73.

Figura I.15 - Cabeceiras de Basto, Portugal. Mosteiro de Refojos de Basto. Claustro

Publicada em GIL, Júlio. *As mais belas igrejas de Portugal*. Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 1992, p.94.

Figura I.16 - Lisboa, Portugal. Mosteiro de São Bento. Vista externa (Cerca de 1767)

Publicada em KUBLER, George. *A Arquitetura portuguesa chã entre as especiarias e os diamantes. 1521-1706*. Lisboa, Veja Editora, 1985, gravura 20.

Figura I.17 - Lisboa, Portugal. Colégio de Nossa Senhora da Estrela. Vista geral (cópia de um desenho de Luís Gonzaga Pereira de 1833)

Publicada em SMITH, Robert. Dois Estudos Beneditinos. *Belas Artes - Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes*, nº 27: 69-101, 1972, fig. 5.

Capítulo II:

Figura II. 1 - Planta da cidade de Salvador - 1638

Publicada em REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1968, p. 198, fig. 13.

Figura II. 2 - Planta da cidade de Salvador - 1638. Mosteiro de São Bento (detalhe da Figura II. 1)

Publicada em REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1968, p.226, fig. 61.

Figura II. 3 - Planta da cidade de Salvador - 1975

Publicada em *IPAC - BA: inventário de proteção do acervo cultural, vol. I - monumentos do município de Salvador - Bahia*. Salvador, Secretaria da Indústria e Comércio, 1975, p. 7.

Figura II. 4 - Mosteiro de São Bento de Salvador. Implantação

Publicada em *IPAC - BA: inventário de proteção do acervo cultural, vol. I - monumentos do município de Salvador - Bahia*. Salvador, Secretaria da Indústria e Comércio, 1975, p. 70.

Figura II. 5 - Mosteiro de São Bento de Salvador. Planta do pavimento térreo.

Publicada em *IPAC - BA: inventário de proteção do acervo cultural, vol. I - monumentos do município de Salvador - Bahia*. Salvador, Secretaria da Indústria e Comércio, 1975, p. 69.

Figura II. 6 - Mosteiro de São Bento de Salvador. Reconstituição da planta de Frei Macário de São João - 1650

Publicada em SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da, OSB. *Os dois escultores Frei Agostinho da Piedade, Frei Agostinho de Jesus e o arquiteto Frei Macário de São João*. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1971, p. 112.

Figura II. 7 - Mosteiro de São Bento de Salvador. Vista externa.

Publicada em LUNA, D. Joaquim G. de, OSB. *Os monges beneditinos no Brasil*. Rio de Janeiro, Edições 'Lumen Christi', 1947, pp. 16-17.

Figura II. 8 - Planta da cidade de Olinda - c. 1645

Publicada em REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1968, p.204, fig. 20.

Figura II. 9 - Planta da cidade de Olinda - 1993

Planta cadastral da cidade de Olinda - Escala 1: 2000. Executada pela Terrafoto em 1993. Pertence à prefeitura municipal de Olinda.

Figura II. 10 - Mosteiro de São Bento de Olinda - Plantas do pavimento térreo e do pavimento superior

Publicada em BONANNI, Hugo (coord.). *Beneditinos em Olinda: 400 anos*. São Paulo, Sanbra - Sociedade Algodoeira da Nordeste Brasileiro S. A., 1986, p. 146.

Figura II. 11 - Mosteiro de São Bento de Olinda. Vista externa

Publicada em LUCARELLI, Francesco. *Ouro Preto e Olinda: centri storici del Brasile 'memória' per l'umanità*. Napoli, Edizioni Scientifiche Italiane, 1985, fig. 45.

Figura II. 12 - Planta da cidade do Rio de Janeiro - 1750

Publicada em MAPA: *imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro, Fundação Emílio Odebrecht, 1993, p. 247.

Figura II. 13 - Mapa do Rio de Janeiro - 1624. Detalhe do mosteiro de São Bento
Publicada em SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da, OSB. *Construtores e artistas do mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*. Salvador, Tipografia Beneditina Ltda., 1950, p. 308*.

Figura II. 14 - Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Planta do projeto de Frias - 1617
Publicada em SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da, OSB. *Frei Bernardo de São Bento: o arquiteto seiscentista do Rio de Janeiro*. Salvador, Tipografia Beneditina Ltda., 1950, p. 23.

Figura II. 15 - Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Planta do projeto de Frei Bernardo de São Bento - 1684
Publicada em REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1968, p.227, fig. 63.

Figura II. 16 - Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Perspectiva
Publicada em ENDRES, D. José Lohr, OSB. *A ordem de São Bento no Brasil quando província (1582-1827)*. Salvador, Ed. Beneditina Ltda., 1980, p. 251.

Figura II. 17 - Mapa do Recôncavo Baiano - século XVIII
Publicada em SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 175.

Figura II. 18 - Mapa do Recôncavo Baiano - 1978
Publicada em IPAC - BA: *inventário de proteção do acervo cultural, vol. II - monumentos e sítios do Recôncavo, I Parte - Bahia*. Salvador, Secretaria da Indústria e Comércio, 1978, p. 17.

Figura II. 19 - Planta do Rio de Janeiro - 1828
Publicada em SMITH, Robert S. O mosteiro beneditino do Rio de Janeiro e sua fazenda da vargem no século XVIII. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 304: 158-200, 1974.

Figura II. 20 - Planta da baía do Rio de Janeiro - 1816
Publicada em MAPA: *imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro, Fundação Emílio Odebrecht, 1993, p. 237.

Figura II. 21 - Planta da região de Campos no Estado do Rio de Janeiro - 1980
Mapa do IBGE, Folha de Campos, escala 1: 250000, 1980.

Figura II. 22 - Planta da sede da Fazenda de São Bento de Iguazu - Rio de Janeiro
Reproduzida de uma cópia pertencente ao Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) do Rio de Janeiro.

Figura II. 23 - Sede da Fazenda de São Bento de Iguaçú - Rio de Janeiro
Publicada em SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da, OSB. A antiga fazenda de São Bento de Iguaçú. *Revista do SPHAN*, n. 7: 257-282, 1943, p. 273.

Figura II. 24 - Mosteiro de Nossa Senhora da Graça. Plantas do pavimento térreo e do pavimento superior
Publicada em IPAC - BA: *inventário de proteção do acervo cultural, vol. I - monumentos do município de Salvador - Bahia*. Salvador, Secretaria da Indústria e Comércio, 1975, p. 71.

Figura II. 25 - Mosteiro de Nossa Senhora da Graça. Vista externa
Publicada em IPAC - BA: *inventário de proteção do acervo cultural, vol. I - monumentos do município de Salvador - Bahia*. Salvador, Secretaria da Indústria e Comércio, 1975, p. 71.

Figura II. 26 - Mosteiro de São Bento de Santos. Reconstituição gráfica do projeto de Fr. Gregório de Magalhães - 1649
Publicada em SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da, OSB. *Construtores e artistas do mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*. Salvador, Tipografia Beneditina Ltda., 1950, p. 40*.

Figura II. 27 - Mosteiro de São Bento de Santos. Planta e cortes
Publicada em *Condephaat/Documentos 4 - Mosteiro de São Bento - Santos*. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo/Prefeitura Municipal de Santos, 1980, p.8.

Figura II. 28 - Mosteiro de São Bento de Santos. Desenho de William J. Burchell - 1826
Publicada em FERREZ, Gilberto (org.). *O Brasil do Primeiro Reinado visto pelo botânico William John Burchell, 1825/1829*. Rio de Janeiro, Fundação João Moreira Salles, Fundação Nacional Pró-Memória, 1981, p.85.

Figura II. 29 - Mosteiro de São Bento de Santos. Vista do claustro
Reproduzida de um cartão postal (Ed. Ambrosiana) do Museu da Arte Sacra de Santos.

Figura II. 30 - Mosteiro de São Bento de São Paulo. Planta da igreja elaborada pelo Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria - 1772
Publicada em *Mosteiro de São Bento - São Paulo*. São Paulo. Patrocínio Cultural Companhia Antarctica Paulista, 1988, p. 54.

Figura II. 31 - Mosteiro de São Bento de São Paulo e adjacências - c. 1787
Publicada em LISANTI FILHO, Luís. *Negócios coloniais: uma correspondência comercial do século XVIII*. Brasília, Ministério da Fazenda; São Paulo, Visão Editorial, 1973, s/ pag.

Figura II. 32 - Mosteiro de São Bento de São Paulo. Aquarela de Miguel Dutra - c. 1847
Publicada em *Mosteiro de São Bento - São Paulo*. São Paulo. Patrocínio Cultural Companhia Antarctica Paulista, 1988, p. 22.

Figura II. 33 - Mosteiro de São Bento de São Paulo - c. 1870
Reproduzida de uma fotografia pertencente à Seção Arquivos de Negativos DIM / DPH / SMC / PMSP, n. 159E

Figura II. 34 - Mosteiro de São Bento de São Paulo. Porta da antiga igreja
Reproduzida de uma fotografia pertencente à Seção Arquivos de Negativos DIM / DPH / SMC / PMSP, n. 162E

Figura II. 35 - Planta da cidade de São Paulo. Elaborada pelo Engenheiro V. Huet de Bacellar - 1893
Publicada em TOLEDO, Benedito Lima de. *Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo*. São Paulo, Empresa das Artes, 1996, pp. 68-69.

Figura II. 36 - Mosteiro de São Bento de São Paulo. Projeto de aumento do mosteiro de São Bento para a construção de um ginásio. Eng. João Lourenço Maiden - 1902
Reproduzida de uma planta pertencente à Divisão do Arquivo Histórico / DPH / SMC / PMSP, O. Part. Pl. Av. VI. D. 8 - A/1

Figura II. 37 - Mosteiro de São Bento de São Paulo. Planta do pavimento térreo
Reconstituição elaborada a partir das Figuras II. 30, II. 35 e II. 36.

Figura II. 38 - "Aclamação de Amador Bueno". Óleo sobre tela de Oscar Pereira da Silva - 1930
Reproduzida de um calendário de 1998 da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Figura II. 39 - Planta da cidade de Santana de Parnaíba - 1972
Planta cadastral da cidade de Santana de Parnaíba - Escala 1: 2000. Executada pela Terrafoto em 1972. Pertence à Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba.

Figura II. 40 - Planta da cidade de Parnaíba - 1939
Reproduzida de uma cópia pertencente ao Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC.

Figura II. 41 - Mosteiro de São Bento de Santana de Parnaíba. Porta com inscrições
Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 948. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

Figura II. 42 - Convento de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém. Planta
Publicada em CERQUEIRA, Carlos G. F. *Igreja e convento franciscano de Itanhaém*. São Paulo, 9ª. DR SPHAN / FNPM, [s. d.], datilografado.

Figura II. 43 - Convento de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém. Vista externa
Fotografia pertencente ao Arquivo do Condephaat. Reproduzida do Arquivo de E. Brancante.

Figura II. 44 - Igreja de Santo Agostinho de Extremoz. Vista externa

Publicada em REIS, Humberto e CHICÓ, Mário Tavares. *A arquitetura religiosa do Alto Alentejo na segunda metade do século XVI e nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983, n. XVII.

Capítulo III:

Figura III. 1 - Terras do mosteiro de São Bento de Sorocaba
Elaborada pelo autor sobre carta do IBGE - Escala 1: 50000.

Figura III. 2 - Terras do mosteiro de São Bento de Sorocaba correspondentes ao "Auto de Demarcação" de 1774

"Mappa dos terrenos aforados do patrimônio do mosteiro de São Bento nos subúrbios de Sorocaba - Escala 1: 5000". Pertence ao mosteiro de São Bento de Sorocaba.

Figura III. 3 - Planta da cidade de Sorocaba - 1901

"Planta da cidade de Sorocaba - 1901 - Escala 1: 4000". Pertence ao Arquivo do Estado de São Paulo. "Ofícios diversos da Secretaria da Agricultura - ordem n. 4426".

Figura III. 3a - Detalhe da planta da cidade de Sorocaba - 1901 (ver *Figura III. 3*)

"Planta da cidade de Sorocaba - 1901 - Escala 1: 4000". Pertence ao Arquivo do Estado de São Paulo. "Ofícios diversos da Secretaria da Agricultura - ordem n. 4426".

Figura III. 4 - Detalhe da planta cadastral de Sorocaba - 1983

Planta cadastral da cidade de Sorocaba - Escala 1: 2000. Executada pela Terrafoto em 1983. Pertence à Prefeitura Municipal de Sorocaba.

Figura III. 5 - Vista aérea da cidade de Sorocaba - c. 1945

Publicada em LEFÈVRE, Valdemar. Aspectos geográficos do Estado de São Paulo. *Revista do Instituto Geográfico e Geológico*, vol.III, n. 1: 3-12, jan-mar 1945, p. 10.

Figura III. 6 - Vista de Sorocaba. ("Vue de Sorocaba, prise de L'E. N. E.")

Reproduzida de uma cópia pertencente ao Arquivo do Museu Histórico Sorocabano (MHS). Arquivista Adolfo Frioli.

Figura III. 7 - Vista de Sorocaba. Anônimo - c. 1862

Publicada em TRINDADE, Jaelson Bitran. *Tropeiros*. São Paulo, Ed. Publicações e Comunicações Ltda., 1992, pp. 66-67.

Figura III. 7a - Vista de Sorocaba. Anônimo - c. 1862 (Detalhe da *Figura III. 7*)

Publicada em TRINDADE, Jaelson Bitran. *Tropeiros*. São Paulo, Ed. Publicações e Comunicações Ltda., 1992, pp. 66-67.

Figura III. 8 - Vista de Sorocaba. Adolpho Züricher - 1871

Publicada em GASPAR, Antônio Francisco. *Histórico do início, fundação, construção e inauguração da Estrada de Ferro Sorocabana, 1870-1875*. São Paulo, Ed. Estabelecimento Graphico Eugênio Cupolo, 1930, pp. 30-31.

Figura III. 8a - Vista de Sorocaba. Adolpho Züricher - 1871 (Detalhe da *Figura III. 8*)
Publicada em GASPAR, Antônio Francisco. *Histórico do início, fundação, construção e inauguração da Estrada de Ferro Sorocabana, 1870-1875*. São Paulo, Ed. Estabelecimento Graphico Eugênio Cupolo, 1930, pp. 30-31.

Figura III. 9 - Restituição hipotética do mosteiro de São Bento de Sorocaba. "Sorocaba - Largo S. Bento 1660-1661". Ettore Marangoni - c. 1967
Reproduzida de uma cópia pertencente ao Arquivo do mosteiro de São Bento de São Paulo. Arquivista D. Martinho Johnson.

Figura III. 10 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. "Croquis" elucidativo das obras empreendidas em meados do século XVIII.
Elaborada pelo autor.

Figura III. 11 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba - c. 1903
Publicada em *Almanach de Sorocaba para o ano de 1903*. Sorocaba, M. Silva & Comp. Editores, 1903, s/ pag.

Figura III. 12 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba - c. 1905
Reproduzida de uma fotografia pertencente ao Arquivo do mosteiro de São Bento de São Paulo. Arquivista D. Martinho Johnson.

Figura III. 13 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba - c. 1924
Reproduzida de um cartão postal (Ed. da Photographia Neves - Sorocaba 1924), pertencente ao Arquivo do Museu Histórico Sorocabano. Arquivista Adolfo Frioli.

Figura III. 14 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba - c. 1929
Reproduzida de um cartão postal pertencente ao Arquivo do mosteiro de São Bento de São Paulo. Arquivista D. Martinho Johnson.

Figura III. 15 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba - 1940
Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 642. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

Figura III. 16 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba - c. 1914
Reproduzida de um cartão postal (Ed. Camillo Lellis de Itapetininga, s/ data) pertencente à coleção do Monsenhor Jamil Abib.

Figura III. 17 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba - 1924
Reproduzida de um cartão postal (Ed. da Photographia Neves - Sorocaba 1924) pertencente à coleção do Monsenhor Jamil Abib.

Figura III. 18 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba - 1947
Reproduzida de um cartão postal (Ed. Wessel) pertencente à coleção do Monsenhor Jamil Abib.

Figura III. 19 - Rua São Bento. Sorocaba - c. 1905

Reproduzida de um cartão postal (Ed. Union Postale Universelle) pertencente ao Arquivo do Museu Histórico Sorocabano (MHS). Arquivista Adolfo Frioli.

Figura III. 20 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Fachada frontal - Detalhe externo da torre.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 643. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

Figura III. 21 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Porta da fachada frontal da igreja.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 644. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

Figura III. 22 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Porta da fachada frontal do mosteiro
Fotografado pelo autor.

Figura III. 23 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Vista interna da nave.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 628. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

Figura III. 24 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Gradil do coro que pertenceu ao antigo mosteiro de São Paulo.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 632. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

Figura III. 25 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Coro e porta de acesso à torre campanária.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 631. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

Figura III. 26 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Detalhe do arco cruzeiro.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 630. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

Figura III. 27 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Altar-mor que pertenceu ao antigo mosteiro de São Bento de Santana de Parnaíba.

Publicada em *Mosteiro de São Bento - São Paulo*. São Paulo, Patrocínio Cultural Companhia Antarctica Paulista, 1988, p.164.

Figura III. 27a - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Altar-mor que pertenceu ao antigo mosteiro de São Bento de Santana de Parnaíba

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 626. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

Figura III. 28 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Detalhe do altar-mor.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 629. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

Figura III. 29 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Sacrário do altar-mor.
Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 633. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

Figura III. 30 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Credência do altar-mor.
Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 635. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

Figura III. 31 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Capela-mor. Porta de acesso à sacristia.
Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 641. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

Figura III. 32 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Altar lateral da parte da Epístola.
Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 627. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

Figura III. 33 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Vista do claustro.
Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 646. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

Figura III. 34 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Vista do claustro.
Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 647. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

Figura III. 35 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Vista do claustro.
Reproduzida de um cartão postal.

Figura III. 36 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Vista do corredor do claustro.
Fotografada pelo autor (1986).

Figura III. 37 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Vista da escada de acesso às celas do primeiro andar.
Fotografada pelo autor (1986).

Figura III. 38 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Corredor das celas do primeiro andar.
Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 645. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

Figura III. 39 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Detalhe da porta emparedada sob a escada de acesso às celas do primeiro andar.
Fotografada pelo autor (1986).

Figura III. 40 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Imagem de São Bento, madeira policromada, século XVIII, altura 115 cm.

Publicada em *Mosteiro de São Bento - São Paulo*. São Paulo, Patrocínio Cultural Companhia Antarctica Paulista, 1988, p.162.

Figura III. 41 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Imagem de Santa Escolástica, madeira policromada, século XVIII, altura 115 cm.

Publicada em *Mosteiro de São Bento - São Paulo*. São Paulo, Patrocínio Cultural Companhia Antarctica Paulista, 1988, p.163.

Figura III. 42 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Imagem de Santana e Nossa Senhora Menina, madeira policromada, século XVIII, altura 110 cm.

Publicada em *Mosteiro de São Bento - São Paulo*. São Paulo, Patrocínio Cultural Companhia Antarctica Paulista, 1988, p.165.

Figura III. 43 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Imagem de Santa Gertrudes, madeira policromada, 1759-1769, altura 116 cm.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 634. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

Figura III. 44 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Imagem de Nossa Senhora do Pilar, madeira policromada, 1711-1718, altura 44 cm.

Publicada em *Mosteiro de São Bento - São Paulo*. São Paulo, Patrocínio Cultural Companhia Antarctica Paulista, 1988, p. 156.

Figura III. 45 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Imagem do Senhor Flagelado, madeira policromada, século XVIII, altura 148 cm.

Publicada em *Mosteiro de São Bento - São Paulo*. São Paulo, Patrocínio Cultural Companhia Antarctica Paulista, 1988, p. 158.

Figura III. 46 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Crucifixo, madeira policromada, século XVIII, altura 300 cm. Pertenceu ao antigo convento de Santa Clara de Sorocaba.

Publicada em *Mosteiro de São Bento - São Paulo*. São Paulo, Patrocínio Cultural Companhia Antarctica Paulista, 1988, p.160.

Figura III. 47 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Crucifixo, madeira policromada e prata cinzelada, século XVIII, altura 85 cm.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 624. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

Figura III. 48 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Crucifixo, madeira policromada e prata cinzelada, século XVIII, altura 90 cm.

Publicada em *Mosteiro de São Bento - São Paulo*. São Paulo, Patrocínio Cultural Companhia Antarctica Paulista, 1988, p. 155.

Figura III. 49 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Crucifixo, madeira dourada, século XVIII, altura 92 cm.

Publicada em *Mosteiro de São Bento - São Paulo*. São Paulo, Patrocínio Cultural Companhia Antarctica Paulista, 1988, p. 159.

Figura III. 50 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Par de tocheiros (conjunto de 6 unidades), madeira entalhada e dourada, século XVIII, altura 80 cm.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 623. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

Figura III. 51 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. "Jesus no Horto", óleo sobre tela, 180x270 cm. Pertenceu ao antigo mosteiro de São Bento de São Paulo.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 637. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

Figura III. 52 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. "Fuga para o Egito", óleo sobre tela, 180x270 cm. Pertenceu ao antigo mosteiro de São Bento de São Paulo.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 638. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

Figura III. 53 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. "Nossa Senhora com o Menino Jesus e São João Batista Criança", óleo sobre tela, 180x270 cm. Pertenceu ao antigo mosteiro de São Bento de São Paulo.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 639. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

Figura III. 54 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. "São João Batista Criança", óleo sobre tela, 180x270 cm. Pertenceu ao antigo mosteiro de São Bento de São Paulo.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 640. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

Figura III. 55 - Mosteiro de São Bento de Sorocaba. Lampadário de prata, século XVIII.

Fotografia pertencente ao Arquivo do IPHAN - 9ª. CR/SP, n. 625. Fotografada por Hugo Herman Graeser (1940).

Figura III. 56 - Interior de igreja. Desenho de Hércules Florence.

Publicada em PRESTES, Lucinda Ferreira. *A vila tropeira de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba: seus aspectos sócio-econômicos e a arquitetura das classes dominantes (1750-1888)*. São Paulo, FAUUSP, 1997, p. 112. [dissertação de mestrado]

Figura III. 57 - "Interior da igreja de Santo Antônio em 1862. Original de Hércules Florence, óleo de J. Wash Rodrigues (Museu Paulista)."

Publicada em TAUNAY, Affonso de E. *História da cidade de São Paulo*. São Paulo, Edições Melhoramentos, [1954], p. 190.

Figura III. 58 - Principais tipos de igrejas portuguesas após 1550, segundo George Kubler.

Publicada em KUBLER, George. *A arquitetura portuguesa chã entre as especiarias e os diamantes 1521-1706*. Lisboa, Vega Editora, 1985, p. 165.

Figura III. 59 - Desenho de Lúcio Costa referente à arquitetura dos jesuítas no Brasil.

Publicada em COSTA, Lúcio. "A arquitetura dos jesuítas no Brasil". In: *Arquitetura religiosa*. São Paulo, FAUUSP e MEC-IPHAN, 1978, p. 32.

Figura III. 60 - Seminário jesuíta de Nossa Senhora da Conceição em Salvador. Planta e elevação elaborada pelo engenheiro militar José Antônio Caldas em 1751.

Publicada em SMITH, Robert Chester. Jesuitic buildings in Brazil. *The Art Bulletin*, vol. XXX, n. 3: 186-213, set. 1948, fig. 1.

Figura III. 61 - Seminário jesuíta de Nossa Senhora de Belém perto de Cachoeira, Bahia. Planta e elevação elaborada pelo engenheiro real José de Anchieta e Mesquita em 1782.

Publicada em SMITH, Robert Chester. Jesuitic buildings in Brazil. *The Art Bulletin*, vol. XXX, n. 3: 186-213, set. 1948, fig. 11.

Figura III. 62 - Igreja e colégio jesuíta de Salvador. Plantas alternativas para a reconstrução em 1654.

Publicada em BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1983, vol. I, p. 95.

Figura III. 63 - Igreja de São Pedro das Águias. Portugal, século XII.

Publicada em MIRANDA, Maria Adelaide & VIEIRA DA SILVA, José Custódio. *História da arte portuguesa. Época medieval*. Lisboa, Universidade Aberta, 1995, p. 76.

Figura III. 64 - Convento jesuíta de Nossa Senhora do Rosário do Embu. Planta e perspectiva externa.

Publicada em SAIA, Luís. Uma relíquia do nosso patrimônio histórico. *Revista Arquitetura e Urbanismo*, n. : 166- 171, mai-jun 1940, pp. 167 e 170.

Arquivos, bibliotecas e acervos consultados:

Arquivo da Cúria Metropolitana - Arquivo Metropolitano Dom Duarte Leopoldo e Silva
Arquivo do Estado de São Paulo
Arquivo e Biblioteca do Mosteiro de São Bento de São Paulo
Arquivo Histórico Municipal "Washington Luis"
Biblioteca da FAU - Mackenzie
Biblioteca da FAU - USP
Biblioteca da FFLCH - USP/ História e Geografia
Biblioteca da FFLCH - USP/ Letras
Biblioteca do IEB - USP
Biblioteca do IFCH - UNICAMP
Biblioteca do Mosteiro de São Bento de Vinhedo
Biblioteca Municipal Mário de Andrade
Coleção Monsenhor Jamil Abib
Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT
Divisão de Iconografia e Museus do Departamento do Patrimônio Histórico - DPH
Gabinete de Leitura de Sorocaba
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro - INEPAC
Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC
Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
Mosteiro de São Bento de Sorocaba
Museu de Arte Sacra de Santos
Museu Histórico Sorocabano - MHS
Museu Paulista - USP
Prefeitura Municipal de Sorocaba

Referências Bibliográficas

Almanach de Sorocaba para 1903. Sorocaba, M. Silva & Comp. Editores, 1903.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro, José Olympio; Brasília, Edunb, 1993.

ALMEIDA, Aluísio de. *História de Sorocaba*. Sorocaba, Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, 1969.

_____. *A diocese de Sorocaba e seu primeiro bispo*. Sorocaba, Catedral de Sorocaba, 1974.

AMARAL, Aracy Abreu. *A hispanidade em São Paulo: da casa rural à Capela de Santo Antônio*. São Paulo, Nobel; Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de. "Jornaes das viagens pela Capitania de São Paulo". In: *Roteiros e notícias de São Paulo colonial: 1751-1804*. São Paulo, Governo do Estado, 1977.

ANDRADE, Antônio Luiz Dias de. *Um estado completo que pode jamais ter existido*. São Paulo, FAUUSP, 1993, [dissertação de doutorado].

ANDRADE, Wilma Therezinha F. de. *A vila e a fé: Santos e a ordem de São Bento do séc. XVI ao XVIII*. São Paulo, FFLCH/USP, 1980 [dissertação de mestrado].

ARAÚJO, Antônio de Sousa e SILVA, Armando B. Malheiro da. *Inventário do fundo monástico-conventual*. Braga, Arquivo Distrital de Braga, Universidade do Minho, 1985

AZEVEDO, Paulo Ormindo David de (coord.). *IAPC - BA: inventário de proteção do acervo cultural, vol. I - monumentos do município de Salvador - Bahia*. Salvador, Secretaria da Indústria e Comércio, 1975.

_____. *IPAC - BA: inventário de proteção do acervo cultural, vol. II - monumentos e sítios do Recôncavo, I Parte*. Salvador, Secretaria de Indústria e Comércio, 1978.

AZZI, Riolando. "A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial". In: *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, Editora Vozes, 1977.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Família e sociedade em uma economia de abastecimento interno*. (Sorocaba, séculos XVIII e XIX). São Paulo, FFLCH-USP, 1994, [dissertação de doutorado].

BAUER, Nancy, OSB. Monasticism After Dark: From Dormitory to Cell. *American Benedictine Review*, 38: 95-114, 1987.

- BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1983.
- _____. *Les palais de la foi: le monde des monastères baroques; Italie, Pays Ibériques, France*. Fribourg, Office du Livre, 1980.
- BONANNI, Hugo (coord.). *Benedictinos em Olinda: 400 anos*. São Paulo, Sanbra S. A., 1986.
- BOURDON, Albert-Alain. *História de Portugal*. Coimbra, Livraria Almedina, 1973.
- BRANDI, Cesare. *Teoria del restauro*. Torino, Gulio Einaudi Editore, 1977.
- BRAUNFELS, Wolfgang. *Monasteries of Western Europe: the Architecture of the Orders*. New York, Thames and Hudson, 1993.
- BROOKS, H. Allen. Jeanneret en La Chaux-de-Fonds. Los años de formación. *A & V, monografias de Arquitectura y Vivienda*, 9 (1987): 6-13.
- BUCHANAN, Peter. La Tourette and Le Thoronet. *The Architectural Review*, n. 1079: 48-59, jan. 1987.
- BURGER, Stefan. Architettura cistercense primitiva. *Critica d'Arte*, n.30: 450-469, nov-dez. 1958.
- CAMARGO, Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira. *A igreja na história de São Paulo (1624-1676)*. São Paulo, Instituto Paulista de História e Arte Religiosa, vol. II, 1953.
- _____. *História de Santana de Parnaíba*. São Paulo, Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo, 1971.
- CAMPOS, Pedro Moacyr. "As instituições coloniais: antecedentes portugueses". In: *História geral da civilização brasileira*, tomo I, vol. I. São Paulo - Rio de Janeiro, Difel, 1976.
- Capitania do Rio de Janeiro - Correspondencia de varias autoridades e avulsos. Anno de 1765. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 65: 1 (1902): 134-165.
- CERQUEIRA, Carlos G. F. *Igreja e convento franciscano de Itanhaém*. São Paulo, 9ª. DR SPHAN / FNPM, [s. d.], datilografado.
- CEZAR, Adilson (org.). Notícias históricas dos princípios desta cidade de Sorocaba em 1661, coligidas e anotadas por Manoel Joaquim D'Oliveira. *Revista de Estudos Universitários*, n. 2(7): 5-72, 1981.

- CONANT, Kenneth John. *Benedictine Contributions to Church Architecture*. Latrobe, Pennsylvania, The Archabbey Press, 1949.
- Condephaat/Documentos 4 - *Mosteiro de São Bento - Santos*. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo/Prefeitura Municipal de Santos, 1980.
- CORONA & LEMOS. *Dicionário da arquitetura brasileira*. São Paulo, Edart - São Paulo Livraria Editora Ltda., 1972.
- COSTA, Lúcio. "A arquitetura dos jesuítas no Brasil". In: *Arquitetura religiosa*. São Paulo, FAUUSP e MEC-IPHAN, 1978.
- DUBY, George. *São Bernardo e a arte cisterciense*. São Paulo, Martins Fontes, 1990.
- DUBY, Georges. *História da vida privada, 2: da Europa feudal à Renascença*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- ENDRES, D. José Lohr, OSB. *Catálogo dos bispos, gerais, provinciais, abades e mais cargos da ordem de São Bento do Brasil, 1582-1975*. Salvador, Mosteiro de São Bento, 1976.
- _____. *A ordem de São Bento no Brasil quando província (1582-1827)*. Salvador, Ed. Beneditina Ltda., 1980.
- ESCHAPASSE, Maurice. *L'architecture bénédictine en Europe*. Paris, Editions des Deux-mondes, 1963.
- ETZEL, Eduardo. *O barroco no Brasil: psicologia e remanescentes em São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul*. São Paulo, Melhoramentos; Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.
- EWBANK, Thomas. *Vida no Brasil ou diário de uma visita à terra do cacauero e da palmeira*. São Paulo, Edusp: Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1976.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira S/A, s. d..
- FERREZ, Gilberto (org.). *O Brasil do Primeiro Reinado visto pelo botânico William John Burchell, 1825/1829*. Rio de Janeiro, Fundação João Moreira Salles, Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.
- FRAZER, Alfred Knox. *Modes of European Courtyard Design Before the Medieval Cloister*. *Gesta* 12 n. 1-2: 1-12, 1973.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1978.

- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. A arqueologia histórica no Brasil. *Boletim do Centro de Memória da Unicamp*, v. 6, n. 12: 51-60, jul.-dez. 1994.
- GASPAR, Antônio Francisco. *Histórico do início, fundação, construção e inauguração da Estrada de Ferro Sorocabana, 1870-1875*. São Paulo, Ed. Estabelecimento Graphico Eugênio Cupolo, 1930.
- GIL, Júlio. *As mais belas igrejas de Portugal*. Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo Ltda., 1992.
- GRANGEIRO, Ciro Domingues. *Retábulos da cidade de São Paulo e arredores, em seu desenvolvimento estilístico do começo do século XVII a meados do século XIX*. Campinas, Departamento de História do IFCH-UNICAMP, 1993 [dissertação de mestrado].
- GRASSI, Liliana. *Storia e cultura dei monumenti*. Milano, Società Editrice Libreria, 1960.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Análise espacial de um edifício rural de época romana: a villa da localidade de Setti Termini no ager pompeianus. *Dédalo*, n. 24: 207-234, 1985.
- Guida d'Italia del Touring Club - Firenze e dintorni*. Milano, Touring Club Italiano, 1974.
- HAAG, D. Mauro, OSB (org.). *Documentos relativos à história da Congregação Benedictina Brasileira*. São Paulo, Mosteiro de São Bento de São Paulo, 1942 [livro datilografado].
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- _____ *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense S. A., 1984, p. 1.
- HOORNAERT, Eduardo. “A evangelização do Brasil durante a primeira época colonial.” In: *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, Editora Vozes, 1977.
- _____ *A igreja no Brasil-colônia (1550-1800)*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- HORN, Walter William. On the Origins of the Medieval Cloister. *Gesta* 12 n. 1-2: 13-52, 1973.
- JOHNSON, D. Martinho, OSB. “Nosso mosteiro de São Bento”. In: *Diário de Sorocaba*, 21/03/1976, p. 13.
- JOHNSON, Matthew. *An Archaeology of Capitalism*. Oxford, Blackwell Publishers Ltd., 1996.

- JONES, Siân. *The Archaeology of Ethnicity: Constructing Identities in the Past and Present*. London and New York, Routledge, 1997.
- KOSTER, Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil: "Travels in Brazil"*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1942.
- KUBACH, H. E. *Architettura Romanica*. Milano, Electa Editrice, 1978.
- KUBLER, George & SORIA, Martin. *Art and Architecture in Spain and Portugal and their American Dominions: 1500-1800*. Harmondsworth, Pelican Books Ltd., 1959.
- KUBLER, George. *A arquitetura portuguesa chã entre as especiarias e os diamantes 1521-1706*. Lisboa, Vega Editora, 1985.
- LAGOPOULOS, Alexandros-Phaidon. Semiotics and Archaeology: the Fine Arts and the Conception of Space in Ancient Greece. *Revista de História da Arte e Arqueologia* n.1: 9-22, 1994.
- LE CORBUSIER. *Precisiones respecto a un estado actual de la arquitectura y del urbanismo*. Barcelona, Editorial Poseidon, 1987.
- LEFÈVRE, Valdemar. Aspectos geográficos do Estado de São Paulo. *Revista do Instituto Geográfico e Geológico*, vol. III, n. 1: 3-12, jan. - mar. 1945.
- LEITE, Serafim, S. I. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa, Livraria Portugal; Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1938.
- LISANTI FILHO, Luís. *Negócios coloniais: uma correspondência comercial do século XVIII*. Brasília, Ministério da fazenda; São Paulo, Visão Editorial, 1973.
- Livro do tombo do mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo*. São Paulo, O Mosteiro, 1977.
- LUCARELLI, Francesco. *Ouro Preto e Olinda: centri storici del Brasile 'memória' per l'umanità*. Napoli, Edizione Scientifiche Italiane, 1985.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro: e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1975.
- LUNA, D. Joaquim G. de, OSB. *Os monges beneditinos no Brasil*. Rio de Janeiro, Edições 'Lumen Christi', 1947.
- MAPA: imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro, Fundação Emílio Odebrecht, 1993.
- MARCONI, Paolo. *Il Restauro e l'architetto. Teoria e pratica in due secoli di dibattito*. Venezia, Marsilio Editore, 1993.

- MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo: seguidas da Cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitânia de São Vicente até o ano de 1876*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, São Paulo, Edusp, 1980.
- MARX, Murillo. *Seis conventos, seis cidades*. São Paulo, FAUUSP, 1984, [dissertação de doutorado].
- MASSON, Georgina. *Italian Gardens*. New York, Harry N. Abrams, Inc. Publishers, s. d.
- MATTOSO, José. *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa, Editorial Estampa, 1987.
- _____. *Religião e cultura na Idade Média portuguesa*. [Lisboa], Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997.
- MAXIMILIANO, príncipe de WIED- NEUWIED. *Viagem ao Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, Companhia Editora nacional, 1940.
- MEDEIROS, Francisco Luís d'Abreu. *Curiosidades Brasileiras*. Rio de Janeiro. Ed. Eduardo & Henrique Laemmert, 1864.
- MEYVAERT, Paul. The Medieval Monastic Clastrum. *Gesta* 12, n. 1-2: 53-59, 1973.
- MIRANDA, Maria Adelaide & VIEIRA DA SILVA, José Custódio. *História da arte portuguesa. Época medieval*. Lisboa, Universidade Aberta, 1995.
- Mosteiro de São Bento - São Paulo*. São Paulo, Patrocínio Cultural Companhia Antártica Paulista, 1988.
- MULLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo: ordenado pelas leis municipais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*. São Paulo, Governo do Estado, 1978.
- MUNFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, suas transformações, suas perspectivas*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia Ltda, 1965.
- NOVAIS, Fernando A. "Condições da privacidade na colônia". In: *História da vida privada no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- Para o registro e o dietário do mosteyro: seu autor - 1766. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XVI (1911): 277-294
- PENCO, Gregorio. *Il monachesimo fra spiritualità e cultura*. Milano, Jaca Book, 1991.
- PEREIRA, Paulo (coord.). *Dicionário da arte barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença Ltda., 1989.

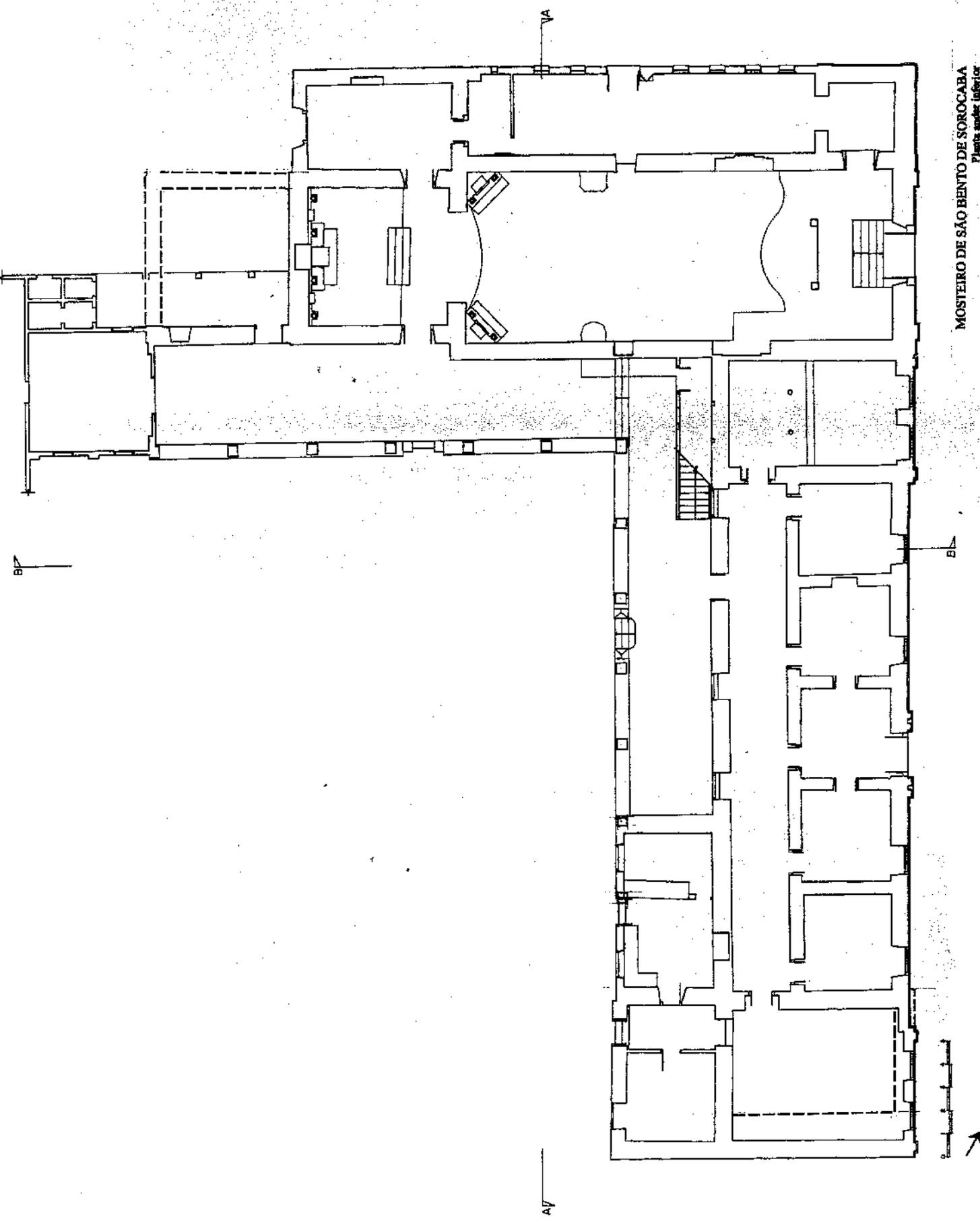
- PINTO, Alfredo Moreira. *A cidade de São Paulo em 1900*. São Paulo, Governo do Estado, 1979.
- PIRATININGA JUNIOR, Luiz Gonzaga. *Dietário dos escravos de São Bento: originários de São Caetano e de São Bernardo*. São Paulo, Hucitec, 1991.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983.
- PRESTES, Lucinda Ferreira. *A vila tropeira de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba: seus aspectos sócio-econômicos e a arquitetura das classes dominantes (1750-1888)*. São Paulo, FAUUSP, 1997 [dissertação de mestrado].
- PUCETTI, Sonia. "Notte sulla simbologia del monastero", in P. Castelli (coord.), *Iconografia di San Benedetto nella pittura della Toscana: immagini e aspetti culturali fino al XVI secolo*. Firenze, Centro d'Incontro della Certosa di Firenze, 391-98, 1982.
- Regra de São Bento*. Rio de Janeiro, Edições "Lumen Christi", 1980.
- REIS, Humberto e CHICÓ, Mário Tavares. *A arquitetura religiosa do Alto Alentejo na segunda metade do século XVI e nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1968.
- REY, Raymond. *L'art des cloîtres romans: étude iconographique*. [Toulouse], Éduard Privat Éditeur, [1955].
- ROCHA, Dom Mateus Ramalho, OSB. *O mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, 1590-1990*. Rio de Janeiro, Ed. Studio HMF, 1991.
- ROCHA, Dom Paulo, OSB (org.). *400 anos do mosteiro de São Bento da Bahia*. S. L., Construtora Norberto Odebrecht S. A., 1982.
- ROSSI, Giana. "Chiesa". In: *Dizionario Enciclopedico di Architettura e Urbanismo*. Roma, Istituto Editoriale Romano, 1968.
- RÖWER, Frei Basílio, OFM. *Páginas de história franciscana no Brasil*. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1957.
- RUSKIN, John. *Le pietre di Venezia*. Milano, Arnoldo Mondadori Editore S.p.A., 1982.
- SAIA, Luís. Uma relíquia do nosso patrimônio histórico. *Revista Arquitetura e Urbanismo*, n. : 166-171, mai. - jun. 1940.

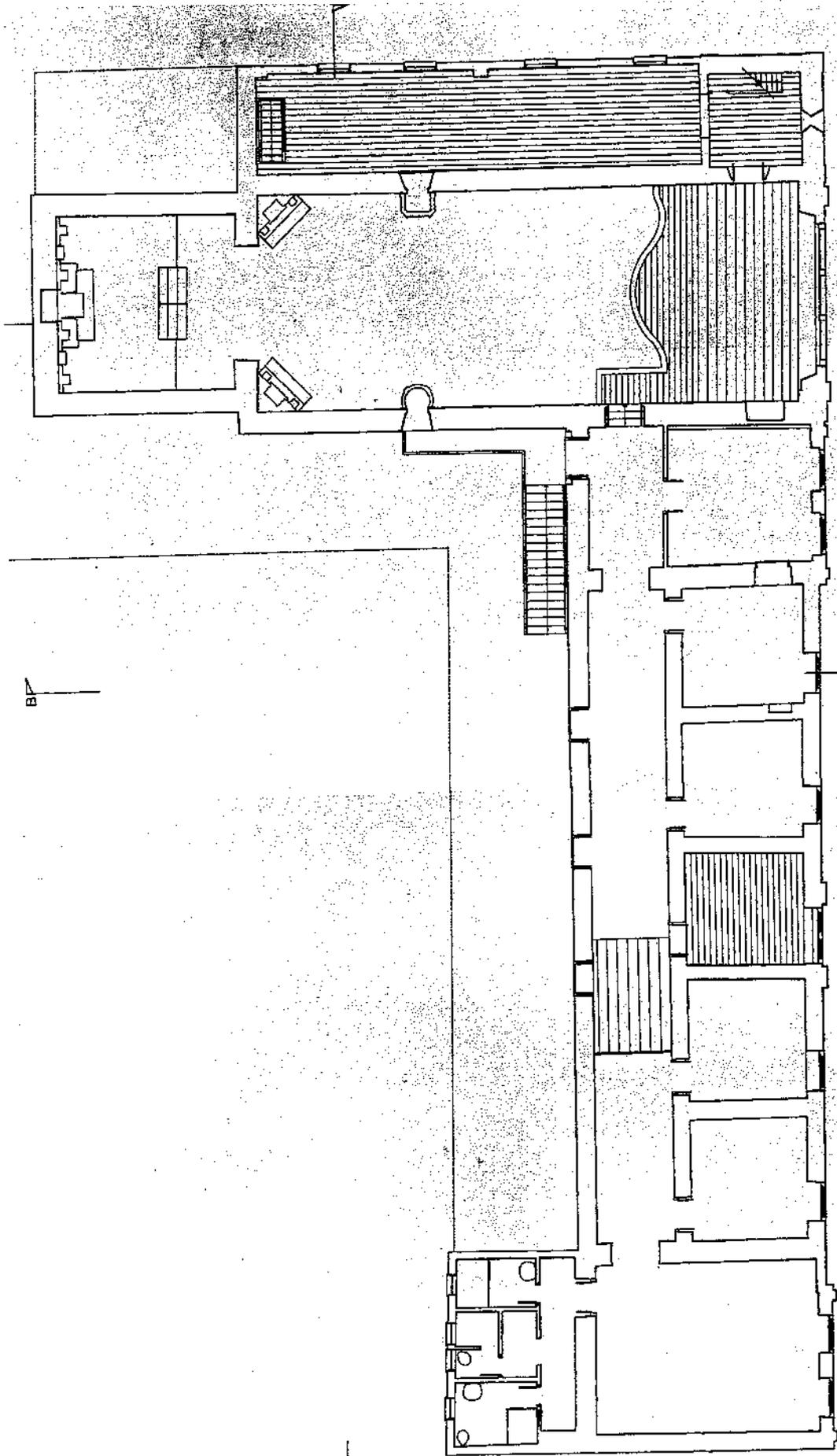
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
- SANDERSON, Warren. The Plan of St. Gall Reconsidered. *Speculum*, vol. 60, n. 3: 615-632.
- SANT'ANNA, Nuto. "O mosteiro de São Bento". In: *São Paulo histórico: aspectos, lendas e costumes*. São Paulo, Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, volume II, 1937.
- SANTOS, Paulo F.. *O barroco e o jesuítico na arquitetura do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria Kosmos Ed., 1951.
- SANTOS, Reynaldo dos. *Oito séculos de arte portuguesa*. Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1970.
- SCARANO, Julita. *Mosteiro de Sorocaba*. São Paulo, Secretária de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia, [s.d.], mimeografado.
- SCHÁLVELSON, Daniel. *Arqueologia histórica de Buenos Aires I: la cultura material porteña de los siglos XVIII e XIX*. Buenos Aires, Ediciones Corregidor, 1991.
- SCHERER, Michael Emilio, OSB. *Frei Domingos da Transfiguração Machado: o restaurador da congregação beneditina do Brasil*. Rio de Janeiro, Edições 'Lumen Christi', 1980.
- SCHWARTZ, Stuart. The Plantations of St. Benedict: the Benedictine Sugar Mills of Colonial Brazil. *The Americas*, 39(1): 1-22, jul. 1982.
- _____. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo, Companhia das letras, 1988.
- SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da, OSB. A antiga fazenda de São Bento em Iguaçu. *Revista do SPHAN*, n.7: 257-282, 1943.
- _____. *Construtores e artistas do mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*. Salvador, Tipografia Beneditina Ltda., 1950.
- _____. *Frei Bernardo de São Bento: o arquiteto seiscentista do Rio de Janeiro*. Salvador, Tipografia Beneditina, 1950.
- _____. "A ordem dos beneditinos na cidade de São Paulo". In: *O Estado de São Paulo*, 25-1-1954, p. 45 [Edição comemorativa do IV Centenário da Cidade de São Paulo].
- _____. *Os dois escultores Frei Agostinho da Piedade, Frei Agostinho de Jesus e o arquiteto Frei Macário de São João*. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1971.

- SMITH, Robert Chester. O caráter da arquitetura colonial do nordeste. *Estudos Brasileiros*, vol. 4, n. 10: 419-430, jan.-fev. 1940.
- _____ *Arquitetura jesuítica no Brasil*. São Paulo, FAUUSP, 1962 [1948].
- _____ *Arquitetura barroca*. São Paulo, FAUUSP, 1962 [1953].
- _____ A igreja de S. Bento da Vitória à luz dos "Estados" de Tibães. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XXXIX: 190-261, fascs. 1-2, 1966.
- _____ Santo André de Rendufe. Subsídios para a história da sua igreja durante o século XVIII. *Bracara Augusta*, vol. 26 (1969): 7-44.
- _____ "As casas beneditinas de Portugal no século XVIII". In: *Frei José de Santo Antônio Ferreira Vilaça: escultor beneditino do século XVIII*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Apêndice C, [1972].
- _____ Dois estudos beneditinos. *Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes*, n. 27: 69-101, 1972
- _____ O mosteiro beneditino do Rio de Janeiro e sua fazenda da vargem no século XVIII. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 304: 158-200, 1974.
- SOARES DE SOUSA, Gabriel. *Notícia do Brasil*. São Paulo, Edgard de Cerqueira Falcão Editor, 1974.
- TAUNAY, Affonso de E.. *História antiga da abadia de São Paulo*. São Paulo, Typographia Ideal, 1927.
- _____ *História da cidade de São Paulo*. São Paulo, Edições Melhoramentos, [1954].
- TOLEDO, Benedito Lima de. "Do século XVI ao início do século XIX: maneirismo, barroco e rococó". In: ZANINI, Walter (org.). *História geral da arte no Brasil*. São Paulo, Instituto Moreira Salles, 1983.
- _____ *Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo*. São Paulo, Empresa das Artes, 1996.
- TRINDADE, Jaelson Bitran. *Tropeiros*. São Paulo, Ed. Publicações e Comunicações Ltda., 1992.
- WECKMANN, Luis. *La herencia medieval del Brasil*. México, D. F., Fondo de Cultura Económica, 1993.
- ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinação pela província de São Paulo: 1860-1861*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

Levantamento métrico-arquitetônico

MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE SOROCABA
Planta andar inferior



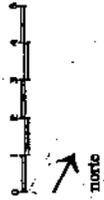


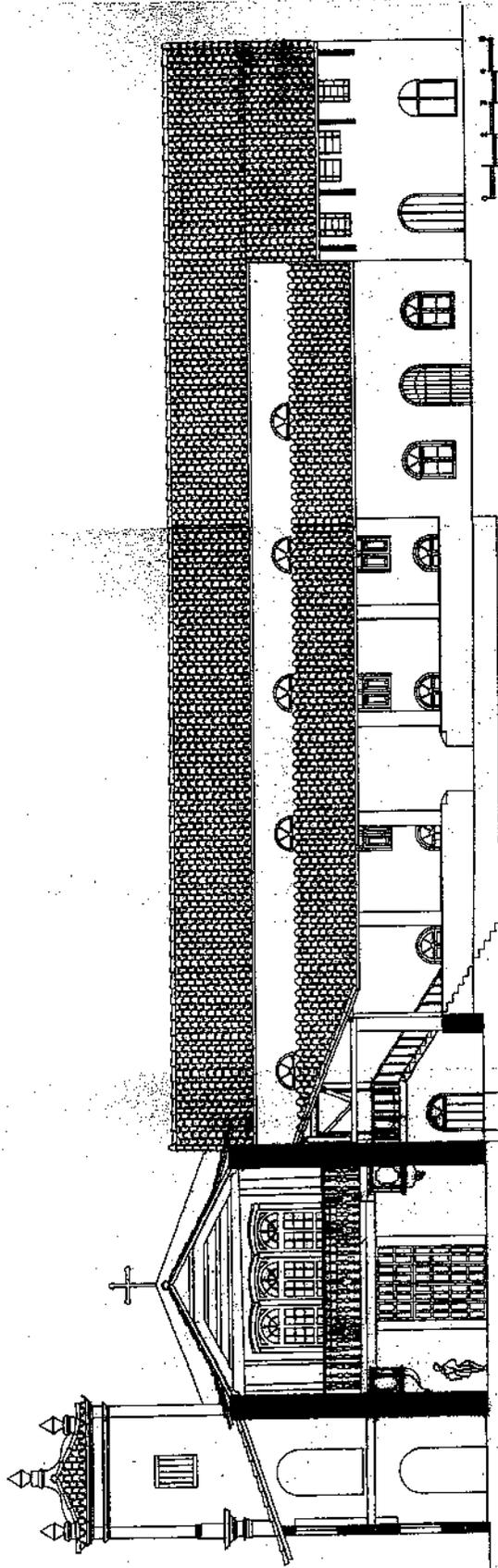
MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE SOROCABA

Planta andar superior

Levantamento: Paulo Sérgio Del Negro - 1998

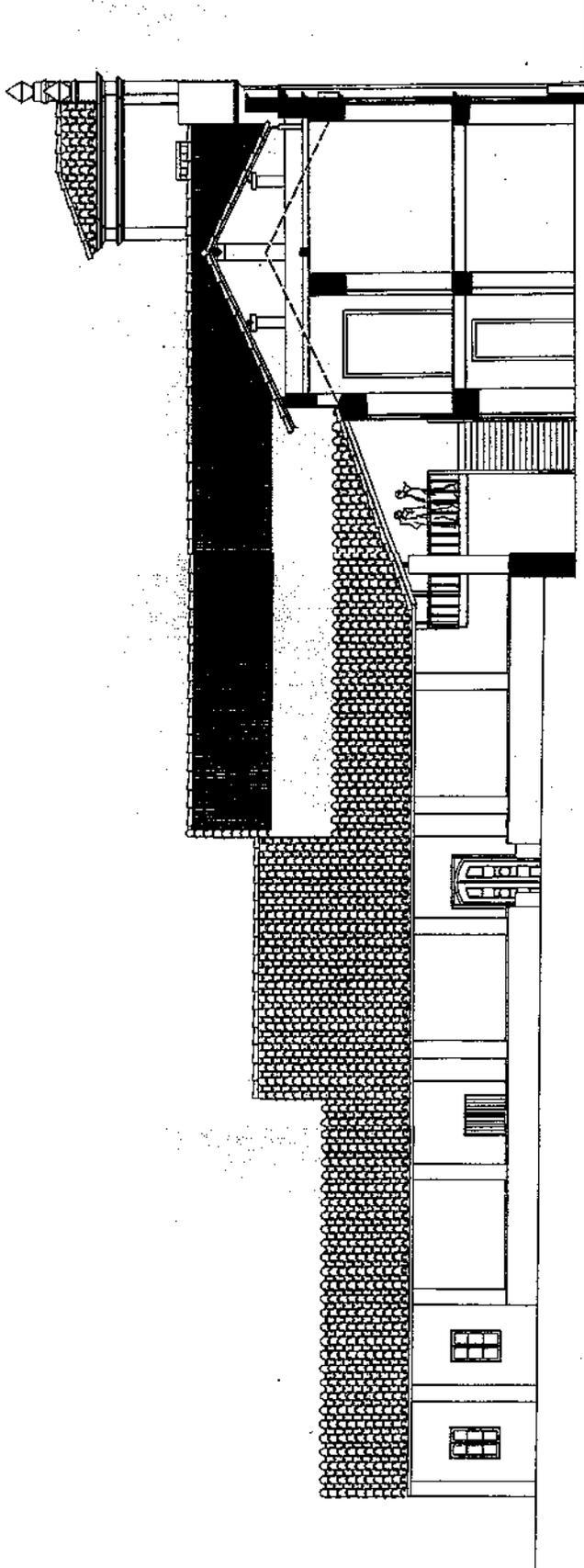
A/





MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE SOROCABA
Corte AA

Levantamento: Paulo Sérgio Del Negro - 1998



MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE SOROCABA
Corte BB

Levantamento: Paulo Sérgio Del Negro - 1998